



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMNE - 7ª RM/7ª DE - 10ª Bda Inf Mtz
59º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO
(1º BC/1839)
BATALHÃO HERMES ERNESTO DA FONSECA

SALC – 59º BIMTZ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 114/2024 – 59º BIMtz
64106.005162/2024-14

VOLUME I

OBJETO

Aquisição de Material Laboratorial

MINISTÉRIO DA DEFESA
59º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO

TERMO DE AUTUAÇÃO

Processo autuado sob o nº **64106.005162/2024-14** que trata da realização de Processo Licitatório do Tipo Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº **90114/2024**, para aquisição de **MATERIAL LABORATORIAL**, visando atender as necessidades do **Laboratório de Análises Clínicas do PMGu - 59º Batalhão de Infantaria Motorizado**, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e no Edital e seus Anexos, constituído de 177 (cento e setenta e sete) folhas devidamente numeradas e rubricadas:

1. Plano de Contratação Anual.....	fl	02
2. Documento de Formalização da Demanda.....	fl	03
3. Solicitação de abertura de processo licitatório.....	fl	04
4. Equipe de planejamento da contratação.....	fl	15
5. Estudo Técnico Preliminar.....	fl	16
6. Análise de Riscos.....	fl	19
7. Documento de Formalização da Pesquisa de Preços.....	fl	21
8. Relatório da Pesquisa de Preço.....	fl	27
9. Termo de Referência.....	fl	100
10. Nomeação do Ordenador de Despesas - DOU nº 91, 16 MAI 22.....	fl	109
11. Ordenador de Despesas - Bol. Int. nº 38, 24 FEV 23.....	fl	110
12. Comissão Permanente de Licitação - BI Nr 103, de 31 MAI 23.....	fl	111
13. Portaria - C Ex nº 1.280, de 30 de novembro de 2020.....	fl	112
14. Abertura de processo licitatório.....	fl	114
15. Termo de justificativa da Aquisição.....	fl	115
16. Justificativa de utilização do sistema de registro de preços.....	fl	116
17. Declaração de Disponibilidade Orçamentária.....	fl	117
18. Declaração de Adequação Orçamentária.....	fl	118
19. Declaração de atividade de custeio.....	fl	119
20. Certidão do PCA e LDO.....	fl	120
21. Justificativa e aprovação dos preços.....	fl	122
22. Justificativa para adesão à Ata de Registro de Preço.....	fl	123
23. Declaração da equipe de pregão.....	fl	124
24. Certidão de atendimento ao princípio de segregação de funções.....	fl	125
25. Certidão TR digital.....	fl	126
26. Certidão TR alinhado com PCA e PDLs.....	fl	127

27. Certidão de Bens de Consumo Comum.....	fl 128
28. Certidão Art 40º, da Lei 14.133/21.....	fl 129
29. Certidão de Utilização do Catálogo Padronizado.....	fl 131
30. Certidão de Vantajosidade em aquisição de bens.....	fl 132
31. Justificativa de processo físico.....	fl 133
32. Resumo de Intenção de Registro de Preços.....	fl 134
33. Minuta do Edital e seus anexos.....	fl 137
34. Certidão de Utilização e Alteração das Minutas.....	fl 161
35. Parecer Referencial Nr00007/2023/NUCCJUR/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU.....	fl 162
36. Justificativa de Utilização do Parecer Referencial.....	fl 184
37. Justificativa de Empresa Próxima.....	fl 185
38. Justificativa para Adoção Cota ME/EPP.....	fl 186
39. Lista de Verificação.....	fl 187

Quartel em Maceió, AL, 11 de setembro de 2024.



Cap PTTC

Chefe da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos



PCA 2024 - 160004 - 59 BATALHAO DE INFANTARIA MOTORIZADO/AL

Última atualização: 18/07/2024

Id pca PNCP: 00394452000103-0-000406/2024

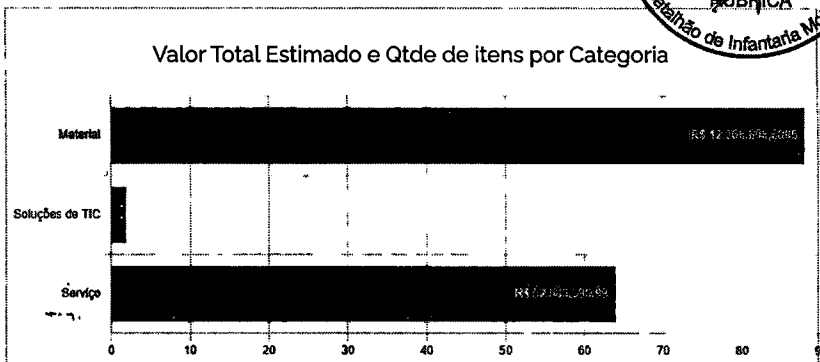
Data de publicação no PNCP: 09/11/2023

Local: Maceió/AL

Fonte: Compras.gov.br

Total de itens: 154

Valor Total estimado (R\$): R\$ 65.539.282,9495



Detalhamento por Categoria

Material

Id do Item no PCA	Classe/Grupo	Identificador da Futura Contratação	Valor total estimado	Data desejada
209	7510 - ARTIGOS PARA ESCRITÓRIO	160004-90043/2024	R\$ 56.517,20	31/12/2024
210	7930 - COMPOSTOS E PREPARADOS PARA LIMPEZA E POLIMENTO	160004-90043/2024	R\$ 42.184,27	31/12/2024
211	7920 - VASSOURAS, ESCOVAS, RODOS, ESPONJAS E ESFREGÕES	160004-90043/2024	R\$ 70.796,98	31/12/2024
212	5680 - MATERIAIS DIVERSOS PARA CONSTRUÇÃO	160004-90042/2024	R\$ 131.618,76	31/12/2024
225	7710 - INSTRUMENTOS MUSICAIS	160004-90067/2024	R\$ 150.000,00	31/12/2024
232	3710 - EQUIPAMENTO PARA PREPARAÇÃO DO SOLO	160004-90073/2024	R\$ 50.000,00	29/05/2024
235	6830 - GASES COMPRIMIDOS E LIQUEFEITOS	160004-90077/2024	R\$ 144.121,00	31/12/2024
246	2420 - TRATORES SOBRE RODAS	160004-109/2024	R\$ 50.000,00	29/05/2024
253	6550 - SUBSTÂNCIAS PARA DIAGNÓSTICO 'IN VITRO', REAGENTES, CONJUNTOS E JOGOS PARA TESTE	160004-114/2024	R\$ 543.700,00	31/12/2024
254	6640 - EQUIPAMENTOS E ARTIGOS DE LABORATÓRIO	160004-114/2024	R\$ 115.671,14	31/12/2024

Exibir: 51-60 de 88 itens

Página < >

Soluções de TIC

Serviço

Id do Item no PCA	Classe/Grupo	Identificador da Futura Contratação	Valor total estimado	Data desejada
-------------------	--------------	-------------------------------------	----------------------	---------------

15	661 - SERVIÇOS DE TRANSPORTE AÉREO DE PASSAGEIROS	160004-90012/2023	R\$ 30.000,00	31/12/2024
16	678 - SERVIÇOS DE AGÊNCIA DE VIAGENS, OPERADORAS DE TURISMO E GUIATURÍSTICO	160004-90012/2023	R\$ 2.000,00	31/12/2024
17	643 - SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO	160004-90012/2023	R\$ 5.000,00	31/12/2024
18	691 - SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE E DISTRIBUIÇÃO DE GÁS ATRAVÉS DE TUBULAÇÃO	160004-90012/2023	R\$ 450.000,00	31/12/2024
19	871 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARO DE PRODUTOS FABRICADOS DE METAL, MAQUINARIA E EQUIPAMENTOS	160004-90012/2023	R\$ 50.000,00	31/12/2024
20	721 - SERVIÇOS IMOBILIÁRIOS RELATIVOS A LOCAÇÃO OU ARRENDAMENTO	160004-90012/2023	R\$ 20.000,00	31/12/2024
21	941 - SERVIÇOS DE ESGOTO	160004-90012/2023	R\$ 100.000,00	31/12/2024
22	681 - SERVIÇOS POSTAL E DE CORREIO	160004-90012/2023	R\$ 4.000,00	31/12/2024
23	166 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TIC	160004-90012/2023	R\$ 10.000,00	31/12/2024
24	152 - OUTSOURCING DE IMPRESSÃO - MODALIDADE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MAIS PÁGINAS IMPRESSAS	160004-90012/2023	R\$ 15.000,00	31/12/2024

Exibir: 1-10 de 64 itens

Página < >

< Voltar



Criado pela Lei nº 14.133/2021, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o site eletrônico oficial destinado a divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abrangidos pelo novo diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o referido comitê.

A adequação, fidedignidade e correção das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de inteira responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

<https://portaldeservicos.economia.gov.br>

0800.978.9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



Texto destinado a exibição de informações relacionadas a licenças de uso.



Número do Documento de Formalização da Demanda: 27/2024

1. Informações Básicas

Área requisitante	Data da conclusão da contratação	UASG	Editado por
POSTO MÉDICO DA GUARNIÇÃO	31/12/2025 00:00	160004	[REDACTED]
Descrição sucinta do objeto			
Material Laboratorial para suprimento da demanda do LAC - PMGu Maceió			

2. Justificativa de necessidade

Justifica-se a necessidade de aquisição de materiais de consumo laboratorial tendo em vista a demanda do Laboratório de Análises Clínicas do Posto Médico de Guarnição de Maceió atender os usuários FuSEx executando exames bioquímicos, hematológicos, imunológicos, toxicológicos, urianalíticos e parasitológicos.

3. Materiais/Serviços

3.1 Materiais

Nº do Item	Classe	PDMD	Descrição	Ord	Val. unit. (R\$)	Val. total (R\$)
1			SUBSTÂNCIAS PARA DIAGNÓSTICO "IN VITRO", REAGENTES, CONJUNTOS E JOGOS PARA TESTE		1,00368.000,00	368.000,00

3.2 Serviços

Nenhum serviço incluído.

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Despacho: Solicitação para contratação de material laboratorial.

[REDACTED SIGNATURE]

Equipe de apoio

5. Acompanhamento

Nenhum acompanhamento incluído.

6. Relacionamentos

Nenhum relacionamento encontrado.



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
C M N E - 10ª BDA INF MTZ
59º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO
(BATALHÃO HERMES ERNESTO DA FONSECA)



DIEx nº 591-PMGu/59º BI Mtz
NUP: 64106.005162/2024-14

Maceió, AL, 12 de julho de 2024.

Da Chefe do Laboratório de Análise Clínicas
Ao Sr Ordenador de despesas do 59º BIMtz

Assunto: Solicitação de abertura de processo de pregão para aquisição de material laboratorial.

Rfr.: Lei nº 14.133 de 01 Abril 2021;

1. Nos termos da legislação citada na referência solicito aprovar a abertura de processo de pregão para a aquisição de material laboratorial, visando atender as necessidades do Laboratório de Análises Clínicas do PMGu- Maceió - 59º Batalhão de Infantaria Motorizado.

2. FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

Órgão: 160004 - 59º BI Mtz

Setor Requisitante: PMGu do 59º BI Mtz

Responsável pela Demanda: [REDACTED]

3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO:

- a. Esta Organização Militar necessita da aquisição de materiais baseada na demanda existente do PMGu/59º BI Mtz de atender os militares e família militar, os quais são usuários do Fundo de Saúde do Exército e contam com a realização de exames clínicos laboratoriais para controle de rotina bem como para auxiliar no diagnóstico de patologias. Ademais, a importância dessa aquisição considera evitar a solução de continuidade no atendimento dos pacientes/usuários, sempre primando pela qualidade e eficiência na liberação de laudos.
- b. Tais itens são indispensáveis ao cumprimento da atividade-fim do Posto Médico de Guarnição - 59º BI Mtz.



c. Por estas razões elencadas acima, nota-se a importância da aquisição dos referidos materiais, pois a não aquisição poderá prejudicar a produtividade e o cumprimento das atividades.

4. Quantidade e especificação a ser iniciada a aquisição dos materiais:

GRUPO 01 - BIOQUÍMICA						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Reagente Para Diagnóstico Clínico 3 Tipo: Para Automação Em Bioquímica , Tipo De Análise: Análises Para Controle De Qualidade , Apresentação: Liofilizado , Característica Adicional: Mínimo De 25 Análises	407176	UND	50	R\$ 249,00	12.450,00
2	Reagente Para Diagnóstico Clínico 3 Tipo: Para Automação Em Bioquímica , Tipo De Análise: Calibrador Multiparamétrico , Apresentação: Liofilizado , Característica Adicional: Mínimo De 25 Análises	357954	UND	25	R\$ 199,67	4.991,75
3	Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Conjunto Completo Para Automação , Tipo De Análise: Quantitativo De <u>Albumina</u> , Método: Colorimétrico De Ponto Final , Apresentação: Teste	331742	TESTE	2500	R\$ 0,44	1.100,00
4	Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Conjunto Completo Para Automação , Tipo De Análise: Quantitativo De <u>Ácido Úrico</u> , Método: Enzimático Uy , Apresentação: Teste	334491	TESTE	4000	R\$ 1,33	5.320
5	Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Conjunto Completo Para Automação , Tipo De Análise: Quantitativo De <u>Amilase</u> , Método: Enzimático Colorimétrico De Ponto Final , Apresentação: Teste	331734	TESTE	2500	R\$ 1,72	4.300,00
6	Reagente Para Diagnóstico Clínico 6 Tipo: Conjunto Completo Para Automação , Tipo De Análise: Quantitativo De <u>Bilirrubina Direta</u> , Método: Fotométrico De Ponto Final , Apresentação: Teste	336253	TESTE	3500	R\$ 1,21	4.235,00



7	Reagente Para Diagnóstico Clínico 6 Tipo: Conjunto Completo Para Automação , Tipo De Análise: <u>Quantitativo De Hemirrubina Total</u> , Método: <u>Fotométrico De Ponto Final</u> , Apresentação: <u>Teste</u>	336250	TESTE	3500	R\$ 1,41	5.335,00
8	Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Conjunto Completo Para Automação , Tipo De Análise: <u>Quantitativo De Cálcio</u> , Método: <u>Colorimétrico De Ponto Final</u> , Apresentação: <u>Teste</u>	331741	TESTE	4000	R\$ 1,41	5.640,00
9	Reagente Para Diagnóstico Clínico 6 Tipo: Conjunto Completo , Tipo De Análise: <u>Quantitativo De Cl-Nac</u> , Método: <u>Cinético Uv</u> , Apresentação: <u>Teste</u>	452753	TESTE	2500	R\$ 2,50	6.250,00
10	Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Conjunto Completo Para Automação , Tipo De Análise: <u>Quantitativo De Cl-Mb</u> , Método: <u>Cinético Uv</u> , Apresentação: <u>Teste</u>	375562	TESTE	500	R\$ 4,31	2.155,00
11	Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Conjunto Completo , Tipo De Análise: <u>Quantitativo De Colesterol Total</u> , Método: <u>Enzimático Colorimétrico De Ponto Final</u> , Apresentação: <u>Teste</u>	412262	TESTE	4500	R\$ 1,12	5.040,00
12	Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Conjunto Completo Para Automação , Tipo De Análise: <u>Quantitativo De Hdl Colesterol</u> , Método: <u>Direto</u> , Apresentação: <u>Teste</u>	331754	TESTE	4500	R\$ 3,79	17.055,00
13	Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Conjunto Completo Para Automação , Tipo De Análise: <u>Quantitativo De Creatinina</u> , Método: <u>Colorimétrico De Ponto Final</u> , Apresentação: <u>Teste</u>	333334	TESTE	4500	R\$ 0,70	3.150,00
14	Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Conjunto Completo Para Automação , Tipo De Análise: <u>Quantitativo De Ferro</u> , Método: <u>Colorimétrico De Ponto Final</u> , Apresentação: <u>Teste</u>	331739	TESTE	4500	R\$ 1,01	4.545,00
15	Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Conjunto Completo Para Automação , Tipo De Análise: <u>Quantitativo De Fosfatase Alcalina</u> , Método: <u>Cinético Fotométrico</u> , Apresentação: <u>Teste</u>	333482	TESTE	3000	R\$ 1,14	3.420,00



16	Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Conjunto Completo Para Antominação, Tipo De Análise: <u>Quantitativo De Gama Glutamyl Transferase</u> , Método: Cinético Colorimétrico De Ponto Final, Apresentação: Teste	365490	TESTE	3500	R\$ 3,78	13.230,00
17	Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Conjunto Completo, Tipo De Análise: <u>Quantitativo De Glicose</u> , Método: Enzimático Colorimétrico De Ponto Final, Apresentação: Teste	331408	TESTE	5000	R\$ 2,77	13.850,00
18	Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Conjunto Completo, Tipo De Análise: <u>Quantitativo De Desidrogenase Láctica</u> , Método: Colorimétrico De Ponto Final, Apresentação: Teste	426058	TESTE	1500	R\$ 3,45	5.175,00
19	Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Conjunto Completo, Tipo De Análise: <u>Quantitativo De Lipase</u> , Método: Colorimétrico De Ponto Final, Apresentação: Teste	386986	TESTE	3500	R\$ 3,21	11.235,00
20	Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Conjunto Completo Para Antominação, Tipo De Análise: <u>Quantitativo De Magnésio</u> , Método: Colorimétrico De Ponto Final, Apresentação: Teste	331738	TESTE	3000	R\$ 3,20	9.600,00
21	Reagente Para Diagnóstico Clínico 7 Tipo: Conjunto Completo Para Antominação, Tipo De Análise: <u>Quantitativo De Proteínas Totais</u> , Método: Colorimétrico De Ponto Final, Apresentação: Teste	350233	TESTE	3500	R\$ 3,34	11.690,00
22	Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Conjunto Completo, Tipo De Análise: <u>Quantitativo De Ast/Tgo</u> , Método: Cinético Colorimétrico De Ponto Final, Apresentação: Teste	331746	TESTE	4000	R\$ 4,86	19.440,00
23	Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Conjunto Completo, Tipo De Análise: <u>Quantitativo De Alt/Tep</u> , Método: Cinético Colorimétrico De Ponto Final, Apresentação: Teste	331747	TESTE	4000	R\$ 3,43	13.720,00
24	Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Conjunto Completo, Tipo De Análise: <u>Quantitativo De Triglicerídeos</u> , Método: Colorimétrico De Ponto Final, Apresentação: Teste	331733	TESTE	4500	R\$ 3,71	16.695,00



25	Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipos: Conjunto Completo, Tipo De Análise: Quantitativo De Uréia, Método: Enzimático Colorimétrico De Ponto Final, Apresentação: Teste	331749	TESTE	4500	R\$ 3,12	14.048,00
VALOR TOTAL - GRUPO 01					R\$211.861,75	
ITENS ISOLADOS						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
26	Detergente Composição: Aminoetanol/Acetato Sódio/Diethylene Glycol Monoetil. Aplicação: Lavagem Analisadores Bioquímicos Automatizados, Características Adicionais: Solução Lavagem Nos Ensaio Quantitativos Em Soro H, Aspecto Físico: Líquido, compatível com analisador bioquímico BS- 240, Mindray.	418040	FR	36	R\$ 241,14	8.681,04
27	Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipos: Conjunto Completo, Tipo De Análise: Quantitativo De Proteína "C" Reativa, Método: Aglutinação Em Látex, Apresentação: Teste	343029	UND	15	R\$ 63,34	950,10
28	Tubo Para Coleta De Amostra Biológica Material: Plástico, Volume: 4 ML, Componentes: Com Fluoreto De Sódio, Uso: Coleta De Sangue, Característica Adicional: À Vácuo, Esterilidade: Estéril, Descartável	432071	UND	2000	R\$ 1,58	3.160,00
29	Tubo Para Coleta De Amostra Biológica Material: Plástico, Volume: 8 ML, Componentes: Com Ativador De Coágulo E Gel Separador, Uso: Coleta De Sangue, Característica Adicional: À Vácuo, Esterilidade: Estéril, Descartável	376832	UND	12000	R\$ 2,56	30.720,00
30	Tubo Para Coleta De Amostra Biológica Material: Plástico, Volume: 3,5 ML, Componentes: Com Ativador De Coágulo E Gel Separador, Uso: Coleta De Sangue, Característica Adicional: À Vácuo, Esterilidade: Estéril, Descartável	386264	UND	12000	R\$ 1,03	12.360,00



31	Tubo Para Coleta De Amostra Esológica Material: Plástico, Volume: 4 ML, Componentes: Com Edta-K2, Uso: Coleta De Sangue, Característica Adicional: À Vácuo, Esterilidade: Estéril, Descartável	377598	UND	5000	R\$ 0,70	3.500,00
32	Cateter Periférico Aplicação: Venoso, Modelo: Tipo Escalpe, Material Agulha: Agulha Aço Inox, Diâmetro: 23 GAU, Componente Adicional: C/ Asa De Fixação, Tubo Extensor, Conector: Conector Padrão C/ Tampa, Componente 1: C/ Adaptador Coleta À Vácuo, Componente 2: C/ Sistema Segurança Segundo Nr/32, Tipo Uso: Estéril, Descartável, Embalagem Individual	437174	UND	3000	R\$ 0,88	2.640,00
33	Cateter Periférico Aplicação: Venoso, Modelo: Tipo Escalpe, Material Agulha: Agulha Aço Inox, Diâmetro: 21 GAU, Componente Adicional: C/ Asa De Fixação, Tubo Extensor, Conector: Conector Padrão C/ Tampa, Componente 1: C/ Adaptador Coleta À Vácuo, Componente 2: C/ Sistema Segurança Segundo Nr/32, Tipo Uso: Estéril, Descartável, Embalagem Individual	437173	UND	3000	R\$ 0,82	2.460,00
34	Tubo Para Coleta De Amostra Esológica Material: Plástico, Volume: 5 ML, Componentes: Com Citrato De Sódio 3,2%, Uso: Coleta De Sangue, Característica Adicional: À Vácuo, Esterilidade: Estéril, Descartável	458641	UND	3500	R\$ 0,85	2.975,00
35	Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Glicose, Apresentação: Solução A 0,25 G/ML, Outros Componentes: Arroz cozido	380506	FR	1000	R\$ 5,46	5.460,00
36	Corante Tipo: Lugol Forte, Aspecto Físico: Líquido, Características Adicionais: Especialmente Manipulado, Concentração*: Solução A 10%	431449	LITRO	2	R\$ 107,54	215,08
37	Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Conjunto Completo, Tipo De Análise: Tempo De Atividade De Protrombina, Método: Coagulometria, Apresentação: Teste	442196	TESTE	1000	R\$ 3,28	3.280,00
38	Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Conjunto Completo, Tipo De Análise: Tempo De Tromboplastina Parcial Ativada, Método: Coagulometria, Apresentação: Teste	442195	TESTE	1000	R\$ 4,82	4.820,00



39	Reagente Para Diagnóstico Clínico 6 Tipo: Conjunto Completo, Tipo De Análise: Qualitativo De Fator Reumatóide, Método: Aglutinação Em Placa, Apresentação: Teste	335453	FR	10	R\$ 22,15	221,50
40	Reagente Para Diagnóstico Clínico 7 Tipo: Conjunto Completo, Tipo De Análise: Qualitativo Hbsag, Método: Imunocromatografia, Apresentação: Teste	368252	TESTE	1000	R\$ 2,03	2.030,00
41	Reagente Para Diagnóstico Clínico 7 Tipo: Conjunto Completo, Tipo De Análise: Qualitativo De Anti-Hcv, Método: Imunocromatografia, Apresentação: Teste	357783	TESTE	1000	R\$ 4,71	4.710,00
→ 42	Reagente Para Diagnóstico Clínico 6 Tipo: Conjunto Completo, Tipo De Análise: Quantitativo De Hiv I E II, Método: Imunocromatografia, Apresentação: Autoteste	466098, 625521	TESTE	1000	R\$ 1,84	1.840,00
43	Reagente Para Diagnóstico Clínico 6 Tipo: Conjunto Completo, Tipo De Análise: Qualitativo De Sangue Oculto Em Fezes, Método: Imunocromatografia, Apresentação: Teste, Características Adicionais: Com Detecção Hemoglobina E Haptoglobina	381259	TESTE	1000	R\$ 3,55	3.550,00
44	Reagente Para Diagnóstico Clínico 6 Tipo: Conjunto Completo, Tipo De Análise: Qualitativo De Beta Hcg, Método: Imunocromatografia, Apresentação: Teste	356905	TESTE	1000	R\$ 1,50	1.500,00
45	Reagente Para Diagnóstico Clínico 7 Tipo: Conjunto Completo, Tipo De Análise: Qualitativo De Drogas Lícitas E Ilícitas, Método: Imunocromatografia, Apresentação: Teste, Características Adicionais: Metanfetamina, Anfetamina, Morfina, Tbc, Componentes Adicionais: Cocaína, Benzodiazepínicos	344055	TESTE	1000	R\$ 22,51	22.510,00
46	Reagente Para Diagnóstico Clínico 7 Tipo: Conjunto Completo, Tipo De Análise*: Qualitativo Anti Coronavírus Covid-19 IgG E IgM, Apresentação*: Imunocromatografia	467048	TESTE	500	R\$ 9,10	4.550,00
47	Reagente Para Diagnóstico Clínico 3 Tipo: Conjunto Completo, Tipo De Análise: Qualitativo Antígeno Nst De Dengue Vírus, Método: Imunocromatografia, Apresentação: Teste	435854	TESTE	250	R\$ 8,58	2.145,00



48	Corante Tipo: <u>Conjunto Corante Hematológico Panótico Rápido</u> , Aspecto Físico: Líquido, Características Adicionais: Frascos Separados Contendo, Composição: 0,1% De Ciclohexadienos, 0,1% De Azobenzosulfônicos, Componentes Adicionais: 0,1% De Fenotiazinas	327536	CINJUNTO	5	R\$ 74,60	373,00
49	Corante Tipo: <u>Azul De Cresil Brilhante</u> , Aspecto Físico: Líquido, Características Adicionais: CI 51010	357797	FR 100ML	2	R\$ 53,64	107,28
50	<u>Lâmina Laboratório Material: Vidro</u> , Dimensões: Cerca De 75 X 25 MM, Tipo*: Lapidada, Tipo Borda: Borda Fosca	409705	UND	10000	R\$ 0,31	3.100,00
51	Frasco Coletor Tipo: P/ Urina, Material: Plástico Transparente, Capacidade: C/ Tubo Cônico Cerca De 10 ML, Tipo Tampa: Tampa Pressão, Esterilidade: Estéril, Tipo Uso: Descartável, Embalagem: Embalagem Individual	436444	UND	5000	R\$ 0,83	4.150,00
52	Frasco Coletor Tipo: P/ Fezes, Material: Plástico Transparente, Capacidade: Cerca De 50 ML, Tipo Tampa: Tampa Removível, Componentes: C/ Espátula, Outros Componentes: C/ Conservante, Componentes Adicionais: Filtro De Partículas E Microfiltro, Tipo Uso: Descartável	436315	UND	2000	R\$ 5,58	11.160,00
53	Aguilha de coleta de sangue a vácuo, aço inoxidável - dimensão 22G x 1 1/4, ponta tipo: <u>bisel curto trifacetado</u> , conector <u>luer lock em plástico</u> .	397584	UND	2500	R\$ 2,48	6.200,00
54	Aguilha de coleta de sangue a vácuo, aço inoxidável - dimensão 22G x 1, ponta tipo: <u>bisel curto trifacetado</u> , conector <u>luer lock em plástico</u> .	399982	UND	1000	R\$ 0,69	690,00
55	Caixa de laboratório, MATERIAL: POLIPROPILENO, capacidade para 96 ponteira; <u>acessório para ponteira 1000MCL</u> . ACESSÓRIO: tampa com dobradiça.	413130	UND	04	R\$ 27,94	111,76
56	Cronômetro, material carcaça: plástico ABS, Tipo bolso; Tipo mostrador digital, funcionamento: bateria, características adicionais: com alarme	254237	UND	02	R\$ 40,67	81,34

619194

619196



57	CARROTE, MATERIAL :BORRACHA NATURAL, ISENTO DE LÁTEX, TIPO :TIPO FITA, DIMENSÕES: CERCA DE 2,5 X 35 CM, APRESENTAÇÃO: EM ROLO, PRÉ CORTADA, EMBALAGEM DISPENSADORA, TIPO USO: USO UNICO	477135	UND	40	R\$ 35,65	1.426,00
58	Luva de proteção. Material: nitrílica; Aplicação: laboratorial; Punho curto; Tamanho GRANDE, sem pó	450334	CX	100	R\$ 14,00	1.400,00
59	Luva de proteção. Material: nitrílica; Aplicação: laboratorial; Punho curto; Tamanho MÉDIO, sem pó	450345	CX	100	R\$ 13,82	1.382,00
60	Posteira laboratório, Material: polipropileno, capacidade de até 200MCL, tipo de uso descartável	427478	PCT	10	R\$ 35,48	354,80
61	Posteira laboratório, Material: polipropileno, capacidade de até 100MCL, tipo de uso descartável	427479	PCT	10	R\$ 56,81	568,10
62	Curativo cutâneo, modelo: tipo pós punção, componente 1: almofada fixa sintética, componente 2: base adesiva, dimensão: cerca de 2,5cm, apresentação: embalagem individual, esterilidade: estéril	483362	UND	6.000	R\$ 0,09	540,00
VALOR TOTAL - ITENS ISOLADOS					R\$ 156.322,00	
					VALOR TOTAL (R\$) 369.183,75	

5. Previsão de data em que deve ser iniciada aquisição dos insumos laboratoriais.
01 de outubro de 2024.

6. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2024], conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-000406/2024

Data de publicação no PNCP: 09/11/2023

Id do item no PCA: 253

Classe/Grupo: 6550 - SUBSTÂNCIAS PARA DIAGNÓSTICO "IN VITRO", REAGENTES, CONJUNTOS E JOGOS PARA TESTE

Identificador da Futura Contratação: 160004-114/2024



7. Indicação do Encarregado ou da equipe de planejamento da contratação.

[Redacted] - 1º Ten - Chefe do Laboratório

[Redacted] - 1º Ten
Chefe da equipe de planejamento da contratação

[Redacted] - CB
Integrante da equipe de planejamento da contratação

DESPACHO DO FISCAL ADMINISTRATIVO:

1. Informo estar ciente da presente solicitação da abertura de processo, em virtude será publicada em Boletim Interno a equipe de planejamento da contratação conforme solicitação;

Maceió, AL, 12 de julho de 2024.

[Redacted] - CAP
Fiscal administrativo do 59º BI Mtz

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS:

1. Aprovo a presente solicitação;
2. Determino o início dos procedimentos pelo setor requisitante;
3. Utilizar os recursos constantes da Previsão de Recurso Orçamentário;
4. A SALC adote as providências cabíveis de acordo com as normas em vigor;

Maceió, AL, 12 de julho de 2024.



[Redacted] MAJ
Ordenador de despesas do 59º BI Mtz

[Handwritten signature]

[Handwritten scribble]

[Handwritten signature]

(Continuação do BI Nr 129, de 11/07/2024, do(a) 59º BI Mtz)

Em consequência, SALC, Cmt SU e demais interessados tomem conhecimento e adotem as providências decorrentes.



Designo os militares abaixo para compor a Equipe de Planejamento, para a aquisição de Material Laboratorial, conforme **DIEx nº 591 - PMGu/59º BI Mtz, 12 de junho de 2024, NUP nº 64106.005162/2024-14**, com a finalidade de atender as necessidades do Posto Médico da Guarnição desta organização Militar.

Em consequência, SALC, Cmt SU e demais interessados tomem conhecimento e adotem as providências decorrentes.

b. CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO

1) Sindicância - Nomeação de sindicante

Tendo tomado conhecimento do ocorrido envolvendo o [REDACTED], da 2ª Cia Fuz, relatado no DIEx Simplificado Nº 83-2ª Cia Fuz/59º BI Mtz e visando cumprir as determinações contidas no §3º do Art. 103 da Portaria - DGP/C Ex nº 461, de 20 de setembro de 2023, instaurou a respeito esta sindicância, designando o [REDACTED], através da Portaria nº 194-Secretaria/59º BI Mtz, para que sejam apuradas as circunstâncias do fato em questão, a fim de verificar se configura como "Acidente em Serviço".

Em consequência:

a. Deleguei ao encarregado acima, para esse fim, as atribuições que me competem, devendo concluir os trabalhos no prazo de **30 (trinta) dias** corridos, a contar do dia útil seguinte ao recebimento da respectiva portaria de instauração, conforme prescreve o Art. 9º das Instruções Gerais para a Elaboração de Sindicância no Âmbito do Exército Brasileiro (EB10-IG-09.001), aprovadas pela Port nº 107 – Cmt Ex, de 13 FEV 12;

b. O Aj Sect e o militar encarregado tomem conhecimento e as providências decorrentes.

(Nota nº 113687, de 26 de junho de 2024, da(o) Sect)

2) Sindicância - Prorrogação de prazo

De acordo com Art. 11, das Instruções Gerais para a Elaboração de Sindicância no Âmbito do Exército Brasileiro (EB10-IG-09.001), aprovadas pela Port nº 107-Cmt Ex, de 13 FEV 12, **PRORROGO** por mais **20 (vinte) dias, a contar de 10 de julho de 2024**, o prazo para que a [REDACTED] conclua os trabalhos da sindicância instaurada por intermédio da Portaria nº 191 - Secretaria/59º BI Mtz, de 5 JUN 24, tendo em vista a realização de novas diligências.

Em consequência, Aj Sect e o sindicante tomem conhecimento e as providências decorrentes.

(Nota nº 114173, de 9 de julho de 2024, da(o) Sect)



Estudo Técnico Preliminar 94/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 64106.005162/2024-14

2. Descrição da necessidade

O 59º Batalhão de Infantaria Motorizado objetivando a disponibilidade de aquisição de materiais de consumo (reagentes e insumos laboratoriais), de acordo com a Lei 14.133/2021 para prover o Serviço de Análises Clínicas do Posto Médico de Guarnição de Maceió, com o propósito de viabilizar a realização de exames para o apoio do diagnóstico laboratorial necessário a continuidade das ações de saúde oferecidas aos usuários do Sistema de Saúde do Exército (FUSEx).

A aquisição é baseada na expectativa da demanda de solicitação de exames de acordo com a programação da agenda de atendimento do Laboratório de Análises Clínicas (LAC) do Posto Médico de Guarnição de Maceió para todos os usuários FUSEx. Bem como o histórico de aquisições realizadas em 2023 para atender a demanda de exames laboratoriais do LAC, com prioridade atendimento de militares da ativa, da reserva, bem como da família militar. A finalidade das atividades do setor é desenvolver projetos para a família militar na área da saúde. Para tanto, a OM será provida com recursos regularmente descentralizados pela Diretoria de Saúde, UG 167505, ND 339030, mediante produtividade interna do Posto Médico de Guarnição de Maceió.

Por estas razões elencadas acima, nota-se a importância da aquisição dos referidos materiais, pois a não aquisição irá prejudicar a continuidade na realização de exames laboratoriais no setor do LAC.

3. Área requisitante

Requisitante	Responsável
Laboratório de Análises Clínicas (LAC)	

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Trata-se de aquisição de materiais de consumo (insumos laboratoriais) para prover o Serviço de Análises Clínicas do Posto Médico de Guarnição (PMGu) do 59º Batalhão de Infantaria Motorizado, com o propósito de viabilizar a realização de exames para o apoio do diagnóstico laboratorial necessário, dando continuidade nas ações de saúde oferecidas aos usuários do Sistema de Saúde do Exército (FUSEX).

O serviço laboratorial está estruturado e capacitado para a realização de exames nas especialidades de bioquímica clínica, hematologia, parasitologia e uroanálise, prestando assim, apoio para o diagnóstico e tratamento, importante para o acompanhamento médico aos usuários assistidos pelo Posto Médico de Guarnição (PMGu).

O não atendimento da necessidade implicará na falta dos insumos pleiteados e a incapacidade de realização de exames de apoio laboratorial, ocasionando prejuízo ou comprometendo o suporte à saúde dos pacientes, visto que, a não prontificação e liberação tempestiva dos laudos de análises laboratoriais pode acarretar demora no diagnóstico, comprometendo o prognóstico dos mesmos.

Justificativa para a contratação dos Itens em Grupo: Existem itens em específico que necessitam da compatibilidade de equipamentos, reagentes ou insumos que são primordiais para o desempenho dos mesmos, tendo que ser criados grupos a fim de garantir a sua funcionalidade.

Justificativa para a contratação dos Itens Isolados: Os itens isolados fazem parte da diversidade de insumos necessários para uma boa organização, análise e melhor desempenho do Laboratório de Análises Clínicas, não havendo a necessidade de compatibilidade de equipamentos ou entre si. Sendo assim, torna-se dispensável a formação de grupo específico para esses itens.

5. Levantamento de Mercado

Após a análise das diversas alternativas possíveis de solução, verificou-se que a contratação de empresa especializada para o fornecimento de reagentes e insumos laboratoriais, deverá ser realizada por meio de pregão eletrônico. A adoção da modalidade do pregão eletrônico permitirá incitar a competição entre fornecedores, atribuir celeridade e legalidade ao processo aquisitivo, permitindo maior transparência e controle social.

6. Descrição da solução como um todo

Contratação de empresas especializadas para o fornecimento do material solicitado, abrangendo a aquisição de material laboratorial de consumo diversos, reagentes e insumos para a realização de exames em regime sem comodato, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, de forma a atender todas as exigências legais, de transporte, de prazo de entrega, validade e descrição solicitadas.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Para a compra dos referidos materiais foram utilizadas séries históricas de aquisições de anos anteriores como parâmetro para calcular o quantitativo necessário nessa aquisição juntamente com a central de demandas já em funcionamento nesta OM. Durante o ano de 2023, essa OM empenhou as seguintes despesas:

PI	ND	NDSI	NE	A LIQUIDAR	TOTAL PAGAR	PAGO
D8SAFCTUGPD	339030	33903036	2023NE000116	0	0	R\$ 9.750,00
D8SAFCTUGPD	339030	33903036	2023NE000117	0	0	R\$ 9.675,00



D8SAFCTUGPD	339030	33903036	2023NE000343	0	0	R\$ 2.840,00
D8SAFCTUGPD	339030	33903036	2023NE000420	0	0	R\$ 40.834,98
D8SAFCTUGPD	339030	33903036	2023NE000472	0	0	R\$ 115,00
D8SAFCTUGPD	339030	33903036	2023NE000473	0	0	R\$ 550,40
D8SAFCTUGPD	339030	33903036	2023NE000477	0	0	R\$ 4.300,00
D8SAFCTUGPD	339030	33903036	2023NE000636	0	0	R\$ 416,40
D8SAFCTUGPD	339030	33903036	2023NE001009	0	0	R\$ 4.459,00
D8SAFCTUGPD	339030	33903036	2023NE001089	0	0	R\$ 17.664,99
D8SAFCTUGPD	339030	33903036	2023NE001207	0	0	R\$ 17.664,99
D8SAFCTUGPD	339030	33903009	2023NE000607	0	0	R\$ 2.427,90
D8SAFCTUGPD	339030	33903025	2023NE000346	0	0	R\$ 8.795,00
D8SAFUSUGPD	339030	33903010	2023NE000754	0	0	R\$ 1.544,35
D8SAFUSUGPD	339030	33903028	2023NE000754	0	0	R\$ 8,25
D8SAFUSUGPD	339030	33903016	2023NE000807	0	0	R\$ 715,00
D8SAFUSUGPD	339030	33903009	2023NE000810	0	0	R\$ 884,00
D8SAFUSUGPD	339030	33903009	2023NE000843	0	0	R\$ 3.255,00
D8SAFUSUGPD	339030	33903009	2023NE000844	0	0	R\$ 8.957,50
D8SAFUSUGPD	339030	33903009	2023NE000845	0	0	R\$ 4.360,00
D8SAFUSUGPD	339030	33903010	2023NE000979	R\$ 4.789,81	R\$ 4.789,81	0
D8SAFUSUGPD	339030	33903035	2023NE001009	0	0	R\$ 4.459,00
D8SAFUSUGPD	339030	33903035	2023NE001089	0	0	R\$ 17.664,99
D8SAFUSUGPD	339030	33903010	2023NE001093	0	0	R\$ 2.399,58
D8SAFUSUGPD	339030	33903036	2023NE001093	0	0	R\$ 53,40
VALOR TOTAL :						R\$ 142.049,55

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 368.103,75

A estimativa das quantidades contratadas é baseada nas aquisições do Laboratório de Análises Clínicas (LAC) para desempenho das atividades nos anos de 2022 e 2023. A expectativa da demanda futura repousa sobre a perspectiva máxima de atendimento diário, dando início à sua atividade de execução completa. As junções das informações supracitadas serviram para ajustar a estimativa das quantidades a serem contratadas para as atividades laboratoriais iniciais, cominando assim nos dados do DIEX de solicitação.

Diante ao exposto, a estimativa total do valor da contratação é de **R\$ 368.103,75 (trezentos e sessenta e oito mil, cento e três reais e setenta e cinco centavos)**.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A contratação do objeto a ser licitado no presente processo prescinde de parcelamento do objeto, tendo em vista que as aquisições serão efetivadas conforme a disponibilidade orçamentária e as necessidades do Órgão, durante a vigência da Ata de Registro de Preços. Destarte, torna-se econômica e tecnicamente inviável o parcelamento do objeto, visando economia de escala e as características do mesmo.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária a realização de aquisições correlatas ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Aquisição de material laboratorial de consumo, a fim de atender às necessidades do Posto Médico de Guarnição de Maceió (PMGu) durante o período de 12 meses, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Prover o Serviço de Análises Clínicas do Posto Médico de Guarnição (PMGu) do 59º Batalhão de Infantaria Motorizado, com o propósito de viabilizar a realização de exames para o apoio do diagnóstico laboratorial necessário, dando continuidade nas ações de saúde oferecidas aos usuários do Sistema de Saúde do Exército (FUSEX).

13. Providências a serem Adotadas

A presente aquisição requer o acompanhamento de profissional qualificado para analisar, julgar e receber os insumos adquiridos, de forma a verificar que todas as especificações técnicas e exigências solicitadas foram cumpridas.



14. Possíveis Impactos Ambientais

De acordo com a Instrução Normativa MPOG nº 01/2010, a empresa deverá atender aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, no que se aplica ao objeto, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, tais como:

1. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas da ABNT;
2. Que sejam observados os requisitos ambientais de acordo com o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
3. Que os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
4. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
5. A empresa deverá reconhecer seu compromisso sócio ambiental, mantendo-se disponível à fiscalização pelos órgãos responsáveis.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Justifica-se a viabilidade da presente contratação, conforme demonstrado neste instrumento, todos os estudos de anos anteriores demonstram que o objeto e as quantidades solicitadas estão em conformidade com as necessidades do Laboratório de Análises Clínicas do PMGu, o qual desde sua reabertura em 2022 produz recurso por produção interna e consequentemente demanda aquisições para ressurgimento dos materiais utilizados em rotina.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Chefe da equipe de planejamento da contratação.



Assinou eletronicamente em 22/07/2024 às 14:44:22.



Matriz de Gerenciamento de Riscos

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos: 87/2024
 Responsável pela Edição: [Redacted]
 Data de Criação: 22/07/2024 14:18
 Objeto da Matriz de Riscos: Avaliar o nível de cada risco relativo identificado, sua ocorrência e impacto que dele decorreria na aquisição de medicamentos gerais e oncológicos.

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Não recebimento do objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos	Atraso na transportadora, não armazenamento e embalagem correta dos materiais a serem transportados, extravio dos materiais durante o transporte e falta do item pedido e substituição por outro similar.	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio	

Impactos						
1	Solução de continuidade no atendimento laboratorial.					
Ações Preventivas						
P-01	Fiscalizar prazos e rastrear entregar junto a transportadora.			Responsável: [Redacted]		
Ações de Contingência						
C-01	Acompanhar o prazo estabelecido para entrega, e comunicar à contratada caso atrase a entrega.			Responsável: [Redacted]		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Não reciclar a instrução de recebimento de material	Falta de verificação minuciosa, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.	Planejamento	Administração	Baixo	

Impactos						
1	Solução de continuidade no atendimento laboratorial.					
Ações Preventivas						
P-01	Acompanhar todas as etapas.			Responsável: [Redacted]		
Ações de Contingência						
C-01	Reciclar a instrução de recebimento de material.			Responsável: [Redacted]		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Falta de comunicação à contratada, por escrito, sobre irregularidades verificadas no objeto fornecido	Falta de comunicação à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.	Gestão de Contrato	Administração	Baixo	

Impactos						
1	Recebimento de material danificado que implicará em prejuízo do seu consumo					
Ações Preventivas						
P-01	Reduzir a falta de comunicação por escrito.			Responsável: [Redacted]		
Ações de Contingência						
C-01	Gerenciar pontos de controle preestabelecidos para a entrega do objeto.			Responsável: [Redacted]		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-04	Falha na fiscalização contratada	Falta de acompanhamento e fiscalização da do cumprimento das obrigações da contratada.	Gestão de Contrato	Administração	Médio	

Impactos						
1	Não recebimento do material na data programada.					
2	Solução de continuidade no atendimento laboratorial.					

Ações Preventivas:

P-01 Fiscalizar a contratada.

Responsável: [REDACTED]

Ações de Contingência

C-01 Envio de notificação por escrito.

Responsável: [REDACTED]

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-05	Erro ou atraso na efetuação do pagamento à contratada	Erro ou atraso na efetuação do pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos.	Gestão de Contrato	Administração	Baixo	

Impactos

1 Solução de continuidade no atendimento laboratorial.

Ações Preventivas

P-01 Acompanhar e conferir o trâmite do processo para pagamento à contratada.

Responsável: [REDACTED]

Ações de Contingência

C-01 Corrigir processo de pagamento, caso tenha erro.

Responsável: [REDACTED]

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-06	Não recebimento do objeto em perfeitas condições	Não recebimento do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.	Gestão de Contrato	Administração	Médio	

Impactos

1 Solução de continuidade no atendimento laboratorial., visto que o material em mal condição acarreta falta de segurança no resultado do exame.

Ações Preventivas

P-01 Realizar o recebimento do objeto, envolvendo com a seção técnica que detenha o conhecimento de funcionamento do objeto.

Responsável: [REDACTED]

Ações de Contingência

C-01 Retroceder o objeto defeituoso e realizar a troca com a contratada.

Responsável: [REDACTED]

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-07	Falha na verificação de vícios e danos decorrentes do objeto	Falta de verificação se há vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do código de defesa do consumidor (lei nº 8.078, de 1990).	Planejamento	Administração	Médio	

Impactos

1 Danos ao erário e aos usuários do atendimento laboratorial do FuSEX por defeitos relativos a prestação de serviços da contratada.

Ações Preventivas

P-01 Fiscalizar a contratada.

Responsável: [REDACTED]

Ações de Contingência

C-01 Retroceder objeto ou material defeituoso.

Responsável: [REDACTED]

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-08	Atraso decorrente da substituição, reparo ou correção de objetos com avarias ou defeitos	Atraso na substituição, reparo ou correção, no prazo fixado no Termo de Referência, para objetos com avarias ou defeitos. - Atraso da empresa contratada nos trâmites, atraso no transporte (transportadora), avaria durante o transporte ou decorrente de embalagem inapropriada para o objeto em questão.	Gestão de Contrato	Contratada	Médio	

Impactos

1 Falta de material laboratorial.

2 Prejudicar o atendimento dos usuários.

Ações Preventivas

P-01 Fazer ligação com a contratada caso seja necessário substituição, reparo ou correção de algum objeto.

Responsável: [REDACTED]

Ações de Contingência

C-01 Cancelar compra e devolver o material em caso de não conseguir trocar o material avariado.

Responsável: [REDACTED]

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-09	Falta de comunicação da contratante	Falta de comunicação à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas caso que antecede a data da entrega, os	Gestão de Contrato	Contratada	Médio	

haja impossibilidade motivos que impossibilitem o cumprimento de cumprimento do do prazo previsto, com a devida prazo previsto comprovação.



Impactos

- 1 Atraso do recebimento do material laboratorial.
- 2 Falta de material.

Ações Preventivas

P-01 Gerenciar dia anterior à entrega do objeto se há comunicado da contratada.

Responsável: [Redacted]

Ações de Contingência

C-01 Entrar em contato por e-mail e ligação notificando o atraso e solicitando solução em prazo ágil.

Responsável: [Redacted]

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-10	Falta de verificação se a contratada manteve, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.	Não acompanhamento e fiscalização dos integrantes da Organização Militar junto à contratada.	Gestão de Contrato	Administração	Médio	

Impactos

1 Não compatibilidade das obrigações assumidas pela contratada durante a execução do contrato.

Ações Preventivas

P-01 Fiscalizar a contratada.

Responsável: [Redacted]

Ações de Contingência

C-01 Fiscalizar e notificar a contratada.

Responsável: [Redacted]

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-11	Verificação da contratada quanto a impacto sobre recursos naturais	Falta de verificação se a contratada fornece bens com menor impacto sobre solo e água, dando preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio	

Impactos

1 Recebimentos de materiais com maior dano ao meio ambiente.

Ações Preventivas

P-01 Fiscalização no ato do recebimento do objeto.

Responsável: [Redacted]

Ações de Contingência

C-01 Retroceder objeto.

Responsável: [Redacted]

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-12	Verificação se a contratada utiliza inovações que protejam o meio ambiente e recursos naturais	Falta de verificação se a contratada fornece bens que utilizem inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais e possuam origem ambientalmente regular dos recursos naturais.	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio	

Impactos

1 Colaboração com impactos negativos ao meio ambiente.

Ações Preventivas

P-01 Fiscalização no ato do recebimento do objeto.

Responsável: [Redacted]

Ações de Contingência

C-01 Retroceder objeto.

Responsável: [Redacted]

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-13	Verificação se a contratada trabalha com materiais ecologicamente corretos e recicláveis	Falta de verificação se a contratada fornece bens que utilizem peças, componentes, acessórios ou qualquer outro material que sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclável, atóxico e, quando for o caso, biodegradável.	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio	

Impactos

1 Colaboração com impactos negativos ao meio ambiente.

Ações Preventivas

P-01 Fiscalização no ato do recebimento do objeto.

Responsável: [Redacted]

Ações de Contingência

C-01 Retroceder objeto.

Responsável: [REDACTED]

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (L X P)	Nº Item
R-14	Verificação do impacto ambiental e sustentabilidade da contratada	Falta de verificação se a contratada fornece bens que utilizem de peças, componentes, acessórios ou quaisquer outros materiais sustentáveis ou de menor impacto ambiental e que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio	

Impactos

1 Colaboração com impactos negativos ao meio ambiente.

Ações Preventivas

P-01 Fiscalização no ato do recebimento do objeto.

Responsável: [REDACTED]

Ações de Contingência

C-01 Retroceder objeto.

Responsável: [REDACTED]

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (L X P)	Nº Item
R-15	Falta de logística reversa na contratação	Falta de verificação da implementação de logística reversa na contratação, em atendimento ao contido na Lei nº 12.305 /2010, Art. 33, Inc. VI.	Planejamento	Contratada	Médio	

Impactos

1 Não ocorrer a troca de material ou instrumental danificado sem dano adicional ao órgão público.

Ações Preventivas

P-01 Adicionar informação de logística reversa nos documentos de contratação.

Responsável: [REDACTED]

Ações de Contingência

C-01 Fiscalizar no ato de recebimento.

Responsável: [REDACTED]

C-02 Retroceder objeto por logística reversa.

Responsável: [REDACTED]

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

[REDACTED]

Chefe do laboratório



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
C M N E - 10ª BDA INF MTZ
59º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO
(BATALHÃO HERMES ERNESTO DA FONSECA)**

Documento de formalização da pesquisa de preços

I - OBJETO DA CONTRATAÇÃO

O objeto da presente contratação é aquisição de material laboratorial.

II - PARÂMETROS CONSULTADOS

2.1. Para a definição do valor estimado da contratação foram utilizados os parâmetros previstos na IN Seges/ME nº 65/2021, conforme discriminado na tabela abaixo:

1-16, 18,19,21,22,28, 30-52.	Composição de custos unitários correspondentes a sistemas oficiais de governo. Conforme preconiza inciso I do art. 5º da IN 65/2021.	Foi realizada pesquisa no Compras.gov com intuito de manter os preços compatíveis com os preços aplicados no mercado da região à época.
17,20,23-27, 29, 53-62.	“Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive sistemas de registro de preços, observando o índice de atualização de preços.” inciso II do art. 5º da IN.65/2021.	Foi realizada pesquisa no SAG – TC Manfrini com intuito de manter os preços compatíveis com os preços aplicados no mercado da região à época.

2.2. Foram priorizadas a consulta aos sistemas oficiais de governo e às contratações similares feitas pela Administração Pública, em conformidade com o artigo 5º, §1º da IN Seges/ME nº 65/2021.

2.2. Na consulta direta com fornecedores, foi enviada comunicação às seguintes empresas:

Não se aplica

2.3. O preço estimado para a contratação considerou a média de três cotações, nos termos do artigo 6º, §5º da IN Seges/ME nº 65/2021.

III - SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS

Segue em anexo a série de preços coletados para obtenção do valor estimado.



IV - METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DO PREÇO ESTIMADO

4.1. Dentro dos preços coletados, foram desconsiderados aqueles inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados.

4.2. A obtenção do preço estimado deu-se com base na média dos valores obtidos na pesquisa de preços, em razão de manter os preços compatíveis com aqueles aplicados no mercado da região à época.

V - MEMÓRIA DE CÁLCULO E CONCLUSÃO

5.1. O preço estimado da contratação é de R\$ 368.183,75 (trezentos e sessenta e oito mil, cento e oitenta e três reais e setenta e cinco centavos), conforme memória de cálculo das aquisições anteriores e expectativa de expansão de atendimento ao usuário.

5.2. Após a realização de pesquisa de preços em conformidade com a IN Seges/ME nº 65/2021, certifica-se que o preço estimado para a presente contratação é compatível com os praticados no mercado.

VI - IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA DE PREÇOS

6.1. A presente pesquisa de preços foi conduzida por: [REDACTED] - 1º Ten

Maceió – AL , 23 de julho de 2024.

[REDACTED] - 1º Ten
Chefe do laboratório



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
C M N E - 10ª BDA INF MTZ
59º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO
(BATALHÃO HERMES ERNESTO DA FONSECA)



ANEXO II - Lista de verificação

Formalização⁶			
1.	A pesquisa foi materializada em documento e acostada aos autos do processo?	SIM	
2.	A formalização da pesquisa apresenta descrição suficiente do objeto a ser contratado?	SIM	
3.	Há identificação dos agentes responsáveis pela pesquisa?	SIM	
Parâmetros⁷			
4.	Há indicação das fontes/parâmetros consultados?	SIM	
4.1	Foram usados preferencialmente os parâmetros I e II do art. 5º da IN nº 65, de 2021?	SIM	
4.2	Na ausência de uso dos parâmetros prioritários, foi apresentada justificativa técnica com a comprovação da tentativa de seu emprego?	NA	
4.3	A justificativa do item anterior foi aprovada pela autoridade competente?	NA	
5.	No caso de uso de sistemas oficiais de governo (inciso I):		
5.1	A composição de custos unitários considerou apenas os valores menores ou iguais à mediana do item correspondente?	NÃO	Foi utilizado o valor da média.
5.2	Foi observado o índice de atualização de preços correspondente?	SIM	

⁶ Na pesquisa de preços realizada no sistema Compras.gov.br, é gerado um Relatório que contém, entre outras, as informações do objeto, memória de cálculo, agente responsável pela pesquisa, fontes e parâmetros consultados.

⁷ De igual modo, não foi abordado o parâmetro da base nacional de notas fiscais eletrônicas, pois se aguarda regulamentação.

5.3	No caso de o valor estimado ter sido obtido unicamente com base nos sistemas oficiais de governo, o valor foi igual ou menor à mediana?	NÃO	Foi utilizado o valor da média.
6.	No caso de contratações similares (inciso II) da Administração Pública:		
6.1	Os preços coletados referem-se a contratações ainda em execução ou que foram concluídas em até um ano antes da pesquisa?	SIM	
6.2	Foi observado o índice de atualização de preços correspondente?	SIM	
7.	No caso de pesquisa em mídia especializada, tabela de referência, sítios eletrônicos (inciso III):		
7.1	Os preços coletados são atuais?	NA	
7.2	Os dados estão compreendidos no intervalo de até seis meses antes da data de divulgação do edital?	NA	
7.3	A pesquisa possui data e hora de acesso?	NA	
8.	No caso de pesquisa direta (inciso IV):		
8.1.	Foi justificada a escolha dos fornecedores?	NA	
8.2.	Houve algum fornecedor consultado que não enviou proposta?	NA	
8.3.	Se houve fornecedor que não respondeu, o fato foi registrado nos autos?	NA	
8.4.	Foi dado prazo de resposta ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto?	NA	
8.5.	A proposta encaminhada apresentou todos os elementos necessários: descrição do objeto, valor unitário e total, CPF ou CNPJ, endereço físico ou eletrônico, telefone de contato, data de emissão e nome completo do responsável com identificação?	NA	



Critérios⁸			
9.	<i>Durante a coleta dos preços, foram consideradas as condições comerciais praticadas, como prazo, local de entrega, frete, necessidade de instalação e montagem, forma de pagamento, entre outros descritos no art. 4º da IN nº 65, de 2021?</i>	SIM	
Metodologia			
10.	<i>A série de preços coletados possui no mínimo três valores aceitáveis, desconsiderados os inexequíveis, inconsistentes e excessivamente elevados?</i>	SIM	
10.1	<i>No caso de pesquisa com menos de três preços, foi apresentada justificativa técnica e autorização da autoridade competente?</i>	NA	
11.	<i>Os preços coletados passaram por uma análise crítica quanto às condições comerciais praticadas?</i>	SIM	
11.1	<i>Os preços coletados foram retirados de contratos que possuem objetos semelhantes aos que pretendem contratar?</i>	SIM	
11.2	<i>Houve desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis e excessivamente elevados?</i>	SIM	
11.3	<i>Foi apresentada justificativa da metodologia usada para desconsiderar os valores?</i>	SIM	
12.	<i>Foi indicado e justificado o método estatístico aplicado para definição do valor estimado?</i>	SIM	
13.	<i>A memória de cálculo e os documentos que dão suporte foram acostados aos autos?</i>	NA	
Contratações diretas			
14.	<i>Foi possível aplicar os parâmetros do art. 5º da IN nº 65, de 2021?</i>	NA	

⁸ Não foi abordada a previsão de taxa de risco, tendo em vista que ainda não há regulamentação, tratando-se, portanto, de regra de eficácia contida.

CA

14.1	<i>Em caso negativo, a justificativa do preço foi realizada por meio da apresentação de NFs que a futura contratada emitiu para outros contratantes?</i>	NA	
14.2	<i>A NF apresentada refere-se a objeto idêntico contratado no período de até um ano anterior à data da contratação pela Administração?</i>	NA	
14.3	<i>No caso de o objeto não ser idêntico, a futura contratada comprovou que as especificações técnicas são similares ou compatíveis com o objeto pretendido?</i>	NA	
14.4	<i>Algum outro método idôneo foi utilizado em substituição aos descritos nos itens 15.1 e 15.3?</i>	NA	
14.5	<i>A pesquisa de preços demonstrou possibilidade de competição no mercado?</i> ⁹	NA	
15.	<i>No caso de dispensa baseada nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a cotação junto a fornecedores foi formalizada no processo?</i>	NA	
15.1	<i>A pesquisa considerou, no mínimo, o número de concorrentes participantes do procedimento de dispensa e os valores por eles ofertados, conforme § 1º do art. 16 da IN nº 67, 2021?</i>	NA	
Sigilo			
16.	<i>O orçamento precisou ser classificado como sigiloso?</i>	NÃO	
16.1	<i>Se sim, foi apresentada justificativa para a classificação?</i>	NA	

⁹ Segundo art. 7º, § 3º, da IN nº 65, de 2021, é vedada a contratação direta por inexigibilidade caso a justificativa de preços demonstre a possibilidade de competição.

ua

Relatório de pesquisa de preço

Relatório Resumido

Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
51/2023	160004	Concluída	[REDACTED]

Título: Substancias para diagnóstico In vitro - Reagentes laboratoriais.

Observações: Atende aos reagentes e insumos necessários para realização de exames laboratoriais.

Total de itens cotados: 35 **Valor total da pesquisa de preços:** R\$ 311.330,4400

Itens cotados

Item: 1 **34**

Descrição do Item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
458641 - Tubo Para Coleta De Amostra Biológica Material: Plástico Volume: 5 ML; Componentes: Com Citrato De Sódio 3,2%; Uso: Coleta De Sangue Característica Adicional: A Vácuo Esterilidade: Estéril, Descartável	Unidade	3500
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço: R\$ 0,6400	Média: R\$ 0,8467	Mediana: R\$ 0,7100
Coeficiente de Variação: 28,8650% Desvio Padrão: 0,2444 Maior Preço: R\$ 1,1900		
Método de cálculo adotado: Média		

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Início	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI - Compras.gov.br	2000	Unidade	R\$ 1,1900	15/12/2023	Sim
2		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	3000	Unidade	R\$ 0,6400	05/12/2023	Sim
3		ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 60,0000	09/11/2023	Não
4		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RORAIMA - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 43,0000	30/10/2023	Não
5		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2000	Unidade	R\$ 0,4000	30/10/2023	Não
6		PREFEITURA MUNICIPAL DE CACERES - MT - Compras.gov.br	5000	Unidade	R\$ 0,1800	25/10/2023	Não
7		ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	6000	Unidade	R\$ 0,5600	01/09/2023	Não
8		ESTADO DO MATO GROSSO - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 39,0000	09/08/2023	Não
9		MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS - Compras.gov.br	20000	Unidade	R\$ 0,7100	12/05/2023	Sim

10	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	541800	Unidade	R\$ 0,5300	17/04/2023	Não
11	PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREI-SP - Compras.gov.br	9000	Unidade	R\$ 0,4900	05/04/2023	Não
12	PREFEITURA DE DOM BASILIO - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 59,9000	10/03/2023	Não
13	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 55,0000	06/03/2023	Não
14	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 45,0000	06/03/2023	Não
15	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	750	Unidade	R\$ 53,0000	06/03/2023	Não
16	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	2250	Unidade	R\$ 87,2500	06/03/2023	Não
17	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	750	Unidade	R\$ 70,0000	06/03/2023	Não
18	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	2250	Unidade	R\$ 70,0000	06/03/2023	Não
19	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	1250	Unidade	R\$ 28,0000	06/03/2023	Não
20	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	3750	Unidade	R\$ 23,0000	06/03/2023	Não

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 2

28

Descrição do item
 432071 - Tubo Para Coleta De Amostra Biológica Material: Plástico
 Volume: 4 ML, Componentes: Com Fluoreto De Sódio , Uso:
 Coleta De Sangue , Característica Adicional: À Vácuo ,
 Esterilidade: Estéril, Descartável

Unidade de Fornecimento **Quantidade**
 Unidade 2000

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço: R\$ 1,1600 Média: R\$ 1,5767 Mediana: R\$ 1,6300 Coeficiente de Variação: 20,3400%
 Desvio Padrão: 0,3207 Maior Preço: R\$ 1,9400

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
 Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1000	Unidade	R\$ 1,9400	13/12/2023	Sim
2		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	220000	Unidade	R\$ 1,6300	12/12/2023	Sim
3		FUNDACAO OSWALDO CRUZ - Compras.gov.br	700	Unidade	R\$ 0,3200	01/12/2023	Não
4		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 0,4000	29/11/2023	Não
5		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	3000	Unidade	R\$ 0,5600	28/11/2023	Não
6		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	374	Unidade	R\$ 49,1900	23/11/2023	Não
7		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1627	Unidade	R\$ 38,5000	23/11/2023	Não
8		UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 134,0000	21/11/2023	Não
9		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	6250	Unidade	R\$ 0,4300	30/10/2023	Não
10		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	10250	Unidade	R\$ 0,5200	04/10/2023	Não
11		FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA - Compras.gov.br	255	Unidade	R\$ 39,9600	04/09/2023	Não
12		PREFEITURA MUNICIPAL DE CACERES - MT - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 27,4200	29/08/2023	Não



13		PREFEITURA MUNICIPAL DE CACERES - MT - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 28,1000	29/07/2023	Não
14		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 0,3400	18/08/2023	Não
15		PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMOTEO - MG - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 49,6000	03/07/2023	Não
16		PREFEITURA DE CASCAVEL / PR - Compras.gov.br	125000	Unidade	R\$ 0,9700	22/06/2023	Não
17		SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - GDF - Compras.gov.br	85177	Unidade	R\$ 0,3900	07/06/2023	Não
18		UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS - Compras.gov.br	72	Unidade	R\$ 0,7300	05/06/2023	Não
19		ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	1200	Unidade	R\$ 0,2900	22/05/2023	Não
20		ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 75,0000	15/05/2023	Não
21		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	3001	Unidade	R\$ 0,5000	12/04/2023	Não
22		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 0,4900	28/03/2023	Não
23		INST.FED.DE EDUC.,CIENCIA E TEC. GOIANO - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 1,0000	06/02/2023	Não
24		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2000	Unidade	R\$ 0,5000	18/01/2023	Não
25		ESTADO DO MARANHAO - Compras.gov.br	25	Unidade	R\$ 58,0000	11/01/2023	Não
26		FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL - Compras.gov.br	1500	Unidade	R\$ 1,1600	29/12/2022	Sim
27		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2000	Unidade	R\$ 0,5000	22/12/2022	Não

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 3

31

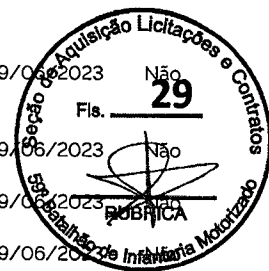
Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
377598 - Tubo Para Coleta De Amostra Biológica Material: Plástico . Volume: 4 ML, Componentes: Com Edta-K2 , Uso: Coleta De Sangue , Característica Adicional: À Vácuo , Esterilidade: Estéril, Descartável	Unidade	5000
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	R\$ 0,3500	
Médja	R\$ 0,7000	
Mediana	R\$ 0,8700	
Coeficiente de Variação:	36,5286%	
Desvio Padrão:	0,2557	
Maior Preço:	R\$ 0,9500	
Método de cálculo adotado: Médiana		

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		GRUPAMENTO DE APOIO DE RECIFE - Compras.gov.br	80000	Unidade	R\$ 0,4200	20/12/2023	Não
2		UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	334800	Unidade	R\$ 0,2900	04/04/2024	Não
3		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	70000	Unidade	R\$ 1,4700	12/12/2023	Não
4		EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 70,7000	07/12/2023	Não
5		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	5000	Unidade	R\$ 0,7000	05/12/2023	Não

6		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	3000	Unidade	R\$ 0,3300	01/12/2023	Não
7		ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	460	Unidade	R\$ 33,9000	30/11/2023	Não
8		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	280800	Unidade	R\$ 0,4900	28/11/2023	Não
9		PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL - RN - Compras.gov.br	20000	Unidade	R\$ 0,3300	27/11/2023	Não
10		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	5031	Unidade	R\$ 0,5000	23/11/2023	Não
11		PREFEITURA DE LONDRINA - PR - Compras.gov.br	475000	Unidade	R\$ 0,3900	10/11/2023	Não
12		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5000	Unidade	R\$ 0,4000	30/10/2023	Não
13		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	14500	Unidade	R\$ 0,2800	19/10/2023	Não
14		COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	156600	Unidade	R\$ 0,4400	17/10/2023	Não
15		FUNDACAO OSWALDO CRUZ - Compras.gov.br	6000	Unidade	R\$ 1,1000	26/09/2023	Não
16		GRUPAMENTO DE APOIO DE CANOAS - Compras.gov.br	10100	Unidade	R\$ 0,4400	14/09/2023	Não
17		UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 65,2900	06/09/2023	Não
18		MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	122575	Unidade	R\$ 0,5300	06/09/2023	Não
19		MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	367725	Unidade	R\$ 0,5200	06/09/2023	Não
20		ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	165000	Unidade	R\$ 0,3400	05/09/2023	Não
21		UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 33,9000	01/09/2023	Não
22		UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 50,0000	25/08/2023	Não
23		ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	70000	Unidade	R\$ 0,3500	24/08/2023	Não
24		PREFEITURA DE SAO JOSE DOS PINHAIS - PR - Compras.gov.br	50000	Unidade	R\$ 0,3900	24/08/2023	Não
25		PREFEITURA DE SAO JOSE DOS PINHAIS - PR - Compras.gov.br	150000	Unidade	R\$ 0,3000	24/08/2023	Não
26		ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	30000	Unidade	R\$ 0,3600	22/08/2023	Não
27		UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - Compras.gov.br	38	Unidade	R\$ 65,0000	16/08/2023	Não
28		UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	1500	Unidade	R\$ 0,8700	14/08/2023	Sim
29		ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	32000	Unidade	R\$ 0,3700	02/02/2024	Não
30		ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	10000	Unidade	R\$ 0,5600	03/08/2023	Não
31		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	40000	Unidade	R\$ 0,4300	01/08/2023	Não
32		COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	10000	Unidade	R\$ 0,5600	13/07/2023	Não
33		PREFEITURA DE SANTA MARIA/RS - Compras.gov.br	400	Unidade	R\$ 0,8500	13/07/2023	Não
34		UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO - Compras.gov.br	650	Unidade	R\$ 0,6800	03/07/2023	Não
35		PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO - MA - Compras.gov.br	2000	Unidade	R\$ 0,9500	28/06/2023	Sim
36		PREFEITURA DE CASCAVEL / PR - Compras.gov.br	91000	Unidade	R\$ 0,5200	22/06/2023	Não
37		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	105500	Unidade	R\$ 0,3900	21/06/2023	Não

38		ESTADO DO MARANHAO - Compras.gov.br	25	Unidade	R\$ 16,5020	19/06/2023	Não
39		UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - Compras.gov.br	12000	Unidade	R\$ 0,4300	19/06/2023	Não
40		ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	75200	Unidade	R\$ 1,8150	19/06/2023	Não
41		FUNDACAO OSWALDO CRUZ - Compras.gov.br	2000	Unidade	R\$ 0,5200	19/06/2023	Não
42		ESTADO DE SERGIPE - Compras.gov.br	20000	Unidade	R\$ 0,7100	02/06/2023	Não
43		ESTADO DE SERGIPE - Compras.gov.br	187500	Unidade	R\$ 0,3300	02/06/2023	Não
44		ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	15000	Unidade	R\$ 0,4300	24/05/2023	Sim
45		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	3000	Unidade	R\$ 0,3400	18/05/2023	Não
46		UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br	4000	Unidade	R\$ 0,9000	09/05/2023	Sim
47		ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	50000	Unidade	R\$ 0,2800	25/04/2023	Não
48		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5000	Unidade	R\$ 0,3500	25/04/2023	Sim
49		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	32000	Unidade	R\$ 0,4400	12/04/2023	Não
50		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	2500	Unidade	R\$ 0,4000	05/04/2023	Não



Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 4

32

Descrição do item

437174 - Cateter Periférico Aplicação: Venoso , Modelo: Tipo Escalpe , Material: Agulha Aço Inox , Diâmetro: 23 GAU. Componente Adicional: C/ Asa De Fixação. Tubo Extensor , Conector: Conector Padrão C/ Tampa , Componente 1: C/ Adaptador Coleta À Vácuo , Componente 2: C/ Sistema Segurança Segundo Nr/32 , Tipo Uso: Estéril, Descartável, Embalagem Individual

Unidade de Fornecimento **Quantidade**

Unidade 3000

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço: R\$ 0,8500 Média: R\$ 0,8833 Mediana: R\$ 0,8900 Coeficiente de Variação: 2,8190%
Desvio Padrão: 0,0249 Maior Preço: R\$ 0,9100

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		BASE AEREA DE SANTA MARIA - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 0,5900	28/12/2023	Não
2		ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	11781	Unidade	R\$ 1,0800	20/12/2023	Não
3		ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	313	Unidade	R\$ 1,0800	20/12/2023	Não
4		ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	35344	Unidade	R\$ 1,0800	20/12/2023	Não
5		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 3,0000	19/12/2023	Não
6		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	11265	Unidade	R\$ 0,4800	26/01/2024	Não
7		UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 1,0000	15/12/2023	Não
8		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2000	Unidade	R\$ 0,4700	14/12/2023	Não
		PREFEITURA DE RIO LARGO - AL -					

9		Compras.gov.br	10000	Unidade	R\$ 0,2800	12/12/2023	Não
10		PREFEITURA DE RIO LARGO - AL - Compras.gov.br	23000	Unidade	R\$ 0,2800	12/12/2023	Não
11		PREFEITURA DE RIO LARGO - AL - Compras.gov.br	10000	Unidade	R\$ 0,2800	12/12/2023	Não
12		PREFEITURA DE RIO LARGO - AL - Compras.gov.br	10000	Unidade	R\$ 0,2800	12/12/2023	Não
13		PREFEITURA DE RIO LARGO - AL - Compras.gov.br	23000	Unidade	R\$ 0,2800	12/12/2023	Não
14		ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	15000	Unidade	R\$ 0,2000	12/12/2023	Não
15		FUNDACAO OSWALDO CRUZ - Compras.gov.br	5500	Unidade	R\$ 0,7200	07/12/2023	Não
16		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	3000	Unidade	R\$ 0,7500	05/12/2023	Não
17		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	82000	Unidade	R\$ 0,7500	04/12/2023	Não
18		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2150	Unidade	R\$ 1,2800	04/12/2023	Não
19		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5000	Unidade	R\$ 2,9800	30/11/2023	Não
20		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	900	Unidade	R\$ 0,8900	30/11/2023	Sim
21		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2000	Unidade	R\$ 0,5900	29/11/2023	Não
22		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	102600	Unidade	R\$ 0,7500	28/11/2023	Não
23		PREFEITURA DE GUARATUBA - PR - Compras.gov.br	1400	Unidade	R\$ 0,2100	27/11/2023	Não
24		PREFEITURA DE RIBEIRÃO PRETO - Compras.gov.br	18000	Unidade	R\$ 0,7100	23/11/2023	Não
25		ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	36000	Unidade	R\$ 0,8500	22/11/2023	Não
26		ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	108000	Unidade	R\$ 0,5400	22/11/2023	Não
27		PREFEITURA DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES - PR - Compras.gov.br	2000	Unidade	R\$ 0,2000	14/11/2023	Não
28		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5000	Unidade	R\$ 0,7000	14/11/2023	Não
29		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	30000	Unidade	R\$ 4,5900	19/01/2024	Não
30		PREFEITURA DE FLORAI - PR - Compras.gov.br	2000	Unidade	R\$ 0,1900	08/11/2023	Não
31		UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 1,0000	08/11/2023	Não
32		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	35000	Unidade	R\$ 0,3800	08/11/2023	Não
33		PREFEITURA DE MARINGA - PR - Compras.gov.br	60840	Unidade	R\$ 0,2340	06/11/2023	Não
34		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 0,4700	01/11/2023	Não
35		UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 0,3700	31/10/2023	Não
36		UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	400	Unidade	R\$ 0,9100	27/10/2023	Sim
37		PREFEITURA DE PINHALAO - Compras.gov.br	6000	Unidade	R\$ 0,1899	26/10/2023	Não
38		ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	15000	Unidade	R\$ 0,2100	26/10/2023	Não
39		ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	6000	Unidade	R\$ 0,1900	11/10/2023	Não
40		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	15360	Unidade	R\$ 0,4100	04/10/2023	Não
41		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2000	Unidade	R\$ 0,2500	03/10/2023	Não

42		_COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 0,2400	02/10/2023	Não
43		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	3000	Unidade	R\$ 0,3000	25/09/2023	Não
44		UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - Compras.gov.br	15000	Unidade	R\$ 0,3500	21/09/2023	Não
45		SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - GDF - Compras.gov.br	197655	Unidade	R\$ 0,3000	18/09/2023	Não
46		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	72000	Unidade	R\$ 0,5400	13/09/2023	Não
47		ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	121900	Unidade	R\$ 0,2200	12/09/2023	Não
48		ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	1000	Unidade	R\$ 0,8500	11/09/2023	Não
49		ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	2000	Unidade	R\$ 0,8500	11/09/2023	Sim
50		ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	2000	Unidade	R\$ 0,2500	11/09/2023	Não



Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 5
33

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
437173 - Cateter Periférico Aplicação: Venoso , Modelo: Tipo Escalpe , Material Agulha: Agulha Aço Inox . Diâmetro: 21.GAU, Componente Adicional: C/ Asa De Fixação, Tubo Extensor , Conector: Conector Padrão C/ Tampa , Componente 1: C/ Adaptador Coleta À Vácuo , Componente 2: C/ Sistema Segurança Segundo Nr/32 , Tipo Uso: Estéril, Descartável, Embalagem Individual	Unidade	3000

Consolidação dos preços cotados			
Menor Preço	Média	● Mediana	Coefficiente de Variação: 15,8049%
R\$ 0,7000	R\$ 0,8200	R\$ 0,7600	Desvio- Padrão: 0,1296
			Maior Preço: R\$ 1,0000

Método de cálculo adotado: Médiana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	11250	Unidade	R\$ 2,4500	21/12/2023	Não
2		UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	360	Unidade	R\$ 0,5400	20/12/2023	Não
3		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 3,0900	19/12/2023	Não
4		UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 1,0000	15/12/2023	Sim
5		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2000	Unidade	R\$ 0,4500	14/12/2023	Não
6		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	7041	Unidade	R\$ 0,3000	18/04/2024	Não
7		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R. G.DO NORTE - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 0,4900	12/12/2023	Não
8		ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	15000	Unidade	R\$ 0,2000	12/12/2023	Não
9		FUNDACAO OSWALDO CRUZ - Compras.gov.br	4000	Unidade	R\$ 0,6000	07/12/2023	Não
10		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1660	Unidade	R\$ 25,9800	04/12/2023	Não
11		ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	800	Unidade	R\$ 25,7100	01/12/2023	Não
		COMANDO DA MARINHA - Compras.					

▲ 12		gov.br	200	Unidade	R\$ 2,5900	29/11/2023	Não
13		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 2,5900	28/11/2023	Não
14		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	55500	Unidade	R\$ 0,7600	28/11/2023	Sim
15		ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br	5000	Unidade	R\$ 0,2100	27/11/2023	Não
16		PREFEITURA DE GUARATUBA - PR - Compras.gov.br	1200	Unidade	R\$ 0,2500	27/11/2023	Não
17		PREFEITURA DE RIBEIRÃO PRETO - Compras.gov.br	18000	Unidade	R\$ 0,5500	23/11/2023	Não
18		ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 21,8000	17/11/2023	Não
19		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	26950	Unidade	R\$ 0,4100	16/11/2023	Não
20		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5000	Unidade	R\$ 0,7000	14/11/2023	Sim
21		ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	1000	Unidade	R\$ 0,1900	13/11/2023	Não
22		PREFEITURA DE FLORAI - PR - Compras.gov.br	4000	Unidade	R\$ 0,1900	08/11/2023	Não
23		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	25000	Unidade	R\$ 0,3800	08/11/2023	Não
24		SERVIÇO AUTONOMO HOSPITALAR DE VOLTA REDONDA - Compras.gov.br	5000	Unidade	R\$ 0,1900	07/11/2023	Não
25		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 0,6500	01/11/2023	Não
26		PREFEITURA DE PINHALAO - Compras.gov.br	6000	Unidade	R\$ 0,1999	26/10/2023	Não
27		ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	15000	Unidade	R\$ 0,2000	26/10/2023	Não
28		PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - RJ - Compras.gov.br	6000	Unidade	R\$ 0,5000	16/10/2023	Não
29		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	8250	Unidade	R\$ 0,3800	04/10/2023	Não
30		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	10375	Unidade	R\$ 0,4900	04/10/2023	Não
31		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 0,4500	03/10/2023	Não
32		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1200	Unidade	R\$ 0,2600	03/10/2023	Não
33		COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 0,2400	02/10/2023	Não
34		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	2000	Unidade	R\$ 0,4000	02/10/2023	Não
35		ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	2200	Unidade	R\$ 0,2100	28/09/2023	Não
36		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2500	Unidade	R\$ 0,3500	27/09/2023	Não
37		SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - GDF - Compras.gov.br	169874	Unidade	R\$ 0,3000	18/09/2023	Não
38		PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS -RJ - Compras.gov.br	240000	Unidade	R\$ 0,2100	14/09/2023	Não
39		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	11000	Unidade	R\$ 0,5600	13/09/2023	Não
40		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	20250	Unidade	R\$ 1,0000	04/09/2023	Não
41		FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA - Compras.gov.br	700	Unidade	R\$ 0,4600	04/09/2023	Não
42		ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	82500	Unidade	R\$ 0,2200	30/08/2023	Não
43		PREFEITURA DE ENTRE RIOS DO OESTE - PR - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 0,2700	24/08/2023	Não
44		ESTADO DO MARANHAO - Compras.gov.br	6000	Unidade	R\$ 0,2200	24/08/2023	Não

45		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1000	Unidade	R\$ 0,6800	18/07/2023	31
46		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 1,2874	02/08/2023	Não
47		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	40000	Unidade	R\$ 0,4000	01/08/2023	Não
48		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 1,2864	28/07/2023	Não
49		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1400	Unidade	R\$ 0,4200	27/07/2023	Não
50		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	233	Unidade	R\$ 26,6000	27/07/2023	Não



Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 6

05

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
334491 - Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Conjunto Completo Para Automação , Tipo De Análise: Quantitativo De Ácido Úrico*, Método: Enzimático Uv*, Apresentação: Teste	Teste	4000
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	● Mediana
R\$ 0,9800	R\$ 1,3300	R\$ 1,0200
Coeficiente de Variação: 35,1128%		
Desvio Padrão: 0,4670		
Maior Preço: R\$ 1,9900		
Método de cálculo adotado: Mediana		

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	56250	Teste	R\$ 1,0200	27/11/2023	Sim
2		COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	11048	Teste	R\$ 0,9800	31/10/2023	Sim
3		ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	8400	Teste	R\$ 0,1000	25/08/2023	Não
4		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1500	Teste	R\$ 1,9900	17/07/2023	Sim
5		ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	34289	Teste	R\$ 1,3200	12/07/2023	Não
6		UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA - Compras.gov.br	800	Teste	R\$ 0,1300	12/04/2023	Não
7		PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br	11500	Teste	R\$ 2,0000	11/01/2023	Não

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 7

06

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
331734 - Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Conjunto Completo Para Automação , Tipo De Análise: Quantitativo De Amilase, Método: Enzimático Colorimétrico De Ponto Final, Apresentação: Teste	Teste	2500

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 1,7000

● Média

R\$ 1,7167

● Mediana

R\$ 1,7000

Coefficiente de Variação: 1,3747%

Desvio Padrão: 0,0236

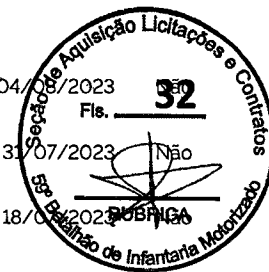
Maiores Preço: R\$ 1,7500

Método de cálculo adotado: Médiana

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	900	Teste	R\$ 0,6000	04/01/2024	Não
2		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	30000	Teste	R\$ 1,7000	19/01/2024	Sim
3		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	28106	Teste	R\$ 2,6200	21/12/2023	Não
4		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	600	Teste	R\$ 5,3400	19/12/2023	Não
5		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2160	Teste	R\$ 0,9100	07/12/2023	Não
6		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	3000	Teste	R\$ 0,8600	05/12/2023	Não
7		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1800	Teste	R\$ 4,0400	30/11/2023	Não
8		UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS - Compras.gov.br	650	Teste	R\$ 0,8000	29/11/2023	Não
9		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	13580	Teste	R\$ 1,5000	29/11/2023	Não
10		ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	25000	Teste	R\$ 1,1500	27/11/2023	Não
11		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1326	Teste	R\$ 6,4000	24/11/2023	Não
12		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	8	Teste	R\$ 575,0000	14/11/2023	Não
13		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5000	Teste	R\$ 0,3600	14/11/2023	Não
14		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5000	Teste	R\$ 1,0600	08/11/2023	Não
15		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	800	Teste	R\$ 11,1000	18/10/2023	Não
16		ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	14407	Teste	R\$ 1,0500	18/10/2023	Não
17		ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	1790	Teste	R\$ 1,6000	18/10/2023	Não
18		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	1500	Teste	R\$ 1,6500	17/10/2023	Não
19		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	7000	Teste	R\$ 1,2400	02/10/2023	Não
20		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	8000	Teste	R\$ 1,7000	26/09/2023	Sim
21		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	1000	Teste	R\$ 1,0000	22/09/2023	Não
22		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	720	Teste	R\$ 1,9900	22/09/2023	Não
23		ESTADO DO MARANHÃO - Compras.gov.br	240	Teste	R\$ 1,7500	25/08/2023	Sim
24		ESTADO DO MARANHÃO - Compras.gov.br	8040	Teste	R\$ 1,9300	25/08/2023	Não
25		ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	420	Teste	R\$ 0,9500	25/08/2023	Não
26		ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	81200	Teste	R\$ 0,5400	09/08/2023	Não
27		UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - Compras.gov.br	400	Teste	R\$ 2,2600	08/08/2023	Não



28	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	6100	Teste	R\$ 1,7800	04/08/2023	Não
29	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2500	Teste	R\$ 5,2000	31/07/2023	Não
30	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	38610	Teste	R\$ 2,7600	18/07/2023	Não
31	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1200	Teste	R\$ 5,9900	17/07/2023	Não
32	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1500	Teste	R\$ 1,8200	13/07/2023	Não
33	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2000	Teste	R\$ 1,9400	10/07/2023	Não
34	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	7000	Teste	R\$ 2,9000	04/07/2023	Não
35	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	6000	Teste	R\$ 3,1700	29/06/2023	Não
36	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	5000	Teste	R\$ 0,8000	28/06/2023	Não
37	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4000	Teste	R\$ 2,6900	22/06/2023	Não
38	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	6500	Teste	R\$ 1,7000	02/06/2023	Não
39	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1001	Teste	R\$ 1,4000	25/05/2023	Não
40	GRUPAMENTO DE APOIO DE BELEM - Compras.gov.br	3000	Teste	R\$ 2,8200	17/05/2023	Não
41	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - Compras.gov.br	2570	Teste	R\$ 1,1900	16/05/2023	Não
42	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1760	Teste	R\$ 2,6500	12/05/2023	Não
43	ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	20000	Teste	R\$ 0,5000	25/04/2023	Não
44	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	50020	Teste	R\$ 1,8300	20/04/2023	Não
45	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	7200	Teste	R\$ 1,5000	17/04/2023	Não
46	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	900	Teste	R\$ 3,9900	13/04/2023	Não
47	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA - Compras.gov.br	2	Teste	R\$ 145,0000	12/04/2023	Não
48	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	3000	Teste	R\$ 1,3800	03/04/2023	Não
49	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	4000	Teste	R\$ 1,6900	27/03/2023	Não
50	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2500	Teste	R\$ 1,2000	24/03/2023	Não

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 8

07

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
336253 - Reagente Para Diagnóstico Clínico 6 Tipo: Conjunto Completo Para Automação , Tipo De Análise: Quantitativo De Bilirrubina Direta , Método: Fotométrico De Ponto Final , Apresentação: Teste	Teste	3500

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 1.1500

Média

R\$ 1.2100

● Mediana

R\$ 1.2200

Coefficiente de Variação: 3,7603%

Desvio Padrão: 0,0455

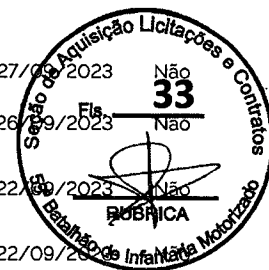
Maior Preço: R\$ 1,2600

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1500	Teste	R\$ 0,1500	04/01/2024	Não
2		GRUPAMENTO DE APOIO DE CANOAS - Compras.gov.br	2560	Teste	R\$ 0,2500	02/01/2024	Não
3		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	72000	Teste	R\$ 1,1000	19/01/2024	Não
4		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1000	Teste	R\$ 0,5099	19/12/2023	Não
5		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	7000	Teste	R\$ 2,7100	19/12/2023	Não
6		PREFEITURA DE ARAUCÁRIA - PR - Compras.gov.br	5000	Teste	R\$ 0,9000	15/12/2023	Não
7		PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - RJ - Compras.gov.br	105565	Teste	R\$ 1,0800	11/12/2023	Não
8		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3000	Teste	R\$ 0,5300	07/12/2023	Não
9		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	172000	Teste	R\$ 0,8900	07/12/2023	Não
10		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	6000	Teste	R\$ 0,1600	05/12/2023	Não
11		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4200	Teste	R\$ 2,9900	30/11/2023	Não
12		UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS - Compras.gov.br	3700	Teste	R\$ 0,6000	29/11/2023	Não
13		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	32004	Teste	R\$ 1,1500	29/11/2023	Sim
14		ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	88750	Teste	R\$ 0,7700	27/11/2023	Não
15		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3120	Teste	R\$ 2,8500	24/11/2023	Não
16		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	25	Teste	R\$ 210,0000	14/11/2023	Não
17		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	7500	Teste	R\$ 0,2600	14/11/2023	Não
18		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	10000	Teste	R\$ 0,9400	08/11/2023	Não
19		MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	600	Teste	R\$ 0,9300	03/11/2023	Não
20		COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	6608	Teste	R\$ 1,2200	31/10/2023	Sim
21		PMSP - HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL - Compras.gov.br	46800	Teste	R\$ 0,3800	23/10/2023	Não
22		ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	25532	Teste	R\$ 0,9400	18/10/2023	Não
23		ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	4028	Teste	R\$ 0,8800	18/10/2023	Não
24		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	7000	Teste	R\$ 1,3000	17/10/2023	Não
25		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1801	Teste	R\$ 1,1000	09/10/2023	Não
26		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	9000	Teste	R\$ 1,0000	02/10/2023	Não
		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br					



27	gov.br	4000	Teste	R\$ 1.5000	27/09/2023	Não
28	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	40000	Teste	R\$ 1.5600	26/09/2023	Não
29	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3000	Teste	R\$ 0,6200	22/09/2023	Não
30	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	10000	Teste	R\$ 0,7000	22/09/2023	Não
31	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	10000	Teste	R\$ 1,2600	22/09/2023	Sim
32	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	7400	Teste	R\$ 1,8000	04/09/2023	Não
33	MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	90000	Teste	R\$ 1,1100	01/09/2023	Não
34	ESTADO DO MARANHAO - Compras.gov.br	10920	Teste	R\$ 0,9900	25/08/2023	Não
35	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	6250	Teste	R\$ 0,3600	25/08/2023	Não
36	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - Compras.gov.br	4000	Teste	R\$ 0,8300	08/08/2023	Não
37	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	20800	Teste	R\$ 0,7000	04/08/2023	Não
38	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4000	Teste	R\$ 2,7100	31/07/2023	Não
39	GRUPAMENTO DE APOIO DE CANOAS - Compras.gov.br	6	Teste	R\$ 127,8000	21/07/2023	Não
40	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2000	Teste	R\$ 1,4500	17/07/2023	Não
41	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	8000	Teste	R\$ 1,4300	13/07/2023	Não
42	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2000	Teste	R\$ 1,1000	10/07/2023	Não
43	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	10000	Teste	R\$ 1,1000	04/07/2023	Não
44	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	27000	Teste	R\$ 1,1000	29/06/2023	Não
45	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	15100	Teste	R\$ 0,8800	28/06/2023	Não
46	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4000	Teste	R\$ 1,6700	22/06/2023	Não
47	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	16000	Teste	R\$ 1,4000	02/06/2023	Não
48	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1501	Teste	R\$ 1,9000	25/05/2023	Não
49	ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	72	Teste	R\$ 50,0000	22/05/2023	Não
50	GRUPAMENTO DE APOIO DE BELEM - Compras.gov.br	4500	Teste	R\$ 1,3900	17/05/2023	Não

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 9

08

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
336250 - Reagente Para Diagnóstico Clínico 6 Tipo: Conjunto Completo Para Automação, Tipo De Análise: Quantitativo De Bilirrubina Total, Método: Fotométrico De Ponto Final, Apresentação: Teste	Teste	3500

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço:

R\$ 0,9900

Média:

R\$ 1.0133

● Mediana:

R\$ 1,0000

Coefficiente de Variação: 2,5856%

Desvio Padrão: 0,0262

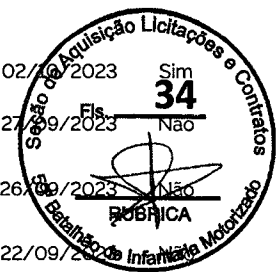
Maior Preço: R\$ 1,0500

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2000	Teste	R\$ 4,0800	09/01/2024	Não
2		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1500	Teste	R\$ 0,1500	04/01/2024	Não
3		GRUPAMENTO DE APOIO DE CANOAS - Compras.gov.br	2560	Teste	R\$ 0,2500	02/01/2024	Não
4		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	72000	Teste	R\$ 1,0500	19/01/2024	Não
5		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1000	Teste	R\$ 0,4799	19/12/2023	Não
6		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	6000	Teste	R\$ 2,1900	19/12/2023	Não
7		PREFEITURA DE ARAUCÁRIA - PR - Compras.gov.br	5000	Teste	R\$ 1,0000	15/12/2023	Não
8		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3200	Teste	R\$ 0,5600	14/12/2023	Não
9		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3200	Teste	R\$ 0,5500	14/12/2023	Não
10		PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - RJ - Compras.gov.br	104935	Teste	R\$ 1,0500	11/12/2023	Não
11		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3000	Teste	R\$ 0,5300	07/12/2023	Não
12		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	6000	Teste	R\$ 0,1600	05/12/2023	Não
13		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4250	Teste	R\$ 2,9700	30/11/2023	Não
14		UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS - Compras.gov.br	3700	Teste	R\$ 0,6300	29/11/2023	Não
15		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	32004	Teste	R\$ 1,1500	29/11/2023	Não
16		ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	88750	Teste	R\$ 1,0700	27/11/2023	Não
17		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3120	Teste	R\$ 2,6000	24/11/2023	Não
18		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	7500	Teste	R\$ 0,4800	14/11/2023	Não
19		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	10000	Teste	R\$ 1,0600	08/11/2023	Não
20		MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	600	Teste	R\$ 0,9600	03/11/2023	Não
21		COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	6608	Teste	R\$ 1,1900	31/10/2023	Não
22		PMSP - HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL - Compras.gov.br	46800	Teste	R\$ 0,3800	23/10/2023	Não
23		ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	25532	Teste	R\$ 0,9400	18/10/2023	Não
24		ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	4028	Teste	R\$ 0,7800	18/10/2023	Não
25		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	7000	Teste	R\$ 1,3000	17/10/2023	Não
26		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1801	Teste	R\$ 1,1000	09/10/2023	Não
		COMANDO DO EXERCITO - Compras.					



27	gov.br	9000	Teste	R\$ 1,0000	02/09/2023	Sim
28	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	4000	Teste	R\$ 0,5800	27/09/2023	Não
29	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	40000	Teste	R\$ 1,6900	26/09/2023	Não
30	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3000	Teste	R\$ 0,6200	22/09/2023	Não
31	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	10000	Teste	R\$ 0,7000	22/09/2023	Não
32	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	10000	Teste	R\$ 1,2600	22/09/2023	Não
33	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	7400	Teste	R\$ 1,8000	04/09/2023	Não
34	MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	90000	Teste	R\$ 1,0500	01/09/2023	Sim
35	ESTADO DO MARANHAO - Compras.gov.br	10920	Teste	R\$ 0,9900	25/08/2023	Sim
36	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	6250	Teste	R\$ 0,1700	25/08/2023	Não
37	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - Compras.gov.br	4000	Teste	R\$ 1,1300	08/08/2023	Não
38	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	20800	Teste	R\$ 0,7300	04/08/2023	Não
39	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4000	Teste	R\$ 2,3600	31/07/2023	Não
40	GRUPAMENTO DE APOIO DE CANOAS - Compras.gov.br	6	Teste	R\$ 127,3200	21/07/2023	Não
41	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1800	Teste	R\$ 1,4500	17/07/2023	Não
42	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	8000	Teste	R\$ 1,3200	13/07/2023	Não
43	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2000	Teste	R\$ 1,1500	10/07/2023	Não
44	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	10000	Teste	R\$ 0,9000	04/07/2023	Não
45	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	27000	Teste	R\$ 1,1100	29/06/2023	Não
46	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	15100	Teste	R\$ 0,9100	28/06/2023	Não
47	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4000	Teste	R\$ 1,4700	22/06/2023	Não
48	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	16000	Teste	R\$ 1,2600	02/06/2023	Não
49	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1501	Teste	R\$ 1,9000	25/05/2023	Não
50	ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	72	Teste	R\$ 100,0000	22/05/2023	Não

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 10

09

Descrição do Item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
331741 - Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Conjunto Completo Para Automação, Tipo De Análise: Quantitativo De Cálcio, Método: Colorimétrico De Ponto Final, Apresentação: Teste	Teste	4000

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço
R\$ 1,3300

Média
R\$ 1,4133

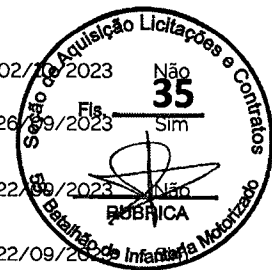
Mediana
R\$ 1,3400

Coefficiente de Variação: 7,8469%
Desvio Padrão: 0,1109
Maior Preço: R\$ 1,5700

Método de cálculo adotado: Médiana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2000	Teste	R\$ 4,0800	09/01/2024	Não
2		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1500	Teste	R\$ 0,1500	04/01/2024	Não
3		GRUPAMENTO DE APOIO DE CANOAS - Compras.gov.br	2000	Teste	R\$ 0,7500	02/01/2024	Não
4		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	84000	Teste	R\$ 0,9000	19/01/2024	Não
5		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	70026	Teste	R\$ 1,1900	21/12/2023	Não
6		PREFEITURA DE ARAUCÁRIA - PR - Compras.gov.br	18000	Teste	R\$ 1,2000	15/12/2023	Não
7		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4000	Teste	R\$ 0,2000	14/12/2023	Não
8		UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	760	Teste	R\$ 1,1400	13/12/2023	Não
9		PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - RJ - Compras.gov.br	65840	Teste	R\$ 1,1800	11/12/2023	Não
10		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	5000	Teste	R\$ 0,1600	05/12/2023	Não
11		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2000	Teste	R\$ 3,1300	30/11/2023	Não
12		UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS - Compras.gov.br	6600	Teste	R\$ 0,4100	29/11/2023	Não
13		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	32760	Teste	R\$ 1,0700	29/11/2023	Não
14		ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	46875	Teste	R\$ 0,6900	27/11/2023	Não
15		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	6000	Teste	R\$ 3,4000	24/11/2023	Não
16		PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br	7600	Teste	R\$ 1,5200	22/11/2023	Não
17		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	15	Teste	R\$ 235,0000	14/11/2023	Não
18		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5000	Teste	R\$ 0,2500	14/11/2023	Não
19		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	8000	Teste	R\$ 0,9400	08/11/2023	Não
20		MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	200	Teste	R\$ 1,0000	03/11/2023	Não
21		COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	7200	Teste	R\$ 1,6300	31/10/2023	Não
22		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	6000	Teste	R\$ 1,2000	30/10/2023	Não
23		PMSP - HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL - Compras.gov.br	57720	Teste	R\$ 0,2600	23/10/2023	Não
24		ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	45019	Teste	R\$ 0,8600	18/10/2023	Não
25		ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	6266	Teste	R\$ 0,4800	18/10/2023	Não
26		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	10000	Teste	R\$ 1,1000	17/10/2023	Não
		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br					



27	gov.br	.3000	Teste	R\$ 1,0000	02/07/2023	Não
28	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	22000	Teste	R\$ 1,5700	26/09/2023	Sim
29	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	5000	Teste	R\$ 1,0000	22/09/2023	Não
30	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	11000	Teste	R\$ 1,3400	22/09/2023	Não
31	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	4800	Teste	R\$ 2,3000	04/09/2023	Não
32	MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	120000	Teste	R\$ 1,3300	01/09/2023	Sim
33	ESTADO DO MARANHAO - Compras.gov.br	14040	Teste	R\$ 1,0000	25/08/2023	Não
34	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	3800	Teste	R\$ 0,1900	25/08/2023	Não
35	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2000	Teste	R\$ 4,1000	17/08/2023	Não
36	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	400	Teste	R\$ 3,7800	17/08/2023	Não
37	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	484700	Teste	R\$ 0,4500	09/08/2023	Não
38	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - Compras.gov.br	1200	Teste	R\$ 2,1500	08/08/2023	Não
39	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	30000	Teste	R\$ 0,7400	04/08/2023	Não
40	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	10000	Teste	R\$ 3,1600	31/07/2023	Não
41	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	13163	Teste	R\$ 2,7700	18/07/2023	Não
42	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1200	Teste	R\$ 1,5000	17/07/2023	Não
43	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5000	Teste	R\$ 1,4700	13/07/2023	Não
44	ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	49920	Teste	R\$ 1,3300	12/07/2023	Não
45	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2000	Teste	R\$ 2,0300	10/07/2023	Não
46	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	16000	Teste	R\$ 0,7500	04/07/2023	Não
47	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	38000	Teste	R\$ 1,2700	29/06/2023	Não
48	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	16000	Teste	R\$ 0,8600	28/06/2023	Não
49	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3000	Teste	R\$ 2,1900	22/06/2023	Não
50	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	29000	Teste	R\$ 1,1500	02/06/2023	Não

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 11

10

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
452753 - Reagente Para Diagnóstico Clínico 6 Tipo: Conjunto Completo , Tipo De Análise: Quantitativo De CK-Nac , Método: Cinético Uv , Apresentação: Teste	Teste	2500

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço
R\$ 2,5000

Média
R\$ 2,5000

● Mediana
R\$ 2,5000

Coefficiente de Variação: 0,0000%
Desvio Padrão: 0,0000
Maior Preço: R\$ 2,5000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	38610	Teste	R\$ 2,5000	18/07/2023	Sim

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 12

Descrição do item

375562 - Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Conjunto Completo Para Automação, Tipo De Análise: Quantitativo De Ck-Mb, Método: Cinético Uy, Apresentação: Teste

Unidade de Fornecimento

Teste

Quantidade

2500

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço
R\$ 3,6800

Média
R\$ 4,3067

● Mediana
R\$ 4,5000

Coefficiente de Variação: 10,5371%
Desvio Padrão: 0,4538
Maior Preço: R\$ 4,7400

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		GRUPAMENTO DE APOIO DE CANOAS - Compras.gov.br	1120	Teste	R\$ 2,3000	02/01/2024	Não
2		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3000	Teste	R\$ 6,9000	30/11/2023	Não
3		ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	12958	Teste	R\$ 1,9100	18/10/2023	Não
4		ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	895	Teste	R\$ 3,6800	18/10/2023	Sim
5		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1440	Teste	R\$ 3,3900	17/07/2023	Não
6		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	800	Teste	R\$ 4,5000	13/04/2023	Sim
7		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	20	Teste	R\$ 34,2000	30/03/2023	Não
8		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2500	Teste	R\$ 3,0000	24/03/2023	Não
9		UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	1000	Teste	R\$ 4,7400	14/02/2023	Sim

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 13

12



Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
412262 - Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Conjunto Completo , Tipo De Análise: Quantitativo De Colesterol Total , Método: Enzimático Colorimétrico De Ponto Final , Apresentação: Teste	Teste	4500

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Média	● Mediana	Coefficiente de Variação: 12,7143%
R\$ 1.0000	R\$ 1.1200	R\$ 1.0400	Desvio Padrão: 0,1424
			Maior Preço: R\$ 1.3200

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	81250	Teste	R\$ 1,0400	27/11/2023	Sim
2		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	24000	Teste	R\$ 2,2200	30/10/2023	Não
3		ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	11970	Teste	R\$ 0,1300	25/08/2023	Não
4		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4500	Teste	R\$ 1,6000	17/07/2023	Não
5		UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	4	Teste	R\$ 170,0000	12/07/2023	Não
6		ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	25007	Teste	R\$ 1,3200	12/07/2023	Sim
7		PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES - MG - Compras.gov.br	80	Teste	R\$ 57,1200	27/04/2023	Não
8		PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES - MG - Compras.gov.br	90	Teste	R\$ 227,9500	27/04/2023	Não
9		UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA - Compras.gov.br	16	Teste	R\$ 1,0000	12/04/2023	Sim
10		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO ESP.SANTO - Compras.gov.br	3	Teste	R\$ 143,2100	11/04/2023	Não
11		ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br	24000	Teste	R\$ 1,9400	17/02/2023	Não
12		ESTADO DO MARANHÃO - Compras.gov.br	25	Teste	R\$ 45,5000	11/01/2023	Não

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 14

13

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
331754 - Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Conjunto Completo Para Automação , Tipo De Análise: Quantitativo De Hdl Colesterol , Método: Direto , Apresentação: Teste	Teste	4500

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Média	● Mediana	Coefficiente de Variação: 3,0290%
R\$ 3,6400	R\$ 3,7867	R\$ 3,8000	Desvio Padrão: 0,1147
			Maior Preço: R\$ 3,9200

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4000	Teste	R\$ 13,7100	09/01/2024	Não
2		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4000	Teste	R\$ 1,3000	04/01/2024	Não
3		GRUPAMENTO DE APOIO DE CANOAS - Compras.gov.br	6000	Teste	R\$ 1,1100	02/01/2024	Não
4		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	96000	Teste	R\$ 2,8800	19/01/2024	Não
5		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	60262	Teste	R\$ 3,9200	21/12/2023	Sim
6		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	15000	Teste	R\$ 5,2200	19/12/2023	Não
7		PREFEITURA DE ARAUCÁRIA - PR - Compras.gov.br	60300	Teste	R\$ 1,3600	15/12/2023	Não
8		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	15000	Teste	R\$ 1,5000	14/12/2023	Não
9		ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	10108	Teste	R\$ 1,1000	13/12/2023	Não
10		PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - RJ - Compras.gov.br	33418	Teste	R\$ 2,2800	11/12/2023	Não
11		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4320	Teste	R\$ 1,3900	07/12/2023	Não
12		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	15000	Teste	R\$ 1,1100	05/12/2023	Não
13		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	10000	Teste	R\$ 3,8000	30/11/2023	Sim
14		UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS - Compras.gov.br	16900	Teste	R\$ 1,8000	29/11/2023	Não
15		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	18902	Teste	R\$ 2,7000	29/11/2023	Não
16		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	480	Teste	R\$ 0,9700	28/11/2023	Não
17		ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	80000	Teste	R\$ 2,9900	27/11/2023	Não
18		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1248	Teste	R\$ 7,4500	24/11/2023	Não
19		PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br	72000	Teste	R\$ 2,0300	22/11/2023	Não
20		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	30	Teste	R\$ 396,0400	14/11/2023	Não
21		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	15000	Teste	R\$ 0,8400	14/11/2023	Não
22		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	15000	Teste	R\$ 2,0000	08/11/2023	Não
23		MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	3000	Teste	R\$ 2,0000	03/11/2023	Não
24		COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	36608	Teste	R\$ 3,6400	31/10/2023	Sim
25		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	19000	Teste	R\$ 3,2000	30/10/2023	Não
26		PMSP - HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL - Compras.gov.br	66000	Teste	R\$ 1,5700	23/10/2023	Não
27		ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	4117	Teste	R\$ 1,6300	18/10/2023	Não
28		ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	67140	Teste	R\$ 2,3400	18/10/2023	Não
29		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	12000	Teste	R\$ 1,7800	17/10/2023	Não
30		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	7201	Teste	R\$ 2,3500	09/10/2023	Não



31		.COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	54000	Teste	R\$ 3,1300	26/09/2023	Não
32		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	10000	Teste	R\$ 1,8900	22/09/2023	Não
33		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	6000	Teste	R\$ 1,0000	22/09/2023	Não
34		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	12000	Teste	R\$ 2,5200	22/09/2023	Não
35		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	3700	Teste	R\$ 6,8100	04/09/2023	Não
36		MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	18000	Teste	R\$ 4,1600	01/09/2023	Não
37		ESTADO DO MARANHÃO - Compras.gov.br	1320	Teste	R\$ 2,7100	25/08/2023	Não
38		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2000	Teste	R\$ 7,5000	17/08/2023	Não
39		ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	267380	Teste	R\$ 0,8500	09/08/2023	Não
40		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	17000	Teste	R\$ 1,8000	04/08/2023	Não
41		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	10000	Teste	R\$ 6,7900	31/07/2023	Não
42		GRUPAMENTO DE APOIO DE CANOAS - Compras.gov.br	28	Teste	R\$ 231,0000	21/07/2023	Não
43		ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	10000	Teste	R\$ 4,7200	18/07/2023	Não
44		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4500	Teste	R\$ 8,0000	17/07/2023	Não
45		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	25000	Teste	R\$ 3,2200	13/07/2023	Não
46		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5000	Teste	R\$ 2,8200	10/07/2023	Não
47		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3600	Teste	R\$ 4,7100	04/07/2023	Não
48		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	20000	Teste	R\$ 2,9400	29/06/2023	Não
49		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	18500	Teste	R\$ 1,9400	28/06/2023	Não
50		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	18000	Teste	R\$ 3,2900	22/06/2023	Não

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

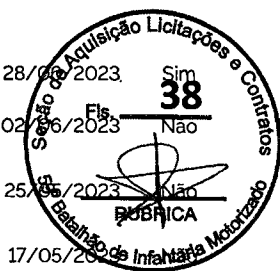
Item: 15
17

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
333334 - Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Conjunto Completo Para Automação; Tipo De Análise: Quantitativo De Creatinina; Método: Colorimétrico De Ponto Final; Apresentação: Teste	Teste	4500
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço R\$ 0,6000	Média R\$ 0,7025	Mediana R\$ 0,6650
Método de cálculo adotado: Médiana		
Coeficiente de Variação: 15,4733% Desvio Padrão: 0,1087 Maior Preço: R\$ 0,8800		

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

1		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	8400	Teste	R\$ 0,0400	04/01/2024	Não
2		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	308047	Teste	R\$ 0,3000	21/12/2023	Não
3		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	16000	Teste	R\$ 2,2400	19/12/2023	Não
4		PREFEITURA DE ARAUCÁRIA - PR - Compras.gov.br	77000	Teste	R\$ 0,9600	15/12/2023	Não
5		PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - RJ - Compras.gov.br	188703	Teste	R\$ 1,1300	11/12/2023	Não
6		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	14400	Teste	R\$ 0,1000	07/12/2023	Não
7		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	56770	Teste	R\$ 1,3800	29/11/2023	Não
8		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	500	Teste	R\$ 0,0600	28/11/2023	Não
9		UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - Compras.gov.br	5	Teste	R\$ 122,9900	08/03/2024	Não
10		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	9048	Teste	R\$ 2,9000	24/11/2023	Não
11		PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br	156140	Teste	R\$ 1,0600	22/11/2023	Não
12		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2	Teste	R\$ 76,0000	22/11/2023	Não
13		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	15000	Teste	R\$ 0,6300	14/11/2023	Sim
14		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2000	Teste	R\$ 0,8800	08/11/2023	Sim
15		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	15000	Teste	R\$ 0,8800	08/11/2023	Não
16		COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	36540	Teste	R\$ 1,2800	31/10/2023	Não
17		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	35000	Teste	R\$ 1,5700	17/10/2023	Não
18		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	9601	Teste	R\$ 0,9000	09/10/2023	Não
19		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	23000	Teste	R\$ 1,0000	02/10/2023	Não
20		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	55000	Teste	R\$ 1,4300	26/09/2023	Não
21		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	35400	Teste	R\$ 0,7600	22/09/2023	Não
22		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	33000	Teste	R\$ 0,5000	04/09/2023	Não
23		MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	180000	Teste	R\$ 0,3200	01/09/2023	Não
24		ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	1061080	Teste	R\$ 0,4500	09/08/2023	Não
25		UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - Compras.gov.br	8000	Teste	R\$ 1,4000	08/08/2023	Não
26		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	82000	Teste	R\$ 0,3900	04/08/2023	Não
27		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	21000	Teste	R\$ 1,3200	31/07/2023	Não
28		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	26000	Teste	R\$ 1,2100	13/07/2023	Não
29		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5000	Teste	R\$ 1,5000	10/07/2023	Não
30		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	40000	Teste	R\$ 0,5000	04/07/2023	Não
31		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2000	Teste	R\$ 1,4900	30/06/2023	Não
		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS					



32		HOSPITALARES - Compras.gov.br	39500	Teste	R\$ 0,6000	28/04/2023	Sim
33		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	98000	Teste	R\$ 1,0300	02/06/2023	Não
34		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	7501	Teste	R\$ 1.8900	25/05/2023	Não
35		GRUPAMENTO DE APOIO DE BELEM - Compras.gov.br	25000	Teste	R\$ 1.3000	17/05/2023	Não
36		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	7000	Teste	R\$ 1.9200	13/04/2023	Não
37		FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL - Compras.gov.br	7200	Teste	R\$ 2,3000	03/04/2023	Não
38		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1000	Teste	R\$ 1,2700	31/03/2023	Não
39		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	36300	Teste	R\$ 0,4700	27/03/2023	Não
40		FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - Compras.gov.br	3000	Teste	R\$ 0,3000	24/03/2023	Não
41		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	3000	Teste	R\$ 0,3000	28/02/2023	Não
42		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	250	Teste	R\$ 1,9300	24/02/2023	Não
43		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	80000	Teste	R\$ 0,5600	07/02/2023	Não
44		FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - Compras.gov.br	90240	Teste	R\$ 0,7000	31/01/2023	Sim
45		MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	4320	Teste	R\$ 0,6300	26/01/2023	Não
46		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	84000	Teste	R\$ 0,8800	18/01/2023	Não
47		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	113540	Teste	R\$ 0,7600	13/01/2023	Não
48		PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br	75000	Teste	R\$ 2,1000	11/01/2023	Não

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 16

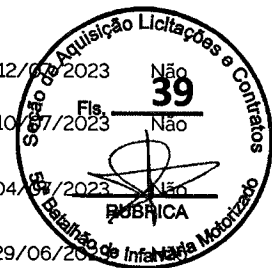
15

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
331739 - Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Conjunto Completo Para Automação , Tipo De Análise: Quantitativo De Ferro , Método: Colorimétrico De Ponto Final , Apresentação: Teste	Teste	4500
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço R\$ 0,8500	Média R\$ 1,0067	Mediana R\$ 1,0700
Método de cálculo adotado: Mediana		
Coeficiente de Variação: 11,0758%		
Desvio Padrão: 0,1115		
Maior Preço: R\$ 1,1000		

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2000	Teste	R\$ 4,4300	09/01/2024	Não
2		GRUPAMENTO DE APOIO DE CANOAS - Compras.gov.br	1800	Teste	R\$ 0,7800	02/01/2024	Não
3		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	32000	Teste	R\$ 1,1000	19/01/2024	Não
		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS					

4		HOSPITALARES - Compras.gov.br	18277	Teste	R\$ 1,1900	21/12/2023	Não
5		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2400	Teste	R\$ 3,9700	19/12/2023	Não
6		PREFEITURA DE ARAUCÁRIA - PR - Compras.gov.br	12000	Teste	R\$ 1,5000	15/12/2023	Não
7		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3200	Teste	R\$ 0,4900	14/12/2023	Não
8		PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - RJ - Compras.gov.br	18380	Teste	R\$ 1,2000	11/12/2023	Não
9		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	3000	Teste	R\$ 0,2400	05/12/2023	Não
10		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2400	Teste	R\$ 3,4300	30/11/2023	Não
11		UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS - Compras.gov.br	7600	Teste	R\$ 1,1000	29/11/2023	Não
12		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	13340	Teste	R\$ 1,2800	29/11/2023	Não
13		ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	13750	Teste	R\$ 2,0100	27/11/2023	Não
14		PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br	12600	Teste	R\$ 1,7600	22/11/2023	Não
15		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	612	Teste	R\$ 1,5500	17/11/2023	Não
16		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	15	Teste	R\$ 253,0000	14/11/2023	Não
17		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5	Teste	R\$ 310,5000	14/11/2023	Não
18		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	7500	Teste	R\$ 1,5400	14/11/2023	Não
19		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	8000	Teste	R\$ 1,1400	08/11/2023	Não
20		PMS - HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL - Compras.gov.br	18720	Teste	R\$ 0,4500	23/10/2023	Não
21		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	1500	Teste	R\$ 1,8400	17/10/2023	Não
22		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	20000	Teste	R\$ 2,1200	26/09/2023	Não
23		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	2000	Teste	R\$ 1,2000	22/09/2023	Não
24		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	4000	Teste	R\$ 1,3500	22/09/2023	Não
25		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	2200	Teste	R\$ 2,4100	04/09/2023	Não
26		MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	6000	Teste	R\$ 1,5000	01/09/2023	Não
27		ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	2700	Teste	R\$ 0,4700	25/08/2023	Não
28		FUNDACAO OSWALDO CRUZ - Compras.gov.br	10	Teste	R\$ 249,9900	23/08/2023	Não
29		ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	223700	Teste	R\$ 0,8500	09/08/2023	Sim
30		ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	111400	Teste	R\$ 0,4900	09/08/2023	Não
31		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	6000	Teste	R\$ 1,0700	04/08/2023	Sim
32		GRUPAMENTO DE APOIO DE CANOAS - Compras.gov.br	6	Teste	R\$ 220,0000	21/07/2023	Não
33		ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	10000	Teste	R\$ 2,0300	18/07/2023	Não
34		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1800	Teste	R\$ 1,4200	17/07/2023	Não
35		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	7000	Teste	R\$ 2,3100	13/07/2023	Não
		ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE -					



36		Compras.gov.br	8424	Teste	R\$ 2,5000	12/06/2023	Não
37		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1500	Teste	R\$ 1,1800	10/07/2023	Não
38		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4000	Teste	R\$ 1,1500	04/07/2023	Não
39		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	7000	Teste	R\$ 1,1300	29/06/2023	Não
40		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	5000	Teste	R\$ 1,3000	28/06/2023	Não
41		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3000	Teste	R\$ 1,3900	22/06/2023	Não
42		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	6000	Teste	R\$ 1,5900	02/06/2023	Não
43		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1001	Teste	R\$ 1,2000	25/05/2023	Não
44		MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	12	Teste	R\$ 118,6000	24/05/2023	Não
45		GRUPAMENTO DE APOIO DE BELEM - Compras.gov.br	2300	Teste	R\$ 1,9800	17/05/2023	Não
46		UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - Compras.gov.br	6000	Teste	R\$ 1,6700	16/05/2023	Não
47		ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	1000	Teste	R\$ 0,3300	25/04/2023	Não
48		UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	51950	Teste	R\$ 1,1000	20/04/2023	Sim
49		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	9000	Teste	R\$ 1,2200	17/04/2023	Não
50		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1200	Teste	R\$ 2,9200	13/04/2023	Não

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 17

16

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
333482 - Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Conjunto Completo Para Automação , Tipo De Análise: Quantitativo De Fosfatase Alcalina , Método: Cinético Fotométrico , Apresentação: Teste	Teste	3000
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	● Mediana
R\$ 0,7000	R\$ 1,1433	R\$ 1,3200
Coeficiente de Variação: 27,6043%		
Desvio Padrão: 0,3156		
Maior Preço: R\$ 1,4100		
Método de cálculo adotado: Mediana		

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		PREFEITURA DE ARAUCÁRIA - PR - Compras.gov.br	8900	Teste	R\$ 1,0000	15/12/2023	Não
2		UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	1120	Teste	R\$ 1,4100	13/12/2023	Sim
3		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	12000	Teste	R\$ 0,1800	05/12/2023	Não
4		UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS - Compras.gov.br	4200	Teste	R\$ 0,7000	29/11/2023	Sim
5		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	20	Teste	R\$ 218,2600	14/11/2023	Não
		PMSP - HOSPITAL DO SERVIDOR					

6		PÚBLICO MUNICIPAL - Compras.gov.br	34320	Teste	R\$ 0,1100	23/10/2023	Não
7		ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	43200	Teste	R\$ 2,1600	18/07/2023	Não
8		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	9500	Teste	R\$ 1,3200	13/07/2023	Sim
9		UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA - Compras.gov.br	800	Teste	R\$ 0,1800	12/04/2023	Não
10		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO ESP.SANTO - Compras.gov.br	2	Teste	R\$ 169,7000	11/04/2023	Não
11		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3000	Teste	R\$ 0,5000	24/03/2023	Não
12		UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS - Compras.gov.br	4200	Teste	R\$ 0,4100	01/02/2023	Não

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 18

Descrição do item

365460 - Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Conjunto Completo Para Automação, Tipo De Análise: Quantitativo De Gama Glutamil Transferase, Método: Cinético Colorimétrico De Ponto Final, Apresentação: Teste

Unidade de Fornecimento

Teste

Quantidade

3500

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 1,9600

● Média

R\$ 2,6567

Mediana

R\$ 2,5100

Coefficiente de Variação: 23,9846%

Desvio Padrão: 0,6372

Maior Preço: R\$ 3,5000

Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inscricao	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		GRUPAMENTO DE APOIO DE CANOAS - Compras.gov.br	3200	Teste	R\$ 0,7800	02/01/2024	Não
2		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	84000	Teste	R\$ 1,1500	19/01/2024	Não
3		PREFEITURA DE ARAUCÁRIA - PR - Compras.gov.br	21200	Teste	R\$ 1,0000	15/12/2023	Não
4		ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	4086	Teste	R\$ 0,2000	13/12/2023	Não
5		UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	1425	Teste	R\$ 1,7500	13/12/2023	Não
6		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	10000	Teste	R\$ 0,3900	05/12/2023	Não
7		UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS - Compras.gov.br	5100	Teste	R\$ 0,6000	29/11/2023	Não
8		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	500	Teste	R\$ 0,1700	28/11/2023	Não
9		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	25	Teste	R\$ 207,8400	14/11/2023	Não
10		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	14000	Teste	R\$ 0,6100	14/11/2023	Não
11		PMS - HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL - Compras.gov.br	31200	Teste	R\$ 0,4200	23/10/2023	Não
12		ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	22695	Teste	R\$ 1,6300	18/10/2023	Não
13		ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	8952	Teste	R\$ 0,7800	18/10/2023	Não
14		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3000	Teste	R\$ 0,7500	22/09/2023	Não



15	GRUPAMENTO DE APOIO DE CANOAS - Compras.gov.br	16	Teste	R\$ 105,0000	14/09/2023	Não
16	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2000	Teste	R\$ 3,5000	17/07/2023	Sim
17	ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	48485	Teste	R\$ 2,5100	12/09/2023	Sim
18	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	220280	Teste	R\$ 0,6000	20/04/2023	Não
19	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	33000	Teste	R\$ 1,0300	17/04/2023	Não
20	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA - Compras.gov.br	1100	Teste	R\$ 0,4000	12/04/2023	Não
21	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO ESP.SANTO - Compras.gov.br	2	Teste	R\$ 171,3000	11/04/2023	Não
22	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	2800	Teste	R\$ 1,9600	20/03/2023	Sim
23	MINISTERIO DEFESA - Compras.gov.br	54000	Teste	R\$ 0,8000	22/02/2023	Não
24	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br	2400	Teste	R\$ 1,3700	17/02/2023	Não
25	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	20	Teste	R\$ 75,3900	10/02/2023	Não
26	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS - Compras.gov.br	5100	Teste	R\$ 0,5000	01/02/2023	Não
27	FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - Compras.gov.br	41472	Teste	R\$ 1,2300	31/01/2023	Não
28	ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	11700	Teste	R\$ 0,2200	12/01/2023	Não

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 19

19

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
426058 - Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Conjunto Completo, Tipo De Análise: Quantitativo De Desidrogenase Láctica, Método: Colorimétrico De Ponto Final, Apresentação: Teste	Teste	3000
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço: R\$ 2,1100	Média: R\$ 3,4467	Mediana: R\$ 2,7600
Coeficiente de Variação: 42,2172%		
Desvio Padrão: 1,4551		
Maior Preço: R\$ 5,4700		
Método de cálculo adotado: Mediana		

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5000	Teste	R\$ 0,9500	08/11/2023	Não
2		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1500	Teste	R\$ 2,7600	30/10/2023	Sim
3		ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	43200	Teste	R\$ 5,4700	18/07/2023	Sim
4		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	300	Teste	R\$ 2,1100	30/06/2023	Sim
5		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	12000	Teste	R\$ 1,1400	07/02/2023	Não

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 20

Descrição do item

386986 - Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Conjunto Completo, Tipo De Análise: Quantitativo De Lipase, Método: Colorimétrico De Ponto Final, Apresentação: Teste

Unidade de Fornecimento**Quantidade**

Teste

3500

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

Média

 Mediana

Coeficiente de Variação: 1,8268%

R\$ 2,6300

R\$ 2,6933

R\$ 2,7000

Desvio Padrão: 0,0492

Maior Preço: R\$ 2,7500

Método de cálculo adotado: Mediana**Filtro Aplicado**

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	2610	Teste	R\$ 2,7500	13/12/2023	Sim
2		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	28800	Teste	R\$ 1,4700	07/12/2023	Não
3		ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	24375	Teste	R\$ 2,6200	27/11/2023	Não
4		PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br	20740	Teste	R\$ 1,2900	22/11/2023	Não
5		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2000	Teste	R\$ 2,6300	30/10/2023	Sim
6		ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	732	Teste	R\$ 0,7400	25/08/2023	Não
7		ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	14227	Teste	R\$ 1,6100	12/07/2023	Não
8		UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - Compras.gov.br	2570	Teste	R\$ 1,8900	16/05/2023	Não
9		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO ESP.SANTO - Compras.gov.br	3	Teste	R\$ 933,2000	11/04/2023	Não
10		ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br	1800	Teste	R\$ 2,5700	17/02/2023	Não
11		UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS - Compras.gov.br	600	Teste	R\$ 1,7300	01/02/2023	Não
12		PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br	9000	Teste	R\$ 2,7000	11/01/2023	Sim

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 21

21

Descrição do item

331738 - Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Conjunto Completo Para Automação, Tipo De Análise: Quantitativo De Magnésio, Método: Colorimétrico De Ponto Final, Apresentação: Teste

Unidade de Fornecimento**Quantidade**

Teste

3000

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

Média

 Mediana

Coeficiente de Variação: 3,3469%

R\$ 3,0800

R\$ 3,2000

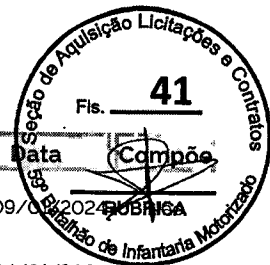
R\$ 3,1800

Desvio Padrão: 0,1071

Maior Preço: R\$ 3,3400

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses



Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Comprova
1		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2000	Teste	R\$ 4,3700	09/01/2024	Sim
2		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1280	Teste	R\$ 0,1000	04/01/2024	Não
3		GRUPAMENTO DE APOIO DE CANOAS - Compras.gov.br	2800	Teste	R\$ 0,5500	02/01/2024	Não
4		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	54000	Teste	R\$ 1,1000	19/01/2024	Não
5		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	118839	Teste	R\$ 3,1800	21/12/2023	Sim
6		PREFEITURA DE ARAUCÁRIA - PR - Compras.gov.br	2400	Teste	R\$ 1,2000	15/12/2023	Não
7		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4000	Teste	R\$ 0,2300	14/12/2023	Não
8		UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	428	Teste	R\$ 1,3700	13/12/2023	Não
9		PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - RJ - Compras.gov.br	38793	Teste	R\$ 1,6800	11/12/2023	Não
10		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	6000	Teste	R\$ 0,2000	05/12/2023	Não
11		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2000	Teste	R\$ 3,0400	30/11/2023	Não
12		UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS - Compras.gov.br	3200	Teste	R\$ 0,3600	29/11/2023	Não
13		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	18180	Teste	R\$ 2,4400	29/11/2023	Não
14		ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	33125	Teste	R\$ 2,0900	27/11/2023	Não
15		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	6000	Teste	R\$ 3,0000	24/11/2023	Não
16		PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br	3424	Teste	R\$ 1,8200	22/11/2023	Não
17		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5	Teste	R\$ 190,0000	14/11/2023	Não
18		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	6500	Teste	R\$ 0,7000	14/11/2023	Não
19		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	8000	Teste	R\$ 1,4000	08/11/2023	Não
20		COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	5400	Teste	R\$ 2,1900	31/10/2023	Não
21		PMSP - HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL - Compras.gov.br	42432	Teste	R\$ 0,7100	23/10/2023	Não
22		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1000	Teste	R\$ 8,5300	18/10/2023	Não
23		ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	23255	Teste	R\$ 0,9300	18/10/2023	Não
24		ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	6266	Teste	R\$ 0,7500	18/10/2023	Não
25		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	11000	Teste	R\$ 1,6200	17/10/2023	Não
26		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3000	Teste	R\$ 1,0200	02/10/2023	Não
27		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	20000	Teste	R\$ 1,7000	26/09/2023	Não
28		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1200	Teste	R\$ 0,9900	22/09/2023	Não
29		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	5000	Teste	R\$ 0,6000	22/09/2023	Não
30		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	14000	Teste	R\$ 1,6900	22/09/2023	Não

31		MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	90000	Teste	R\$ 3,3400	01/09/2023	Sim
32		ESTADO DO MARANHAO - Compras.gov.br	14400	Teste	R\$ 2,3400	25/08/2023	Não
33		ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	1284	Teste	R\$ 0,2800	25/08/2023	Não
34		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	800	Teste	R\$ 9,4000	17/08/2023	Não
35		ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	622000	Teste	R\$ 0,4900	09/08/2023	Não
36		UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - Compras.gov.br	1000	Teste	R\$ 2,0900	08/08/2023	Não
37		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	45300	Teste	R\$ 1,6200	04/08/2023	Não
38		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2000	Teste	R\$ 5,2000	31/07/2023	Não
39		ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	38610	Teste	R\$ 2,1500	18/07/2023	Não
40		ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	27000	Teste	R\$ 3,0800	18/07/2023	Sim
41		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1600	Teste	R\$ 5,0000	17/07/2023	Não
42		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2500	Teste	R\$ 1,5600	13/07/2023	Não
43		ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	82867	Teste	R\$ 1,4300	12/07/2023	Não
44		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	800	Teste	R\$ 2,1700	10/07/2023	Não
45		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	17000	Teste	R\$ 0,7500	04/07/2023	Não
46		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	35000	Teste	R\$ 2,4000	29/06/2023	Não
47		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	12500	Teste	R\$ 1,5000	28/06/2023	Não
48		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	901	Teste	R\$ 2,3200	25/05/2023	Não
49		GRUPAMENTO DE APOIO DE BELEM - Compras.gov.br	6000	Teste	R\$ 2,5900	17/05/2023	Não
50		UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - Compras.gov.br	4200	Teste	R\$ 1,1100	16/05/2023	Não

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 22

SAG

Descrição do item

343029 - Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Conjunto Completo, Tipo De Análise: Quantitativo De Proteína C Reativa, Método: Aglutinação Em Látex, Apresentação: Teste

Unidade de Fornecimento

Teste

Quantidade

4000

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 0,4400

● Média

R\$ 0,4700

Mediana

R\$ 0,4700

Coefficiente de Variação: 6,3830%

Desvio Padrão: 0,0300

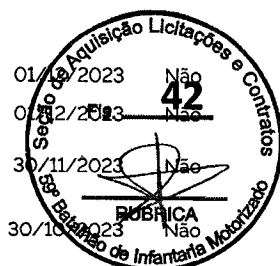
Maior Preço: R\$ 0,5000

Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
		COMANDO DA MARINHA - Compras.					



1		gov.br	10000	Teste	R\$ 0,3200	01/10/2023	Não
2		ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	50	Teste	R\$ 64,0000	07/12/2023	Não
3		ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	39200	Teste	R\$ 0,2500	30/11/2023	Não
4		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	6100	Teste	R\$ 0,3700	30/10/2023	Não
5		UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	1	Teste	R\$ 92,1800	20/10/2023	Não
6		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	60	Teste	R\$ 40,0000	22/09/2023	Não
7		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	800	Teste	R\$ 0,3100	18/08/2023	Não
8		ESTADO DO AMAZONAS - Compras.gov.br	40	Teste	R\$ 256,0000	28/07/2023	Não
9		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	10	Teste	R\$ 31,0100	10/07/2023	Não
10		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	30	Teste	R\$ 61,2300	22/06/2023	Não
11		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	300	Teste	R\$ 0,4400	14/06/2023	Sim
12		UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS - Compras.gov.br	3400	Teste	R\$ 0,2900	05/06/2023	Não
13		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	1200	Teste	R\$ 0,2300	18/05/2023	Não
14		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1200	Teste	R\$ 0,5000	12/05/2023	Sim
15		ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	20	Teste	R\$ 25,0800	25/04/2023	Não
16		UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA - Compras.gov.br	12	Teste	R\$ 0,4500	12/04/2023	Não
17		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO ESP.SANTO - Compras.gov.br	3	Teste	R\$ 76,2300	11/04/2023	Não
18		ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	100	Teste	R\$ 60,0000	28/03/2023	Não
19		ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	120000	Teste	R\$ 0,2800	20/03/2023	Não
20		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2000	Teste	R\$ 0,3000	28/02/2023	Não
21		UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	1500	Teste	R\$ 0,2500	14/02/2023	Não
22		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	50	Teste	R\$ 26,3100	10/02/2023	Não
23		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	50	Teste	R\$ 53,0000	10/02/2023	Não
24		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2000	Teste	R\$ 0,3100	18/01/2023	Não
25		ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	30000	Teste	R\$ 0,1100	10/01/2023	Não

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 23

22

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
350233 - Reagente Para Diagnóstico Clínico 7.Tipo: Conjunto Completo Para Automação , Tipo De Análise: Quantitativo De Proteínas Totais , Método: Colorimétrico De Ponto Final , Apresentação: Teste	Teste	3500

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 2.4600

Média

R\$ 3.3400

● Mediana

R\$ 3.1900

Coefficiente de Variação: 23.5599%

Desvio Padrão: 0.7869

Major Preço: R\$ 4.3700

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2000	Teste	R\$ 4,3700	09/01/2024	Sim
2		GRUPAMENTO DE APOIO DE CANOAS - Compras.gov.br	2000	Teste	R\$ 0,1500	02/01/2024	Não
3		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	36000	Teste	R\$ 0,8500	19/01/2024	Não
4		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	14541	Teste	R\$ 0,3700	21/12/2023	Não
5		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	4000	Teste	R\$ 3,1900	19/12/2023	Sim
6		PREFEITURA DE ARAUCÁRIA - PR - Compras.gov.br	5700	Teste	R\$ 1,2000	15/12/2023	Não
7		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3000	Teste	R\$ 0,1400	14/12/2023	Não
8		UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	1055	Teste	R\$ 1,1500	13/12/2023	Não
9		PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - RJ - Compras.gov.br	69623	Teste	R\$ 0,9200	11/12/2023	Não
10		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	14400	Teste	R\$ 0,0500	07/12/2023	Não
11		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	8000	Teste	R\$ 0,0500	05/12/2023	Não
12		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2000	Teste	R\$ 2,4600	30/11/2023	Sim
13		UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS - Compras.gov.br	3600	Teste	R\$ 0,3400	29/11/2023	Não
14		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	17296	Teste	R\$ 1,2800	29/11/2023	Não
15		ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	18750	Teste	R\$ 0,9200	27/11/2023	Não
16		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	312	Teste	R\$ 2,3000	24/11/2023	Não
17		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5000	Teste	R\$ 0,2100	14/11/2023	Não
18		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5000	Teste	R\$ 0,9500	08/11/2023	Não
19		MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	500	Teste	R\$ 0,8500	03/11/2023	Não
20		COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	3500	Teste	R\$ 1,9300	31/10/2023	Não
21		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2500	Teste	R\$ 1,8900	30/10/2023	Não
22		PMSP - HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL - Compras.gov.br	24000	Teste	R\$ 0,2500	23/10/2023	Não
23		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1500	Teste	R\$ 9,3800	18/10/2023	Não
24		ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	7611	Teste	R\$ 0,6500	18/10/2023	Não
25		ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	1790	Teste	R\$ 0,6800	18/10/2023	Não
26		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	3000	Teste	R\$ 1,5400	17/10/2023	Não
		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br					



27	gov.br	5000	Teste	R\$ 1,0000	02/10/2023	Não
28	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	4000	Teste	R\$ 0,1700	27/09/2023	Não
29	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	15000	Teste	R\$ 1,7000	26/09/2023	Não
30	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	12000	Teste	R\$ 0,6500	22/09/2023	Não
31	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	2000	Teste	R\$ 1,0900	22/09/2023	Não
32	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	8500	Teste	R\$ 1,0600	22/09/2023	Não
33	MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	60000	Teste	R\$ 0,4900	01/09/2023	Não
34	ESTADO DO MARANHAO - Compras.gov.br	3900	Teste	R\$ 1,3000	25/08/2023	Não
35	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	2110	Teste	R\$ 0,1700	25/08/2023	Não
36	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	800	Teste	R\$ 7,0000	17/08/2023	Não
37	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	546180	Teste	R\$ 0,6800	09/08/2023	Não
38	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	91000	Teste	R\$ 0,4900	09/08/2023	Não
39	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	185400	Teste	R\$ 0,3400	09/08/2023	Não
40	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - Compras.gov.br	8000	Teste	R\$ 1,6300	08/08/2023	Não
41	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	19800	Teste	R\$ 0,6600	04/08/2023	Não
42	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2000	Teste	R\$ 0,9200	31/07/2023	Não
43	GRUPAMENTO DE APOIO DE CANOAS - Compras.gov.br	2	Teste	R\$ 46,2900	21/07/2023	Não
44	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1000	Teste	R\$ 1,8800	17/07/2023	Não
45	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1100	Teste	R\$ 1,0500	13/07/2023	Não
46	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2000	Teste	R\$ 1,9700	10/07/2023	Não
47	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	17000	Teste	R\$ 0,5000	04/07/2023	Não
48	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	22000	Teste	R\$ 0,9100	29/06/2023	Não
49	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	11100	Teste	R\$ 0,6000	28/06/2023	Não
50	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	11000	Teste	R\$ 1,0000	02/06/2023	Não

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item 24

SAG

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
452734 - Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Conjunto Completo, Tipo De Análise: Quantitativo De Asl/Tgo, Método: Cinético Colorimétrico De Ponto Final, Apresentação: Teste	Teste	4000

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço Média **Mediana** Coeficiente de Variação: 104,3907%
 R\$ 0,4200 R\$ 34,3567 R\$ 18,6800 Desvio Padrão: 35,8652
 Maior Preço: R\$ 83,9700

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
 Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	1	Teste	R\$ 83,9700	20/10/2023	Sim
2		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	32500	Teste	R\$ 0,4200	27/03/2023	Sim
3		ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br	600	Teste	R\$ 18,6800	17/02/2023	Sim

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

~~Item: 25~~

SAG

Descrição do item

452730 - Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Conjunto Completo, Tipo De Análise: Quantitativo De Alt/Tgp, Método: Cinético Colorimétrico De Ponto Final, Apresentação: Teste

Unidade de Fornecimento

Teste

Quantidade

4000

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço Média **Mediana** Coeficiente de Variação: 27,2047%
 R\$ 1,2900 R\$ 2,0967 R\$ 2,5000 Desvio Padrão: 0,5704
 Maior Preço: R\$ 2,5000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
 Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	1	Teste	R\$ 83,9700	20/10/2023	Não
2		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2000	Teste	R\$ 1,2900	17/07/2023	Sim
3		FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL - Compras.gov.br	800	Teste	R\$ 2,5000	03/04/2023	Sim
4		FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL - Compras.gov.br	7200	Teste	R\$ 2,5000	03/04/2023	Sim

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

~~Item: 26~~

SAG

Descrição do item

412263 - Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Conjunto Completo, Tipo De Análise: Quantitativo De Triglicérides, Método: Colorimétrico De Ponto Final, Apresentação: Teste

Unidade de Fornecimento

Teste

Quantidade

4500

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço Média Mediana
 R\$ 1.0000 R\$ 1.4133 R\$ 1.3500

Coefficiente de Variação: 90,39%
 Desvio Padrão: 0,3661
 Maior Preço: R\$ 1,8900



Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
 Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	10	Teste	R\$ 558.0300	14/11/2023	Não
2		PMS - HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL - Compras.gov.br	66000	Teste	R\$ 0.4200	23/10/2023	Não
3		ESTADO DO MARANHAO - Compras.gov.br	2040	Teste	R\$ 1.3500	25/08/2023	Sim
4		UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA - Compras.gov.br	16	Teste	R\$ 116.0000	12/04/2023	Não
5		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO ESP.SANTO - Compras.gov.br	3	Teste	R\$ 344.8000	11/04/2023	Não
6		MINISTERIO DEFESA - Compras.gov.br	44000	Teste	R\$ 1.0000	22/02/2023	Sim
7		ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br	24000	Teste	R\$ 1.8900	17/02/2023	Sim

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 27

Descrição do item

452729 - Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Conjunto Completo , Tipo De Análise: Quantitativo De Uréia , Método: Enzimático Colorimétrico De Ponto Final , Apresentação: Teste

Unidade de Fornecimento **Quantidade**

Teste 4500

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço Média Mediana
 R\$ 1.5300 R\$ 1.6867 R\$ 1.6300

Coefficiente de Variação: 9,2666%
 Desvio Padrão: 0,1563
 Maior Preço: R\$ 1,9000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
 Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	1680	Teste	R\$ 1.1900	13/12/2023	Não
2		PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br	105000	Teste	R\$ 1.4100	22/11/2023	Não
3		PMS - HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL - Compras.gov.br	156000	Teste	R\$ 0.2400	23/10/2023	Não
4		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	35000	Teste	R\$ 1.6300	17/10/2023	Sim
5		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	9000	Teste	R\$ 0.7600	22/09/2023	Não
6		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	33000	Teste	R\$ 0.6000	04/09/2023	Não
7		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	73500	Teste	R\$ 0.5000	04/08/2023	Não
8		ESTADO DO AMAZONAS - Compras.gov.br	5Q	Teste	R\$ 198.0000	28/07/2023	Não

9		PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES - MG - Compras.gov.br	40	Teste	R\$ 90,0000	27/04/2023	Não
10		UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA - Compras.gov.br	11	Teste	R\$ 87,5000	12/04/2023	Não
11		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	40200	Teste	R\$ 1,5300	03/04/2023	Sim
12		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	196000	Teste	R\$ 1,4000	17/03/2023	Não
13		MINISTERIO DEFESA - Compras.gov.br	118000	Teste	R\$ 0,6700	22/02/2023	Não
14		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	84000	Teste	R\$ 0,8600	18/01/2023	Não
15		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	92454	Teste	R\$ 0,7600	13/01/2023	Não
16		PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br	42000	Teste	R\$ 1,9000	11/01/2023	Sim

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 28

03

Descrição do item		Unidade de Fornecimento	Quantidade				
418040 - Detergente Composição: Aminoetanol/Acetato Sódico /Dietilenoglicol Monoetil. Aplicação: Lavagem Analisadores Bioquímicos Automatizados, Características Adicionais: Solução Lavagem Noß Ensaio Quantitativos.Em Soro H, Aspecto Físico: Líquido		Frasco 1 Litro	36				
Consolidação dos preços cotados							
Menor Preço	Média	Mediana	Coefficiente de Variação: 10,8402% Desvio Padrão: 26,1400 Maior Preço: R\$ 267,2800				
R\$ 215,0000	R\$ 241,1400	R\$ 241,1400					
Método de cálculo adotado: Mediana							
Filtro Aplicado							
Período: 12 Meses							
Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	12	Frasco 1 Litro	R\$ 267,2800	07/12/2023	Sim
2		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	20	Frasco 1 Litro	R\$ 215,0000	04/05/2023	Sim

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 29

Descrição do item		Unidade de Fornecimento	Quantidade
399143 - Tubo Para Coleta De Amostra Biológica Material: Plástico, Volume: 10 ML, Componentes: Com Ativador De Coágulo E Gel Separador, Uso: Coleta De Sangue, Característica Adicional: A Vácuo, Esterilidade: Estéril, Descartável		Unidade	12000
Consolidação dos preços cotados			
Menor Preço	Média	Mediana	Coefficiente de Variação: 9,9042% Desvio Padrão: 0,1271 Maior Preço: R\$ 1,4300
R\$ 1,1200	R\$ 1,2833	R\$ 1,3000	
Método de cálculo adotado: Mediana			

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses



Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compro
1		PREFEITURA DE TUPASSI - PR - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 67,0000	22/08/2023	Sim
2		GRUPAMENTO DE APOIO DE RECIFE - Compras.gov.br	70000	Unidade	R\$ 0,5700	20/12/2023	Não
3		PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ - PA - Compras.gov.br	86	Unidade	R\$ 74,0000	18/12/2023	Não
4		UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI - Compras.gov.br	1000	Unidade	R\$ 0,8200	15/12/2023	Não
5		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2000	Unidade	R\$ 0,5600	28/11/2023	Não
6		COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	39000	Unidade	R\$ 0,6400	17/10/2023	Não
7		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	20500	Unidade	R\$ 0,4600	04/10/2023	Não
8		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	213000	Unidade	R\$ 0,5600	13/09/2023	Não
9		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	213000	Unidade	R\$ 0,4800	13/09/2023	Não
10		UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - Compras.gov.br	46	Unidade	R\$ 84,0000	16/08/2023	Não
11		ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	12000	Unidade	R\$ 0,7000	24/05/2023	Não
12		FUNDACAO OSWALDO CRUZ - Compras.gov.br	21	Unidade	R\$ 122,7300	19/05/2023	Não
13		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	20000	Unidade	R\$ 1,1200	17/05/2023	Sim
14		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	27000	Unidade	R\$ 0,9400	04/05/2023	Não
15		ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	6000	Unidade	R\$ 1,0000	03/04/2023	Não
16		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	6000	Unidade	R\$ 1,0300	24/03/2023	Não
17		FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 1,3000	08/03/2023	Sim
18		UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	1500	Unidade	R\$ 1,4300	27/02/2023	Sim
19		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	10000	Unidade	R\$ 0,9000	18/01/2023	Não
20		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	15000	Unidade	R\$ 0,6900	18/01/2023	Não
21		ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	28700	Unidade	R\$ 0,7000	12/01/2023	Não

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 30

30

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
386264 - Tubo Para Coleta De Amostra Biológica Material: Plástico , Volume: 3,5 ML, Componentes: Com Ativador De Coágulo E Gel Separador , Uso: Coleta De Sangue , Característica Adicional: À Vácuo , Esterilidade: Estéril, Descartável	Unidade	12000

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 0,9100

Média

R\$ 1,0300

Mediana

R\$ 1,0700

Coefficiente de Variação: 8,3883%

Desvio Padrão: 0,0864

Maior Preço: R\$ 1,1100

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - Compras.gov.br	240000	Unidade	R\$ 0,4800	26/12/2023	Não
2		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	100000	Unidade	R\$ 1,1100	05/12/2023	Sim
3		ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	250	Unidade	R\$ 30,9000	30/11/2023	Não
4		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	5021	Unidade	R\$ 0,5600	23/11/2023	Não
5		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3000	Unidade	R\$ 0,5800	20/11/2023	Não
6		PREFEITURA DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO - PR - Compras.gov.br	1000	Unidade	R\$ 0,6700	07/11/2023	Não
7		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	26750	Unidade	R\$ 0,5400	30/10/2023	Não
8		ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	60000	Unidade	R\$ 0,5100	20/10/2023	Não
9		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	10550	Unidade	R\$ 0,5400	04/10/2023	Não
10		FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - Compras.gov.br	11000	Unidade	R\$ 0,7200	14/09/2023	Não
11		UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 66,0000	01/09/2023	Não
12		ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	68000	Unidade	R\$ 0,5400	24/08/2023	Não
13		UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - Compras.gov.br	60000	Unidade	R\$ 0,5900	19/06/2023	Não
14		COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	1600	Unidade	R\$ 0,6000	25/05/2023	Não
15		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	70000	Unidade	R\$ 0,9100	09/05/2023	Sim
16		UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br	3500	Unidade	R\$ 1,0700	09/05/2023	Sim
17		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	12001	Unidade	R\$ 0,8700	12/04/2023	Não
18		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5000	Unidade	R\$ 0,7300	24/03/2023	Não
19		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	5000	Unidade	R\$ 0,8500	09/03/2023	Não
20		ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	400	Unidade	R\$ 49,9900	02/03/2023	Não

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 31

01

Descrição do item

407176 - Reagente Para Diagnóstico Clínico 3 Tipo: Para Automação Em Bioquímica, Tipo De Análise: Análises Para Controle De Qualidade, Apresentação: Liofilizado, Característica Adicional: Mínimo De 25 Análises

Unidade de Fornecimento

Unidade

Quantidade

50

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 221.9900

Média

R\$ 248,9967

● Mediana

R\$ 260,0000

Coefficiente de Variação: 7,7131%

Desvio Padrão: 19,2054

Maiores Preço: R\$ 265,0000



Método de cálculo adotado: Médiana

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 58,0000	14/12/2023	Não
2		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 111,0000	14/12/2023	Não
3		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 221,9900	05/12/2023	Sim
4		COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	26	Unidade	R\$ 260,0000	24/11/2023	Sim
5		COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	26	Unidade	R\$ 260,0000	24/11/2023	Não
6		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 54,0000	14/11/2023	Não
7		MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 100,0000	03/11/2023	Não
8		COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	16	Unidade	R\$ 303,7600	31/10/2023	Não
9		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	9	Unidade	R\$ 1.227,1500	30/10/2023	Não
10		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 361,9000	22/09/2023	Não
11		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1.326,4000	05/09/2023	Não
12		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 679,8000	05/09/2023	Não
13		PREFEITURA MUNICIPAL DE CACERES - MT - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 89,0000	29/08/2023	Não
14		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 78,0000	26/07/2023	Não
15		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 80,0000	26/07/2023	Não
16		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 265,0000	26/07/2023	Sim
17		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 62,8800	22/06/2023	Não
18		MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1.317,2400	14/06/2023	Não
19		MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1.481,1900	14/06/2023	Não
20		MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 2.774,3400	14/06/2023	Não
21		MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 2.016,9000	14/06/2023	Não
22		MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 1.960,4200	14/06/2023	Não
23		MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 1.728,3000	14/06/2023	Não
24		MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 1.328,8200	14/06/2023	Não
25		MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 1.151,3900	14/06/2023	Não
		COMANDO DO EXERCITO - Compras.					

26		gov.br	2	Unidade	R\$ 1.960,0000	14/06/2023	Não
27		UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1.337,1700	03/05/2023	Não
28		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 247,7400	31/03/2023	Não
29		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 247,7400	31/03/2023	Não
30		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 39,0000	31/03/2023	Não
31		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 34,5000	31/03/2023	Não
32		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 111,0000	24/03/2023	Não
33		COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 111,5300	15/03/2023	Não
34		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 2.559,0000	13/03/2023	Não
35		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 2.198,0000	13/03/2023	Não
36		ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 100,0000	15/02/2023	Não
37		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 120,0000	10/02/2023	Não
38		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 110,0000	10/02/2023	Não
39		UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 92,0000	10/02/2023	Não
40		ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	106	Unidade	R\$ 69,0000	12/01/2023	Não

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 32

02

Descrição do item:

357954 - Reagente Para Diagnóstico Clínico 3 Tipo: Para Automação Em Bioquímica , Tipo De Análise: Calibrador Multiparamétrico , Apresentação: Liofilizado , Característica Adicional: Mínimo De 25 Analitos

Unidade de Fornecimento

Unidade

Quantidade*

25

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 180,0000

Média

R\$ 199,6667

● Mediana

R\$ 194,0000

Coefficiente de Variação: 9,4172%

Desvio Padrão: 18,8031

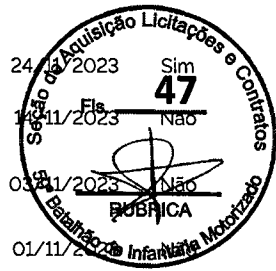
Maior Preço: R\$ 225,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 140,0000	14/12/2023	Não
2		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 79,3300	05/12/2023	Não
3		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 40,8800	05/12/2023	Não
4		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 145,6900	05/12/2023	Não
5		ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	13	Unidade	R\$ 299,5610	28/11/2023	Não
		COMANDO DA AERONAUTICA -					



6		Compras.gov.br	26	Unidade	R\$ 225,0000	24/10/2023	Sim
7		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 42,0100	14/11/2023	Não
8		MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 140,0000	03/11/2023	Não
9		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 127,1300	01/11/2023	Não
10		COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	16	Unidade	R\$ 262,0000	31/10/2023	Não
11		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 296,9500	30/10/2023	Não
12		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	48	Unidade	R\$ 70,7000	30/10/2023	Não
13		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	48	Unidade	R\$ 70,7000	30/10/2023	Não
14		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	19	Unidade	R\$ 99,8000	30/10/2023	Não
15		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 249,0000	22/09/2023	Não
16		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 1.148,0400	05/09/2023	Não
17		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 679,7600	05/09/2023	Não
18		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 1.230,3600	05/09/2023	Não
19		PREFEITURA MUNICIPAL DE CACERES - MT - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 194,0000	29/08/2023	Sim
20		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 87,0000	18/08/2023	Não
21		UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 259,7900	16/08/2023	Não
22		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 180,0000	01/08/2023	Sim
23		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 67,0000	26/07/2023	Não
24		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 269,8000	21/07/2023	Não
25		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 269,8000	20/07/2023	Não
26		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 73,5500	22/06/2023	Não
27		MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 715,0000	14/06/2023	Não
28		MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 1.046,5800	14/06/2023	Não
29		MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 1.103,5300	14/06/2023	Não
30		MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 830,5000	14/06/2023	Não
31		MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 546,6800	14/06/2023	Não
32		MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 492,8300	14/06/2023	Não
33		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 86,0000	06/06/2023	Não
34		ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 2.289,4500	22/05/2023	Não
35		ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 115,0000	19/05/2023	Não
36		ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 3.500,0000	19/05/2023	Não
37		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	16	Unidade	R\$ 146,3400	17/05/2023	Não
38		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	76	Unidade	R\$ 146,3400	17/05/2023	Não

39		INST.FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. CATARINENSE - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 103,0000	16/05/2023	Não
40		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 68,0000	09/05/2023	Não
41		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 269,8000	04/05/2023	Não
42		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 150,0000	24/03/2023	Não
43		COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 310,3200	15/03/2023	Não
44		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 163,2300	24/02/2023	Não
45		ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	24	Unidade	R\$ 140,0000	15/02/2023	Não
46		UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 83,5800	14/02/2023	Não
47		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 119,9900	10/02/2023	Não
48		UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 115,7000	10/02/2023	Não

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 33

04

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
331742 - Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Conjunto Completo Para Automação , Tipo De Análise: Quantitativo De Albumina , Método: Colorimétrico De Ponto Final , Apresentação: Teste	Teste	2500

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	R\$ 0,4000	Média	R\$ 0,4433	Mediana	R\$ 0,4500	Coefficiente de Variação: 7,4442%
						Desvio Padrão: 0,0330
						Maior Preço: R\$ 0,4800

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	36000	Teste	R\$ 0,8000	19/01/2024	Não
2		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2100	Teste	R\$ 3,6000	16/01/2024	Não
3		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2000	Teste	R\$ 4,0500	09/01/2024	Não
4		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2000	Teste	R\$ 0,0500	04/01/2024	Não
5		GRUPAMENTO DE APOIO DE CANOAS - Compras.gov.br	1800	Teste	R\$ 0,2500	02/01/2024	Não
6		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	81413	Teste	R\$ 0,7600	21/12/2023	Não
7		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	4000	Teste	R\$ 2,4600	19/12/2023	Não
8		PREFEITURA DE ARAUCÁRIA - PR - Compras.gov.br	4000	Teste	R\$ 1,0000	15/12/2023	Não
9		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4800	Teste	R\$ 0,1800	14/12/2023	Não
		ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.					



10		br	4165	Teste	R\$ 0,0600	13/11/2023	Não
11		UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	1315	Teste	R\$ 1,1100	11/02/2023	Não
12		PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - RJ - Compras.gov.br	65948	Teste	R\$ 0,8200	11/02/2023	Não
13		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2700	Teste	R\$ 0,1000	07/12/2023	Não
14		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	8000	Teste	R\$ 0,0500	05/12/2023	Não
15		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1500	Teste	R\$ 3,6000	30/11/2023	Não
16		UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS - Compras.gov.br	3600	Teste	R\$ 0,5100	29/11/2023	Não
17		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	22035	Teste	R\$ 0,9400	29/11/2023	Não
18		ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	19000	Teste	R\$ 0,4800	27/11/2023	Sim
19		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	624	Teste	R\$ 2,8000	24/11/2023	Não
20		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4	Teste	R\$ 260,0000	14/11/2023	Não
21		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5000	Teste	R\$ 0,2400	14/11/2023	Não
22		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	8000	Teste	R\$ 0,8900	08/11/2023	Não
23		MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	350	Teste	R\$ 1,0000	03/11/2023	Não
24		COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	7912	Teste	R\$ 1,3000	31/10/2023	Não
25		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Teste	R\$ 2,9700	30/10/2023	Não
26		PMS - HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL - Compras.gov.br	24960	Teste	R\$ 0,3500	23/10/2023	Não
27		ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	11451	Teste	R\$ 0,8600	18/10/2023	Não
28		ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	1790	Teste	R\$ 0,6800	18/10/2023	Não
29		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	3000	Teste	R\$ 1,0000	17/10/2023	Não
30		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	6000	Teste	R\$ 1,0000	02/10/2023	Não
31		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	4000	Teste	R\$ 0,4000	27/09/2023	Sim
32		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	25000	Teste	R\$ 1,7000	26/09/2023	Não
33		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	9600	Teste	R\$ 0,2500	22/09/2023	Não
34		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	1600	Teste	R\$ 1,0000	22/09/2023	Não
35		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	12000	Teste	R\$ 1,0300	22/09/2023	Não
36		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	4400	Teste	R\$ 1,6000	04/09/2023	Não
37		MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	60000	Teste	R\$ 0,8900	01/09/2023	Não
38		ESTADO DO MARANHÃO - Compras.gov.br	240	Teste	R\$ 1,0000	25/08/2023	Não
39		ESTADO DO MARANHÃO - Compras.gov.br	11700	Teste	R\$ 1,0000	25/08/2023	Não
40		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2000	Teste	R\$ 4,8000	17/08/2023	Não
41		ESTADO DO CEARÁ - Compras.gov.br	232000	Teste	R\$ 0,4500	09/08/2023	Sim
42		UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - Compras.gov.br	8000	Teste	R\$ 1,6100	08/08/2023	Não

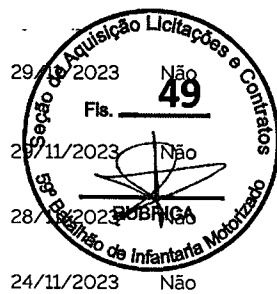
43		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	22000	Teste	R\$ 0,6100	04/08/2023	Não
44		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2200	Teste	R\$ 2,8300	31/07/2023	Não
45		ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	26325	Teste	R\$ 2,1700	18/07/2023	Não
46		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4500	Teste	R\$ 1,3500	13/07/2023	Não
47		ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	27612	Teste	R\$ 1,3200	12/07/2023	Não
48		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1000	Teste	R\$ 2,1800	10/07/2023	Não
49		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	23000	Teste	R\$ 0,6000	04/07/2023	Não
50		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	20000	Teste	R\$ 1,0900	29/06/2023	Não

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 34

18

Descrição do item		Unidade de Fornecimento	Quantidade				
331408 - Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Conjunto Completo , Tipo De Análise: Quantitativo De Glicose , Método: Enzimático,Colorimétrico De Ponto Final , Apresentação: Teste		Teste	5000				
Consolidação dos preços cotados							
Menor Preço	R\$ 2,7500	● Média	R\$ 2,7667				
		● Mediana	R\$ 2,7600				
Método de cálculo adotado: Mediana		Coeficiente de Variação: 0,6145%					
		Desvio Padrão: 0,0170					
		Maior Preço: R\$ 2,7900					
Filtro Aplicado							
Período: 12 Meses							
Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	180000	Teste	R\$ 0,7800	19/01/2024	Não
2		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	6000	Teste	R\$ 2,7500	16/01/2024	Sim
3		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	31000	Teste	R\$ 0,5400	11/01/2024	Não
4		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	6000	Teste	R\$ 0,0500	04/01/2024	Não
5		GRUPAMENTO DE APOIO DE CANOAS - Compras.gov.br	8000	Teste	R\$ 0,1100	02/01/2024	Não
6		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	166746	Teste	R\$ 0,3700	21/12/2023	Não
7		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	19000	Teste	R\$ 2,1900	19/12/2023	Não
8		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	15000	Teste	R\$ 0,1900	14/12/2023	Não
9		PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - RJ - Compras.gov.br	157181	Teste	R\$ 0,7400	11/12/2023	Não
10		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	10800	Teste	R\$ 0,3000	07/12/2023	Não
11		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	20000	Teste	R\$ 0,0700	05/12/2023	Não
12		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	10200	Teste	R\$ 2,7600	30/11/2023	Sim



13		UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS - Compras.gov.br	21200	Teste	R\$ 0,4500	29/11/2023	Não
14		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	41600	Teste	R\$ 1,3800	27/11/2023	Não
15		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1000	Teste	R\$ 0,0500	28/11/2023	Não
16		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2028	Teste	R\$ 2,7000	24/11/2023	Não
17		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1	Teste	R\$ 74,0000	22/11/2023	Não
18		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	8	Teste	R\$ 224,2500	14/11/2023	Não
19		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	16000	Teste	R\$ 0,4900	14/11/2023	Não
20		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	15000	Teste	R\$ 0,8500	08/11/2023	Não
21		MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	4000	Teste	R\$ 1,0000	03/11/2023	Não
22		COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	67680	Teste	R\$ 1,5200	31/10/2023	Não
23		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	25000	Teste	R\$ 1,5400	17/10/2023	Não
24		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	12001	Teste	R\$ 1,1000	09/10/2023	Não
25		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4000	Teste	R\$ 0,9000	02/10/2023	Não
26		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	5000	Teste	R\$ 1,4300	27/09/2023	Não
27		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	60000	Teste	R\$ 1,4300	26/09/2023	Não
28		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	10000	Teste	R\$ 0,3500	22/09/2023	Não
29		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	10000	Teste	R\$ 0,7000	22/09/2023	Não
30		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	19800	Teste	R\$ 1,0200	22/09/2023	Não
31		ESTADO DO MARANHAO - Compras.gov.br	840	Teste	R\$ 0,8700	25/08/2023	Não
32		ESTADO DO MARANHAO - Compras.gov.br	6120	Teste	R\$ 0,8700	25/08/2023	Não
33		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	800	Teste	R\$ 22,5000	17/08/2023	Não
34		ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	363080	Teste	R\$ 0,4500	09/08/2023	Não
35		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	30000	Teste	R\$ 0,4900	04/08/2023	Não
36		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	13000	Teste	R\$ 1,5700	31/07/2023	Não
37		ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	60000	Teste	R\$ 2,7900	18/07/2023	Sim
38		UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	8	Teste	R\$ 60,0000	12/07/2023	Não
39		ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	148231	Teste	R\$ 1,3200	12/07/2023	Não
40		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	8000	Teste	R\$ 1,4400	10/07/2023	Não
41		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	22000	Teste	R\$ 0,5500	04/07/2023	Não
42		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2000	Teste	R\$ 1,7600	30/06/2023	Não
43		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	30000	Teste	R\$ 0,9900	29/06/2023	Não
		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS					

44		HOSPITALARES - Compras.gov.br	30500	Teste	R\$ 0,7500	28/06/2023	Não
45		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	18000	Teste	R\$ 1,7400	22/06/2023	Não
46		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	85000	Teste	R\$ 0,9100	02/06/2023	Não
47		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	7501	Teste	R\$ 1,4500	25/05/2023	Não
48		GRUPAMENTO DE APOIO DE BELEM - Compras.gov.br	30000	Teste	R\$ 1,5500	17/05/2023	Não
49		UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - Compras.gov.br	27000	Teste	R\$ 0,9800	16/05/2023	Não
50		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	24400	Teste	R\$ 1,0500	12/05/2023	Não

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 35

35

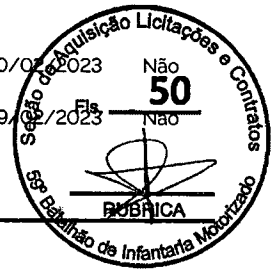
Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
380506 - Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Glicose , Apresentação: Solução À 0,25 G/ML. Outros Componentes: Aromatizada	Frasco 300 Mililitro	1000
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço R\$ 4,6000	Média R\$ 5,4633	Mediana R\$ 5,6600
Coeficiente de Variação: 11,7127% Desvio Padrão: 0,6399 Maior Preço: R\$ 6,1300		
Método de cálculo adotado: Mediana		

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	4000	Frasco 300 Mililitro	R\$ 6,1300	30/04/2024	Sim
2		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	150	Frasco 300 Mililitro	R\$ 4,5000	06/12/2023	Não
3		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	500	Frasco 300 Mililitro	R\$ 4,6000	19/09/2023	Sim
4		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	680	Frasco 300 Mililitro	R\$ 4,3400	18/09/2023	Não
5		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	1800	Frasco 300 Mililitro	R\$ 4,3000	13/09/2023	Não
6		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	40	Frasco 300 Mililitro	R\$ 5,6600	23/08/2023	Sim
7		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	1400	Frasco 300 Mililitro	R\$ 3,8600	14/08/2023	Não
8		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	1000	Frasco 300 Mililitro	R\$ 4,2000	07/08/2023	Não
9		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1000	Frasco 300 Mililitro	R\$ 4,2900	25/07/2023	Não
10		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	750	Frasco 300 Mililitro	R\$ 4,5000	25/07/2023	Não
11		ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br	7000	Frasco 300 Mililitro	R\$ 4,3300	18/07/2023	Não
12		PMSP - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - Compras.gov.br	2760	Frasco 300 Mililitro	R\$ 4,6900	05/07/2023	Não
13		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	2000	Frasco 300 Mililitro	R\$ 3,7000	28/02/2023	Não
		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br					

14		gov.br	100	Frasco 300 Mililitro	R\$ 4,3000	10/07/2023
15		COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	500	Frasco 300 Mililitro	R\$ 4,5500	09/02/2023



Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Relatório emitido em 02/07/2024 15:40

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII - IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre $(X-\mu)^2$, onde μ representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$

Relatório de pesquisa de preço

Relatório Resumido

Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
11/2024	160004	Concluída	[REDACTED]

Título: Artigos para laboratório

Observações: Insumos necessários para a execução plena dos exames clínicos laboratoriais.

Total de itens cotados: 17 **Valor total da pesquisa de preços:** R\$ 70.926.3200

Itens cotados

Item: 1

36

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
431449 - Corante Tipo: Lugol Forte, Aspecto Físico: Líquido, Características Adicionais: Especialmente Manipulado, Concentração: Solução A 10%	Litro	10

Consolidação dos preços cotados			
Menor Preço	Média	Mediana	Coefficiente de Variação: 0,0000%
R\$ 107.5400	R\$ 107.5400	R\$ 107.5400	Desvio Padrão: 0,0000
Método de cálculo adotado: Mediana			Maior Preço: R\$ 107.5400

Filtro Aplicado
 Período: 12 Meses

Nº	Ínciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELotas - Compras.gov.br	25	Litro	R\$ 107.5400	11/12/2023	Sim

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 2

37

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
442196 - Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Conjunto Completo. Tipo De Análise: Tempo De Atividade De Protrombina. Método: Coagulometria, Apresentação: Teste.	Teste	1000



Consolidação dos preços cotados*			
Menor Preço	Média	Mediana	Coefficiente de Variação: 14,8750%
R\$ 2.9300	R\$ 3,2800	R\$ 2,9400	Desvio Padrão: 0,4879
Método de cálculo adotado: Mediana.			Maior Preço: R\$ 3,9700

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	200	Teste	R\$ 0,9000	19/12/2023	Não
2		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	5000	Teste	R\$ 0,5000	01/12/2023	Não
3		ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	32100	Teste	R\$ 0,5700	30/11/2023	Não
4		UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - Compras.gov.br	600	Teste	R\$ 2,9300	08/08/2023	Sim
5		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	11000	Teste	R\$ 5,1600	31/07/2023	Não
6		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4500	Teste	R\$ 8,1300	13/07/2023	Não
7		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	48000	Teste	R\$ 1,3200	13/07/2023	Não
8		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	37000	Teste	R\$ 2,1500	23/06/2023	Não
9		PREFEITURA DE ARAUCÁRIA - PR - Compras.gov.br	12600	Teste	R\$ 3,9700	05/06/2023	Sim
10		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2001	Teste	R\$ 4,5200	25/05/2023	Não
11		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	11000	Teste	R\$ 4,5500	09/05/2023	Não
12		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5000	Teste	R\$ 6,4200	17/04/2023	Não
13		ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	50000	Teste	R\$ 1,8200	17/04/2023	Não
14		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	31000	Teste	R\$ 2,9400	17/04/2023	Sim
15		ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	15000	Teste	R\$ 1,2000	20/03/2023	Não
16		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	5000	Teste	R\$ 2,2000	08/03/2023	Não
17		ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br	9600	Teste	R\$ 5,1000	17/02/2023	Não
18		ESTADO DO MARANHAO - Compras.gov.br	22800	Teste	R\$ 3,5000	03/02/2023	Não
19		FUNDACAO OSWALDO CRUZ - Compras.gov.br	24000	Teste	R\$ 2,9000	31/01/2023	Não

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 3

38

Descrição do Item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
442195 - Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo; Conjunto Completo, Tipo De Análise: Tempo De Tromboplastina Parcial Ativada, Método: Coagulometria, Apresentação: Teste	Teste	1000

Consolidação dos preços cotados

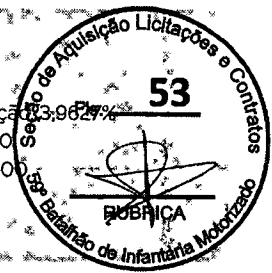
Menor Preço
R\$ 4.5500

Média
R\$ 4.8200

● Mediana
R\$ 4.9500

Coefficiente de Variação: 3,9627%
Desvio Padrão: 0,191065
Maior Preço: R\$ 4.9600

Método de cálculo adotado: Mediana



Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		BASE AEREA DE SANTA MARIA - Compras.gov.br	600	Teste	R\$ 2,9000	28/12/2023	Não
2		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	300	Teste	R\$ 0,8899	19/12/2023	Não
3		ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	32100	Teste	R\$ 0,4300	30/11/2023	Não
4		COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	2400	Teste	R\$ 2,2600	31/10/2023	Não
5		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5000	Teste	R\$ 9,0000	30/10/2023	Não
6		ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	39216	Teste	R\$ 8,4000	21/08/2023	Não
7		UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - Compras.gov.br	600	Teste	R\$ 2,9900	08/08/2023	Não
8		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	11000	Teste	R\$ 4,9600	31/07/2023	Sim
9		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3100	Teste	R\$ 15,9300	13/07/2023	Não
10		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	48000	Teste	R\$ 1,3200	13/07/2023	Não
11		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	33000	Teste	R\$ 2,1500	23/06/2023	Não
12		PREFEITURA DE ARAUCÁRIA - PR - Compras.gov.br	8500	Teste	R\$ 5,5300	05/06/2023	Não
13		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	11000	Teste	R\$ 4,5500	09/05/2023	Sim
14		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5000	Teste	R\$ 7,4600	17/04/2023	Não
15		ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	50000	Teste	R\$ 6,0500	17/04/2023	Não
16		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	31200	Teste	R\$ 3,0000	17/04/2023	Não
17		ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	15000	Teste	R\$ 0,9000	20/03/2023	Não
18		ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br	9600	Teste	R\$ 4,9500	17/02/2023	Sim
19		ESTADO DO MARANHÃO - Compras.gov.br	22800	Teste	R\$ 3,5000	03/02/2023	Não
20		FUNDACAO OSWALDO CRUZ - Compras.gov.br	32000	Teste	R\$ 2,6600	31/01/2023	Não

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 4

Descrição do item

335453 - Reagente Para Diagnóstico Clínico 6 Tipo: Conjunto Completo, Tipo De Análise: Qualitativo De Fator Reumatóide, Método: Aglutinação Em Placa, Apresentação: Teste

Unidade de Fornecimento

Frasco 2 Mililitro

Quantidade

10

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço
R\$ 24.9000

● Média
R\$ 62.1500

Mediana
R\$ 44.5500

Coefficiente de Variação: 63,7260%
Desvio Padrão: 39,6057
Maior Preço: R\$ 117.0000

Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	10	Frasco 2 Mililitro	R\$ 24,9000	14/06/2023	Sim
2		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	8	Frasco 2 Mililitro	R\$ 44,5500	12/05/2023	Sim
3		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	12	Frasco 2 Mililitro	R\$ 117,0000	05/04/2023	Sim

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 5
40

Descrição do item

368252 - Reagente Para Diagnóstico Clínico Tipo: Conjunto Completo, Tipo De Análise: Qualitativo Hbsag, Método: Imunocromatografia, Apresentação: Teste

Unidade de Fornecimento

Teste

Quantidade

1000

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço
R\$ 1,9500

● Média
R\$ 2,0300

● Mediana
R\$ 2,0000

Coefficiente de Variação: 3,9606%
Desvio Padrão: 0,0804
Maior Preço: R\$ 2,1400

Método de cálculo adotado: Médiana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1500	Teste	R\$ 0,9500	04/01/2024	Não
2		GRUPAMENTO DE APOIO DE CANOAS - Compras.gov.br	900	Teste	R\$ 1,0000	02/01/2024	Não
3		BASE AEREA DE SANTA MARIA - Compras.gov.br	300	Teste	R\$ 2,4500	28/12/2023	Não
4		GRUPAMENTO DE APOIO DE RECIFE - Compras.gov.br	2500	Teste	R\$ 1,6900	20/12/2023	Não
5		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	600	Teste	R\$ 2,2000	14/12/2023	Não
6		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	3000	Teste	R\$ 1,3500	01/12/2023	Não
7		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1000	Teste	R\$ 3,0100	30/11/2023	Não
8		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	200	Teste	R\$ 1,2500	20/11/2023	Não
9		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	900	Teste	R\$ 2,1400	14/11/2023	Sim
10		MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	25000000	Teste	R\$ 1,2800	30/10/2023	Não
11		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5200	Teste	R\$ 0,9000	30/10/2023	Não

COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br

12	gov.br	400	Teste	R\$ 0,9500	17/10/2023	Não
13	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	700	Teste	R\$ 1,4000	25/09/2023	Não
14	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	312	Teste	R\$ 2,3000	08/09/2023	Não
15	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	500	Teste	R\$ 1,6500	18/08/2023	Não
16	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2000	Teste	R\$ 1,7800	31/07/2023	Não
17	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	200	Teste	R\$ 1,9500	25/07/2023	Sim
18	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	850	Teste	R\$ 2,3800	28/06/2023	Não
19	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3000	Teste	R\$ 2,0000	22/06/2023	Sim
20	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4000	Teste	R\$ 1,4000	16/05/2023	Não
21	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	150	Teste	R\$ 5,1500	28/04/2023	Não
22	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Teste	R\$ 1,4000	12/04/2023	Não
23	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEÁRA - Compras.gov.br	900	Teste	R\$ 1,5000	12/04/2023	Não
24	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	40	Teste	R\$ 3,5100	30/03/2023	Não
25	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	3750	Teste	R\$ 0,8400	28/03/2023	Não
26	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1000	Teste	R\$ 1,7400	24/03/2023	Não
27	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	600	Teste	R\$ 1,1000	13/03/2023	Não
28	MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	500	Teste	R\$ 3,6800	24/02/2023	Não
29	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	800	Teste	R\$ 1,3000	10/02/2023	Não
30	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	50	Teste	R\$ 1,6500	10/02/2023	Não
31	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2000	Teste	R\$ 1,5900	18/01/2023	Não



Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 6

41

Descrição do Item **Unidade de Fornecimento** **Quantidade**

357783 - Reagente Para Diagnóstico Clínico? Tipo: Conjunto Completo, Tipo De Análise: Qualitativo De Anti-Hcv, Método: Imunocromatografia, Apresentação: Teste

Teste

1000

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

Média

Mediana

Coefficiente de Variação: 7,4872%

R\$ 4,2100

R\$ 4,7067

R\$ 4,9200

Desvio Padrão: 0,3524

Maior Preço: R\$ 4,9900

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
		COMANDO DO EXERCITO - Compras.					

1	gov.br	1500	Teste	R\$ 1,5200	04/01/2024	Não
2	GRUPAMENTO DE APOIO DE CANOAS - Compras.gov.br	825	Teste	R\$ 1,7000	02/01/2024	Não
3	BASE AEREA DE SANTA MARIA - Compras.gov.br	200	Teste	R\$ 3,3300	28/12/2023	Não
4	GRUPAMENTO DE APOIO DE RECIFE - Compras.gov.br	2500	Teste	R\$ 3,0500	20/12/2023	Não
5	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	600	Teste	R\$ 2,6700	14/12/2023	Não
6	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	100	Teste	R\$ 1,9000	06/12/2023	Não
7	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	400	Teste	R\$ 1,8800	05/12/2023	Não
8	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1500	Teste	R\$ 1,9900	01/12/2023	Não
9	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1000	Teste	R\$ 4,2100	30/11/2023	Sim
10	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	300	Teste	R\$ 1,9000	20/11/2023	Não
11	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	3720	Teste	R\$ 1,6500	13/06/2024	Não
12	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	100	Teste	R\$ 1,7000	31/10/2023	Não
13	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	120	Teste	R\$ 3,0000	20/10/2023	Não
14	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2000	Teste	R\$ 4,0500	18/10/2023	Não
15	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	400	Teste	R\$ 1,5200	17/10/2023	Não
16	FUNDACAO OSWALDO CRUZ - Compras.gov.br	500	Teste	R\$ 2,3500	28/09/2023	Não
17	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2000	Teste	R\$ 2,6000	22/09/2023	Não
18	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - Compras.gov.br	7	Teste	R\$ 69,9000	12/09/2023	Não
19	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	312	Teste	R\$ 3,0000	08/09/2023	Não
20	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	500	Teste	R\$ 1,5200	18/08/2023	Não
21	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2000	Teste	R\$ 2,6000	31/07/2023	Não
22	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	200	Teste	R\$ 3,1000	25/07/2023	Não
23	MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	300	Teste	R\$ 4,9200	21/07/2023	Sim
24	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Teste	R\$ 2,7700	04/07/2023	Não
25	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1050	Teste	R\$ 2,9000	28/06/2023	Não
26	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3000	Teste	R\$ 3,9000	22/06/2023	Não
27	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Teste	R\$ 4,9900	02/06/2023	Sim
28	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	700	Teste	R\$ 1,4900	15/05/2023	Não
29	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	150	Teste	R\$ 2,8000	12/04/2023	Não
30	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	2500	Teste	R\$ 1,0000	28/03/2023	Não
31	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	50	Teste	R\$ 2,5000	10/02/2023	Não
	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br					

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 7
42

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
-------------------	-------------------------	------------

466098 - Reagente Para Diagnóstico Clínico 6 Tipo: Conjunto Completo, Tipo De Análise: Quantitativo De Hiv-1 E 2, Método: Imunocromatografia, Apresentação: Autoteste.

Teste

1000

Consolidação dos preços cotados	
---------------------------------	--

Menor Preço

Média

● Mediana

Coeficiente de Variação: 0,0000%

R\$ 1.8400

R\$ 1.8400

R\$ 1.8400

Desvio Padrão: 0,0000

Maior Preço: R\$ 1.8400

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	1	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2	Teste	R\$ 192,0000	27/09/2023	Não
2	1	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	3750	Teste	R\$ 1.8400	28/03/2023	Sim

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 8
43

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
-------------------	-------------------------	------------

381259 - Reagente Para Diagnóstico Clínico 6 Tipo: Conjunto Completo, Tipo De Análise: Qualitativo De Sangue Oculto Em Fezes, Método: Imunocromatografia, Apresentação: Teste, Características Adicionais: Com Detecção Hemoglobina E Haptoglobina

Teste

1000

Consolidação dos preços cotados	
---------------------------------	--

Menor Preço

Média

● Mediana

Coeficiente de Variação: 8,7067%

R\$ 3,2000

R\$ 3,5467

R\$ 3,4900

Desvio Padrão: 0,3088

Maior Preço: R\$ 3,9500

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	1	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	2000	Teste	R\$ 1,8100	30/04/2024	Não
2	1	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	250	Teste	R\$ 2,6000	19/12/2023	Não
3	1	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	2000	Teste	R\$ 2,9500	05/12/2023	Não
4	1	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	2880	Teste	R\$ 2,5000	20/11/2023	Não
5	1	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	400	Teste	R\$ 3,0400	16/02/2024	Não
		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS					

6	HOSPITALARES - Compras.gov.br	300	Teste	R\$ 6,3100	21/09/2023	Não
7	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - Compras.gov.br	201	Teste	R\$ 3,9500	12/09/2023	Sim
8	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	200	Teste	R\$ 3,2000	07/08/2023	Não
9	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	400	Teste	R\$ 2,8900	18/05/2023	Não
10	MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS - Compras.gov.br	25000	Teste	R\$ 2,5500	12/05/2023	Não
11	ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	500	Teste	R\$ 2,5100	25/04/2023	Não
12	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	400	Teste	R\$ 3,1700	24/04/2023	Não
13	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Teste	R\$ 3,4900	13/04/2023	Sim
14	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	2000	Teste	R\$ 1,8200	05/04/2023	Não
15	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	2000	Teste	R\$ 2,9000	09/03/2023	Não
16	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1000	Teste	R\$ 2,5900	28/02/2023	Não
17	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	5000	Teste	R\$ 7,4900	01/02/2023	Não
18	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	3500	Teste	R\$ 2,5500	24/01/2023	Não
19	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	2400	Teste	R\$ 3,2000	17/01/2023	Sim

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 9

44

Descrição do item

356905 - Reagente Para Diagnóstico Clínico 6 Tipo: Conjunto Completo, Tipo De Análise: Qualitativo De Beta Hcg, Método: Imunocromatografia, Apresentação: Teste

Unidade de Fornecimento

Teste

Quantidade

1000

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço:

R\$ 1,2800

● Média

R\$ 1,5000

Mediana

R\$ 1,5000

Coefficiente de Variação: 11,9733%

Desvio Padrão: 0,1796

Maior Preço: R\$ 1,7200

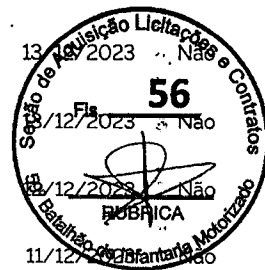
Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inscricao	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	1000	Teste	R\$ 0,6500	11/01/2024	Não
2		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	300	Teste	R\$ 0,4500	04/01/2024	Não
3		GRUPAMENTO DE APOIO DE CANOAS - Compras.gov.br	800	Teste	R\$ 0,5000	02/01/2024	Não
4		BASE AEREA DE SANTA MARIA - Compras.gov.br	1000	Teste	R\$ 0,4900	28/12/2023	Não
5		GRUPAMENTO DE APOIO DE RECIFE - Compras.gov.br	5000	Teste	R\$ 0,5900	20/12/2023	Não
6		PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO - MG - Compras.gov.br	100	Teste	R\$ 19,0000	18/12/2023	Não
7		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1000	Teste	R\$ 0,4600	14/12/2023	Não
8		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	3100	Teste	R\$ 0,5000	16/04/2024	Não

9	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	100	Teste	R\$ 0,6200	13/12/2023	Não
10	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	3000	Teste	R\$ 0,4600	12/12/2023	Não
11	MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	31200	Teste	R\$ 0,4900	12/12/2023	Não
12	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	600	Teste	R\$ 0,5500	11/12/2023	Não
13	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	1200	Teste	R\$ 0,4200	06/12/2023	Não
14	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Teste	R\$ 0,6900	06/12/2023	Não
15	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	300	Teste	R\$ 0,4900	05/12/2023	Não
16	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	200	Teste	R\$ 0,5800	05/12/2023	Não
17	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1500	Teste	R\$ 0,4900	01/12/2023	Não
18	ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	250	Teste	R\$ 110,9300	01/12/2023	Não
19	ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	40900	Teste	R\$ 0,4600	30/11/2023	Não
20	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	500	Teste	R\$ 0,4500	29/11/2023	Não
21	MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	200	Teste	R\$ 36,0000	21/11/2023	Não
22	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	250	Teste	R\$ 0,5000	16/11/2023	Não
23	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	500	Teste	R\$ 0,5700	14/11/2023	Não
24	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	34537	Teste	R\$ 0,4800	13/06/2024	Não
25	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	50	Teste	R\$ 16,9500	09/11/2023	Não
26	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	600	Teste	R\$ 1,7200	16/02/2024	Sim
27	MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	1500	Teste	R\$ 0,4900	03/11/2023	Não
28	MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	2500	Teste	R\$ 1,1500	01/11/2023	Não
29	MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	2500	Teste	R\$ 0,6000	01/11/2023	Não
30	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	600	Teste	R\$ 0,5000	31/10/2023	Não
31	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RORAIMA - Compras.gov.br	500	Teste	R\$ 1,5000	30/10/2023	Sim
32	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1720	Teste	R\$ 0,4300	30/10/2023	Não
33	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	400	Teste	R\$ 0,4200	17/10/2023	Não
34	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	11500	Teste	R\$ 0,5000	04/10/2023	Não
35	FUNDACAO OSWALDO CRUZ - Compras.gov.br	1000	Teste	R\$ 0,4600	28/09/2023	Não
36	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5000	Teste	R\$ 0,4900	22/09/2023	Não
37	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	600	Teste	R\$ 0,5800	08/09/2023	Não
38	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	6832	Teste	R\$ 0,4900	05/09/2023	Não
39	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	50	Teste	R\$ 0,8000	05/09/2023	Não



40		GRUPAMENTO DE APOIO DE MANAUS - Compras.gov.br	10000	Teste	R\$ 0,5600	28/08/2023	Não
41		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1000	Teste	R\$ 0,5600	18/08/2023	Não
42		SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - GDF - Compras.gov.br	111013	Teste	R\$ 0,3500	17/08/2023	Não
43		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2500	Teste	R\$ 1,2800	16/08/2023	Sim
44		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	2500	Teste	R\$ 0,5000	14/08/2023	Não
45		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	450	Teste	R\$ 0,7000	07/08/2023	Não
46		PREFEITURA DE ARAUCÁRIA - PR - Compras.gov.br	15000	Teste	R\$ 0,0000	07/08/2023	Não
47		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1000	Teste	R\$ 0,6400	31/07/2023	Não
48		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	500	Teste	R\$ 0,6000	25/07/2023	Não
49		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	500	Teste	R\$ 0,7400	25/07/2023	Não
50		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	11	Teste	R\$ 36,0000	24/07/2023	Não

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 10

45

Descrição do item

344055 - Reagente Para Diagnóstico Clínico 7 Tipo: Conjunto Completo, Tipo De Análise: Qualitativo De Drogas Lícitas E Ilícitas, Método: Imunocromatografia, Apresentação: Teste, Características Adicionais: Metanfetamina, Anfetamina, Morfina, THc, Componentes Adicionais: Cocaína, Benzodiazepínicos

Unidade de Fornecimento

Teste

Quantidade

1000

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 21,3000

Média

R\$ 22,5100

Mediana

R\$ 22,0000

Coefficiente de Variação: 5,5500%

Desvio Padrão: 1,2493

Maior Preço: R\$ 24,2300

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		GRUPAMENTO DE APOIO DE RECIFE - Compras.gov.br	6000	Teste	R\$ 12,6000	20/12/2023	Não
2		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	800	Teste	R\$ 22,8200	13/12/2023	Não
3		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1000	Teste	R\$ 21,3000	29/11/2023	Sim
4		COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	3000	Teste	R\$ 22,0000	31/10/2023	Sim
5		GRUPAMENTO DE APOIO DE BELEM - Compras.gov.br	5000	Teste	R\$ 24,2300	25/09/2023	Sim
6		GRUPAMENTO DE APOIO DE MANAUS - Compras.gov.br	2000	Teste	R\$ 16,4000	28/08/2023	Não
7		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1000	Teste	R\$ 17,0000	10/07/2023	Não
8		COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	1725	Teste	R\$ 17,9000	28/04/2023	Não

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 12

47

Descrição do Item **Unidade de Fornecimento** **Quantidade**

435854 - Reagente Para Diagnóstico Clínico 3 Tipo: Conjunto Completo, Tipo De Análise: Qualitativo Antígeno: Ns1 De Dengue Vírus, Método: Imunocromatografia, Apresentação: Teste

Teste

250

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 8,1400

Média

R\$ 8,5767

● Mediana

R\$ 8,6000

Coefficiente de Variação: 4,0505%

Desvio Padrão: 0,3474

Maior Preço: R\$ 8,9900

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	500	Teste	R\$ 6,0000	06/12/2023	Não
2		COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	50	Teste	R\$ 7,0000	31/10/2023	Não
3		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4500	Teste	R\$ 6,7500	04/10/2023	Não
4		FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - Compras.gov.br	1000	Teste	R\$ 5,1700	28/09/2023	Não
5		UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - Compras.gov.br	6	Teste	R\$ 220,0000	12/09/2023	Não
6		GRUPAMENTO DE APOIO DE MANAUS - Compras.gov.br	3000	Teste	R\$ 8,1000	28/08/2023	Não
7		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	25	Teste	R\$ 13,4700	23/08/2023	Não
8		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3000	Teste	R\$ 21,8000	31/07/2023	Não
9		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	400	Teste	R\$ 6,0000	13/07/2023	Não
10		ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	500	Teste	R\$ 20,7900	27/06/2023	Não
11		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	50	Teste	R\$ 7,6000	01/06/2023	Não
12		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	300	Teste	R\$ 8,6000	12/04/2023	Sim
13		ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	600	Teste	R\$ 6,9000	03/04/2023	Não
14		ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	2400	Teste	R\$ 5,2200	28/03/2023	Não
15		PREFEITURA DE CARMO DO RIO CLARO - Compras.gov.br	4	Teste	R\$ 235,0000	20/03/2023	Não
16		ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	4461	Teste	R\$ 7,8000	16/03/2023	Não
17		ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	13385	Teste	R\$ 5,1500	16/03/2023	Não
18		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	3000	Teste	R\$ 8,9900	09/03/2023	Sim
19		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	500	Teste	R\$ 8,1400	27/02/2023	Sim
20		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	500	Teste	R\$ 9,5000	10/02/2023	Não

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.



Item: 13
48

Descrição do Item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
327536 - Corante Tipo: Conjunto Corante Hematológico Panótico Rápido. Aspecto Físico: Líquido. Características Adicionais: Frascos Separados Contendo: Composição: 0,1% De Ciclohexadienos, 0,1% De Azobenzosulfônicos; Componentes Adicionais: 0,1% De Fenotiazinas	Conjunto	5

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Média	Mediana	Coefficiente de Variação: 6,0870%
R\$ 68.8900	R\$ 74.5967	R\$ 74.9000	Desvio Padrão: 4,5407
			Maior Preço: R\$ 80.0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

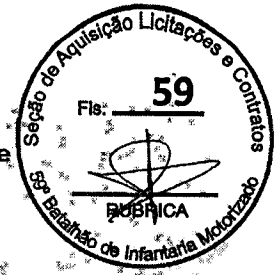
Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	10	Conjunto	R\$ 40,0000	11/01/2024	Não
2		FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - Compras.gov.br	40	Conjunto	R\$ 40,5300	29/12/2023	Não
3		BASE AEREA DE SANTA MARIA - Compras.gov.br	12	Conjunto	R\$ 35,9000	28/12/2023	Não
4		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	30	Conjunto	R\$ 31,2300	20/12/2023	Não
5		INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TEC.DO NORTE DE MG - Compras.gov.br	3	Conjunto	R\$ 66,9500	20/12/2023	Não
6		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	6	Conjunto	R\$ 39,0000	19/12/2023	Não
7		PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO - MG - Compras.gov.br	24	Conjunto	R\$ 27,0000	18/12/2023	Não
8		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	1	Conjunto	R\$ 40,0000	18/12/2023	Não
9		FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL - Compras.gov.br	15	Conjunto	R\$ 42,5700	14/12/2023	Não
10		FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL - Compras.gov.br	50	Conjunto	R\$ 44,6400	14/12/2023	Não
11		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	114	Conjunto	R\$ 48,0000	16/04/2024	Não
12		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	40	Conjunto	R\$ 45,0000	13/12/2023	Não
13		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	13	Conjunto	R\$ 45,0000	05/12/2023	Não
14		ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	485	Conjunto	R\$ 31,6900	30/11/2023	Não
15		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	30	Conjunto	R\$ 27,0000	29/11/2023	Não
16		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3	Conjunto	R\$ 32,0000	14/11/2023	Não
17		ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	9	Conjunto	R\$ 50,9600	09/11/2023	Não
18		ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	10	Conjunto	R\$ 74,9000	09/11/2023	Sim
19		MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	3	Conjunto	R\$ 44,0000	03/11/2023	Não

20		COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	15 Conjunto	R\$ 28,0000	31/10/2023	Não
21		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RORAIMA - Compras.gov.br	11 Conjunto	R\$ 68,8900	30/10/2023	Sim
22		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	14 Conjunto	R\$ 28,0000	30/10/2023	Não
23		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	8 Conjunto	R\$ 31,2100	30/10/2023	Não
24		UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - Compras.gov.br	6 Conjunto	R\$ 45,0000	27/10/2023	Não
25		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	5 Conjunto	R\$ 65,0000	27/09/2023	Não
26		UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - Compras.gov.br	24 Conjunto	R\$ 39,9000	26/09/2023	Não
27		GRUPAMENTO DE APOIO DE BELEM - Compras.gov.br	6 Conjunto	R\$ 44,2000	25/09/2023	Não
28		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	30 Conjunto	R\$ 32,8900	22/09/2023	Não
29		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	150 Conjunto	R\$ 25,8000	21/09/2023	Não
30		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	15 Conjunto	R\$ 37,8000	19/09/2023	Não
31		UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - Compras.gov.br	11 Conjunto	R\$ 68,0000	12/09/2023	Não
32		UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - Compras.gov.br	8 Conjunto	R\$ 67,8500	12/09/2023	Não
33		ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	58 Conjunto	R\$ 44,9000	05/09/2023	Não
34		FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL - Compras.gov.br	3 Conjunto	R\$ 52,6700	18/08/2023	Não
35		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	10 Conjunto	R\$ 46,9900	17/08/2023	Não
36		UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - Compras.gov.br	10 Conjunto	R\$ 50,0000	16/08/2023	Não
37		MINISTERIO DEFESA - Compras.gov.br	6 Conjunto	R\$ 28,0000	10/08/2023	Não
38		UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - Compras.gov.br	10 Conjunto	R\$ 40,0000	08/08/2023	Não
39		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	10 Conjunto	R\$ 27,0000	07/08/2023	Não
40		PREFEITURA DE ARAUCÁRIA - PR - Compras.gov.br	2 Conjunto	R\$ 32,4200	07/08/2023	Não
41		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	30 Conjunto	R\$ 28,0000	07/08/2023	Não
42		FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - Compras.gov.br	9 Conjunto	R\$ 52,5000	01/08/2023	Não
43		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	20 Conjunto	R\$ 64,4600	31/07/2023	Não
44		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	5 Conjunto	R\$ 40,0000	25/07/2023	Não
45		UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNABA - Compras.gov.br	21 Conjunto	R\$ 41,8000	21/07/2023	Não
46		MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	3 Conjunto	R\$ 80,0000	20/07/2023	Sim
47		PMSP - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - Compras.gov.br	3 Conjunto	R\$ 46,0200	19/07/2023	Não
48		FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - Compras.gov.br	20 Conjunto	R\$ 32,4200	18/07/2023	Não
49		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	4 Conjunto	R\$ 33,0000	13/07/2023	Não
50		ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	63 Conjunto	R\$ 45,0000	11/07/2023	Não

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 14

49



Descrição do Item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
357757 - Corante Tipo: Azul De Cresil Brilhante, Aspecto Físico: Líquido, Características Adicionais: CI 51010	Frasco 100 Mililitro	2

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço R\$ 49,9100	Média R\$ 53,6400	Mediana R\$ 51,2100	Coefficiente de Variação: 8,1805% Desvio Padrão: 4,3880 Maior Preço: R\$ 59,8000
----------------------------	----------------------	------------------------	--

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	2	Frasco 100 Mililitro	R\$ 30,4300	12/01/2024	Não
2		GRUPAMENTO DE APOIO DE RECIFE - Compras.gov.br	5	Frasco 100 Mililitro	R\$ 28,5285	20/12/2023	Não
3		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	2	Frasco 100 Mililitro	R\$ 32,0000	05/12/2023	Não
4		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	103	Frasco 100 Mililitro	R\$ 25,1600	23/11/2023	Não
5		UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS - Compras.gov.br	3	Frasco 100 Mililitro	R\$ 38,0000	21/11/2023	Não
6		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3	Frasco 100 Mililitro	R\$ 40,0000	14/11/2023	Não
7		COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	3	Frasco 100 Mililitro	R\$ 22,3000	31/10/2023	Não
8		ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	3	Frasco 100 Mililitro	R\$ 35,0000	30/10/2023	Não
9		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RORAIMA - Compras.gov.br	7	Frasco 100 Mililitro	R\$ 49,3400	30/10/2023	Não
10		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5	Frasco 100 Mililitro	R\$ 25,0000	30/10/2023	Não
11		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	12	Frasco 100 Mililitro	R\$ 26,0000	28/09/2023	Não
12		GRUPAMENTO DE APOIO DE BELEM - Compras.gov.br	3	Frasco 100 Mililitro	R\$ 27,5000	25/09/2023	Não
13		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	3	Frasco 100 Mililitro	R\$ 37,0000	21/09/2023	Não
14		GRUPAMENTO DE APOIO DE MANAUS - Compras.gov.br	5	Frasco 100 Mililitro	R\$ 38,0000	28/08/2023	Não
15		MINISTERIO DEFESA - Compras.gov.br	3	Frasco 100 Mililitro	R\$ 30,0000	10/08/2023	Não
16		FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - Compras.gov.br	3	Frasco 100 Mililitro	R\$ 23,5800	01/08/2023	Não
17		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	10	Frasco 100 Mililitro	R\$ 32,9700	31/07/2023	Não
18		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5	Frasco 100 Mililitro	R\$ 27,9000	25/07/2023	Não
19		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	1	Frasco 100 Mililitro	R\$ 59,8000	21/07/2023	Sim
20		UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	2	Frasco 100 Mililitro	R\$ 26,2500	12/07/2023	Não
21		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3	Frasco 100 Mililitro	R\$ 25,9000	10/07/2023	Não
22		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3	Frasco 100 Mililitro	R\$ 26,0000	28/06/2023	Não
23		ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	2	Frasco 100 Mililitro	R\$ 29,0900	26/06/2023	Não

24	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	7 Frasco 100 Mililitro	R\$ 29,0000	19/06/2023	Não
25	PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - Compras.gov.br	2 Frasco 100 Mililitro	R\$ 23,8000	14/06/2023	Não
26	ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	2 Frasco 100 Mililitro	R\$ 27,5000	01/06/2023	Não
27	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	7 Frasco 100 Mililitro	R\$ 22,4000	01/06/2023	Não
28	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	2 Frasco 100 Mililitro	R\$ 25,9900	24/05/2023	Não
29	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	4 Frasco 100 Mililitro	R\$ 24,8900	18/05/2023	Não
30	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5 Frasco 100 Mililitro	R\$ 31,0000	16/05/2023	Não
31	MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS - Compras.gov.br	5 Frasco 100 Mililitro	R\$ 23,7500	12/05/2023	Não
32	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1 Frasco 100 Mililitro	R\$ 28,9130	04/05/2023	Não
33	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	1 Frasco 100 Mililitro	R\$ 35,0000	20/04/2023	Não
34	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	4 Frasco 100 Mililitro	R\$ 24,8900	18/04/2023	Não
35	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2 Frasco 100 Mililitro	R\$ 35,1000	13/04/2023	Não
36	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	20 Frasco 100 Mililitro	R\$ 23,3000	28/03/2023	Não
37	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3 Frasco 100 Mililitro	R\$ 22,1300	28/03/2023	Não
38	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2 Frasco 100 Mililitro	R\$ 30,0000	24/03/2023	Não
39	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	10 Frasco 100 Mililitro	R\$ 42,3000	24/03/2023	Não
40	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	10 Frasco 100 Mililitro	R\$ 22,0000	13/03/2023	Não
41	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	2 Frasco 100 Mililitro	R\$ 49,9100	06/03/2023	Sim
42	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	6 Frasco 100 Mililitro	R\$ 51,2100	28/02/2023	Sim
43	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	1 Frasco 100 Mililitro	R\$ 40,0000	27/02/2023	Não
44	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	50 Frasco 100 Mililitro	R\$ 34,6000	15/02/2023	Não
45	INST.FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. CATARINENSE - Compras.gov.br	2 Frasco 100 Mililitro	R\$ 46,8900	13/02/2023	Não
46	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1 Frasco 100 Mililitro	R\$ 32,0000	13/02/2023	Não
47	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	4 Frasco 100 Mililitro	R\$ 34,0000	09/02/2023	Não
48	GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA - Compras.gov.br	20 Frasco 100 Mililitro	R\$ 28,5000	19/01/2023	Não
49	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	5 Frasco 100 Mililitro	R\$ 34,9900	19/01/2023	Não

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 15

50

Descrição do item

409705 - Lâmina Laboratório. Material: Vidro. Dimensões: Cerca De 75 X 25 MM. Tipo: Lapidada. Tipo: Borda: Borda Fosca

Unidade de Fornecimento

Unidade

Quantidade

10000

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 0,2793

Média

R\$ 0,3098

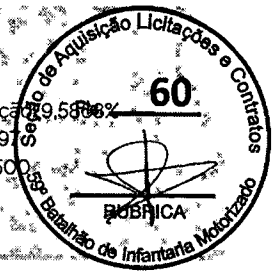
Mediana

R\$ 0,3000

Coefficiente de Variação: 0,095887

Desvio Padrão: 0,029175

Maior Preço: R\$ 0,3500



Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. BAIANO - Compras.gov.br	5000	Unidade	R\$ 0,1200	09/01/2024	Não
2		GRUPAMENTO DE APOIO DE CANOAS - Compras.gov.br	65	Unidade	R\$ 6,8000	02/01/2024	Não
3		BASE AEREA DE SANTA MARIA - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 5,1100	28/12/2023	Não
4		FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 7,0000	27/12/2023	Não
5		FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - Compras.gov.br	400	Unidade	R\$ 0,2200	26/12/2023	Não
6		UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA - Compras.gov.br	340	Unidade	R\$ 5,8900	26/12/2023	Não
7		ESTADO DO MARANHÃO - Compras.gov.br	1000	Unidade	R\$ 0,3000	26/12/2023	Sim
8		MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA - MAPA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 12,0000	26/12/2023	Não
9		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	1000	Unidade	R\$ 0,1200	09/02/2024	Não
10		ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 7,0900	20/12/2023	Não
11		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 12,4700	19/12/2023	Não
12		UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 7,5100	15/12/2023	Não
13		FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - Compras.gov.br	138	Unidade	R\$ 5,7700	11/12/2023	Não
14		COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 500,0000	11/12/2023	Não
15		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	101000	Unidade	R\$ 0,1100	07/12/2023	Não
16		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	7500	Unidade	R\$ 0,1400	06/12/2023	Não
17		FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - Compras.gov.br	20400	Unidade	R\$ 0,0800	01/12/2023	Não
18		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	20000	Unidade	R\$ 0,1900	30/11/2023	Não
19		ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 204,7500	30/11/2023	Não
20		UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - Compras.gov.br	106	Unidade	R\$ 8,7500	30/11/2023	Não
21		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	24000	Unidade	R\$ 0,1100	29/11/2023	Não
22		INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUI - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 6,6500	27/11/2023	Não
23		COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 6,0000	24/11/2023	Não
24		UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 6,6400	17/11/2023	Não
25		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	12000	Unidade	R\$ 0,1200	10/11/2023	Não
26		COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	10210	Unidade	R\$ 0,1500	13/06/2024	Não

27	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	83400	Unidade	R\$ 0,1200	13/06/2024	Não
28	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - Compras.gov.br	250	Unidade	R\$ 0,1800	06/11/2023	Não
29	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 6,0000	01/11/2023	Não
30	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS - Compras.gov.br	1000	Unidade	R\$ 0,1580	31/10/2023	Não
31	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RORAIMA - Compras.gov.br	2000	Unidade	R\$ 9,1000	30/10/2023	Não
32	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 0,3500	27/10/2023	Sim
33	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	1000	Unidade	R\$ 0,2793	23/10/2023	Sim
34	INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TEC. FARROUPILHA - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 0,1000	20/10/2023	Não
35	INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TEC. FARROUPILHA - Compras.gov.br	109	Unidade	R\$ 5,0000	20/10/2023	Não
36	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 6,7900	18/10/2023	Não
37	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	60000	Unidade	R\$ 0,1650	16/10/2023	Não
38	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 584,0000	11/10/2023	Não
39	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	25008	Unidade	R\$ 0,1300	09/10/2023	Não
40	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	800	Unidade	R\$ 0,1300	05/10/2023	Não
41	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - Compras.gov.br	6500	Unidade	R\$ 0,1400	04/10/2023	Não
42	FUNDACAO OSWALDO CRUZ - Compras.gov.br	910	Unidade	R\$ 4,5000	29/09/2023	Não
43	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. BAIANO - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 5,0000	29/09/2023	Não
44	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	444	Unidade	R\$ 5,3900	29/09/2023	Não
45	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	359	Unidade	R\$ 6,7100	29/09/2023	Não
46	PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ-SP - Compras.gov.br	400	Unidade	R\$ 6,1800	28/09/2023	Não
47	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	36000	Unidade	R\$ 0,1300	28/09/2023	Não
48	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 10,0000	27/09/2023	Não
49	FUNDACAO OSWALDO CRUZ - Compras.gov.br	15000	Unidade	R\$ 0,1000	26/09/2023	Não
50	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO - Compras.gov.br	123	Unidade	R\$ 6,7900	22/09/2023	Não

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 16

51

Descrição do item

Unidade de Fornecimento

Quantidade

436444 - Frasco Coletor Tipo: P/ Urina, Material: Plástico Transparente, Capacidade: C/ Tubo Cônico Cerca De 10 ML, Tipo: Tampa: Tampa Pressão, Esterilidade: Estéril, Tipo Uso: Descartável, Embalagem: Embalagem Individual

Unidade

5000

Consolidação dos preços cotados

Menor-Preço

R\$ 0,5400

● Média

R\$ 0,8325

Mediana

R\$ 0,8000

Coefficiente de Variação: 27,8793%

Desvio Padrão: 0,2321

Maior Preço: R\$ 1,1900

Método de cálculo adotado: Média



Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	2000	Unidade	R\$ 0,4000	31/01/2024	Não
2		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	62000	Unidade	R\$ 0,5400	13/12/2023	Não
3		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	10000	Unidade	R\$ 0,6500	29/11/2023	Não
4		COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	5000	Unidade	R\$ 0,7200	24/11/2023	Não
5		PREFEITURA DE RIBEIRÃO PRETO - Compras.gov.br	25000	Unidade	R\$ 0,4650	23/11/2023	Não
6		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	13000	Unidade	R\$ 0,7200	31/10/2023	Não
7		GRUPAMENTO DE APOIO DE MANAUS - Compras.gov.br	30000	Unidade	R\$ 0,5500	28/08/2023	Não
8		FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - Compras.gov.br	7200	Unidade	R\$ 0,5400	24/08/2023	Não
9		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	36000	Unidade	R\$ 0,8000	21/08/2023	Sim
10		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 105,9500	21/08/2023	Não
11		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	60000	Unidade	R\$ 0,5700	14/08/2023	Não
12		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	15000	Unidade	R\$ 0,4900	14/08/2023	Não
13		PREFEITURA DE ARAUCÁRIA - PR - Compras.gov.br	150000	Unidade	R\$ 0,0000	07/08/2023	Não
14		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	8000	Unidade	R\$ 0,6000	17/07/2023	Não
15		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	25000	Unidade	R\$ 0,3500	06/07/2023	Não
16		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	18100	Unidade	R\$ 0,5400	28/06/2023	Sim
17		COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	7000	Unidade	R\$ 1,1900	20/06/2023	Sim
18		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	5000	Unidade	R\$ 0,4800	14/06/2023	Não
19		COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	12500	Unidade	R\$ 0,4600	25/05/2023	Não
20		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5500	Unidade	R\$ 0,6700	04/05/2023	Não
21		COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	7000	Unidade	R\$ 0,4500	28/04/2023	Não
22		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	10000	Unidade	R\$ 0,7300	26/04/2023	Não
23		COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	5000	Unidade	R\$ 0,8000	06/03/2023	Sim
24		ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 24,0000	15/02/2023	Não

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 17

52

Descrição do Item

436315 - Frasco Coletor Tipo: P/ Fezes , Material: Plástico
 Transparente , Capacidade: Cerca De 50 ML, Tipo Tampa: Tampa
 Rósqueável , Componentes: C/ Espátula , Outros Componentes:
 C/ Conservante , Componentes Adicionais: Filtro De Partículas E
 Microfiltro , Tipo Uso: Descartável

Unidade de Fornecimento

Quantidade

Unidade

2000

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 4,9900

Média

R\$ 5,5800

● Mediana

R\$ 5,5500

Coefficiente de Variação: 8,8602%

Desvio Padrão: 0,4944

Maior Preço: R\$ 6,2000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	10000	Unidade	R\$ 0,2200	12/01/2024	Não
2		ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	3000	Unidade	R\$ 2,8000	11/01/2024	Não
3		PREFEITURA DE CASCAVEL / PR - Compras.gov.br	20000	Unidade	R\$ 1,8200	11/01/2024	Não
4		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2000	Unidade	R\$ 3,1400	04/01/2024	Não
5		GRUPAMENTO DE APOIO DE CANOAS - Compras.gov.br	240	Unidade	R\$ 3,0600	02/01/2024	Não
6		BASE AEREA DE SANTA MARIA - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 6,2000	28/12/2023	Sim
7		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1000	Unidade	R\$ 2,8000	20/12/2023	Não
8		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5000	Unidade	R\$ 2,5500	19/12/2023	Não
9		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	700	Unidade	R\$ 3,5300	15/12/2023	Não
10		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1500	Unidade	R\$ 2,8000	14/12/2023	Não
11		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	8000	Unidade	R\$ 2,5500	29/11/2023	Não
12		COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	6000	Unidade	R\$ 3,5000	24/11/2023	Não
13		UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 38,0000	24/11/2023	Não
14		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 530,0000	22/11/2023	Não
15		ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 440,0000	20/11/2023	Não
16		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3000	Unidade	R\$ 4,1000	14/11/2023	Não
17		COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	38230	Unidade	R\$ 1,9500	13/06/2024	Não
18		COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	220	Unidade	R\$ 2,6300	31/10/2023	Não
19		FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - Compras.gov.br	24000	Unidade	R\$ 0,3000	30/10/2023	Não
20		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	16000	Unidade	R\$ 3,5000	30/10/2023	Não
21		ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br	14000	Unidade	R\$ 0,1900	24/10/2023	Não
		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br					

22		gov.br	5000	Unidade	R\$ 2,2000	18/10/2023	Sim
23		UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	25	Unidade	R\$ 5,5500	10/10/2023	Sim
24	^	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 130,0000	10/10/2023	Não
25		MINISTERIO DEFESA - Compras.gov.br	7000	Unidade	R\$ 2,5000	06/10/2023	Não
26		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5000	Unidade	R\$ 2,6100	25/09/2023	Não
27		GRUPAMENTO DE APOIO DE BELEM - Compras.gov.br	2000	Unidade	R\$ 4,9900	25/09/2023	Sim
28		CAMARA DOS DEPUTADOS - Compras.gov.br	1000	Unidade	R\$ 3,5400	11/09/2023	Não
29		UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 0,5100	06/09/2023	Não
30		GRUPAMENTO DE APOIO DE MANAUS - Compras.gov.br	9000	Unidade	R\$ 2,1000	28/08/2023	Não
31		ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	10000	Unidade	R\$ 0,3000	22/08/2023	Não
32		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	36000	Unidade	R\$ 3,2600	21/08/2023	Não
33		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 2,9500	18/08/2023	Não
34		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	12000	Unidade	R\$ 3,3300	16/08/2023	Não
35		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	3000	Unidade	R\$ 2,5200	14/08/2023	Não
36		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	8000	Unidade	R\$ 2,5200	01/08/2023	Não
37		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2000	Unidade	R\$ 2,8400	31/07/2023	Não
38		COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	20800	Unidade	R\$ 1,9500	31/07/2023	Não
39		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5000	Unidade	R\$ 2,6000	25/07/2023	Não
40		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	20000	Unidade	R\$ 2,8500	13/07/2023	Não
41		PREFEITURA DE RENASCENÇA - PR - Compras.gov.br	2500	Unidade	R\$ 0,3000	10/07/2023	Não
42		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3000	Unidade	R\$ 3,6000	10/07/2023	Não
43		SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - GDF - Compras.gov.br	70238	Unidade	R\$ 1,8400	22/06/2023	Não
44		SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - GDF - Compras.gov.br	210716	Unidade	R\$ 1,8400	22/06/2023	Não
45		COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	1000	Unidade	R\$ 3,3400	16/06/2023	Não
46		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	16000	Unidade	R\$ 2,8000	13/06/2023	Não
47		UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS - Compras.gov.br	860	Unidade	R\$ 2,0000	05/06/2023	Não
48		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5000	Unidade	R\$ 0,2700	01/06/2023	Não
49		COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 2,9800	25/05/2023	Não
50		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	6000	Unidade	R\$ 0,3200	18/05/2023	Não



Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Relatório emitido em 17/07/2024 08:08

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.

- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.

- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre $(X-\mu)^2$, onde μ representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$

17



RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS

MÉDIA	MEDIANA	MENOR PREÇO
3,78	3,02	2,83

UG	ITEM	PREÇO	INÍCIO	VIGÊNCIA	FIM	CATMA:CATSER	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR	UNIDADE	VALOR
160351	00043	00026/2023	30/11/2023	30/11/2024		Materia: 331737	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLINICO 5, TIPO: CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO, TIPO DE ANÁLISE: QUANTITATIVO PARA DE GAMA GLUTAMIL TRANSFERASE MÉTODO: ENZIMÁTICO COLORIMÉTRICO DE PUNTO FINAL, APRESENTAÇÃO: TESTE	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO 5, TIPO CONJUNTO COMPLETO AUTOMAÇÃO, TIPO DE ANÁLISE QUANTITATIVO DE GAMA GLUTAMIL TRANSFERASE, MÉTODO ENZIMÁTICO COLORIMÉTRICO DE PONTO FINAL, APRESENTAÇÃO TESTE	TESTE	RO 04054617000100 2,03



UG	ITEM	PREGÃO	PREGÃO	INÍCIO	VIGÊNCIA	FIM	TIPO	CATMATICATSER	DESCRIÇÃO	DESCRICAÇÃO	UNIDADE	UF	FAVORECIDO	VALOR
120023	00016	00012/2023	00012/2023	16/08/2023	16/08/2024	16/08/2024	Material	331737	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO 5, TIPO: CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO, TIPO DE ANÁLISE: QUANTITATIVO PARA DE GAMA GLUTAMIL TRANSFERASE, MÉTODO: ENZIMÁTICO COLORIMÉTRICO DE PONTO FINAL, APRESENTAÇÃO: TESTE	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO 5, TIPO CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO, TIPO DE ANÁLISE QUANTITATIVO DE GAMA DE GAMA GLUTAMIL TRANSFERASE, MÉTODO: ENZIMÁTICO COLORIMÉTRICO DE PONTO FINAL, APRESENTAÇÃO: TESTE	UNIDADE	SP	73008682600152	3,02



20



RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS

MÉDIA 3,21

MEDIANA 3,24

MENOR PREÇO 2,98

UG	ITEM	PREGÃO	INÍCIO	VIGÊNCIA	FIM	CATEGORIA	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR
160322	00022	00016/2023	04/07/2023	04/07/2024		CATMA/ICATSER	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO 5, TIPO: CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO, TIPO DE ANÁLISE: QUANTITATIVO PARA DE LIPASE METODO: COLORIMÉTRICO DE PONTO FINAL, APRESENTAÇÃO: TESTE	REAGENTE PARA TESTE	RJ	04624285090192 3,12



UG	ITEM	PREGÃO	PREGÃO	INÍCIO	FIM	TIPO	CATMATICATSER	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	UF	FAVORECIDO	FAVOR
120023	00022	00012/2023	00012/2023	16/08/2023	16/08/2024	Material	331744	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO 5, TIPO: CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO, TIPO DE ANÁLISE: QUANTITATIVO DE LIPASE, MÉTODO: COLORIMÉTRICO DE PONTO FINAL, APRESENTAÇÃO: TESTE	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO 5, TIPO CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO, TIPO DE ANÁLISE QUANTITATIVO DE LIPASE, MÉTODO: COLORIMÉTRICO DE PONTO FINAL, APRESENTAÇÃO TESTE	UNIDADE	SP	73008682000152	3,24
160050	00022	00007/2023	00007/2023	18/07/2023	18/07/2024	Material	331744	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO 5, TIPO: CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO, TIPO DE ANÁLISE: QUANTITATIVO DE LIPASE, MÉTODO: COLORIMÉTRICO DE PONTO FINAL, APRESENTAÇÃO: TESTE	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO 5, TIPO CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO, TIPO DE ANÁLISE QUANTITATIVO DE LIPASE, MÉTODO: COLORIMÉTRICO DE PONTO FINAL, APRESENTAÇÃO TESTE	UNIDADE	CE	07667561000193	2,98

Pesquisa realizada por: Senhora Aspirante BEATRIZ - 16/07/2024



23



RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS

MÉDIA

4,86

MEDIANA

2,94

MENOR PREÇO

2,73

UG	ITEM	PREGÃO	INÍCIO VIGÊNCIA	FIM VIGÊNCIA	TIPO	CATMAT/CATSER	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR	UNIDADE	UF	FAVORECIDO	VALOR
160351	00038	00026/2023	30/11/2023	30/11/2024	Material	331746	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO 5, TIPO: CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO, TIPO DE ANÁLISE: QUANTITATIVO PARA AUTOMAÇÃO, TIPO DE ANÁLISE QUANTITATIVO DE AST/TGO, MÉTODO CINÉTICO COLORIMÉTRICO DE PONTO FINAL, APRESENTAÇÃO: TESTE	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO 5, TIPO: CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO, TIPO DE ANÁLISE QUANTITATIVO DE AST/TGO, MÉTODO CINÉTICO COLORIMÉTRICO DE PONTO FINAL, APRESENTAÇÃO: TESTE	TESTE	RO	04054617000140	2,94



UG	ITEM	PREGÃO	PREGÃO	INÍCIO	FIM	VIGÊNCIA	Tipo	Material	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO	COMPLEMENTAR	UNIDADE	UF	FAVORECIDO	VALOR
120023	00009	00012/2023	00012/2023	16/08/2023	16/08/2024	16/08/2024	Material	331746	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO 5, TIPO: CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO, TIPO DE ANÁLISE: QUANTITATIVO PARA DE AST/TGO, AUTOMAÇÃO, MÉTODO: CINÉTICO COLORIMÉTRICO DE PONTO FINAL, APRESENTAÇÃO: TESTE	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO 5, TIPO CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO, TIPO DE ANÁLISE QUANTITATIVO PARA DE AST/TGO, AUTOMAÇÃO, TIPO DE ANÁLISE QUANTITATIVO DE AST/TGO, MÉTODO CINÉTICO COLORIMÉTRICO DE PONTO FINAL, APRESENTAÇÃO TESTE		UNIDADE SP	PA	73008682000152	2,73
160171	00073	00031/2023	00031/2023	17/08/2023	17/08/2024	17/08/2024	Material	331746	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO 5, TIPO: CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO, TIPO DE ANÁLISE: QUANTITATIVO PARA DE AST/TGO, MÉTODO: CINÉTICO COLORIMÉTRICO DE PONTO FINAL, APRESENTAÇÃO: TESTE	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO 5, TIPO CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO, TIPO DE ANÁLISE QUANTITATIVO DE AST/TGO, AUTOMAÇÃO, TIPO DE ANÁLISE QUANTITATIVO DE AST/TGO, MÉTODO CINÉTICO COLORIMÉTRICO DE PONTO FINAL, APRESENTAÇÃO TESTE		UNIDADE SP	PA	18010556000124	8,90



Pesquisa realizada por: Senhora Aspirante BEATRIZ - 16/07/2024

4



RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS

MÉDIA
3,43

MEDIANA
2,76

MENOR PREÇO
2,62

UG	ITEM	PREGÃO	INÍCIO VIGÊNCIA	FIM VIGÊNCIA	TIPO	CATEGORIA	SER	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR
160351	00034	00026/2023	30/11/2023	30/11/2024	Material	331747		REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO 5, TIPO: CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO, TIPO DE ANÁLISE: QUANTITATIVO DE ALT/TGP.	REAGENTE PARA TESTE DIAGNÓSTICO CLÍNICO 5, TIPO CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO, TIPO DE ANÁLISE QUANTITATIVO DE ALT/TGP, MÉTODO CINÉTICO COLORIMÉTRICO DE PONTO FINAL, APRESENTAÇÃO TESTE	RO	0+0543170001-0 2,62



UG	ITEM	PREGÃO	INÍCIO	VIGÊNCIA	FIM	Tipo	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO	COMPLEMENTAR	UNIDADE	UF	FAVORECIDO	VALOR
120023	00005	00012/2023	16/08/2023	16/08/2024		Material 331747	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO 5, TIPO:CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO, TIPO DE ANÁLISE:QUANTITATIVO PARA DE ALT/TGP, MÉTODO:CINÉTICO COLORIMÉTRICO DE PONTO FINAL, APRESENTAÇÃO:TESTE	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO 5, TIPO CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO, TIPO DE ANÁLISE QUANTITATIVO DE ALT/TGP, MÉTODO CINÉTICO COLORIMÉTRICO DE PONTO FINAL, APRESENTAÇÃO TESTE		UNIDADE SF	PA		73008682000152 2,76
160171	00072	00031/2023	17/08/2023	17/08/2024		Material 331747	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO 5, TIPO:CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO, TIPO DE ANÁLISE:QUANTITATIVO PARA DE ALT/TGP, MÉTODO:CINÉTICO COLORIMÉTRICO DE PONTO FINAL, APRESENTAÇÃO:TESTE	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO 5, TIPO CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO, TIPO DE ANÁLISE QUANTITATIVO DE ALT/TGP, MÉTODO CINÉTICO COLORIMÉTRICO DE PONTO FINAL, APRESENTAÇÃO TESTE		UNIDADE PA	PA		18010556000124 4,90





RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS

MÉDIA

3,71

MEDIANA

3,12

MENOR PREÇO

3,01

UG	ITEM	PREGÃO	INÍCIO	VIGÊNCIA	FIM	TIPO	CAT/MAT/CAT/SER	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR
160351	00029	00026/2023	30/11/2023	30/11/2024		Material	331733	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO 5, TIPO: CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO, TIPO DE ANÁLISE: QUANTITATIVO DE TRIGLICÉRIDEOS, MÉTODO: ENZIMÁTICO COLORIMÉTRICO DE PONTO FINAL, APRESENTAÇÃO: TESTE	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO 5, TIPO CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO, TIPO DE ANÁLISE QUANTITATIVO DE TRIGLICÉRIDEOS, MÉTODO ENZIMÁTICO COLORIMÉTRICO DE PONTO FINAL, APRESENTAÇÃO TESTE	TESTE	RO 04034617000140 3,01



UG	ITEM	PREGÃO	INÍCIO	VIGÊNCIA	FIM	TIPO	CATMAT/CATSER	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO	COMPLEMENTAR	UNIDADE	UF	FAVORECIDO	VALOR
160171	00069	00031/2023	17/08/2023	17/08/2024	17/08/2024	Material	331733	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO 5, TIPO:CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO, TIPO DE ANÁLISE:QUANTITATIVO DE TRIGLICERÍDEOS, MÉTODO:ENZIMÁTICO COLORIMÉTRICO DE PONTO FINAL, APRESENTAÇÃO:TESTE	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO 5, TIPO CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO, TIPO DE ANÁLISE DE TRIGLICERÍDEOS, MÉTODO:ENZIMÁTICO COLORIMÉTRICO DE PONTO FINAL, TRIGLICERÍDEOS, MÉTODO ENZIMÁTICO COLORIMÉTRICO DE PONTO FINAL, APRESENTAÇÃO TESTE		TESTE	PA	18010556000124	4,99
160050	00031	00007/2023	18/07/2023	18/07/2024	18/07/2024	Material	331733	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO 5, TIPO:CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO, TIPO DE ANÁLISE:QUANTITATIVO DE TRIGLICERÍDEOS, MÉTODO:ENZIMÁTICO COLORIMÉTRICO DE PONTO FINAL, APRESENTAÇÃO:TESTE	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO 5, TIPO CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO, TIPO DE ANÁLISE DE TRIGLICERÍDEOS, MÉTODO:ENZIMÁTICO COLORIMÉTRICO DE PONTO FINAL, APRESENTAÇÃO TESTE		TESTE	CE	07667561000198	3,12

Pesquisa realizada por:Senhora Aspirante BEATRIZ - 16/07/2024



(26)



RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS

MÉDIA

3,12

MEDIANA

2,82

MENOR PREÇO

2,55

UG	ITEM	PREGÃO	INÍCIO	VIGÊNCIA	FIM	TIPO	CATMAT/CATSER	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO	COMPLEMENTAR	UNIDADE	UF	FAVORECIDO	VALOR
160166	00229	00006/2023	29/09/2023	29/09/2024		Material	331749	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO 5, TIPO: CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO, TIPO DE ANÁLISE: QUANTITATIVO PARA DE-UREIA, MÉTODO: ENZIMÁTICO	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO 5, TIPO CONJUNTO COMPLETO AUTOMAÇÃO, TIPO DE ANÁLISE: QUANTITATIVO PARA AUTOMAÇÃO, TIPO DE ANÁLISE QUANTITATIVO DE URÉIA, MÉTODO ENZIMÁTICO	REAGENTE PARA TESTE	SP	75006882000152	2,82	
								COLORIMÉTRICO DE PONTO FINAL, APRESENTAÇÃO TESTE						



27



RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS

MÉDIA
63,34

MEDIANA
61,23

MENOR PREÇO
59,80

UG	ITEM	PREGÃO	INÍCIO VIGÊNCIA	FIM VIGÊNCIA	Tipo	CATMAT/CATSER	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR	UNIDADE	UF	FAVORECIDO	VALOR
120014	00072	00016/2022	16/06/2023	16/06/2024	Material	343029	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO 5, TIPO CONJUNTO COMPLETO, TIPO DE ANÁLISE: QUANTITATIVO DE PROTEÍNA REATIVA	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO 5, TIPO CONJUNTO COMPLETO, TIPO DE ANÁLISE QUANTITATIVO DE PROTEÍNA EM LÁTEX, MÉTODO: AGLUTINAÇÃO EM LÁTEX, APRESENTAÇÃO: TESTE	UNIDADE	MG	41732464000104	68,90



UG	ITEM	PREGÃO	PREGÃO	INÍCIO	VIGÊNCIA	FIM	TIPO	CATMAT/CATSER	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO	COMPLEMENTAR	UNIDADE	UF	FAVORECIDO	VALOR
160002	00156	00004/2023	00004/2023	29/06/2023	29/06/2024	29/06/2024	Material	343029	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO 5, TIPO: CONJUNTO COMPLETO, TIPO DE ANÁLISE: QUANTITATIVO DE PROTEÍNA _C_ REATIVA, MÉTODO: AGLUTINAÇÃO EM LÁTEX, APRESENTAÇÃO: TESTE	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO 5, TIPO CONJUNTO COMPLETO, TIPO DE ANÁLISE: QUANTITATIVO DE PROTEÍNA _C_ REATIVA, MÉTODO: AGLUTINAÇÃO EM LÁTEX, APRESENTAÇÃO TESTE		TESTE	RJ	16926786000102	61,23
120641	00017	00033/2023	00033/2023	01/04/2024	01/04/2025	01/04/2025	Material	343029	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO 5, TIPO: CONJUNTO COMPLETO, TIPO DE ANÁLISE: QUANTITATIVO DE PROTEÍNA _C_ REATIVA, MÉTODO: AGLUTINAÇÃO EM LÁTEX, APRESENTAÇÃO: TESTE	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO 5, TIPO CONJUNTO COMPLETO, TIPO DE ANÁLISE: QUANTITATIVO DE PROTEÍNA _C_ REATIVA, MÉTODO: AGLUTINAÇÃO EM LÁTEX, APRESENTAÇÃO TESTE		TESTE	RO	26993205000132	59,80

Pesquisa realizada por: Senhora Aspirante BEATRIZ - 16/07/2024



29



RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS

MÉDIA
2,56

MEDIANA
2,60

MENOR PREÇO
2,25

UG	ITEM	PREGÃO	INÍCIO	VIGÊNCIA	FIM	TIPO	CAT/MAY/CAT/SER	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR	UNIDADE	UF	FAVORECIDO	VALOR
160400	00005	00016/2023	13/12/2023	13/12/2024		Material	376832	TUBO PARA COLETA DE AMOSTRA BIOLÓGICA, MATERIAL: PLÁSTICO, VOLUME: 8 ML, COMPONENTES: COM ATIVADOR DE COÁGULO E GEL SEPARADOR, USO: COLETA DE SANGUE, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: A VÁCUO, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL	TUBO PARA COLETA DE AMOSTRA BIOLÓGICA, MATERIAL: PLÁSTICO, VOLUME: 8 ML, COMPONENTES: COM ATIVADOR DE COÁGULO E GEL SEPARADOR, USO: COLETA DE SANGUE, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: A VÁCUO, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL	UNIDADE	SP	71957310600147	2,82



UG	ITEM	PREGÃO	INÍCIO	VIGÊNCIA	FIM	TIPO	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO	COMPLEMENTAR	UNIDADE	UF	FAVORECIDO	VALOR
765704	00052	00001/2023	26/06/2023	26/06/2024		Material 376832	TUBO PARA COLETA DE AMOSTRA BIOLÓGICA, MATERIAL: PLÁSTICO, VOLUME: 8 ML, COMPONENTES: COM ATIVADOR DE COÁGULO PLÁSTICO, E GEL SEPARADOR, USO: COLETA DE SANGUE, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: A VÁCUO, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL	TUBO PARA COLETA DE AMOSTRA BIOLÓGICA, MATERIAL: PLÁSTICO, VOLUME: 8 ML, COMPONENTES: COM ATIVADOR DE COÁGULO E GEL SEPARADOR, USO COLETA DE SANGUE.		UNIDADE	RJ	29888987000104	2.25



UG ITEM PREGÃO PREGÃO INÍCIO VIGÊNCIA FIM TIPO CAT MAT CAT SER DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR UNIDADE DE FAVORECIDO VALOR

765701	00084	00001/2023	23/05/2023	23/05/2024	Material	376832	TUBO PARA COLETA DE AMOSTRA BIOLÓGICA, MATERIAL: PLÁSTICO, VOLUME: 8 ML, COMPONENTES: COM ATIVADOR DE COÁGULO E GEL SEPARADOR, USO: COLETA DE SANGUE, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: A VÁCUO, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL	TUBO PARA COLETA DE AMOSTRA BIOLÓGICA, MATERIAL: PLÁSTICO, VOLUME: 8 ML, COMPONENTES: COM ATIVADOR DE COÁGULO E GEL SEPARADOR, USO: COLETA DE SANGUE, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: A VÁCUO, ESTERILIDADE ESTÉRIL, DESCARTÁVEL	UNIDADE RJ	29888987000104	2,60
--------	-------	------------	------------	------------	----------	--------	---	--	------------	----------------	------

Pesquisa realizada por: Senhora Aspirante BEATRIZ - 16/07/2024



53



RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS

MÉDIA

2,14

MEDIANA

1,80

MENOR PREÇO

0,79



UG	ITEM	PREGÃO	INÍCIO	VIGÊNCIA	FIM	TIPO	DESCRIÇÃO	COMPLEMENTAR	UNIDADE	UF	FAV	PRECISO	VALOR
791010	00040	00041/2023	16/10/2023	16/10/2024	16/10/2024	Material	397584	AGULHA COLETA SANGUE A VÁCUO, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, SILICONIZADO, DIMENSÃO 22 G X 1/4", TIPO PONTA:BISEL CURTO TRIFACETADO, TIPO PONTA BISEL CONEXÃO:CONNECTOR CURTO LUER LOCK EM PLÁSTICO, TIPO FIXAÇÃO:PROTETOR PLÁSTICO, LOCK EM CARACTERÍSTICA ADICIONAL:COM SISTEMA SEGURANÇA PROTETOR SEGUNDO NR/32, USO:ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	AGULHA COLETA SANGUE A VÁCUO, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, SILICONIZADO, DIMENSÃO 22 G X 1/4", TIPO PONTA:BISEL CURTO TRIFACETADO, TIPO PONTA BISEL CONEXÃO:CONNECTOR CURTO LUER LOCK EM PLÁSTICO, TIPO CONEXÃO	UNIDADE	RJ	273916090000195	0,79



UG PREGÃO PREGÃO INÍCIO VIGÊNCIA FIM
765704 00046 00001/2023 26/06/2023 26/06/2024 Material 397584

COMPLEMENTAR UNIDADE DE FAVORECIDO VALOR
ACULHA COLETA UNIDADE RJ 29888987000 04 1,80

DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO
ACULHA COLETA SANGUE A VÁCUO, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL	ACULHA COLETA SANGUE À VÁCUO, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL	ACULHA COLETA SANGUE À VÁCUO, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL
SILICONIZADO, DIMENSÃO: 22 G X 1 1/4, TIPO PONTA: BISEL CURTO TRIFACETADO, TIPO CONEXÃO: CONECTOR LUER LOCK EM PLÁSTICO, TIPO FIXAÇÃO: PROTETOR PLÁSTICO, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: COM SISTEMA DE SEGURANÇA	SILICONIZADO, DIMENSÃO: 22 G X 1 1/4, TIPO PONTA: BISEL CURTO TRIFACETADO, TIPO CONEXÃO: CONECTOR LUER LOCK EM PLÁSTICO, TIPO FIXAÇÃO: PROTETOR PLÁSTICO, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: COM SISTEMA DE SEGURANÇA	SILICONIZADO, DIMENSÃO: 22 G X 1 1/4, TIPO PONTA: BISEL CURTO TRIFACETADO, TIPO CONEXÃO: CONECTOR LUER LOCK EM PLÁSTICO, TIPO FIXAÇÃO: PROTETOR PLÁSTICO, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: COM SISTEMA DE SEGURANÇA
PROTETOR PLÁSTICO, CARACTERÍSTICA ADICIONAL COM EMBALAGEM INDIVIDUAL	PROTETOR PLÁSTICO, CARACTERÍSTICA ADICIONAL COM EMBALAGEM INDIVIDUAL	PROTETOR PLÁSTICO, CARACTERÍSTICA ADICIONAL COM EMBALAGEM INDIVIDUAL
SEGUNDO NR/32, USO ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	SEGUNDO NR/32, USO ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	SEGUNDO NR/32, USO ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL



51



RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS

		MÉDIA			MEDIANA			MENOR PREÇO			
UG	ITEM										
PREGÃO	PREGÃO	PREGÃO	INÍCIO	FIM	TIPO	CATMAT/CATSER	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	UF	FAVORECIDO
156956	00007	00032/2023	30/06/2023	30/06/2024	Material	399982	AGULHA COLETA SANGUE A VÁCUO, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL SILICONIZADO, DIMENSÃO:22 G X 1, TIPO PONTA:BISEL CURTO TRIFACETADO, TIPO CONEXÃO:CONNECTOR LUER LOCK EM PLÁSTICO, TIPO FIXAÇÃO:PROTETOR PLÁSTICO, USO:ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	AGULHA COLETA SANGUE A VÁCUO, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL SILICONIZADO, DIMENSÃO 22 G DIMENSÃO 22 G X 1, TIPO PONTA BISEL CURTO TRIFACETADO, TIPO CONEXÃO CONNECTOR LUER LOCK EM PLÁSTICO, TIPO FIXAÇÃO PROTETOR PLÁSTICO, USO ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	MG	05905525000
160002	00121	00004/2023	29/06/2023	29/06/2024	Material	399982	AGULHA COLETA SANGUE A VÁCUO, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL SILICONIZADO, DIMENSÃO:22 G X 1, TIPO PONTA:BISEL CURTO TRIFACETADO, TIPO CONEXÃO:CONNECTOR LUER LOCK EM PLÁSTICO, TIPO FIXAÇÃO:PROTETOR PLÁSTICO, USO:ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	AGULHA COLETA SANGUE A VÁCUO, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL SILICONIZADO, DIMENSÃO 22 G DIMENSÃO 22 G X 1, TIPO PONTA BISEL CURTO TRIFACETADO, TIPO CONEXÃO CONNECTOR LUER LOCK EM PLÁSTICO, TIPO FIXAÇÃO PROTETOR PLÁSTICO, USO ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	RO	26093205000



UG	ITEM		INÍCIO	FIM			DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO	
PREGÃO	PREGÃO	PREGÃO	VIGÊNCIA	VIGÊNCIA	TIPO	CATMAT/CATSER	DESCRIÇÃO	COMPLEMENTAR	UNIDADE
160345	00123	00002/2023	23/05/2023	23/05/2024	Material	399982	AGULHA COLETA SANGUE À VÁCUO, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL SILICONIZADO, DIMENSÃO:22 G X 1, TIPO PONTA:BISEL CURTO TRIFACETADO, TIPO CONEXÃO:CONECTOR LUER LOCK EM PLÁSTICO, TIPO FIXAÇÃO:PROTETOR PLÁSTICO, USO:ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	AGULHA COLETA SANGUE À VÁCUO, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL SILICONIZADO, DIMENSÃO 22 G X 1, TIPO PONTA BISEL CURTO TRIFACETADO, TIPO CONEXÃO CONECTOR LUER LOCK EM PLÁSTICO, TIPO FIXAÇÃO PROTETOR PLÁSTICO, USO ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE

Pesquisa realizada por:Senhora Aspirante BEATRIZ - 29/05/2024

55

RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS

MÉDIA	MEDIANA	MENOR PREÇO
27,94	27,83	26,00

UG	ITEM	PREGÃO	INÍCIO	VIGÊNCIA	FIM	TIPO	CAT/MAI/CAC/DER	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MG
153035	00065	00020/2023	18/09/2023	18/09/2024		Material	413130	CAIXA LABORATÓRIO	CAIXA LABORATÓRIO, MATERIAL: POLIPROPILENO, CAPACIDADE: 96	CAIXA	PR
								PONTEIRAS: VOLUME: PARA PONTEIRA 1000 MCL	POLIPROPILENO, CAPACIDADE 96		
								ACESSÓRIOS: TAMPAS COM DOBRADIÇA	PONTEIRAS, VOLUME PARA PONTEIRA 1000 MCL, ACESSÓRIOS		
160072	00027	00008/2023	10/10/2023	10/10/2024		Material	413130	CAIXA LABORATÓRIO, MATERIAL: POLIPROPILENO, CAPACIDADE: 96	CAIXA LABORATÓRIO, MATERIAL: POLIPROPILENO, CAPACIDADE 96	CAIXA	MG
								PONTEIRAS, VOLUME: PARA PONTEIRA 1000 MCL, ACESSÓRIOS: TAMPAS COM DOBRADIÇA	PONTEIRAS, VOLUME PARA PONTEIRA 1000 MCL, ACESSÓRIOS		
									TAMPAS COM DOBRADIÇA		



UG	ITEM	PREGÃO	PREGÃO	INÍCIO	VIGÊNCIA	FIM	TIPO	DESCRIÇÃO	COMPLEMENTAR	UNIDADE	UF	FAVORECIDO	VALOR
135023	00130	00012/2023	00012/2023	18/12/2023	18/12/2024	18/12/2024	CATMATICATSER	CAIXA LABORATÓRIO, MATERIAL:POLIPROPILENO, CAPACIDADE:96 PONTEIRAS, VOLUME:PARA PONTEIRA 1000 MCL, ACESSÓRIOS:TAMPA COM DOBRADIÇA	CAIXA LABORATÓRIO, MATERIAL: POLIPROPILENO, CAPACIDADE 96 PONTEIRAS, VOLUME:PARA PONTEIRAS, ACESSÓRIOS:TAMPA COM DOBRADIÇA	UNIDADE	SP	04919019000197	26,00

Material 413130

Pesquisa realizada por: Senhora Aspirante BEATRIZ - 16/07/2024



56



RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS

MÉDIA	40,67	MEDIANA	40,00	MENOR PREÇO	35,00
-------	-------	---------	-------	-------------	-------

UG	ITEM	PREÇO	INÍCIO	VIGÊNCIA	FIM	CAT/MAI/CAR/ER	TIPO	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR
153052	00049	00066/2023	11/12/2023	11/12/2024		Material	254237	CRONÔMETRO, MATERIAL CARÇA:PLÁSTICO ABS, TIPO:BOLSO, TIPO MOSTRADOR:DIGITAL, FUNCIONAMENTO:BATERIA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM ALARME	CRONÔMETRO, MATERIAL CARÇA:PLÁSTICO ABS, TIPO:BOLSO, TIPO MOSTRADOR:DIGITAL, FUNCIONAMENTO BATERIA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM ALARME	UNIDADE	SP 42939607000140 35,00
158136	00003	00001/2023	04/07/2023	04/07/2024		Material	254237	CRONÔMETRO, MATERIAL CARÇA:PLÁSTICO ABS, TIPO:BOLSO, TIPO MOSTRADOR:DIGITAL, FUNCIONAMENTO:BATERIA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM ALARME	CRONÔMETRO, MATERIAL CARÇA:PLÁSTICO ABS, TIPO:BOLSO, TIPO MOSTRADOR DIGITAL, FUNCIONAMENTO BATERIA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM ALARME	UNIDADE	BA 48371021000140 47,00



UG	ITEM	PREGÃO	PREGÃO	VIGÊNCIA	VIGÊNCIA	FIM	TIPO	DESCRIBÇÃO	COMPLEMENTAR	UNIDADE	UF	FAVORECIDO	VALOR
----	------	--------	--------	----------	----------	-----	------	------------	--------------	---------	----	------------	-------

160234	00021	00001/2023	00001/2023	16/08/2023	16/08/2024	Material	254237	CRONÔMETRO, MATERIAL CARCAÇA:PLÁSTICO ABS, TIPO:BOLSO, TIPO MOSTRADOR:DIGITAL, FUNCIONAMENTO:BATERIA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM ALARME	CRONÔMETRO, MATERIAL CARCAÇA PLÁSTICO ABS, TIPO BOLSO, TIPO MOSTRADOR DIGITAL, FUNCIONAMENTO BATERIA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM ALARME	UNIDADE	SP	13533610000100	40,00
--------	-------	------------	------------	------------	------------	----------	--------	---	--	---------	----	----------------	-------

Pesquisa realizada por: Senhora Aspirante BEATRIZ - 16/07/2024



57



RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS

MÉDIA

35,65

MEDIANA

36,10

MENOR PREÇO

33,15

UG	ITEM	PREÇO	INÍCIO	VIGÊNCIA	FIM	CAT	TIPO	DESCRIÇÃO	COMPLEMENTAR	UNIDADE	UF	FAVORECIDO	VALOR
120006	00004	00048/2023	06/12/2023	06/12/2024		Material	477135	GARROTE, MATERIAL BORRACHA SINTÉTICA, ISENTO DE LÁTEX NATURAL, TIPO :TIPO FITA, DIMENSÕES: CERCA DE 2,5 X 35 CM, APRESENTAÇÃO: EM ROLO, PRÉ CORTADA, EMBALAGEM DISPENSADORA, TIPO USO: USO ÚNICO	GARROTE, MATERIAL* BORRACHA SINTÉTICA, ISENTO DE LÁTEX NATURAL, TIPO* TIPO FITA, DIMENSÕES CERCA DE 2,5 X 35 CM, APRESENTAÇÃO EM ROLO, PRÉ CORTADA, EMBALAGEM DISPENSADORA, TIPO USO USO ÚNICO	UNIDADE	DF	18365821000197	36,10



UG	ITEM	PREGÃO	PREGÃO	INÍCIO	FIM	TIPO	CATMAT/CATSER	DESCRIÇÃO	COMPLEMENTAR	UNIDADE	UF	FAVORECIDO	VALOR
				VIGÊNCIA	VIGÊNCIA								
150182	00058	00040/2023	00040/2023	14/07/2023	14/07/2024	Material	477135	GARROTE, MATERIAL :BORRACHA SINTÉTICA, ISENTO DE LÁTEX NATURAL, TIPO :TIPO FITA, DIMENSÕES:CERCA DE 2,5 X 35 CM, APRESENTAÇÃO:EM ROLO, PRÉ CORTADA, EMBALAGEM DISPENSADORA, TIPO USO:USO ÚNICO	GARROTE, MATERIAL* BORRACHA SINTÉTICA, ISENTO DE LÁTEX LÁTEX NATURAL, TIPO* TIPO FITA, DIMENSÕES CERCA DE 2,5 X 35 CM, APRESENTAÇÃO EM ROLO, PRÉ CORTADA, EMBALAGEM DISPENSADORA, TIPO USO USO ÚNICO	UNIDADE	RJ	09376051000197	33,15
789000	00058	00007/2023	00007/2023	19/06/2023	19/06/2024	Material	477135	GARROTE, MATERIAL :BORRACHA SINTÉTICA, ISENTO DE LÁTEX NATURAL, TIPO :TIPO FITA, DIMENSÕES:CERCA DE 2,5 X 35 CM, APRESENTAÇÃO:EM ROLO, PRÉ CORTADA, EMBALAGEM DISPENSADORA, TIPO USO:USO ÚNICO	GARROTE, MATERIAL* BORRACHA SINTÉTICA, ISENTO DE LÁTEX LÁTEX NATURAL, TIPO* TIPO FITA, DIMENSÕES CERCA DE 2,5 X 35 CM, APRESENTAÇÃO EM ROLO, PRÉ CORTADA, EMBALAGEM DISPENSADORA, TIPO USO USO ÚNICO	METRO	PB	22077847000107	37,70



58



RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS

MÉDIA

14,00

MEDIANA

13,00

MENOR PREÇO

11,89

UG	ITEM	PREÇO	INÍCIO	VIGÊNCIA	FIM	TIPO	CAT/MAT/CAT/SER	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO	COMPLIMENTAR	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR
155021	00068	00076/2022	28/06/2023	28/06/2024		Material	450334	LUVA DE PROTEÇÃO, MATERIAL: NITRÍLICA, APLICAÇÃO: LABORATORIAL, TIPO PUNHO: CURTO, TAMANHO: GRANDE, COR: AZUL, ACABAMENTO PALMA: LISO, ESTERILIDADE: NÃO ESTERILIZADA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM PÓ	LUVA DE PROTEÇÃO, MATERIAL NITRÍLICA, APLICAÇÃO LABORATORIAL, TIPO PUNHO CURTO, TAMANHO GRANDE, COR AZUL, ACABAMENTO PALMA LISO, ESTERILIDADE NÃO ESTERILIZADA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM PÓ		CAIXA	SC 79846465000118	11,89



UG	ITEM	PREGÃO	INÍCIO	FIM	TIPO	CATMAT/CATSER	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO	COMPLEMENTAR	UNIDADE	UF	FAVORECIDO	VALOR
153164	00041	00029/2023	24/05/2023	24/05/2024	Material	450334	LUVA DE PROTEÇÃO, MATERIAL: NITRÍLICA, APLICAÇÃO: LABORATORIAL, TIPO PUNHO: CURTO, TAMANHO: GRANDE, COR: AZUL, ACABAMENTO PALMA: LISO, ESTERILIDADE: NÃO ESTERILIZADA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM PÓ	LUVA DE PROTEÇÃO, PROTEÇÃO, MATERIAL NITRÍLICA, APLICAÇÃO LABORATORIAL, TIPO PUNHO, TAMANHO CURTO, TAMANHO GRANDE, COR AZUL, ACABAMENTO PALMA LISO, ESTERILIDADE NÃO ESTERILIZADA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM PÓ	CAIXA 100,00 UN	RS	12889035000102	13,00	
443020	00042	00006/2023	15/06/2023	15/06/2024	Material	450334	LUVA DE PROTEÇÃO, MATERIAL: NITRÍLICA, APLICAÇÃO: LABORATORIAL, TIPO PUNHO: CURTO, TAMANHO: GRANDE, COR: AZUL, ACABAMENTO PALMA: LISO, ESTERILIDADE: NÃO ESTERILIZADA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM PÓ	LUVA DE PROTEÇÃO, PROTEÇÃO, MATERIAL NITRÍLICA, APLICAÇÃO LABORATORIAL, TIPO PUNHO, TAMANHO CURTO, TAMANHO GRANDE, COR AZUL, ACABAMENTO PALMA LISO, ESTERILIDADE NÃO ESTERILIZADA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM PÓ	CAIXA 100,00 UN	SP	36516584000108	17,10	



(59)



RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS

MÉDIA	MEDIANA	MENOR PREÇO
13,82	12,35	12,02

UG	ITEM	INÍCIO	FIM	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	UF	FAV
PREGÃO	PREGÃO	PREGÃO	PREGÃO	CATMAT/CATSER	COMPLEMENTAR			
160040	00008	00009/2023	20/06/2023	20/06/2024	Material 450345	CAIXA	PR	4877E
					LUIVA DE PROTEÇÃO; MATERIAL:NITRÍLICA; APLICAÇÃO:LABORATORIAL, TIPO PUNHO:CURTO, TAMANHO:MÉDIO, COR:AZUL, ACABAMENTO PALMA:LISO, ESTERILIDADE:NÃO ESTERILIZADA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:SEM PÓ	UN		
					LUIVA DE PROTEÇÃO, MATERIAL:NITRÍLICA, APLICAÇÃO:LABORATORIAL, TIPO PUNHO:CURTO, TAMANHO:MÉDIO, COR:AZUL, ACABAMENTO PALMA:LISO, ESTERILIDADE:NÃO ESTERILIZADA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:SEM PÓ	CAIXA	RS	1288E
153164	00040	00029/2023	24/05/2023	24/05/2024	Material 450345	UN		
					LUIVA DE PROTEÇÃO, MATERIAL:NITRÍLICA, APLICAÇÃO:LABORATORIAL, TIPO PUNHO:CURTO, TAMANHO:MÉDIO, COR:AZUL, ACABAMENTO PALMA:LISO, ESTERILIDADE:NÃO ESTERILIZADA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:SEM PÓ	CAIXA	SP	3651E
443020	00043	00006/2023	15/06/2023	15/06/2024	Material 450345	UN		
					LUIVA DE PROTEÇÃO, MATERIAL:NITRÍLICA, APLICAÇÃO:LABORATORIAL, TIPO PUNHO:CURTO, TAMANHO:MÉDIO, COR:AZUL, ACABAMENTO PALMA:LISO, ESTERILIDADE:NÃO ESTERILIZADA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:SEM PÓ	CAIXA		

Pesquisa realizada por:Senhora Aspirante BEATRIZ - 29/05/2024

60



RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS

MÉDIA

35,48

MEDIANA

35,63

MENOR PREÇO

31,90

UG	ITEM	PREGÃO	PREGÃO	INÍCIO	VIGÊNCIA	FIM	TIPO	CAT	DESCR. DO	DESCRIÇÃO	COMPLEMENTAR	UNIDADE	UF	FORNECIDO	VALOR
153103	00059	00015/2023	00015/2023	05/12/2023	05/12/2024		Material	427478	PONTEIRA LABORATÓRIO, MATERIAL:POLIPROPILENO, CAPACIDADE:ATÉ 200 MCL, TIPO USO :DESCARTÁVEL	PONTEIRA LABORATÓRIO, MATERIAL POLIPROPILENO, CAPACIDADE ATÉ 200 MCL, TIPO USO* DESCARTÁVEL		UNIDADE	RJ	12655453900135	35,48
135012	00287	00057/2023	14/12/2023	14/12/2024		Material	427478		PONTEIRA LABORATÓRIO, MATERIAL:POLIPROPILENO, CAPACIDADE:ATÉ 200 MCL, TIPO USO :DESCARTÁVEL	PONTEIRA LABORATÓRIO, MATERIAL POLIPROPILENO, CAPACIDADE ATÉ 200 MCL, TIPO USO* DESCARTÁVEL		UNIDADE	SP	12127236000172	31,90
150182	00110	00034/2023	22/05/2023	22/05/2024		Material	427478		PONTEIRA LABORATÓRIO, MATERIAL:POLIPROPILENO, CAPACIDADE:ATÉ 200 MCL, TIPO USO :DESCARTÁVEL	PONTEIRA LABORATÓRIO, MATERIAL POLIPROPILENO, CAPACIDADE ATÉ 200 MCL, TIPO USO* DESCARTÁVEL		UNIDADE	PR	80243769000170	38,90



61



RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS

MÉDIA

56,81

MEDIANA

63,83

MENOR PREÇO

42,00

UG	ITEM	PREGÃO	INÍCIO	VIGÊNCIA	FIM	TIPO	CAT/MATERIAL/SER	DESCRI�O	DESCRI�O	COMPLEMENTAR	UNIDADE	UF	FAVORECIDO	VALOR
158127	00206	00024/2023	21/11/2023	21/11/2024	Material	427479	PONTEIRA LABORATÓRIO, MATERIAL: POLIPROPILENO, CAPACIDADE: ATÉ 1000 MCL, TIPO USO : DESCARTÁVEL	PONTEIRA LABORATÓRIO, MATERIAL POLIPROPILENO, CAPACIDADE ATÉ 1000 MCL, TIPO USO* DESCARTÁVEL			UNIDADE	SP	06153182000117	64,41
153164	00229	00059/2023	05/06/2023	05/06/2024	Material	427479	PONTEIRA LABORATÓRIO, MATERIAL: POLIPROPILENO, CAPACIDADE: ATÉ 1000 MCL, TIPO USO : DESCARTÁVEL	PONTEIRA LABORATÓRIO, MATERIAL POLIPROPILENO, CAPACIDADE ATÉ 1000 MCL, TIPO USO* DESCARTÁVEL			UNIDADE	GO	11227424000100	42,00
160165	00118	00019/2023	22/12/2023	22/12/2024	Material	427479	PONTEIRA LABORATÓRIO, MATERIAL: POLIPROPILENO, CAPACIDADE: ATÉ 1000 MCL, TIPO USO : DESCARTÁVEL	PONTEIRA LABORATÓRIO, MATERIAL POLIPROPILENO, CAPACIDADE ATÉ 1000 MCL, TIPO USO* DESCARTÁVEL			UNIDADE	SP	21895553000120	63,83



62



RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS

MÉDIA

0,09

MEDIANA

0,06

MENOR PREÇO

0,06

UG	ITEM	PREGÃO	INÍCIO	VIGÊNCIA	FIM	CATMAT/CATSER	TIPO	Material	483362	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	UF	PROVEDOR	PREÇO
791010	00035	00041/2023	16/10/2023	16/10/2024						<p>CURATIVO CUTÂNEO, MODELO: TIPO PÓS - PUNÇÃO, COMPONENTE 1: C/ ALMOFADA FIBRA SINTÉTICA, COMPONENTE 2: BASE ADESIVA, DIMENSÃO: CERCA DE 2,5 CM, APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM INDIVIDUAL, ESTERILIDADE: ESTÉRIL</p>	<p>CURATIVO CUTÂNEO, MODELO TIPO PÓS- PUNÇÃO, COMPONENTE 1 C/ALMOFADA FIBRA SINTÉTICA, COMPONENTE 2 BASE ADESIVA, DIMENSÃO CERCA DE 2,5 CM, APRESENTAÇÃO EMBALAGEM INDIVIDUAL, ESTERILIDADE ESTÉRIL</p>	UNIDADE	RJ	05035010003186	0,09



UG	ITEM	PREGÃO	PREGÃO	INÍCIO	VIGÊNCIA	FIM	TIPO	CATMAT/CATSER	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO	COMPLEMENTAR	UNIDADE	UF	FAVORECIDO	VALSR
150247	00016	00005/2023	00005/2023	21/06/2023	21/06/2024	21/06/2024	Material	483362	CURATIVO CUTÂNEO, MODELO: TIPO PÓS - PUNÇÃO, COMPONENTE 1: C/ ALMOFADA FIBRA SINTÉTICA, COMPONENTE 2: BASE ADESIVA, DIMENSÃO: CERCA DE 2,5 CM, APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM INDIVIDUAL, ESTERILIDADE: ESTÉRIL	CURATIVO CUTÂNEO, MODELO: TIPO PÓS - PUNÇÃO, COMPONENTE 1: C/ ALMOFADA FIBRA SINTÉTICA, COMPONENTE 2: BASE ADESIVA, DIMENSÃO: CERCA DE 2,5 CM, APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM INDIVIDUAL, ESTERILIDADE: ESTÉRIL		UNIDADE	BA	02421679000118	0,06
156956	00009	00032/2023	00032/2023	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2024	Material	483362	CURATIVO CUTÂNEO, MODELO: TIPO PÓS - PUNÇÃO, COMPONENTE 1: C/ ALMOFADA FIBRA SINTÉTICA, COMPONENTE 2: BASE ADESIVA, DIMENSÃO: CERCA DE 2,5 CM, APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM INDIVIDUAL, ESTERILIDADE: ESTÉRIL	CURATIVO CUTÂNEO, MODELO: TIPO PÓS - PUNÇÃO, COMPONENTE 1: C/ ALMOFADA FIBRA SINTÉTICA, COMPONENTE 2: BASE ADESIVA, DIMENSÃO: CERCA DE 2,5 CM, APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM INDIVIDUAL, ESTERILIDADE: ESTÉRIL		UNIDADE	AP	09344834000199	0,15





Termo de Referência 1/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
1/2024	160004-59 BATALHAO DE INFANTARIA MOTORIZADO/AL	[REDACTED]	11/09/2024 09:36 (v 6.1)
Status	PUBLICADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	114/2024	64106.005162/2024-14

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de material laboratorial, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO 01 - BIOQUÍMICA						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Reagente Para Diagnóstico Clínico 3 Tipo: Para Automação Em Bioquímica , Tipo De Análise: <u>Analitos Para Controle De Qualidade</u> , Apresentação: <u>Liofilizado</u> , Característica Adicional: <u>Mínimo De 25 Analitos</u>	407176	UND	50	R\$ 249,00	12.450,00
2	Reagente Para Diagnóstico Clínico 3 Tipo: Para Automação Em Bioquímica , Tipo De Análise: <u>Calibrador Multiparamétrico</u> , Apresentação: <u>Liofilizado</u> , Característica Adicional: <u>Mínimo De 25 Analitos</u>	357954	UND	25	R\$ 199,67	4.991,75
3	Detergente Composição: Aminoetanol /Acetato Sódio/Dietilenoglicol Monoetil , Aplicação: <u>Lavagem Analisadores Bioquímicos Automatizados</u> , Características Adicionais: <u>Solução Lavagem Nos Ensaio Quantitativos Em Soro H</u> , Aspecto Físico: <u>Líquido</u>	418040	FR	36	R\$ 241,14	8.681,04
4	Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: <u>Conjunto Completo Para Automação</u> , Tipo De Análise:	331742	TESTE	2500	R\$ 0,44	1.100,00

	Quantitativo De <u>Albumina</u> , Método: Colorimétrico De Ponto Final , Apresentação: Teste					
5	Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Conjunto Completo Para Automação , Tipo De Análise: Quantitativo De <u>Ácido Úrico</u> , Método: Enzimático Uv , Apresentação: Teste	334491	TESTE	4000	R\$ 1,33	5.320
6	Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Conjunto Completo Para Automação , Tipo De Análise: Quantitativo De <u>Amilase</u> , Método: Enzimático Colorimétrico De Ponto Final , Apresentação: Teste	331734	TESTE	2500	R\$ 1,72	4.300,00
7	Reagente Para Diagnóstico Clínico 6 Tipo: Conjunto Completo Para Automação , Tipo De Análise: Quantitativo De <u>Bilirrubina Direta</u> , Método: Fotométrico De Ponto Final , Apresentação: Teste	336253	TESTE	3500	R\$ 1,21	4.235,00
8	Reagente Para Diagnóstico Clínico 6 Tipo: Conjunto Completo Para Automação , Tipo De Análise: Quantitativo De <u>Bilirrubina Total</u> , Método: Fotométrico De Ponto Final , Apresentação: Teste	336250	TESTE	3500	R\$ 1,01	3.535,00
9	Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Conjunto Completo Para Automação , Tipo De Análise: Quantitativo De <u>Cálcio</u> , Método: Colorimétrico De Ponto Final , Apresentação: Teste	331741	TESTE	4000	R\$ 1,41	5.640,00
10	Reagente Para Diagnóstico Clínico 6 Tipo: Conjunto Completo , Tipo De Análise: Quantitativo De <u>Ck-Nac</u> , Método: Cinético Uv , Apresentação: Teste	452753	TESTE	2500	R\$ 2,50	6.250,00
11	Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Conjunto Completo Para Automação , Tipo De Análise: Quantitativo De <u>Ck-Mb</u> , Método: Cinético Uv , Apresentação: Teste	375562	TESTE	500	R\$ 4,31	2.155,00
12	Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Conjunto Completo , Tipo De Análise: Quantitativo De <u>Colesterol Total</u> , Método: Enzimático Colorimétrico De Ponto Final , Apresentação: Teste	412262	TESTE	4500	R\$ 1,12	5.040,00
13	Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Conjunto Completo Para Automação , Tipo De Análise: Quantitativo De <u>Hdl Colesterol</u> , Método: Direto , Apresentação: Teste	331754	TESTE	4500	R\$ 3,79	17.055,00
14	Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Conjunto Completo Para Automação , Tipo De Análise:	333334	TESTE	4500	R\$ 0,70	3.150,00



	Quantitativo De <u>Creatinina</u> , Método: Colorimétrico De Ponto Final , Apresentação: Teste					
15	Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Conjunto Completo Para Automação , Tipo De Análise: Quantitativo De <u>Ferro</u> , Método: Colorimétrico De Ponto Final , Apresentação: Teste	331739	TESTE	4500	R\$ 1,01	4.545,00
16	Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Conjunto Completo Para Automação , Tipo De Análise: Quantitativo De <u>Fosfatase Alcalina</u> , Método: Cinético Fotométrico , Apresentação: Teste	333482	TESTE	3000	R\$ 1,14	3.420,00
17	Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Conjunto Completo Para Automação , Tipo De Análise: Quantitativo De <u>Gama Glutamil Transferase</u> , Método: Cinético Colorimétrico De Ponto Final , Apresentação: Teste	365460	TESTE	3500	R\$ 3,78	13.230,00
18	Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Conjunto Completo , Tipo De Análise: Quantitativo De <u>Glicose</u> , Método: Enzimático Colorimétrico De Ponto Final , Apresentação: Teste	331408	TESTE	5000	R\$ 2,77	13.850,00
19	Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Conjunto Completo , Tipo De Análise: Quantitativo De <u>Desidrogenase Láctica</u> , Método: Colorimétrico De Ponto Final , Apresentação: Teste	426058	TESTE	1500	R\$ 3,45	5.175,00
20	Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Conjunto Completo , Tipo De Análise: Quantitativo De <u>Lipase</u> , Método: Colorimétrico De Ponto Final , Apresentação: Teste	386986	TESTE	3500	R\$ 3,21	11.235,00
21	Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Conjunto Completo Para Automação , Tipo De Análise: Quantitativo De <u>Magnésio</u> , Método: Colorimétrico De Ponto Final , Apresentação: Teste	331738	TESTE	3000	R\$ 3,20	9.600,00
22	Reagente Para Diagnóstico Clínico 7 Tipo: Conjunto Completo Para Automação , Tipo De Análise: Quantitativo De <u>Proteínas Totais</u> , Método: Colorimétrico De Ponto Final , Apresentação: Teste	350233	TESTE	3500	R\$ 3,34	11.690,00
23	Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Conjunto Completo , Tipo De Análise: Quantitativo De <u>Ast/Tgo</u> , Método: Cinético Colorimétrico De Ponto Final , Apresentação: Teste	331746	TESTE	4000	R\$ 4,86	19.440,00
24	Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Conjunto Completo , Tipo De	331747	TESTE	4000	R\$ 3,43	13.720,00

	Análise: <u>Quantitativo De Alt/Tgp</u> , Método: <u>Cinético Colorimétrico De</u> Ponto Final , Apresentação: <u>Teste</u>					
25	Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: <u>Conjunto Completo</u> , Tipo De Análise: <u>Quantitativo De Triglicerídeos</u> , Método: <u>Colorimétrico De Ponto</u> Final , Apresentação: <u>Teste</u>	331733	TESTE	4500	R\$ 3,71	16.695,00
26	Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: <u>Conjunto Completo</u> , Tipo De Análise: <u>Quantitativo De Uréia</u> , Método: <u>Enzimático Colorimétrico De</u> Ponto Final , Apresentação: <u>Teste</u>	331749	TESTE	4500	R\$ 3,12	14.040,00
VALOR TOTAL - GRUPO 01					R\$220.542,79	
ITENS ISOLADOS						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
27	Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: <u>Conjunto Completo</u> , Tipo De Análise: <u>Quantitativo De Proteína "C"</u> <u>Reativa</u> , Método: <u>Aglutinação Em</u> <u>Látex</u> , Apresentação: <u>Teste</u>	343029	UND	15	R\$ 63,34	950,10
28	Tubo Para Coleta De Amostra Biológica Material: <u>Plástico</u> , Volume: 4 ML, Componentes: <u>Com Fluoreto De</u> <u>Sódio</u> , Uso: <u>Coleta De Sangue</u> , Característica Adicional: <u>À Vácuo</u> , Esterilidade: <u>Estétil, Descartável</u>	432071	UND	2000	R\$ 1,58	3.160,00
29	Tubo Para Coleta De Amostra Biológica Material: <u>Plástico</u> , Volume: 8 ML, Componentes: <u>Com Ativador De</u> <u>Coágulo E Gel Separador</u> , Uso: <u>Coleta</u> <u>De Sangue</u> , Característica Adicional: <u>À Vácuo</u> , Esterilidade: <u>Estétil,</u> <u>Descartável</u>	376832	UND	12000	R\$ 2,56	30.720,00
30	Tubo Para Coleta De Amostra Biológica Material: <u>Plástico</u> , Volume: 3,5 ML, Componentes: <u>Com Ativador</u> <u>De Coágulo E Gel Separador</u> , Uso: <u>Coleta De Sangue</u> , Característica Adicional: <u>À Vácuo</u> , Esterilidade: <u>Estétil, Descartável</u>	386264	UND	12000	R\$ 1,03	12.360,00
31	Tubo Para Coleta De Amostra Biológica Material: <u>Plástico</u> , Volume: 4 ML, Componentes: <u>Com Edta-K2</u> , Uso: <u>Coleta De Sangue</u> , Característica Adicional: <u>À Vácuo</u> , Esterilidade: <u>Estétil, Descartável</u>	377598	UND	5000	R\$ 0,70	3.500,00
32	Cateter Periférico Aplicação: <u>Venoso</u> , Modelo: <u>Tipo Escalpe</u> , Material Agulha: <u>Agulha Aço Inox</u> , Diâmetro: 23 GAU, Componente Adicional: <u>C/</u> <u>Asa De Fixação</u> , Tubo Extensor , Conector: <u>Conector Padrão C/ Tampa</u> <u>, Componente 1: C/ Adaptador Coleta</u> <u>À Vácuo</u> , Componente 2: <u>C/ Sistema</u> <u>Segurança Segundo Nr/32</u> , Tipo Uso:	437174	UND	3000	R\$ 0,88	2.640,00



	Estéril, Descartável, Embalagem Individual					
33	Cateter Periférico Aplicação: Venoso , Modelo: Tipo Escalpe , Material Agulha: Agulha Aço Inox , Diâmetro: 21 GAU, Componente Adicional: C/ Asa De Fixação, Tubo Extensor , Conector: Conector Padrão C/ Tampa , Componente 1: C/ Adaptador Coleta À Vácuo , Componente 2: C/ Sistema Segurança Segundo Nr/32 , Tipo Uso: Estéril, Descartável, Embalagem Individual	437173	UND	3000	R\$ 0,82	2.460,00
34	Tubo Para Coleta De Amostra Biológica Material: Plástico , Volume: 5 ML, Componentes: Com Citrato De Sódio 3,2% , Uso: Coleta De Sangue , Característica Adicional: À Vácuo , Esterilidade: Estéril, Descartável	458641	UND	3500	R\$ 0,85	2.975,00
35	Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: <u>Glicose</u> , Apresentação: Solução A 0,25 G/ML, Outros Componentes: Aromatizada	380506	FR	1000	R\$ 5,46	5.460,00
36	Corante Tipo: <u>Lugol Forte</u> , Aspecto Físico: Líquido , Características Adicionais: Especialmente Manipulado , Concentração*: Solução A 10%	431449	LITRO	2	R\$ 107,54	215,08
37	Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Conjunto Completo , Tipo De Análise: Tempo De <u>Atividade De Protrombina</u> , Método: Coagulometria , Apresentação: Teste	442196	TESTE	1000	R\$ 3,28	3.200,00
38	Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Conjunto Completo , Tipo De Análise: Tempo De <u>Tromboplastina Parcial Ativada</u> , Método: Coagulometria , Apresentação: Teste	442195	TESTE	1000	R\$ 4,82	4.820,0
39	Reagente Para Diagnóstico Clínico 6 Tipo: Conjunto Completo , Tipo De Análise: Qualitativo De <u>Fator Reumatóide</u> , Método: Aglutinação Em Placa , Apresentação: Teste	335453	FR	10	R\$ 62,15	621,50
40	Reagente Para Diagnóstico Clínico 7 Tipo: Conjunto Completo , Tipo De Análise: Qualitativo Hbsag , Método: Imunocromatografia , Apresentação: Teste	368252	TESTE	1000	R\$ 2,03	2.030,00
41	Reagente Para Diagnóstico Clínico 7 Tipo: Conjunto Completo , Tipo De Análise: Qualitativo De <u>Anti-Hcv</u> , Método: Imunocromatografia , Apresentação: Teste	357783	TESTE	1000	R\$ 4,71	4.710,00
42	Reagente Para Diagnóstico Clínico 6 Tipo: Conjunto Completo , Tipo De Análise: Quantitativo De <u>Hiv I E II</u> , Método: Imunocromatografia , Apresentação: Autoteste	466098	TESTE	1000	R\$ 1,84	1.840,00
43	Reagente Para Diagnóstico Clínico 6 Tipo: Conjunto Completo , Tipo De	381259	TESTE	1000	R\$ 3,55	3.550,00

	Análise: Qualitativo De <u>Sangue Oculco Em Fezes</u> , Método: Imunocromatografia , Apresentação: Teste , Características Adicionais: Com Detecção Hemoglobina E Haptoglobina					
44	Reagente Para Diagnóstico Clínico 6 Tipo: Conjunto Completo , Tipo De Análise: Qualitativo De <u>Beta Hcg</u> , Método: Imunocromatografia , Apresentação: Teste	356905	TESTE	1000	R\$ 1,50	1.500,00
45	Reagente Para Diagnóstico Clínico 7 Tipo: Conjunto Completo , Tipo De Análise: Qualitativo De <u>Drogas Lícitas E Ilícitas</u> , Método: Imunocromatografia , Apresentação: Teste , Características Adicionais: Metanfetamina, Anfetamina, Morfina, Thc , Componentes Adicionais: Cocaína, Benzodiazepínicos	344055	TESTE	1000	R\$ 22,51	22.510,00
46	Reagente Para Diagnóstico Clínico 7 Tipo: Conjunto Completo , Tipo De Análise*: Qualitativo Anti <u>Coronavírus Covid-19 Igg E Igm</u> , Apresentação*: Teste , Método*: Imunocromatografia	467048	TESTE	500	R\$ 9,10	4.550,00
47	Reagente Para Diagnóstico Clínico 3 Tipo: Conjunto Completo , Tipo De Análise: Qualitativo Antígeno <u>Ns1 De Dengue Vírus</u> , Método: Imunocromatografia , Apresentação: Teste	435854	TESTE	250	R\$ 8,58	2.145,00
48	Corante Tipo: <u>Conjunto Corante Hematológico Panótico Rápido</u> , Aspecto Físico: Líquido , Características Adicionais: Frascos Separados Contendo , Composição: 0,1% De Ciclohexadienos,0,1% De Azobenzosulfônicos , Componentes Adicionais: 0,1% De Fenotiazinas	327536	CNJUNTO	5	R\$ 74,60	373,00
49	Corante Tipo: <u>Azul De Cresil Brilhante</u> , Aspecto Físico: Líquido , Características Adicionais: Ci 51010	357757	FR 100ML	2	R\$ 53,64	107,28
50	Lâmina Laboratório Material: Vidro , Dimensões: Cerca De 75 X 25 MM, Tipo*: Lapidada , Tipo Borda: Borda Fosca	409705	UND	10000	R\$ 0,31	3.100,00
51	Frasco Coletor Tipo: <u>P/ Urina</u> , Material: Plástico Transparente , Capacidade: C/ Tubo Cônico Cerca De 10 ML, Tipo Tampa: Tampa Pressão , Esterilidade: Estéril , Tipo Uso: Descartável , Embalagem: Embalagem Individual	436444	UND	5000	R\$ 0,83	4.150,00
52	Frasco Coletor Tipo: <u>P/ Fezes</u> , Material: Plástico Transparente , Capacidade: Cerca De 50 ML, Tipo Tampa: Tampa Rosqueável , Componentes: C/ Espátula , Outros	436315	UND	2000	R\$ 5,58	11.160,00



	Componentes: C/ Conservante , Componentes Adicionais: Filtro De Partículas E Microfiltro , Tipo Uso: Descartável					
53	Agulha de coleta de sangue a vácuo, aço inoxidável - dimensão 22G x 1 1/4, ponta tipo: bisel curto trifacetado, conector luer lock em plástico.	397584	UND	2500	R\$2,48	6.200,00
54	Agulha de coleta de sangue a vácuo, aço inoxidável - dimensão 22G x 1, ponta tipo: bisel curto trifacetado, conector luer lock em plástico.	399982	UND	1000	R\$ 0,69	690,00
55	Caixa de laboratório, MATERIAL: POLIPROPILENO, capacidade para 96 ponteiras, volume para ponteira 1000MCL. ACESSORIO: tampa com dobradiça.	413130	UND	04	R\$ 27,94	111,76
56	Cronômetro, material carcaça: plástico ABS, Tipo bolso; Tipo mostrador digital, funcionamento: bateria, características adicionais: com alarme	254237	UND	02	R\$ 40,67	81,34
57	GARROTE, MATERIAL : BORRACHA NATURAL, ISENTO DE LÁTEX, TIPO :TIPO FITA, DIMENSÕES:CERCA DE 2,5 X 35 CM, APRESENTAÇÃO:EM ROLO, PRÉ CORTADA, EMBALAGEM DISPENSADORA, TIPO USO: USO UNICO	477135	UND	40	R\$ 35,65	1.426,00
58	Luva de proteção. Material: nitrilica; Aplicação: laboratorial; Punho curto; Tamanho GRANDE, sem pó	450334	CX	100	R\$ 14,00	1.400,00
59	Luva de proteção. Material: nitrilica; Aplicação: laboratorial; Punho curto; Tamanho MÉDIO, sem pó	450345	CX	100	R\$ 13,82	1.382,00
60	Ponteira laboratório, Material: polipropileno, capacidade de até 200MCL, tipo de uso descartável	427478	PCT	10	R\$ 35,48	354,80
61	Ponteira laboratório, Material: polipropileno, capacidade de até 1000MCL, tipo de uso descartável	427479	PCT	10	R\$ 56,81	568,10
62	Curativo cutâneo, modelo: tipo pós punção, componente 1: c/ almofada fibra sintética, componente 2: base adesiva, dimensão: cerca de 2,5cm, apresentação; embalagem individual, esterilidade: estéril	483362	UND	6.000	R\$ 0,09	540,00
VALOR TOTAL - ITENS ISOLADOS						R\$ 147.560,96

VALOR TOTAL (R\$) 368.103,75

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 5 anos contado da data de assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5.1. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que atende demanda de serviço de saúde (laboratório de análises clínicas) cuja interrupção do fornecimento de material acarretará em solução de continuidade ao atendimento dos usuários do Fundo de Saúde do Exército (FUSEX), sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar. Há fornecimento contínuo quando a entrega dos bens é uma necessidade permanente. É o caso, por exemplo, de unidades médicas que demandam sempre insumos de saúde específicos para seu próprio funcionamento contínuo.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-000406/2024

II) Data de publicação no PNCP: 09/11/2023

III) Id do item no PCA: 253

IV) Classe/Grupo: 6550 - SUBSTÂNCIAS PARA DIAGNÓSTICO "IN VITRO", REAGENTES, CONJUNTOS E JOGOS PARA TESTE

V) Identificador da Futura Contratação: 160004-114/2024

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. As contratações as quais se referem este objeto licitatório deverão ser de empresas especializadas para o fornecimento do material laboratorial solicitado, que seja compatível com os equipamentos de posse do setor requisitante. De forma a atender todas as exigências legais, de transporte, de prazo de entrega e de validade, bem como seguir a descrição solicitada em termo de referência.



3.2 Referente aos itens do GRUPO 01, Destaca-se a necessidade de prestação de assistência técnica-científica quanto ao fornecimento de reagentes a fim de atender especificamente o equipamento de análises bioquímicas da marca Mindray – modelo BS-240. Solicita-se que a empresa atenda o chamado de solução do problema **no prazo de 12 horas** e, portanto, que a matriz da empresa fornecedora dos reagentes bioquímicos esteja a **um raio máximo de 400 km** (quatrocentos quilômetros) de distância do município de Maceió.

3.3 A necessidade de atendimento de assistência técnica em prazo de 12h justifica-se pela estabilidade das amostras não serem comprometidas com o passar do prazo excedente ao anteriormente citado, e conseqüentemente evitar solução de continuidade na prestação de serviço laboratorial, bem como promover a segurança, eficácia e qualidade na liberação dos laudos.

3.4 Quanto à validade conferida no momento do recebimento do material, será cobrada o mínimo de validade para 8 (oito) meses. E temperatura conforme orienta o fabricante do produto.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013.

4.1.2. Só será admitida a oferta de equipamentos, inclusive suas partes e acessórios, com finalidade médica, odontológica, laboratorial ou fisioterápica, utilizados direta ou indiretamente para diagnóstico, tratamento, reabilitação e monitoração em seres humanos, e equipamentos com finalidade de embelezamento e estética que, nos termos da Portaria INMETRO nº 384, de 18 de dezembro de 2020, cumpram os Requisitos de Avaliação da Conformidade e as Especificações para o Selo de Identificação da Conformidade para Equipamentos sob Regime de Vigilância Sanitária - Consolidado, fixados, respectivamente, nos Anexos I e II, disponíveis em <http://www.inmetro.gov.br/legislacao>. (Encontram-se excluídos do escopo de abrangência desses Requisitos os equipamentos que não se enquadram na RDC Anvisa nº 549, de 31 de agosto 2021 ou substitutiva. Para os equipamentos que se enquadram, o Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO será compulsório e deverá vir afixado no equipamento) (Em relação aos produtos cuja certificação é voluntária, é possível exigir o cumprimento dos requisitos técnicos previstos em normas do INMETRO, mas não se pode obrigar a apresentar a certificação do INMETRO (podem ser apresentadas certificações equivalentes).

4.1.3 a) A contratada deverá apresentar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) para os produtos abrangidos pela RDC nº497, de 20 de maio de 2021”.

Da exigência de carta de solidariedade

4.2. Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Subcontratação

4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados do envio da nota de empenho, em remessa única.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Av. Fernandes Lima, 1970 - Pitanguiha, Maceió - AL, 57052-050 - Farmácia do Posto Médico de Guarnição de Maceió.

5.5. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a dois terços do prazo total recomendado pelo fabricante.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.6. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

5.7. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.8. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.9. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.10. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.11. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.12. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.13. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.14. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.15. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.19. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.





6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- 6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).
- 6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).
- 6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

- 6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

- 6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- 6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.
- 7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.



7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou do instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.10.1. o prazo de validade;
- 7.10.2. a data da emissão;
- 7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.10.5. o valor a pagar; e
- 7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.24. *A presente contratação não permite a antecipação de pagamento (parcial/total).*

Cessão de crédito

7.33. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.33.1. *As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.*

7.34. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.35. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.36. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.37. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento



8.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n.º 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.25.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.25.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.25.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.25.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.29. A contratada deverá apresentar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) para os produtos abrangidos pela RDC nº497, de 20 de maio de 2021.

8.30. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.30.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.30.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.31. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.31.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;



- 8.31.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 8.31.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- 8.31.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 8.31.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- 8.31.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- 8.31.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 368.103,75

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 368.103,75 (trezentos e sessenta e oito mil, cento e três reais e setenta e cinco centavos), conforme custos unitários a postos na tabela acima.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 160004;

II) Fonte de Recursos: 167505;

III) Programa de Trabalho: 171497;

IV) Elemento de Despesa: 339030;

V) Plano Interno: D8SAFUSUGPD/ D8SAFCTUGPD/ D8EBCTUGP;

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros é provida a cada três meses mediante produção interna do setor requisitante - Laboratório de Análises Clínicas.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

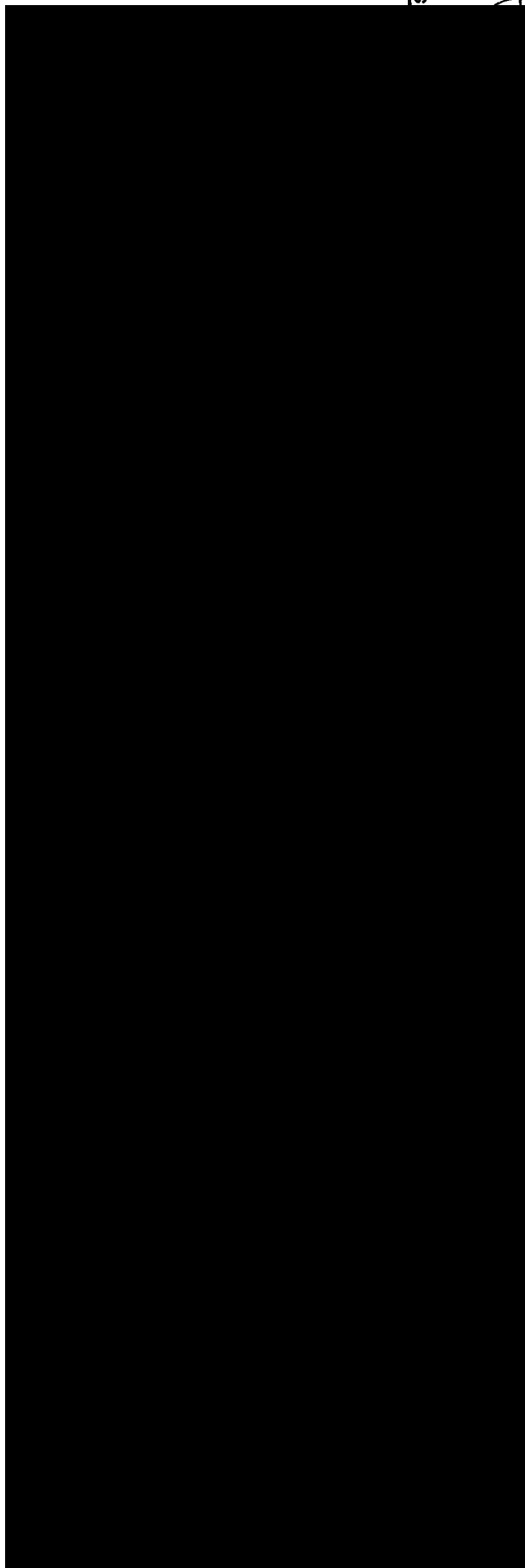


Chefe do laboratório.

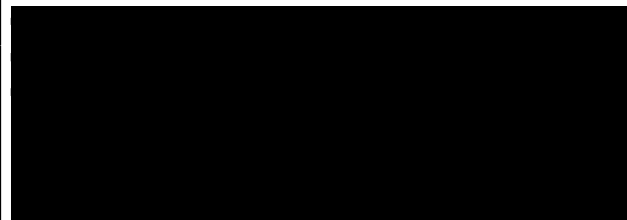


Assinou eletronicamente em 11/09/2024 às 09:36:07.

A handwritten mark or signature in the bottom right corner of the page.



(Continuação do BI Nr 38, de 24/02/2023, do(a) 59º BI Mtz)



Em consequência: SCmt, S1, Cmt Cia C Ap, Cmt 1ª Cia Fuz e os demais interessados tomem conhecimento e providências.

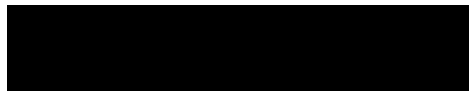
(Nota nº 97674, de 23 de fevereiro de 2023, da(o) Cia C Ap)

2. ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

a. ALTERAÇÃO DE PENSIONISTA CIVIL

RECADASTRAMENTO BANCÁRIO

De acordo com os comprovantes de Prova de Vida, as Pensionistas Civis, lotadas nesta OM, realizaram os seus Recadastramentos Bancários para fins de pagamento, referente ao mês de **FEV 23**, conforme a seguir:



Em consequência: Cmt B Adm, Ch SPS e os demais interessados tomem conhecimento e providências decorrentes.

(Nota nº 97579, de 17 de fevereiro de 2023, da(o) B Adm)

b. DELEGAÇÃO DA FUNÇÃO DE ORDENADOR DE DESPESAS

Passagem da função de OD

Conforme faculta o Art. 3º da Portaria nº 533-Cmt Ex, de 28 SET 1999, delego a função de Ordenador de Despesas do 59º BI Mtz (UG 160004 e 167004) ao [REDAÇÃO] Comandante da Base Administrativa, a contar de 16 FEV 23.

As diretrizes que deverão orientar o Ordenador de Despesas estão normatizadas na Portaria - C Ex nº 1.555, de 09 Jul 21 (Regulamento de Administração do Exército - RAE - EB10-R-01.003), nos preceitos para os Agentes da Administração estabelecidos pela Secretaria de Economia e Finanças - SEF, na Portaria nº 040-SEF, de 02 MAIO 2023 e nas demais normas em vigor aplicáveis à função de Ordenador de Despesas.

Conforme prescreve o Art. 129 da Portaria - C Ex nº 1.555, de 09 Jul 21 - Regulamento de Administração do Exército (EB10-R-01.003) e de acordo com o Anexo 11 da Portaria nº 040-SEF, de 02 MAIO 2019, foi elaborado o Relatório de Passagem da Função de Ordenador de Despesas, realizada em 16 FEV 2023, decorrente do ato de delegação supracitado, assumindo a função de Ordenador de Despesas da Unidade Gestora (UG) POR DELEGAÇÃO, a contar de 16 FEV 2023, o [REDAÇÃO]

Em consequência:

- Fica exonerado da função de Ordenador de Despesas por Delegação de Competência, o [REDAÇÃO]

- O Enc Set Fin adote os procedimentos visando a atualização do Rol dos Responsáveis no SIAFI (UG 160004 e 167004), incluindo o [REDACTED] na natureza de responsabilidade 103 - Ordenador de Despesas por Delegação de Competência;
- O Enc Set Fin providencie a remessa de uma via do Relatório de Passagem da Função de Ordenador de Despesas para a Conformidade dos Registros de Gestão e outra via deverá ser remetida a 7ª CGCFEx;
- Designo o [REDACTED], como substituto do Ordenador de Despesas; e
- O S Cmt, os Agentes da Administração e demais interessados tomem conhecimento.

c. EXCLUSÃO DA FILA DE PRETENDENTES A OCUPAÇÃO DE PNR

Excluo da fila de pretendentes à ocupação de PNR, do Tipo: Oficiais Superiores - Classificação: GERAL, deste Btl, conforme o DIEx Nr 701-1ª Seção/59º BI Mtz - de 16 de fevereiro de 2023 - protocolado na Fiscalização Administrativa em 16 de fevereiro de 2023, o militar abaixo discriminado, o qual solicitou sua exclusão da fila de pretendentes a ocupação de PNR:

[REDACTED]

Em consequência:

- Fiscalização Administrativa faça a exclusão do referido militar da fila de pretendentes à ocupação de PNR do Tipo: Oficiais Superiores - Classificação: GERAL, conforme solicitado e atualize a relação de pretendentes à ocupação de PNR; e
- SCmt, S1, Cmt SU e demais interessados tomem conhecimento e providências.

(Nota nº 97627, de 22 de fevereiro de 2023, da(o) Fisc Adm)

d. Inclusão Fila PNR

Incluo, na fila de pretendentes à ocupação de PNR, Tipo: ST/SGT - Categoria: GERAL, de acordo com o solicitado no DIEx Nr 007 - Sgte/ Banda de Música / 59º BI Mtz - de 13 de fevereiro de 2023 - protocolado na 1ª Seção em 14 de fevereiro de 2023, conforme amparo do Art. 8º da Port Normativa Nº 43/GM-MD - 29 ABR 2020, combinado com o inciso III do Art. 15 da PORTARIA – C Ex Nº 1846, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022, o militar abaixo:

[REDACTED]

Em consequência:

- a) Fiscalização Administrativa, faça a inclusão do mesmo na Fila de Pretendentes à ocupação de PNR Tipo: ST/SGT - Categoria: GERAL, ocupando a posição devida a partir da data de protocolo do DIEx de inclusão;
- b) O militar interessado, SCmt, Fiscal Administrativo, Cmt SU e demais interessados tomem conhecimento e providências decorrentes.

(Nota nº 97629, de 22 de fevereiro de 2023, da(o) Fisc Adm)

Incluo, na fila de pretendentes à ocupação de PNR, Tipo: ST/SGT - Categoria: GERAL, de acordo com o solicitado no DIEx Nr 690-Base Adm/59º BI Mtz - de 16 de fevereiro de 2023 - protocolado na Fiscalização Administrativa em 16 de fevereiro de 2023, conforme amparo do Art. 8º da Port Normativa Nº 43/GM-MD - 29 ABR 2020, combinado com o inciso III do Art. 15 da PORTARIA – C Ex Nº 1846, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022, o militar abaixo:

[REDACTED]



Em consequência:

- O Ch SPP do tome conhecimento da impossibilidade de realizar o referido pagamento, tendo em vista que os requerentes não apresentaram a Declaração Negativa de Ação Judicial, dentro do prazo de 20 (vinte) dias úteis de que trata o Inciso II do Art. 12. da PORTARIA - C Ex N° 1.746, DE 19 DE MAIO DE 2022, que aprova as Normas para o Pagamento de Despesas de Exercícios Anteriores no Âmbito do Comando do Exército.
- O Ch SPP informe ao militar a resposta do seu requerimento; e os demais interessados tomem conhecimento e providências.

c. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

NOMEAÇÃO DE COMISSÃO

Nomeio para compor a Comissão Permanente de Licitação pelo período de **12 (doze) meses** a partir da publicação.

[REDACTED]
AGENTE DA CONTRATAÇÃO - CHEFE DA SALC

[REDACTED]
AGENTE DA CONTRATAÇÃO

[REDACTED]
AGENTE DA CONTRATAÇÃO - PREGOEIRO

[REDACTED]
AGENTE DA CONTRATAÇÃO - PREGOEIRO

[REDACTED]
AGENTE DA CONTRATAÇÃO - PREGOEIRO

[REDACTED]
AGENTE DA CONTRATAÇÃO

[REDACTED]
AGENTE DA CONTRATAÇÃO

[REDACTED]
AGENTE DA CONTRATAÇÃO

Em consequência: Fisc Adm, Ch 1ª Seção, Ch Salc e os demais interessados tomem conhecimento e providências.

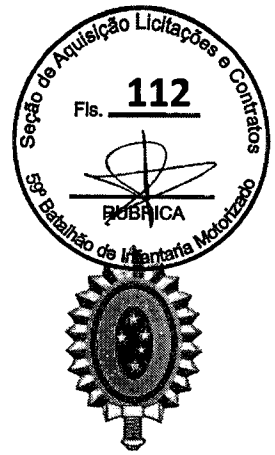
d. REQUERIMENTO

Averbação

Por meio do requerimento EB: 64106.004017/2024-16, datado de 15 MAIO 24, com entrada em 27 MAIO 24 na Fisc Adm, protocolo nº 09, o militar nominado pleiteia a Indenização de Transporte de



**MINISTÉRIO
DA DEFESA
EXÉRCITO
BRASILEIRO
SECRETARIA-
GERAL DO
EXÉRCITO**



Portaria - C Ex nº 1.280, de 30 de novembro de 2020.

Dispõe sobre instâncias de governança para celebração ou prorrogação de contratos, no âmbito do Exército Brasileiro.

O COMANDANTE DO EXÉRCITO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, o inciso XIV do art. 20 do Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006, o Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, a Portaria do Ministro da Economia nº 179, de 22 de abril de 2019, a Portaria nº 2.046/GM-MD, de 7 de maio de 2019 e a Portaria Normativa nº 14/GM-MD, de 11 de fevereiro de 2020, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos os procedimentos, no âmbito do Comando do Exército, acerca dos atos referentes à autorização de novos contratos administrativos e à prorrogação de contratos em vigor, relativos à atividade de custeio.

Art. 2º Os limites e restrições nesta Portaria não se aplicam:

I - aos créditos extraordinários abertos e reabertos no exercício corrente; e

II - às despesas financiadas com recursos de instrumentos de parceria (termo de execução descentralizada e convênios de receita).

Parágrafo único. Os instrumentos de parceria firmados para execução direta de obras e serviços pelo Exército Brasileiro pressupõem a autorização dos respectivos concedentes para a realização de contratações necessárias à sua realização, independente de novas autorizações pontuais, desde que respectivos processos administrativos contenham informações relativas ao instrumento de parceria e à origem dos recursos.

Art. 3º É de competência do Comandante do Exército a autorização para celebrar novos contratos administrativos ou a prorrogação dos contratos em vigor, com valores iguais ou superiores a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Art. 4º Ficam subdelegadas competências para autorizar a elaboração de novos contratos administrativos ou a prorrogação dos contratos em vigor, vedada a subdelegação.

§ 1º Para os contratos com valores inferiores a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e iguais ou superiores a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), às seguintes autoridades:

I - Chefe do Gabinete do Comandante do Exército, Secretário-Geral do Exército e Chefe do Centro de Inteligência do Exército;

II - Chefe do Estado-Maior do Exército (EME);

III - chefes e comandantes dos órgãos de direção setorial e operacional;

IV - comandantes militares de área;

V - comandantes de divisão de exército;

VI - comandantes de região militar;

VII - oficiais-generais comandantes de estabelecimento de ensino, comandantes de brigada, artilharia divisionária, grupamento de engenharia, grupamento logístico, Base de Apoio Logístico do Exército, Comando de Aviação do Exército, Comando de Operações Especiais, Comando de Artilharia do Exército e Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército;

VIII - Diretor-Presidente da Indústria de Material Bélico; e

IX - Presidente da Fundação Osorio.

§ 2º Aos Ordenadores de Despesa das organizações militares para os contratos com valores inferiores a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

§ 3º No caso de prorrogação contratual, a autoridade responsável pela autorização será definida de acordo com o valor constante no termo aditivo, observados os valores de alçada de que tratam os parágrafos 1º e 2º deste artigo.

§ 4º No âmbito dos comandos militares de área, a autorização de que trata o § 1º deverá ser encaminhada ao órgão enquadrante.

Art. 5º Sem prejuízo do que dispõe o art. 5º do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, a celebração de contratos de locação de imóveis e a prorrogação de contratos de locação de imóveis em vigor, com valor igual ou superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por mês, deverá ser autorizada também pelo Comandante do Exército, vedada a delegação de competência.

Art. 6º Poderão ser autorizadas, excepcionalmente, considerando aspectos de relevância e urgência e por ato fundamentado, novas locações de veículos, máquinas e equipamentos, suspensas por força da Portaria do Ministro da Economia nº 179, de 22 de abril de 2019, pelas seguintes autoridades:

I - Chefe do Gabinete do Comandante do Exército, Secretário-Geral do Exército e Chefe do Centro de Inteligência do Exército;

II - Chefe do EME;



III - chefes e comandantes dos órgãos de direção setorial e operacional;

IV - comandantes militares de área;

V - comandantes de divisão de exército;

VI - comandantes de região militar;

VII - Diretor-Presidente da Indústria de Material Bélico; e

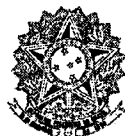
VIII - Presidente da Fundação Osório.

Parágrafo único. Devem ser observadas, para novas locações de veículos, máquinas e equipamentos, o disposto no inciso II do art. 2º, da presente Portaria.

Art. 7º Fica revogada a Portaria do Comandante do Exército nº 534, de 2 de junho de 2020.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Este texto não substitui o publicado no Boletim do Exército nº 49-A/2020.



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
59º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO
(BATALHÃO HERMES ERNESTO DA FONSECA)**

ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO

Pregão Eletrônico SRP N° 114/2024 .

1. Sob o amparo do Art. 11º da lei 14.133/21, autorizo a abertura e início dos procedimentos licitatórios do Processo Administrativo nº **64106.005162/2024-14**, relativos ao Pregão nº 114/2024, na modalidade Eletrônica, pelo Sistema de Registro de Preços, tendo como objeto registro de preços, para futura aquisição de materiais laboratoriais para atender as necessidades do 59º Batalhão de Infantaria Motorizado, conforme descrito no DIEx Requisitório nº 591-PMGu/59º BI Mtz, de 30 de maio de 2024.

2. O competente processo devidamente autuado, protocolado e numerado, deverá ser organizado e instruído conforme o Art. 12 da Lei n.º 14.133/21, na ordem cronológica dos procedimentos, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

3. Autorizo a divulgação no SIASG/SIDEC do pregão acima citado, cumprindo o disposto no Art. 53º, § 3º da Lei 14.133/21, para fins de publicação do Edital no Diário Oficial da União e no Sítio eletrônico oficial do órgão, bem como de sua eventual suspensão, reabertura e/ou revogação.

4. Autorizo publicação do Resultado do Julgamento no SIASG/SIDEC, do pregão supramencionado, após a homologação do certame.

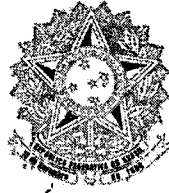
Em consequência, o chefe da SALC e demais interessados tomem conhecimento e as providências decorrentes.

Maceió-AL, 15 de julho de 2024.

[Redacted Signature]

Ordenador de Despesas do 59º BI Mtz

[Handwritten Signature]



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
59º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO
(BATALHÃO HERMES ERNESTO DA FONSECA)

TERMO DE JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

1. No dia 30 de maio de 2024, através do DIEx nº 591-PMGu/59º BI Mtz, foi solicitado a este Ordenador de Despesas, que apreciasse a possibilidade de determinar a abertura de um Processo Licitatório para Registro de Preços para futura materiais laboratoriais para atender as necessidades do 59º Batalhão de Infantaria Motorizado.
2. Seguindo a sequência de procedimentos da Instrução Normativa nº 65/20201 a 1º TEN MARIA BEATRIZ COSTA ALVES, realizou uma pesquisa de preços para apurar o preço médio que está sendo praticado no mercado dos itens solicitados, para com isso obter um valor de referência a ser utilizado como parâmetro para a futura compra dos itens desejados.
3. Da análise dos documentos a mim apresentados, procedo ao seguinte parecer:
 - 3.1. Justifico a realização de procedimento licitatório para futura aquisição de materiais laboratoriais com o intuito de atender às necessidades do PMGU do 59º Batalhão de Infantaria Motorizado, fazendo com que o Posto Médico de Guarnição possa realizar o atendimento dos militares do batalhão mantendo em condições de saúde dos usuários do Fundo de Saúde do Exército.
 - 3.2. Justifico a realização do Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços fundamentado pelo decreto nº 11.462 de 31 Março de 2023, que regulamenta os art. 82 e art. 86 da Lei 14.133/21 sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
 - 3.3. Diante de [REDACTED] razão da verdadeira importância que tais itens representam para esta Organização [REDACTED] necessidade da contratação, conforme art. 5º da Lei 14.133/21.

Maceió-AL, 15 de julho de 2024.

[REDACTED]
Ordenador de Despesas do 59º BI Mtz



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
C M N E - 10ª BDA INF MTZ
59º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO
(BATALHÃO HERMÉS ERNESTO DA FONSECA)**


JUSTIFICATIVA DE UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. Justifico a modalidade eleita em conformidade com os incisos I e inciso V, do Art. 3º do decreto Nº 11.462, de 31 de março de 2023, pois quando da primeira contratação com os futuros fornecedores contemplados para os itens do referido pregão, não haverá o exaurimento do objeto (item), situação que autoriza a utilização do sistema de registro de preços, serão realizadas aquisições parceladas de unidades (bens) que compõem os itens da ata de registro de preços, pois apesar de se ter uma estimativa da demanda dos itens que compõem a ata de registro de preços, esta Organização Militar possui uma expectativa de recebimento de créditos a serem empregados, os quais são recebidos de forma parcelada e não se tem um valor determinado, apenas uma referência com base nas liberações dos créditos anteriores.

2. Declaro que as aquisições decorrentes do Pregão Eletrônico 114/2024 (aquisição de material laboratorial), não se darão em contratações únicas dos objetos, referentes aos itens constantes no Termo de Referência, ou seja, o objeto não se esgotará numa única contratação.

3. Assim sendo, desta forma serão realizadas diversas contratações, durante o prazo de validade das atas de registro de preços.

Maceió-AL, 15 de julho de 2024.


Maj
Ordenador de Despesas do 59º BI Mtz



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
59º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO
(BATALHÃO HERMES ERNESTO DA FONSECA)**

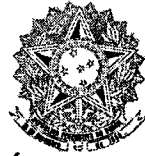
DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

Fundamentado no Art 105, caput e Art 150, da Lei nº 14.133/21, **DECLARO** haver disponibilidade orçamentária e financeira para a aquisição de material laboratorial, a fim de atender às necessidades do 59º Batalhão de Infantaria Motorizado:

Gestão/Unidade: 167505
Fonte: 0100000000
Programa de Trabalho: 215842
Elemento de Despesa: 339030
Pl: D8SAFUSUGPD; D8SAFACTUGPD

Maceió - AL, 15 de julho de 2024.

 **Maj**
Ordenador de Despesas do 59º BI MtZ



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
59º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO
(BATALHÃO HERMES ERNESTO DA FONSECA)**

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Eu, [REDACTED], atualmente na qualidade do Ordenador de Despesas, declaro, que a despesa objeto do **Pregão Eletrônico SRP nº 114/2024**, preenche os requisitos exigidos pela Lei Complementar nº 101/2000 de 04 de maio de 2000, especialmente quanto às normas do inciso II do art. 16, de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Maceió - AL, 15 de julho de 2024.

[REDACTED]

- Maj

Ordenador de Despesas do 59º BI-Mtz



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
59º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO
(BATALHÃO HERMES ERNESTO DA FONSECA)**

DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE DE CUSTEIO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 114/2024

Declaro que:

- A natureza da atividade a ser contratada constitui atividade de custeio, conforme artigo 2º, parágrafo único da Portaria nº 7.828, de 30 De agosto de 2022 e até antes da assinatura do contrato será registrada a autorização expressa da autoridade competente, nos termos do artigo 3º da citada Portaria, conforme os limites previstos na legislação.

- O parágrafo 2º, do Art. 4º da portaria N º 1.280, de 30 de novembro de 2020 delega competência aos Ordenadores de Despesas das Organizações Militares para os contratos com valores inferiores a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

- Será assegurada a preferência na contratação, nos termos do disposto nos Art. 13, Art. 22 ao 27 da Lei 14.133/21. A hipótese será expressa claramente no Termo de Referência definitivo, bem como no instrumento convocatório.

Maceió-AL, 15 de julho de 2024.


- Maj
Ordenador de Despesas do 59º BI Mtz



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
C M N E - 10ª BDA INF MTZ
59º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO
(BATALHÃO HERMES ERNESTO DA FONSECA)**



**CERTIDÃO DO PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÃO ANUAL E
COMPATIBILIDADE AO LEI DE DIRETRIZ ORÇAMENTÁRIA**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 114/2024

Certifico que o processo licitatório em trâmite sob o número 64106.005162/2024-14 encontra-se em conformidade com a Lei nº 14.133/21, que dispõe sobre o regime jurídico da licitação e contratação administrativa no âmbito da Administração Pública.

Em especial, informamos que a fase preparatória do processo licitatório foi devidamente caracterizada pelo planejamento e devidamente compatibilizada com a Lei 14.166/20, que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), em atendimento ao disposto no Art 18 da Lei 14.133/21.

Durante a fase preparatória, foi identificado que o objeto do presente processo de inexigibilidade está devidamente contemplado no Plano de Contratações Anual, conforme previsto no inciso VII do caput do Art. 12 da Lei 14.133/21. Além disso, todas as medidas necessárias foram adotadas para assegurar a adequação do procedimento às diretrizes estabelecidas na Lei 14.166/20 - LDO vigente.

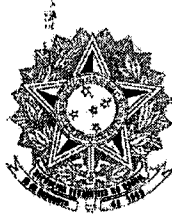
Ademais, o processo de pregão eletrônico abordou minuciosamente todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que poderiam interferir na contratação, com o objetivo de assegurar a obtenção do melhor resultado para a Administração Pública, sem desconsiderar os limites e diretrizes orçamentárias estabelecidas na LDO.

Asseguro a compatibilidade do processo de pregão eletrônico mencionado com as disposições da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei 14.133/21) e a adequação ao cumprimento das diretrizes da Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei 14.166/20), comprometendo-me a prestar quaisquer esclarecimentos adicionais, se necessário.

Maceió-AL, 15 de julho de 2024.



[Redacted Signature] - Maj
Ordenador de Despesas do 59º BIMtz



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
C M N E - 10ª BDA INF MTZ
59º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO
(BATALHÃO HERMÉS ERNESTO DA FONSECA)**

JUSTIFICATIVA E APROVAÇÃO DE PREÇOS

1. Declaro, para todos os fins de direito, que realizei pesquisa de preços para futura aquisição dos materiais deste processo licitatório. Declaro, ainda, que o VALOR ESTIMADO foi formado nos ditames do artigo 3º, da Instrução Normativa nº 65/2021.

2. A consulta foi realizada no painel de preços (<https://paineldeprecos.planejamento.gov.br/>), atendendo ao parâmetro de pesquisa do inciso I, art. 5º da IN 65/21; na pesquisa de preços pelo [compras.gov](https://compras.gov.br/), atendendo ao parâmetro de pesquisa do inciso II, art. 5º da IN 65/21 e no site SAG TC Manfrini (<https://sag.eb.mil.br/index.php>), atendendo ao parâmetro de pesquisa do inciso III, art. 5º da IN 65/21

3. Informo que os valores de referência adotados foram a média e a mediana, obtidos na pesquisa de preços, conforme preceitua a IN nº 65/2021.

4. Os valores obtidos na pesquisa foram avaliados criticamente, no sentido de que suas médias não apresentam grandes variações, não comprometendo a estimativa do preço de referência, representando de forma satisfatória os preços praticados no mercado.

5. Assim, afirmo que me responsabilizo pelo levantamento dos preços a mim apresentados, de acordo com a descrição correta dos materiais desejados pelo 59º BI Mtz e solicitados pelo Chefe do laboratório, e pelo valor usualmente praticado pelo mercado.

Maceió-AL, 15 de julho de 2024.

[Redacted Signature]

- Maj

Ordenador de Despesas do 59º BI Mtz



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
C M N E - 10ª BDA INF MTZ
59º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO
(BATALHÃO HERMES ERNESTO DA FONSECA)**



PROCESSO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 114/2024

**JUSTIFICATIVA PARA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
(Acórdão nº 757/2015 - Plenário do TCU)**

Justifica-se a autorização para adesão de órgão (UASG) não participante ("corona"), em virtude dos itens deste instrumento serem passíveis de uso por outros Órgãos da Administração Pública, pertencentes às esferas Federal, Estadual e Municipal. Observa-se, ainda, que a possibilidade de adesão por órgãos não participantes ("corona") culmina em vantagem para a Administração Pública; pois fomenta economia e propicia economicidade processual e temporal, para o Órgão requerente.

Ademais, a autorização para adesão a ata trará maior competitividade ao certame, tendo em vista que um maior número de licitantes se interessarão em participar da licitação, pois estes terão a possibilidade de fornecer seus materiais a um número maior de órgãos públicos.

Reiteramos a necessidade do órgão não participante em justificar de maneira motivada a adesão e comprovar economicamente a vantagem para a Administração da aquisição do material. Tal adesão encontra amparo no Art. 31 e §1º do Decreto 11642/23.

Maceió-AL, 15 de julho de 2024,

[Assinatura]

Maj
Ordenador de Despesas do 59º BI Mtz



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
59º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO
(BATALHÃO HERMÉS ERNESTO DA FONSECA)**

DECLARAÇÃO EQUIPE DE PREGÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 114/2024

Declaro que:

- Os membros da equipe de pregão são, em sua maioria, servidores ocupantes de cargo efetivo, e pertencentes ao quadro permanente do 59º Batalhão de Infantaria Motorizado.

- O Pregoeiro do 59º BI Mtz, possui qualificação técnica e cumpre todas as exigências do Art. 3º e Art. 10º do Decreto 11.246/22 e Art. 8º da Lei nº 14.133/21.

Maceió-AL, 15 de julho de 2024.

[Redacted Signature]

Maj

Ordenador de Despesas do 59º BI Mtz



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
C M N E - 10ª BDA INF MTZ
59º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO
(BATALHÃO HERMES ERNESTO DA FONSECA)**



**CERTIDÃO DE ATENDIMENTO AO PRINCÍPIO DE SEGREGAÇÃO DE
FUNÇÕES**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 114/2024

Certifico que a confecção do processo referente ao Pregão Eletrônico 114/24 atende ao princípio da segregação de funções, nos termos da legislação vigente.

A designação dos agentes públicos envolvidos na condução do referido processo, em conformidade com o Art. 12 do Decreto nº 11.246/22, foi realizada de forma a evitar a atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, garantindo a redução da possibilidade de ocultação de erros e ocorrência de fraudes na contratação.

Ademais, em consonância com o Art. 7º, §1º, da Lei nº 14.133/21, a equipe de apoio prestou auxílio ao agente de contratação, sendo conduzido em estrita observância às normas e princípios legais pertinentes, garantindo a lisura e a transparência no procedimento licitatório.

Maceió-AL, 15 de julho de 2024.


Maj
Ordenador de Despesas do 59º BImtz



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
C M N E - 10ª BDA INF MTZ
59º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO
(BATALHÃO HERMES ERNESTO DA FONSECA)**

CERTIDÃO TERMO DE REFERÊNCIA DIGITAL

Pregão Eletrônico 114/2024

Em conformidade com o disposto na Instrução Normativa ME 81/2022, certifico que os Termos de Referência (TR) relacionados aos processos deste órgão foram elaborados utilizando o Sistema TR Digital, conforme estabelecido no Art. 4º da mencionada normativa.

O Sistema TR Digital foi adotado de acordo com os procedimentos determinados no manual técnico operacional divulgado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, acessível no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

Destaco que a utilização do Sistema TR Digital visa assegurar a padronização e a eficiência na elaboração dos Termos de Referência, conforme preconizado pela legislação em vigor. Todas as diretrizes e exigências estabelecidas na referida Instrução Normativa foram estritamente observadas durante o processo de elaboração dos TR.

Maceió-AL, 15 de julho de 2024.

 - Maj
Ordenador de Despesas do 59º BIMtz



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
C M N E - 10ª BDA INF MTZ
59º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO
(BATALHÃO HERMES ERNESTO DA FONSECA)**



**CERTIDÃO TERMO DE REFERÊNCIA ALINHADO COM PLANO DE
CONTRATAÇÃO ANUAL E PLANO DIRETOR DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL**

Pregão Eletrônico 114/2024

Em conformidade com as disposições estabelecidas no Art. 7º da Instrução Normativa ME nº 81/2022, certifico que o Termo de Referência (TR) elaborado para os processos deste órgão está integralmente alinhado com o Plano de Contratações Anual e com o Plano Diretor de Logística Sustentável, bem como em conformidade com outros instrumentos de planejamento da Administração.

O TR foi concebido considerando as diretrizes e metas estabelecidas no Plano de Contratações Anual, garantindo que as aquisições planejadas estejam em total consonância com as necessidades e objetivos estratégicos delineados para o período em questão.

Adicionalmente, o TR foi elaborado levando em conta os princípios e diretrizes definidos no Plano Diretor de Logística Sustentável, visando à promoção da sustentabilidade em todas as fases do processo de contratação, desde a seleção dos fornecedores até a execução dos serviços ou entrega dos produtos.

Destaco que durante o desenvolvimento do TR, foram considerados outros instrumentos de planejamento da Administração pertinentes, garantindo a coesão e a integralidade das ações e diretrizes administrativas em todos os processos licitatórios conduzidos por este órgão.

Maceió-AL, 15 de julho de 2024.


Maj
Ordenador de Despesas do 59º BImtz



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
C M N E - 10º BDA INF MTZ
59º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO
(BATALHÃO HERMES ERNESTO DA FONSECA)**

CERTIDÃO DE BENS DE CONSUMO COMUM

Pregão Eletrônico 114/2024

Declaro que os bens deste processo **não se enquadram na definição de bens de luxo** estipulada pelo **Decreto nº 10.818/21**, uma vez que não possuem características de ostentação, opulência, forte apelo estético ou requinte, mas sim se caracterizam como bens de qualidade comum, destinados ao uso cotidiano.

Ressalto que, de acordo com o **Art. 20 da Lei 14.133/21**, é **vedada a aquisição de artigos de luxo**, e os bens descritos nesta solicitação se enquadram estritamente na categoria de bens de qualidade comum.

Maceió-AL, 15 de julho de 2024.

 - **Maj**
Ordenador de Despesas do 59º BImtz



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
C M N E - 10ª BDA INF MTZ
59º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO
(BATALHÃO HERMES ERNESTO DA FONSECA)**



**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO PLANEJAMENTO DE COMPRAS
Pregão Eletrônico 114/2024**

1. A aquisição e pagamento observam condições semelhantes às do setor privado, de acordo com o **Art. 40, inciso I**, da lei nº 14.133/21, garantindo que o processo de aquisição se dê dentro de parâmetros **compatíveis** com práticas do **mercado privado**.

2. A determinação do quantitativo a ser adquirido considerou a estimativa de consumo e utilização prováveis, fundamentada em **técnicas adequadas**, conforme estipulado no **Art. 40, inciso III**, da nº 14.133/21. A estimativa de consumo foi obtida por meio de metodologias **quantitativas apropriadas**, sempre que possível, para garantir o suprimento contínuo de acordo com a demanda.

3. A aquisição atende ao **princípio da padronização**, levando em consideração a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho, conforme preconizado no **Art. 40, inciso V, alínea A**, da Lei 14.133/21.

4. Atende, igualmente, ao **princípio do parcelamento** quando este se mostra tecnicamente viável e economicamente vantajoso, como estipulado no **Art. 40, inciso V, Alínea B**, da mesma Lei.

5. Garante a compatibilidade da despesa estimada com a prevista nas leis orçamentárias, conforme o princípio da responsabilidade fiscal descrito no **Art. 40, inciso V, alínea C**, da Lei 14.133/21, através da devida **comparação da despesa estimada com o orçamento disponível**.

Declaro que todas as informações apresentadas neste documento estão em conformidade com a legislação vigente.

Maceió-AL, 15 de julho de 2024.



 - Maj
Ordenador de Despesas do 59º BImtz



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
C M N E - 10ª BDA INF MTZ.
59º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO
(BATALHÃO HERMES ERNESTO DA FONSECA)**



**CERTIDÃO DE UTILIZAÇÃO DE CATÁLOGO ELETRÔNICO DE
PADRONIZAÇÃO**

Informo que no processo licitatório conduzido por esta instituição, **foi empregado o catálogo eletrônico de padronização** para a definição do produto/serviço a ser adquirido, conforme preconizado no **Art. 19, §2º, da Lei 14.133/21**.

O catálogo utilizado contempla as especificações necessárias para a definição do produto/serviço em conformidade com os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança, conforme previsto no **artigo 40, §1º, inciso I** da referida Lei. As informações presentes no catálogo foram devidamente observadas e empregadas no processo licitatório.

Maceió-AL, 15 de julho de 2024.


Maj
Ordenador de Despesas do 59º BImtz



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
C M N E - 10ª BDA INF MTZ
59º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO
(BATALHÃO HERMES ERNESTO DA FONSECA)**

CERTIDÃO DE VANTAJOSIDADE EM AQUISIÇÃO DE BENS

Pregão Eletrônico 114/2024

Informo que, no processo conduzido pelo 59º Batalhão de Infantaria Motorizado, foi realizada uma análise comparativa entre a possibilidade de aquisição e locação de determinados bens. Tal análise considerou os custos e benefícios de cada opção, com a indicação da alternativa mais vantajosa para esta OM.

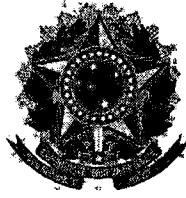
Após a devida análise, concluímos que a opção pela aquisição dos bens se mostrou mais vantajosa em comparação à possibilidade de locação. Os critérios considerados incluíram, mas não se limitaram a:

- Custos diretos e indiretos associados à aquisição e à locação;
- Benefícios a longo prazo em relação à posse dos bens;
- Viabilidade financeira e operacional para a instituição.

Esta decisão foi embasada em dados e análises técnicas que demonstraram que **a aquisição dos referidos bens é mais vantajosa** para os interesses e necessidades do 59º Batalhão de Infantaria Motorizado, levando em conta as exigências estabelecidas pelo **Art. 44 da Lei 14.133/21**.

Maceió-AL, 15 de julho de 2024.


Maj
Ordenador de Despesas do 59º BIMtz



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
C M N E - 7ª RM/7ª DE - 10ª BDA INF MTZ
59º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO
(BATALHÃO HERMES ERNESTO DA FONSECA)**

JUSTIFICATIVA PROCESSO FÍSICO

**Pregão eletrônico 114/2024
(Processo nº 64106.005162/2024-14)**

Por meio deste instrumento, justifico a não confecção de um processo digital, em conformidade com as exigências estabelecidas, devido à falta de infraestrutura tecnológica adequada.

1. O 59º BI Mtz não dispõe de infraestrutura tecnológica necessária para suportar a transição para o processo administrativo eletrônico conforme especificado pelo inciso VI, do Art. 12, da Lei 14.133/21.
2. A falta de equipamentos adequados é um fator determinante que impossibilita a implementação eficaz do processo eletrônico, prejudicando a eficiência e a segurança dos processos administrativos.
3. Reconhecemos a importância da adoção de tecnologias digitais para otimizar os processos administrativos, porém, devido a limitações orçamentárias, não foi possível realizar os investimentos necessários para adquirir os equipamentos e recursos tecnológicos indispensáveis.
4. Comprometidos com a segurança da informação, ressaltamos que a falta de recursos tecnológicos adequados para a transição para o formato eletrônico poderia comprometer a proteção de dados sensíveis e a integridade dos documentos digitais, colocando em risco a confidencialidade das informações.

Portanto, com base nas razões expostas acima, esta Unidade não está confeccionando um processo digital devido à falta de infraestrutura tecnológica adequada para atender às exigências estabelecidas.

Maceió-AL, 15 de julho de 2024.

 - Maj
Ordenador de Despesas do 59º BIMtz



Ambiente: **PRODUÇÃO**

Gerenciar Fases da IRP

19/08/2024 16:10 PUBLICA

Dados da IRP

Órgão da UASG UASG Gerenciadora * N° da IRP

59 BATALHAO DE INFANTARIA MOTORIZADO 59 BATALHAO DE INFANTARIA MOTORIZADO 160004 - 00016/2024 - Análise/▼

Data Provável da Licitação Fase Atual

25/08/2024 Análise/Negociação

Data Limite para Confirmação de Participação

Objeto da IRP

Aquisição de material laboratorial.

Dados do Gerenciamento de Fase da IRP

Voltar para Fase

Selecione ▼

Data Limite para Envio de Propostas

Apenas Promogar? 12/08/2024 📅

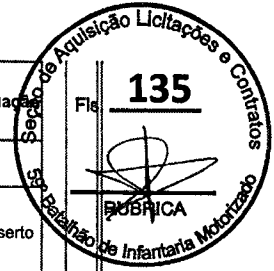
Prorrogar Data para Confirmação de Participação 📅

* Justificativa para Alteração

300 caracter(es) disponivel(els)

Itens da IRP

N° do Item	Tipo de Item	Item	Unidade de Fornecimento	Critério de Julgamento	Valor Unitário Estimado (R\$)	UASG - Município/UF de Entrega - Quantidade			Situação
○ 1	Material	407176- Reagente para diagnóstico clínico*	Unidade	Menor Preço	249,0000	160004 - 59 BATALHAO DE INFANTARIA MOTORIZADO/AL	Maceió/AL	50	Deserto
○ 2	Material	357954- Reagente para diagnóstico clínico*	Unidade	Menor Preço	199,6700	160004 - 59 BATALHAO DE INFANTARIA MOTORIZADO/AL	Maceió/AL	25	Deserto
○ 3	Material	331742- Reagente para diagnóstico clínico	Teste	Menor Preço	0,4400	160004 - 59 BATALHAO DE INFANTARIA MOTORIZADO/AL	Maceió/AL	2500	Deserto
○ 4	Material	334491- Reagente para diagnóstico clínico	Teste	Menor Preço	1,3300	160004 - 59 BATALHAO DE INFANTARIA MOTORIZADO/AL	Maceió/AL	4000	Deserto
○ 5	Material	331734- Reagente para diagnóstico clínico	Teste	Menor Preço	1,7200	160004 - 59 BATALHAO DE INFANTARIA MOTORIZADO/AL	Maceió/AL	2500	Deserto
○ 6	Material	336253- Reagente para diagnóstico clínico.	Teste	Menor Preço	1,2100	160004 - 59 BATALHAO DE INFANTARIA MOTORIZADO/AL	Maceió/AL	3500	Deserto
○ 7	Material	336250- Reagente para diagnóstico clínico.	Teste	Menor Preço	1,0100	160004 - 59 BATALHAO DE INFANTARIA MOTORIZADO/AL	Maceió/AL	3500	Deserto
○ 8	Material	331741- Reagente para diagnóstico clínico	Teste	Menor Preço	1,4100	160004 - 59 BATALHAO DE INFANTARIA MOTORIZADO/AL	Maceió/AL	4000	Deserto
○ 9	Material	452753- Reagente para diagnóstico clínico.	Teste	Menor Preço	2,5000	160004 - 59 BATALHAO DE INFANTARIA MOTORIZADO/AL	Maceió/AL	2500	Deserto
○ 10	Material	375562- Reagente para diagnóstico clínico	Teste	Menor Preço	4,3100	160004 - 59 BATALHAO DE INFANTARIA MOTORIZADO/AL	Maceió/AL	500	Deserto
○ 11	Material	412262- Reagente para diagnóstico clínico	Teste	Menor Preço	1,1200	160004 - 59 BATALHAO DE INFANTARIA MOTORIZADO/AL	Maceió/AL	4500	Deserto
○ 12	Material	331754- Reagente para	Teste	Menor Preço	3,7900	160004 - 59 BATALHAO DE	Maceió/AL	4500	Deserto



Nº do Item	Tipo de Item	Item	Unidade de Fornecedor	Critério de Julgamento	Valor Unitário Estimado (R\$)	UASG - Município/UF de Entrega - Quantidade			Situação
		diagnóstico clínico				INFANTARIA MOTORIZADO/AL			
<input type="radio"/>	13	Material 333334- Reagente para diagnóstico clínico	Teste	Menor Preço	0,7000	160004 - 59 BATALHAO DE INFANTARIA MOTORIZADO/AL	Maceió/AL	4500	Deserto
<input type="radio"/>	14	Material 331739- Reagente para diagnóstico clínico	Teste	Menor Preço	1,0100	160004 - 59 BATALHAO DE INFANTARIA MOTORIZADO/AL	Maceió/AL	4500	Deserto
<input type="radio"/>	15	Material 333482- Reagente para diagnóstico clínico	Teste	Menor Preço	1,1400	160004 - 59 BATALHAO DE INFANTARIA MOTORIZADO/AL	Maceió/AL	3000	Deserto
<input type="radio"/>	16	Material 365460- Reagente para diagnóstico clínico	Teste	Menor Preço	3,7800	160004 - 59 BATALHAO DE INFANTARIA MOTORIZADO/AL	Maceió/AL	3500	Deserto
<input type="radio"/>	17	Material 331408- Reagente para diagnóstico clínico	Teste	Menor Preço	2,7700	160004 - 59 BATALHAO DE INFANTARIA MOTORIZADO/AL	Maceió/AL	5000	Deserto
<input type="radio"/>	18	Material 426058- Reagente para diagnóstico clínico 5	Teste	Menor Preço	3,4500	160004 - 59 BATALHAO DE INFANTARIA MOTORIZADO/AL	Maceió/AL	1500	Deserto
<input type="radio"/>	19	Material 386986- Reagente para diagnóstico clínico	Teste	Menor Preço	3,2100	160004 - 59 BATALHAO DE INFANTARIA MOTORIZADO/AL	Maceió/AL	3500	Deserto
<input type="radio"/>	20	Material 331738- Reagente para diagnóstico clínico	Teste	Menor Preço	3,2000	160004 - 59 BATALHAO DE INFANTARIA MOTORIZADO/AL	Maceió/AL	3000	Deserto

62 registros encontrados, exibindo do 1º ao 20º.

1, 2, 3, 4

Reabrir Fase do Item

Confirmar

(*) Campo de preenchimento obrigatório.

Seleção



Ambiente: PRODUÇÃO

Gerenciar Fases da IRP

19/08/2024 18:14:00 PÚBLICA

Dados da IRP

Órgão da UASG: UASG Gerenciadora: * N° da IRP:

Data Provável da Licitação: Fase Atual:

Data Limite para Confirmação de Participação:

Objeto da IRP:

Dados do Gerenciamento de Fase da IRP

Voltar para Fase:

Data Limite para Envio de Propostas

Apenas Prorrogar?

Prorrogar Data para Confirmação de Participação

* Justificativa para Alteração

300 caracter(es) disponivel(els)

Itens da IRP

N° do Item	Tipo de Item	Item	Unidade de Fornecimento	Critério de Julgamento	Valor Unitário Estimado (R\$)	UASG - Município/UF de Entrega - Quantidade			Situação
<input type="radio"/>	Material	483362-Curativo Cutâneo	Unidade	Menor Preço	0,0900	160004 - 59 BATALHAO DE INFANTARIA MOTORIZADO/AL	Maceió/AL	6000	Deserto
<input type="radio"/>	Material	615521-Reagente Para Diagnóstico Clínico 6	Teste	Menor Preço	1,8400	160004 - 59 BATALHAO DE INFANTARIA MOTORIZADO/AL	Maceió/AL	1000	Deserto

62 registros encontrados, exibindo do 61* ao 62*.

(*) Campo de preenchimento obrigatório.

Sessão de Aquisição

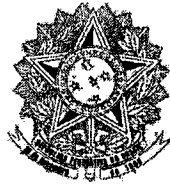
Edital 26/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
26/2024	160004-59 BATALHAO DE INFANTARIA MOTORIZADO/AL		19/08/2024 14:02 (v 3.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	114/2024	64106005162/2024-14



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
59º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO
BATALHÃO HERMES ERNESTO DA FONSECA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90123/2024

(Processo Administrativo nº 64106.003232/2024-08)

Torna-se público que o(a) 59º Batalhão de Infantaria Motorizado, por meio da Seção de Aquisição, Licitações e Contratos (SALC), sediado na Av. Fernandes Lima, 1970 – Farol – Maceió-AL, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do decreto 11.462, de 31 de março de 2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. Do registro de preços

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de material laboratorial para suprimento do Laboratório de Análises Clínicas do PMGu de Maceió - **59º Batalhão de Infantaria Motorizado** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. Do objeto

- 2.1. Eventual aquisição de reagentes/materiais para suprimento de laboratório de análises clínicas.
- 2.2. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. Da apresentação da proposta e dos documentos de habilitação

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.5.1 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.12. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. Do preenchimento da proposta

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário do item em moeda corrente nacional (R\$), com 02 (duas) casas decimais após a vírgula;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.



5.10. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5.11. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

5. Da participação na licitação

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.13.1 deste Edital.

4.4. Os licitantes do GRUPO 1 deverão apresentar, necessariamente, suporte local no município de Maceió - AL, comprovando para isso o vínculo empregatício com assessor técnico habilitado para atuar no equipamento bioquímico MINDRAY - modelo BS 240, bem como devendo apresentar inscrição do referido profissional no CREA-AL.

4.5 Os licitantes deverão apresentar atestado de capacidade técnica para fornecer os insumos e materiais laboratoriais. Em especial, os licitantes do GRUPO 1 deverão apresentar atestado de capacidade técnica da empresa em suporte ao equipamento analisador bioquímico MINDRAY - modelo BS 240.

4.6.. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.6.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.6.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.6.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.6.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.7. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.8.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.8.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. Da abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item **em moeda corrente nacional (R\$), com 02 (duas) casas decimais após a vírgula.**

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de:

6.8.1. **R\$0,01 (um centavo) para itens com valor unitário até R\$10,00 (dez reais).**

6.8.2. **R\$0,10 (dez centavos) para itens com valor unitário de R\$10,01 (dez reais e um centavo) até R\$100,00 (cem reais).**

6.8.3. **R\$1,00 (hum real) para itens com valor unitário igual ou superior a R\$100,01 (cem reais e um centavo).**

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **3 (três) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. Da fase de julgamento

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não aceitação:

7.2.1 O documento comprobatório da notificação/registro do produto na ANVISA, conforme legislação vigente, notadamente a Lei nº 6.360, de 1976 e o Decreto nº 8.077, de 2013.

7.2.2 Comprovação de que o equipamento sob Regime de Vigilância Sanitária contém o Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO afixado nele.

7.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste edital.

7.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em

seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.8.1. conter vícios insanáveis;

7.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.12.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.12.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem

dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.12.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8. Da fase da habilitação

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para os fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **03 (três) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.20

9. Da ata de registro de preços

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **2 (dois)** dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. Da formação do cadastro de reserva

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original;

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. Das infrações administrativas e sanções

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento, de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à

autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. Dos recursos

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrárazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.59bimtz.eb.mil.br.

13. Da impugnação do edital e do pedido de esclarecimento

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, **pelo e-mail licitacao59bimtz@gmail.com, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Av. Fernandes Lima, 1970 – Farol – Maceió-AL, Seção de Aquisição, Licitações e Contratos (SALC).**

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. Das disposições gerais

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

UASG 160004



14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

14.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

14.11.2. ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços


Maceió-AL, 28 de junho de 2024.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Equipe de apoio

 Assinou eletronicamente em 19/08/2024 às 14:02:48.



Ata de Registro de Preços 155/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
155/2024	160004-59 BATALHAO DE INFANTARIA MOTORIZADO/AL	[REDACTED]	11/09/2024 10:22 (v 1.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		64106.005162/2024-14



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
C M N E - 10ª BDA INF MTZ
59º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO
(BATALHÃO HERMES ERNESTO DA FONSECA)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2024

O **59º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO**, com sede na Av. Fernandes Lima, 1970, CEP 57.052-050 – Farol, na cidade de Maceió-AL, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.571.854/0001-00, neste ato representado pelo Ordenador de Despesas, [REDACTED] nomeado pelo Boletim Interno do 59º BI Mtz nº 52 de 16/03/2023, inscrito no CPF sob o nº [REDACTED] portador da Carteira de Identidade nº 010066975-3, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 90114/2024**, processo administrativo n.º **64106.005162/2024-14**, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta Ata, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 01 de Abril de 2021, no Decreto Nº 11.462, de 31 de Março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

NOME DA EMPRESA					
CNPJ	00.000.000/0000-00	Endereço	Rua		
Cidade	xxxxxxx	UF	XX	CEP	00000-000
Telefone	(00) 0000-0000	E-mail	xxxxx@xxxxxxx.com		



Responsável legal	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	CPF	000.000.000-00
-------------------	----------------------	-----	----------------

1. Do objeto

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para aquisição de insumos laboratoriais para o PMGu do 59º Batalhão de Infantaria Motorizado, especificados nos itens do Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão nº 90114/2024 que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. Dos preços, especificações e quantitativos

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Item	Descrição	Marca	Und	Quant.	Val. Unt	Val. Total
1	XXXXXXXXXX	XXXX	Und	00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2	XXXXXXXXXX	XXXX	Und	00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	XXXXXXXXXX	XXXX	Und	00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
VALOR TOTAL DA PROPOSTA						R\$ 0,00

3. Órgão(s) gerenciador(es) e participante(s)

3.1. O órgão gerenciador será o 59º Batalhão de Infantaria Motorizado.

3.1.1. Av Fernandes Lima, 1970 - Farol, Maceió-AL - CEP: 57052-050.

3.2. Não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. Da adesão à Ata de Registro de Preços

4.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133 de 2021 e no Decreto nº 11.462, de 2023, Art. 31, §§.

4.1.1 A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão



4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, no máximo 50% (cinquenta por cento) por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao máximo dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

4.4.1. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).

4.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

4.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

5. Alteração ou atualização dos preços registrados

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrado

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. Validade, formalização da ata SRP e cadastro reserva

6.1. Validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

6.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

6.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

6.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

6.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

6.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

6.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.



6.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

6.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

6.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

6.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

6.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

6.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

6.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

6.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

6.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

7. Negociação dos preços registrados

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência

e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. Remanejamento das quantidades registradas na ata SRP

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

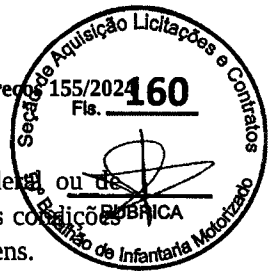
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.



8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. Cancelamento do registro do licitante vencedor e dos preços registrados

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. Das penalidades

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. Condições gerais

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Maceió-AL, 10 de setembro de 2024.

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Ordenador de Despesas



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
C M N E - 10º BDA INF MTZ
59º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO
(BATALHÃO HERMES ERNESTO DA FONSECA)

Nome: [REDACTED]

Cargo: Ordenador de Despesas do 59º BIMTZ
NUP 64106.005162/2024-14- 59º BI Mtz

CERTIFICO que as minutas que integram o presente processo foram extraídas do sítio eletrônico da CJU no endereço <https://www.gov.br/agu/ptbr/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoesecontratos/14133/modelos-da-lei-no-14-133-21-para-pregao-e-concorrencia> e que conferi que se tratam dos modelos atualizados ali disponíveis, tendo rubricado todas as páginas dos documentos conforme estabelecido em Acordo de Cooperação firmado com a Advocacia-Geral da União – Consultoria Jurídica da União no Estado de Alagoas e que a instrução processual foi devidamente cotejada com as listas de verificação (*check-lists*) disponíveis do mesmo sítio acima apontado (havendo justificativa nos autos para os documentos faltantes).

ALTERAÇÕES REALIZADAS NAS MINUTAS PADRONIZADAS PELA AGU

Nas minutas padronizadas pela AGU que constam nos autos deste processo, este Ordenador de Despesas, visando melhor adaptar as minutas aos objetos a serem licitados, resolveu realizar as alterações a seguir:

Item/Subitem alterado	Minuta alterada	Tipo de modificação	Razões que motivaram a alteração
Subitem 4.2	Termo de Referência	SUPRESSÃO	Indicação de marca
Subitem 4.4	Termo de Referência	SUPRESSÃO	Exigência de amostra
Subitem 4.15	Termo de Referência	SUPRESSÃO	Exigência de carta solidariedade
Subitem 7.24	Termo de Referência	SUPRESSÃO	Antecipação de pagamento

Maceió-AL, 22 de julho de 2024

[REDACTED] - Maj
Ordenador de despesas do 59º BIMTZ



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO ESPECIALIZADA VIRTUAL DE AQUISIÇÕES
NÚCLEO JURÍDICO

PARECER REFERENCIAL n. 00007/2023/NUCJUR/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU



NUP: 00688.000917/2020-84

INTERESSADOS: CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO ESPECIALIZADA VIRTUAL EM AQUISIÇÕES (E-CJU/AQUISIÇÕES)

ASSUNTOS: LICITAÇÕES, CONTRATOS E PATRIMÔNIO

EMENTA: MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL – MJR. DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES. AQUISIÇÕES COM REGISTRO DE PREÇOS CUJOS VALORES SEJAM IGUAIS OU INFERIORES A R\$ 500.000,00 (QUINHENTOS MIL REAIS).

I – Manifestação Jurídica Referencial elaborada com fundamento na Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014 e Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022;

II - Relativização do envio obrigatório para controle prévio de legalidade. Aplicação da prerrogativa definida pelo § 5º do artigo 53 da Lei n. 14.133/2021;

III - Órgão de destino da MJR: Todas as unidades assessoradas pela e-CJU/Aquisições;

IV - Dispensa de análise individualizada pela e-CJU/Aquisições para casos idênticos e recorrentes, desde que o órgão assessorado ateste nos autos que a manifestação referencial se amolda à situação concreta, salvo caso de dúvida jurídica suscitada pelo órgão;

V – Não aplicável às aquisições de: medicamentos; bens que compõem a solução de tecnologia da informação e comunicação; aeronaves e armamentos;

VI - Processo administrativo nº 00688.000917/2020-84;

VII - Validade: 12 (dode) meses, a partir de sua aprovação.

1. DO RELATÓRIO

1. Trata-se de manifestação jurídica referencial destinada a orientar os órgãos assessorados pela e-CJU/Aquisições em procedimentos licitatórios que adotem o critério menor preço ou maior desconto, de valores iguais ou inferiores a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

2. Como sabido, foi exarado anteriormente o Parecer Referencial n. 00004/2022/COORD/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU, aprovado pelo Despacho n. 00096/2022/COORD/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU, que determinou a dispensabilidade do envio de processos licitatórios com valores iguais ou inferiores a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), envolvendo os editais na modalidade pregão eletrônico, para apreciação desta e-CJU/Aquisições.

3. Tendo em vista o iminente fim da vigência da Lei nº 8.666/93, a majoração do valor do atual parecer referencial causada pelo cenário inflacionário, bem como as demais questões relacionadas à ressabida carência de Advogados da União nos quadros da E-CJU Aquisições, o Coordenador deste órgão consultivo, através do Despacho n. 00005/2023/COORD/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU, solicitou uma nova emissão de Manifestação Jurídica Referencial, considerando como limite o valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), o que foi realizado, conforme Parecer Referencial n. 00003/2023/COORD/ECJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU e Parecer Referencial n. 00004/2023/COORD/ECJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU, ambos subscritos pelo ilustre Advogado da União, Dr. Ronny Charles Lopes de Torres, os quais foram aprovados pelo Despacho n. 00024/2023/COORD/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU.

4. Em seguida, devido à necessidade de pequenas adaptações nas manifestações jurídicas referenciais elaboradas pelo ilustre Advogado acima referido, e considerando o seu afastamento das atividades institucionais para a elaboração de tese de Doutorado em Direito, os autos foram distribuídos a esta subscritora.

5. Conforme já ressaltado pelo Dr. Ronny, essa nova manifestação referencial solicitada pelo Ilmo Coordenador da E-CJU Aquisições, Dr. Fernando Baltar Neto, é medida pertinente e necessária que visa permitir a dispensa do envio de processos licitatórios (com ou sem registro de preços) com valores iguais ou inferiores a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), evitando que o excesso de demandas com baixa complexidade, enviadas apenas pela necessidade de cumprimento do rito burocrático, prejudique a análise de processos relevantes ou processos nos quais efetivamente o órgão assessorado necessita de apoio jurídico, o que acabaria ensejando prejuízo à eficiência da atuação deste órgão consultivo e da própria Administração.

6. Nessa senda, é importante destacar que, por considerarmos que as aquisições de medicamentos, de bens que compõem a solução de tecnologia da informação e comunicação, de aeronaves e de armamentos enquadram-se em demandas estratégicas e de maior complexidade, ficam afastadas e, portanto, não autorizadas a serem levadas à efeito com base nesta manifestação jurídica referencial – MJR.

7. Além disso, conforme dialogado com o Ilmo. Dr. Fernando Baltar Neto, para evitar divergências, optamos pela elaboração de dois pareceres referenciais distintos, sendo um relacionado ao pregão sem adoção do procedimento auxiliar denominado Sistema de Registro de Preços e o outro para o pregão eletrônico com a adoção do Sistema de Registro de Preços.

8. Conforme foi salientado no âmbito do Parecer Referencial n. 00004/2022/COORD/E-CJU/AQUISICÕES/CGU/AGU, a definição de uma alçada que permita a relativização do envio obrigatório, mediante a aprovação de um parecer referencial, não impedirá que eventuais dúvidas existentes no processo ou no edital sejam enviadas para análise da Consultoria Jurídica. Pelo contrário, ela permite que processos repetitivos, de menor valor ou baixa complexidade, deixem de sobrecarregar o corpo jurídico do órgão da AGU, em detrimento de consultas e processos mais relevantes.

9. Assim, mesmo para processos abaixo do valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), existindo dúvida jurídica a ser solucionada, poderá o órgão assessorado formulá-la à e-CJU/Aquisições, que terá seus membros disponíveis para atender esta nobre função típica da Advocacia Pública.

10. Diante disso, segue parecer referencial relacionado às licitações de até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), envolvendo os editais na modalidade pregão eletrônico, com adoção do instrumento auxiliar Sistema de Registro de Preços, de acordo com as regras previstas na Lei nº 14.133/2021 e com o Decreto federal nº 11.462/2023, confeccionado (ajustado) a partir da manifestação já produzida pelo Dr. Ronny Charles.

11. A presente manifestação objetiva tornar dispensável o envio obrigatório desses processos licitatórios para apreciação desta e-CJU/Aquisições, exceto aos concernentes aos objetos elencados no parágrafo 6º deste opinativo, os quais devem ser obrigatoriamente encaminhados à análise jurídica prévia.

12. É o sucinto relato.

2. DA ANÁLISE JURÍDICA

2.1. Do cabimento de manifestação jurídica referencial

13. A manifestação referencial permite que uma única análise jurídica possa ser adotada para os demais processos similares. Com isso, busca-se otimizar a atuação do parecerista; evita-se a repetição desnecessária de pareceres com o mesmo conteúdo jurídico, prestigiando a eficiência administrativa, que envolve o dever de que sejam otimizados os meios disponíveis ao administrador público para obtenção dos resultados pretendidos com ação administrativa.

14. Conforme indicado no Parecer referencial n. 00016/2020/CONJUR-MS/CGU/AGU, pode-se dizer que a manifestação jurídica referencial consiste em parecer jurídico genérico, vocacionado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado, tratando-se de ato enunciativo perfeitamente afinado com o princípio da eficiência.



15. Em linha similar, com base no Parecer Referencial nº 00011/2020/CONJUR-MS/CGU/AGU, pode-se concluir que:

- A manifestação jurídica referencial uniformiza a atuação do órgão jurídico relativamente às consultas repetitivas;
- A adoção de manifestação jurídica referencial torna desnecessária a análise individualizada de processos que versem sobre matéria que já tenha sido objeto de análise em abstrato, sendo certo que as orientações jurídicas veiculadas através do parecer referencial aplicar-se-ão a todo e qualquer processo com idêntica matéria.
- A elaboração de manifestação jurídica referencial depende da confluência de dois requisitos objetivos, a saber: i) a ocorrência de embaraço à atividade consultiva em razão da tramitação de elevado número de processos administrativos versando sobre matéria repetitiva e ii) a singeleza da atividade desempenhada pelo órgão jurídico, que se restringe a verificar o atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos;
- A dispensa do envio de processos ao órgão jurídico para exame individualizado fica condicionada ao pronunciamento expresso, pela área técnica interessada, no sentido de que o caso concreto se amolda aos termos da manifestação jurídica referencial já elaborada sobre a questão.

16. Esse procedimento já era identificado, na prática, antes mesmo da aprovação da Orientação Normativa AGU nº 55/2014, que representou um avanço por sedimentar a possibilidade de adoção deste instrumento de maximização da eficiência na atuação do órgão consultivo.

"I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos." (Orientação Normativa AGU nº 55, de 25 de abril de 2014).

17. Vale frisar, a iniciativa de realizar pareceres referenciais foi objeto de análise pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que acertadamente compreendeu a pertinência da medida, conforme verificado no Informativo TCU nº 218/2014:

"É possível a utilização, pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes" (Acórdão 2674/2014-Plenário | Relator: ANDRÉ DE CARVALHO).

18. Recentemente, a Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2022, passou a disciplinar a manifestação jurídica referencial, reproduzindo, em seu artigo 3º, §2º, os requisitos objetivos autorizadores da elaboração de ditas manifestações que já estavam prescritos na Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, *litteris*:

"Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.

(...)

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I -comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II -demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado."

19. Com efeito, em atendimento aos requisitos supra, esta Consultoria atesta que o volume de processos em matérias idênticas e repetidas, as quais possibilitam uma análise jurídica padronizada e restrita à verificação das exigências legais a partir de uma simples conferência de documentos, tem impactado a atuação deste órgão consultivo, em desprestígio ao princípio da razoável duração do processo, e, ocasionalmente, à segurança jurídica. Isso porque a multiplicidade do tipo de demanda ora examinada, acaba repercutindo negativamente na atuação jurídica, na medida em que os advogados poderiam se dedicar ao estudo e aprofundamento de matérias mais complexas e relevantes, as quais, de fato, exigem uma análise jurídica mais detida e aprofundada.

20. Deste modo, conforme provocado pelo diligente Coordenador da e-CJU/Aquisições, inicialmente através do Despacho nº 00078/2022/COORD/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU, a manifestação jurídica referencial tem por objetivo a racionalização dos trabalhos desenvolvidos pela e-CJU/Aquisições, em razão do excessivo volume de trabalho e do cenário de escassez de pessoal, atestado, inclusive, pela Corregedoria Geral da União:

No último Relatório de Correição Ordinária nº 020/2022, finalizado no último dia 10 de agosto do corrente ano e aprovado pelo Exmo. Advogado-Geral da União, foi sugerido no item 109 que esta unidade consultiva avaliasse a "... necessidade e a conveniência na edição de outras manifestações jurídicas referenciais, de acordo com os requisitos previstos na ON nº 55/2014 e na Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 2022, como medida de racionalização dos trabalhos ali desenvolvidos, tendo em conta, especialmente, o excessivo volume de trabalho verificado no momento da correição." (destacamos)

21. Assim, levando em consideração o número de Advogados da União e a adequada distribuição das demandas, é medida precípua de gestão do órgão consultivo definir alçada para a relativização da obrigatoriedade de envio dos processos ao órgão consultivo para aquelas licitações com estimativa de custo igual ou inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

22. É notório que no dia 1º abril de 2021 foi aprovada a Lei nº 14.133/2021, a Nova Lei de Licitações e Contratos, que em seu artigo 193 prevê expressamente a revogação da Lei n. 8.666/93, da Lei n. 10.520/2002 (Pregão), e dos arts. 1º a 47-A da Lei n. 12.462/2011 (Regime Diferenciado de Contratações Públicas), após decorridos 2 (dois) anos da sua publicação oficial, prazo que foi ampliado com a aprovação da Medida Provisória 1167, de 31 de março de 2023, que alterou a redação original do artigo, permitindo a continuidade do regime antigo até 30 de dezembro de 2023:

"Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do **caput** do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, desde que: (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023)

I - a publicação do edital ou do ato autorizativo da contratação direta ocorra até 29 de dezembro de 2023; e (Incluído pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023)

II -a opção escolhida seja expressamente indicada no edital ou no ato autorizativo da contratação direta. (Incluído pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023)

§ 1º Na hipótese do **caput**, se a Administração optar por licitar de acordo com as leis citadas no inciso II do **caput** do art. 193, o respectivo contrato será regido pelas regras nelas previstas durante toda a sua vigência. (Incluído pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023)

§ 2º É vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no inciso II do **caput** do art. 193. (Incluído pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023)

(...)

Art. 193. Revogam-se:

I - os arts. 89 a 108 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na data de publicação desta Lei;

- II - em 30 de dezembro de 2023: (Redação dada pela Lei Complementar nº 198, de 2023)
- a) a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; (Redação dada pela Lei Complementar nº 198, de 2023)
- b) a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; e (Redação dada pela Lei Complementar nº 198, de 2023)
- c) os arts. 1º a 47-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011. (Redação dada pela Lei Complementar nº 198, de 2023)"



23. Como ressaltado, a Lei nº 14.133/2021 possui um conteúdo deveras analítico, com quase 200 artigos, mesclando a antiga plataforma da Lei nº 8.666, de 1993 com regras advindas de outras plataformas legais (como a Lei nº 10.520/2002 e a Lei nº 12.462/2011) e infralegais (como Decretos e instruções normativas federais), além de diversas disposições inspiradas em Acórdãos do TCU e mesmo Orientações Normativas da AGU.

24. Embora fosse recomendável um aprofundado debate acerca das melhores práticas globais para licitar e contratar com eficiência, com o estabelecimento de procedimentos flexíveis e adaptáveis às inovações, no geral, a redação finalizada no Senado é extensa, manteve a maior parte do Projeto enviado pela Câmara dos Deputados, com mais de 180 artigos e, segundo parte da doutrina, foi na contramão de uma simplificação do sistema de compras nacional (NÓBREGA, Marcos. JURUBÉBA, Diego Franco de Araújo. Assimetrias de informação na nova Lei de licitação e o problema da seleção adversa. R. bras. de Dir. Público – RBDP | Belo Horizonte, ano 18, n. 69, p. 9-32, abr./jun. 2020).

25. Nada obstante as razões justificadoras desta crítica, inegável que a Lei nº 14.133/2021 trouxe diversos avanços. Verdade seja dita, não seria fácil uma transformação abrupta de modelo; talvez sequer desejável, diante do quadro de imaturidade institucional em muitas organizações públicas. Talvez por isso, muito provavelmente, o Congresso Nacional foi induzido a legislar “olhando para trás” e não para frente, ao conceber o modelo legal de contratações públicas.

26. Embora tenha produzido um texto extenso e extremamente procedimental, o legislador teve a inteligência de permitir certa margem de discricionariedade na modelagem da licitação (o que rivaliza com o formato de modalidades estáticas) e incluir “ferramentas” e disposições há muito reclamadas no ambiente licitatório. Sob essa perspectiva, o diploma normativo representa, sem dúvida, avanços em relação ao regime geral de licitações da Lei nº 8.666, de 1993.

27. Fato é que a mudança da plataforma legal, com a revogação das legislações anteriores, notadamente a Lei n. 8.666/93 e a Lei n. 10.520/2002 (Pregão), produzirá um grande aumento das dúvidas jurídicas e a necessidade de dar maior atenção na uniformização de temas relevantes e nas respostas a consultas específicas dos órgãos assessorados.

28. Obviamente, processos relacionados à nova legislação exigirão maior atenção para enfrentamento dos dilemas postos à análise jurídica, o que pode ser prejudicado pelo excesso de demandas enviadas.

29. Necessário ainda levar em conta o cenário inflacionário, para a definição, bem como a evasão de membros da E-CJU. Nesta senda, o Ilmo Coordenador da e-CJU Aquisições concluiu pela pertinência de pugnar por uma alçada que relativize a obrigatoriedade de envio de processos licitatórios com valores iguais ou inferiores a R\$ 500.000,00 para apreciação desta e-CJU/Aquisições, devendo tal situação ser tratada por meio de Manifestação Jurídica Referencial, conforme indica a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, da Advocacia- Geral da União:

"O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

- Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação;

- Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/AS MG/CGU/AGU/2014"

30. Importa destacar que a Lei nº 14.133/2021, expressamente, prevê regra de relativização da análise jurídica do processo licitatório pelo órgão de assessoramento jurídico.

"Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

[...]

§ 5º É dispensável a análise jurídica nas hipóteses previamente definidas em ato da autoridade jurídica máxima competente, que deverá considerar o baixo valor, a baixa complexidade da contratação, a entrega imediata do bem ou a utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico."

31. Essa relativização configura uma solução para que os órgãos de assessoramento possam superar o gargalo burocrático e defasado do processo de contratação pública, admitindo que a análise jurídica seja dispensável nas hipóteses definidas previamente pela autoridade jurídica máxima competente, através, por exemplo, da utilização de pareceres referenciais. Ato como esses serão necessários para resguardar eficiência do órgão jurídico, o qual, pelos incentivos criados pela Nova Lei, terá que ampliar sua atuação na área de consultoria jurídica propriamente dita e na representação judicial e extrajudicial.

32. Sem dúvida alguma, a utilização de pareceres referenciais é uma medida natural ao desenvolvimento tecnológico, à racionalização das ações administrativas e ao aperfeiçoamento da boa gestão do órgão de Advocacia Pública, apresentando-se, no caso, em perfeita harmonia com os requisitos elencados nos normativos que regem a matéria.

2.2. Da pertinência-relevância da definição de uma alçada para o envio obrigatório de processos para aprovação pela e-CJU/Aquisições

33. Os desafios da Advocacia Pública consultiva na área de licitações têm sido cada vez mais ampliados, por diversos fatores, entre eles: a crescente complexidade das contratações públicas, a ampliação demasiada de novas normatizações incidentes sob o tema e o rigor dos órgãos de controle na análise dos respectivos processos.

34. Se antes a tarefa do parecerista resumia-se a uma burocrática aprovação de minutas, decorrente de um deslocamento do órgão jurídico para uma função atípica de controle, cada vez mais se exige do parecerista o exercício de um controle prévio de legalidade, complexamente conjugado com as funções típicas de consultoria e assessoramento propriamente ditas.

35. Para o exercício dessas funções, notadamente na análise de processos de licitação enviado no termo final da fase preparatória (interna), exige-se que o parecerista faça um exame minucioso e sistemático de todo o processo (como em uma espécie de auditoria), confronte os atos praticados com a legislação e centenas (quijá milhares) de normativos e decisões jurisprudenciais pertinentes, além de, lastreado em sua experiência e conhecimento jurídico, opinar com sugestões de aprimoramento do processo, materializando tudo isso em um Parecer.

36. É um tipo de atividade intelectual que, quando premida pela urgência, tende a ter seu resultado final prejudicado.

37. Ademais, é um tipo de atividade intelectual que envolve alto custo transacional, motivo pelo qual sua

realização para processos de baixa complexidade ou de baixa monta financeira, apresenta-se como dispendiosa e ineficiente, notadamente quando, como é cediço, através de elogiosa atitude que vem sendo feita a mais de uma década pela Consultoria-Geral da União, com destacada importância nos dias atuais, os editais e anexos adotados nas licitações são confeccionados com base em minutas padronizadas previamente ofertadas pela AGU, havendo pouca margem para mudança de regras editalícias.



38. Nessa linha, o envio obrigatório (meramente burocrático) de processos de licitação para análise de órgão da Advocacia-Geral da União, atenta contra o princípio constitucional da eficiência, sobrecarregando a pouca mão de obra disponível e prejudicando a atenta análise de processos mais relevantes. Diante deste quadro real, a boa gestão e a própria imposição de uma atuação eficiente exigem que seja adotada solução para satisfazer, minimizar ou atenuar essa demanda pública de forma mais eficiente possível.

39. Bom lembrar que o princípio da eficiência foi inserido no texto constitucional pela EC nº 19/98, passando a expressamente vincular e nortear a Administração Pública. Tal princípio exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional e é um evidente vetor necessário para o atendimento ao interesse público.

40. O atendimento ao interesse público impõe que os agentes públicos competentes exerçam suas atribuições com olhos voltados para uma atuação eficiente. Numa democracia, como ensina Pedro Costa Gonçalves, essa busca pelo atendimento ao interesse público, impõe que a missão da Administração Pública deve ser desenvolvida "em conformidade com programas e com opções do legislador democrático", resultando na realização do interesse público por "um mandato legítimo de servir a coletividade". Assim, amplia o célebre autor lusitano, atender ao interesse público "surge como um valor ou bem jurídico que o Direito Administrativo tem de proteger, exigindo, antes do mais, que a Administração se oriente sempre pelo serviço ao interesse da coletividade" (GONÇALVES, Pedro Costa. Manual de Direito Administrativo Vol. 1. Coimbra: Edições Almedina, 2019. p. 105).

41. Não há que se falar em interesse público sem que o princípio da eficiência, alçado a princípio constitucional expressamente aplicável à Administração Pública, seja ponderado pelo agente público no âmbito de sua atuação administrativa.

42. O princípio da eficiência reúne dois aspectos relativos ao modo de (a) atuação do agente público e (b) organização, estruturação e disciplina da Administração Pública, ambos tendo como objetivo o melhor desempenho para o alcance dos melhores resultados (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. JUNIOR, Wallace Paiva Martins. Tratado de Direito Administrativo: Teoria Geral e Princípios do Direito Administrativo. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014. p. 485).

43. Assim, a estruturação da atividade administrativa deve ser concebida e realizada de maneira eficiente. É obrigação do agente público competente regular os ritos, procedimentos e rotinas aplicáveis a sua atuação, de forma a propiciar uma atuação célere e racional, fugindo às comodidades de uma exagerada burocracia. Como bem explica Juliano Heinen, na esfera administrativa, a eficiência pressupõe racionalização de recursos, sendo "obrigação do Estado comprometer-se legalmente com metas e resultados eficientes". Conforme o autor, "Ser eficiente significa agir com a ausência de desperdício do dinheiro público, e também com economia (procurar o melhor custo-benefício) com maior produtividade e com presteza. Tem por meta estabelecer o funcionamento dos órgãos públicos com rendimento funcional." (HEINEN, Juliano. Curso de Direito Administrativo. Salvador: Editora Juspodivm, 2020. p 235-244)

44. Di Pietro e Martins Júnior citam Marino Pazzaglini Filho ao observar que o agente público tem o dever de agir com eficácia real ou concreta, significando a boa administração "produtividade, profissionalismo e adequação técnica do exercício funcional à satisfação do interesse público". Os autores lembram as palavras de Hely Lopes Meirelles, ao associar eficiência à presteza, perfeição e rendimento, "exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros". Por fim, citam Odete Medauar, ao realçar na eficiência o dever de agir, "de modo rápido e preciso, para produzir resultados que satisfaçam as necessidades da população". Eficiência contrapõe-se a lentidão, a descaso, a negligência, a omissão - características habituais da Administração Pública brasileira, com raras exceções." (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. JUNIOR, Wallace Paiva Martins. Tratado de Direito Administrativo: Teoria Geral e Princípios do Direito Administrativo. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014. p. 484/485).

...

45. Na mesma linha, Gustavo Scatolino e João Trindade ressaltam que, atualmente, "já não se exige que o agente público atue apenas de acordo com a lei; espera-se mais do gestor público. Além de cumprir a lei, deve também, agir com moralidade e, sobretudo, com eficiência, possibilitando a obtenção dos melhores resultados com a melhor relação custo-benefício". Nessa linha, como bem ressaltam os autores, atender à eficiência impõe "o exame de relação custo-benefício. É a necessidade de planejamento, contorno das necessidades e indicação das mais adequadas soluções, na busca da satisfação do interesse público. É a utilização mais adequada dos recursos públicos". (SCATOLINO, Gustavo. TRINDADE, João. Manual de Direito Administrativo. Salvador: Editora Juspodivm, 2015. p. 67/68).

46. Assim, entendemos que a tramitação meramente burocrática de processos de valor reduzido e de menor complexidade atenta contra o princípio constitucional da eficiência e prejudica a análise de processos mais relevantes, devendo, por respeito à sociedade e à eficiência que ela impôs à Administração como mandamento constitucional, ser adotada solução que satisfaça, minimize ou atenuar essa demanda pública de forma mais eficiente possível.

47. Em sua clássica obra, Pedro Costa Gonçalves pontua que "a boa administração indica uma ação administrativa conveniente e oportuna; além de conforme à lei e ao direito, a ação da Administração deverá ser correta (racional), pelo que os seus agentes devem agir como "bons administradores", pautando as suas ações segundo critérios de otimização das respectivas condutas." (GONÇALVES, Pedro Costa. Manual de Direito Administrativo Vol. 1. Coimbra: Edições Almedina, 2019. p. 106).

48. Indubitavelmente, a definição de uma alçada que determine a não obrigatoriedade do envio de processos para análise/aprovação configura medida que prestigia a eficiência administrativa.

49. A própria AGU, atuando em vanguarda, como exposto anteriormente, já admite a aprovação de pareceres referenciais, conforme sedimentado pela Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, da Advocacia- Geral da União.

50. Outrossim, através da aprovação do Parecer referencial n. 00004/2022/COORD/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU pelo Advogado Geral da União, esta mesma AGU já admitiu a relativização da obrigatoriedade para processos regidos pela Lei nº 10.520/2002 e pela Lei nº 14.133/2021, até o valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), como já feito por diversas outras organizações públicas (TCU, PGE/PE, PGE-BA, entre outros), como bem explicado no referido Parecer referencial, que adotaram corretas medidas de gestão administrativa, afastando o viés burocrático da atuação do órgão consultivo em uma função atípica de controle.

51. Nessa linha, convém reiterar que a própria Lei nº 14.133/2021, a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (NLLCA), trouxe regra expressa admitindo que a autoridade jurídica máxima do órgão de Advocacia Pública possa dispensar a obrigatoriedade da análise jurídica. Vale transcrever novamente o dispositivo:

"Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade; II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

III - (VETADO).

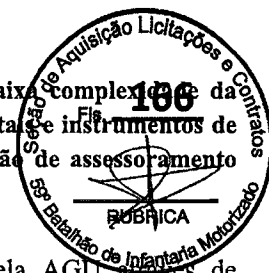
§ 2º (VETADO).

§ 3º Encerrada a instrução do processo sob os aspectos técnico e jurídico, a autoridade determinará a divulgação do edital de licitação conforme disposto no art. 54.

§ 4º Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração também realizará controle prévio de legalidade de contratações diretas, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos.

§ 5º É dispensável a análise jurídica nas hipóteses previamente definidas em ato da autoridade

jurídica máxima competente, que deverá considerar o baixo valor, a baixa complexidade da contratação, a entrega imediata do bem ou a utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico." (Grifo nosso)



52. Trata-se de uma competência administrativa já implícita, desde outrora adotada pela AGU através de Pareceres referenciais, por exemplo, mas que passa a ser expressamente citada pelo legislador, na Lei nº 14.133/2021.

53. A doutrina tem compreendido a norma jurídica extraída do dispositivo como uma possibilidade para que o órgão de assessoramento jurídico possa gerenciar adequadamente os recursos humanos disponíveis:

"Não são raras as vezes que a contratação de bens ou serviços pela Administração Pública envolve baixos valores ou a pouca complexidade do objeto a ser contratado. Também, em diversas oportunidades, em função de objetos bastante simples e corriqueiros, são adotadas minutas de editais e instrumentos de contratos, convênios ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico.

(...)

Destarte, nesses casos, com o intuito de reduzir a rotina administrativa e economizar os recursos públicos, é justificável e recomendável a dispensa da apreciação jurídica.

Da mesma forma, nas hipóteses de entrega imediata de um bem.

Nesse viés, este §5º registra a dispensa de análise jurídica nas hipóteses previamente definidas em ato da autoridade jurídica máxima competente, a qual deverá considerar o baixo valor, a baixa complexidade da contratação, a entrega imediata do bem ou a utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico" (BITTENCOURT, Sidney. Nova Lei de Licitações passo a passo: comentando, artigo por artigo, a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Belo Horizonte: Fórum, 2021. p. 402.)

"Na mesma toada, o art. 53, § 5º da NLLCA afirma ser dispensável a análise jurídica nas hipóteses previamente definidas em ato da autoridade jurídica máxima competente, que deverá considerar, dentre outros, "a utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico".

De uma vez por todas: eventual atuação com padronização, adoção de enunciados e sistematicidade do procedimento contribuirá sobremaneira para que não ocorra uma eventual lentidão ou paralisação no exercício dos papéis dos órgãos de assessoramento jurídico, principalmente o papel de assessoramento aos demais agentes públicos envolvidos na contratação (item 4.3) em razão da sua importância e das múltiplas possibilidades de utilização" (PEDRA, Anderson Sant'Ana. TORRES, Ronny Charles Lopes de. Temas Controvertidos da Nova Lei de Licitações e Contratos / Coordenadores Matheus Carvalho, Bruno Belém e Ronny Charles. São Paulo: Editora JusPodvium, 2021. p. 314-316.)

54. Por conseguinte, indubitável que em relação ao assessoramento jurídico realizado pela Advocacia Geral da União, em princípio, é do Advogado-Geral da União, autoridade maior este relevante órgão de Advocacia de Estado.

55. Nesta linha entende também Rafael Sérgio Oliveira:

"A atribuição de definir as hipóteses em que o parecer prévio é dispensável é do chefe máximo da instituição jurídica a que cabe fazer o assessoramento do órgão ou entidade contratante. Com isso, é do Advogado-Geral da União, em nível federal, do Procurador-Geral do Estado, nos estados, e do Procurador-Geral do Município (ou equivalente), nos municípios. No caso de o assessoramento de um órgão contratante não ser atribuição de uma dessas instituições da Advocacia Pública, como é o caso dos tribunais, que geralmente contam com assessoria jurídica própria, cabe à autoridade máxima da unidade jurídica encarregada da consultoria fixar essas hipóteses." (OLIVEIRA, Rafael Sérgio Lima de. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos: Lei nº 14.133, de 1º de abril de

56. A AGU, através do Advogado-Geral da União, inclusive, de maneira diligente e atenta aos desafios reais do órgão, já usou esta prerrogativa indicada pela NLLCA, ao aprovar a Orientação Normativa nº 69, que tratou da não obrigatoriedade de envio dos processos envolvendo contratações diretas de pequeno valor:

"Ementa: não é obrigatória manifestação jurídica nas contratações diretas de pequeno valor com fundamento no art. 75, I ou II, e § 3º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, salvo se houver celebração de contrato administrativo e este não for padronizado pelo órgão de assessoramento jurídico, ou nas hipóteses em que o administrador tenha suscitado dúvida a respeito da legalidade da dispensa de licitação. aplica-se o mesmo entendimento às contratações diretas fundadas no art. 74, da Lei nº 14.133, de 2021, desde que seus valores não ultrapassem os limites previstos nos incisos I e II do art. 75, da Lei nº 14.133, de 2021."

Referência: art. 5º, art. 53, §§ 3º, 4º e 5º, art. 72, inciso III, e art. 95, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Parecer nº 00009/2021/CNLCA/CGU/AGU; Despacho nº 475/2021/DECOR/CGU/AGU, Despacho nº 598/2021/GAB/CGU/AGU.

57. Tal atitude foi necessária, sob pena de gerar-se uma paralisia do órgão consultivo para analisar demandas de baixo valor, em detrimento de demandas que realmente exigiriam uma atuação dedicada dos membros do consultivo jurídico da AGU.

58. Da mesma forma, diante do enorme aumento da demanda da e-CJU/Aquisições, a boa gestão orienta pela definição de uma alçada de afastamento do envio meramente burocrático e obrigatório de processo envolvendo novas licitações.

59. Bom reiterar que o afastamento do envio obrigatório não impede que, diante de uma dúvida jurídica, possa o órgão assessorado formular consulta para que o órgão de Advocacia de Estado exerça sua função típica de consultoria e assessoramento.

60. Em outras palavras, a definição de uma alçada de obrigatoriedade não prejudica a realização de consultas em relação às dúvidas jurídicas acerca de interpretação normativa ou elucidação de situação fática ainda não uniformizada.

61. Também é relevante reforçar que esta manifestação não alcança as demandas aqui classificadas como estratégicas e de maior complexidade (aquisições de medicamentos, de bens que compõem a solução de tecnologia da informação e comunicação, de aeronaves e de armamentos), as quais devem ser submetidas à prévia análise jurídica, independentemente da alçada aqui fixada.

62. Por fim, confiante de que será deferida a pretensão de melhoria da gestão dos processos, com a criação da referida alçada mínima para envio obrigatório, passaremos à análise referencial, a ser utilizada como parâmetro de conformidade pelos órgãos assessorados.

3. DA ANÁLISE REFERENCIAL

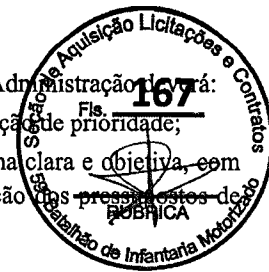
3.1. Finalidade e abrangência do parecer jurídico

63. A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir à autoridade assessorada no controle interno, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC):

"Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração Pública deverá:

- I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;
- II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica."



64. Nossa função é apenas apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar providências, para resguardar a autoridade assessorada, e a quem competir avaliar uma dimensão real do risco e a necessidade de adotar ou não uma precaução recomendada.

65. Importante ressaltar que o exame dos atos processuais se restringe aos seus aspectos legais, excluídos aqueles da natureza técnica. Em relação a estes, aplica-se os requisitos imprescindíveis para sua adequação às exigências da administração, observando os requisitos legais impostos (conforme Enunciado nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU, "A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento").

66. De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público. O mesmo se pressupõe em relação ao exercício da competência discricionária pelo órgão assessorado, cujas decisões devem ser motivadas nos autos.

67. Por outro lado, vale esclarecer que, via de regra, não é papel do órgão de avaliação jurídica exercer auditorias quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe, neste caso, a cada um deles observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

68. Por fim, ressaltamos que nossas orientações jurídicas não possuem caráter vinculativo, podendo a autoridade assessorada, dentro da margem de discricionária que é conferida pela lei, adotar ou não as ponderações feitas pela Consultoria Jurídica. Contudo, o seguimento do processo sem a observância dos apontamentos jurídicos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

3.2 Regularidade da autuação do processo e avaliação de conformidade legal

69. O art. 19 da Lei nº 14.133, de 2021, prevê que os órgãos competentes da Administração devem instituir mecanismos e ferramentas voltadas ao gerenciamento de atividades de administração de materiais, obras e serviços, conforme abaixo transcrito:

"Art. 19. Os órgãos da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos deverão:

I - instituir instrumentos que permitam, preferencialmente, a centralização dos procedimentos de aquisição e contratação de bens e serviços;

II - criar catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, admitida a adoção do catálogo do Poder Executivo federal por todos os entes federativos;

III - instituir sistema informatizado de acompanhamento de obras, inclusive com recursos de imagem e vídeo;

IV - instituir, com auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, modelos de minutas de editais, de termos de referência, de contratos padronizados e de outros documentos, admitida a adoção das minutas do Poder Executivo federal por todos os entes federativos;

V - promover a adoção gradativa de tecnologias e processos integrados que permitam a criação, a utilização e a atualização de modelos digitais de obras e serviços de engenharia."

70. É preciso que a fase de planejamento da contratação esteja alinhada às iniciativas mais atualizadas dos órgãos que detêm competências regulamentares.

71. Nesse sentido, um instrumento importante para auxiliar a checagem desse alinhamento é a lista de verificação elaborada pela Advocacia-Geral da União, disponível no endereço <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoesecontratos/14133/listas-de-verificacao> (acesso em 29/06/2023).

3.3 Limites e instâncias de governança

72. No âmbito do Poder Executivo Federal, o Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, estabeleceu limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens no âmbito do Poder Executivo federal.

73. Em relação aos contratos administrativos, para atividades de custeio em geral, o artigo 3º do referido Decreto define algumas regras que precisam ser respeitadas, notadamente em relação à competência para a celebração de novos contratos de aquisição:

"Art. 3º A celebração de novos contratos administrativos e a prorrogação de contratos administrativos em vigor relativos a atividades de custeio serão autorizadas em ato do Ministro de Estado ou do titular de órgão diretamente subordinado ao Presidente da República.

§ 1º Para os contratos de qualquer valor, a competência de que trata o caput poderá ser delegada às seguintes autoridades, permitida a subdelegação na forma do § 2º:

I - titulares de cargos de natureza especial;

II - dirigentes máximos das unidades diretamente subordinadas aos Ministros de Estado; e III - dirigentes máximos das entidades vinculadas.

§ 2º Para os contratos com valor inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), a competência de que trata o caput poderá ser delegada ou subdelegada aos subsecretários de planejamento, orçamento e administração ou à autoridade equivalente, permitida a subdelegação nos termos do disposto no § 3º.

§ 3º Para os contratos com valor igual ou inferior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), a competência de que trata o caput poderá ser delegada ou subdelegada aos coordenadores ou aos chefes das unidades administrativas dos órgãos ou das entidades, vedada a subdelegação."

74. A Portaria ME nº 7.828, de 30 de agosto de 2022, estabelece normas complementares para o cumprimento do Decreto nº 10.193, de 2019, incumbindo ao órgão contratante ficar atento à eventual diploma que venha a estabelecer determinações complementares ao Decreto nº 10.193, de 2019, devendo-se observar os preceitos dos atos normativos regulamentares ainda vigentes.

75. Uma vez que foge às atribuições deste órgão de assessoramento jurídico investigar ou auditar eventual existência de delegação de competência, a autoridade assistida deve se certificar sobre a natureza da atividade a ser contratada – se constitui ou não atividade de custeio –, adotando as providências necessárias, se for o caso, para aferir se a autoridade indicada na minuta possui competência para a representar a União na celebração do contrato a ser firmado.

3.4. Desenvolvimento nacional sustentável: critérios de sustentabilidade

76. As contratações governamentais devem estabelecer critérios que promovam o desenvolvimento nacional sustentável. Assim, as ações da Administração devem ser especialmente voltadas para a redução do consumo e para a aquisição preferencial de produtos inseridos no conceito de economia circular ou que representem menor impacto ambiental, a exemplo dos produtos reciclados e/ou recicláveis (arts. 5º e 11 da Lei n. 14.133, de 2021, c/c art. 7º, XI, da Lei nº 12.305, de 2010).

77. No planejamento da contratação devem ser observados determinados pressupostos, entre eles a especificação do objeto de acordo com critérios de sustentabilidade, a existência de obrigações a serem cumpridas durante o fornecimento e o recolhimento dos produtos, bem como a incidência de normas especiais de comercialização ou de licenciamento de atividades (ex.: registro no Cadastro Técnico Federal - CTF), que são requisitos previstos na legislação de referência ou em leis especiais (ex.: arts. 66 e 67, IV, da Lei n. 14.133, de 2021).



78. São aspectos indispensáveis do planejamento da contratação a abordagem econômica, social, ambiental e cultural das ações de sustentabilidade. O órgão assessorado deve: a) avaliar se há incidência de critérios de sustentabilidade no caso concreto; b) indicar as dimensões dessa incidência; e c) definir condições para sua aplicação. É de fundamental importância consultar o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis/AGU, no qual podem ser extraídos subsídios orientadores das ações de sustentabilidade. Referido Guia está disponível no endereço <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/licitacoes-sustentaveis> (acesso em 29/06/2023).

79. Na escolha de produtos, nos termos do inciso XI do art. 7º da Lei n. 12.305, de 2010, deve-se priorizar: produtos que podem gerar menos perdas; ser recicláveis; ser mais duráveis; que possuam menos substâncias tóxicas ou prejudiciais à saúde; e que consumam menos recursos naturais na sua produção.

80. Na especificação técnica do objeto a ser adquirido, recomendamos, como subsídio, a utilização do Catálogo de Materiais Sustentáveis do Ministério da Economia. O CATMAT Sustentável permite identificar itens de materiais sustentáveis que poderão ser adquiridos em substituição a itens similares.

81. Acresça-se que é obrigação do gestor público a consulta e a inserção nas minutas correspondentes das previsões legais constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, o qual já foi citado como exemplo de boa prática administrativa pelo Tribunal de Contas da União, conforme acórdão 1056/2017-Plenário.

82. Registre-se que há possibilidade, mediante motivação administrativa constante do processo administrativo, de serem inseridos outros requisitos de sustentabilidade além dos legalmente, desde que observados os demais princípios licitatórios.

83. Em síntese, no tocante à promoção do desenvolvimento nacional sustentável deverão ser tomados os seguintes cuidados gerais pelos gestores públicos em aquisições:

- a) definir os critérios sustentáveis objetivamente, e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada ou requisito previsto em lei especial
- b) verificar se os critérios sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame; e,
- c) verificar o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

84. Cabe ao órgão assessorado a verificação técnica dos critérios de sustentabilidade aplicáveis aos bens a serem adquiridos e serviços a serem contratados. Se a Administração entender que a contratação não se sujeita aos critérios de sustentabilidade ou que as especificações de sustentabilidade restringem indevidamente a competição em dado mercado, deverá apresentar a devida justificativa.

85. Neste sentido, o PARECER 01/2021/CNS/CGU/AGU, aprovado pela Consultoria-Geral da União (DESPACHO n. 00525/2021/GAB/CGU/AGU):

"I. Os órgãos e entidades que compõem a administração pública são obrigados a adotar critérios e práticas de sustentabilidade socioambiental e de acessibilidade nas contratações públicas, nas fases de planejamento, seleção de fornecedor, execução contratual, fiscalização e na gestão dos resíduos sólidos;

II. A impossibilidade de adoção de tais critérios e práticas de sustentabilidade nas contratações públicas deverá ser justificada pelo gestor competente nos autos do processo administrativo, com a indicação das pertinentes razões de fato e/ou direito;

III. Recomenda-se aos agentes da administração pública federal encarregados de realizar contratações públicas, que, no exercício de suas atribuições funcionais, consultem o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União."

86. Estabelecidas estas orientações introdutórias, imprescindíveis para compreensão da amplitude do tema, segue-se detalhamento no tocante às providências em relação ao desenvolvimento sustentável no Estudo Técnico Preliminar; na descrição da necessidade da contratação; no levantamento de mercado e a consideração da vantajosidade, na definição do objeto, Plano Diretor de Logística Sustentável e em relação ao Termo de Referência.

3.5. Planejamento da contratação

87. A Lei nº 14.133, de 2021, estabeleceu que fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 da referida lei e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, conforme previsto no caput do art. 18.

88. O artigo 18 da Lei nº 14.133, de 2021, elenca providências e documentos que devem instruir a fase de planejamento, conforme abaixo transcrito:

"Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o **plano de contratações anual** de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as **considerações técnicas, mercadológicas e de gestão** que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em **estudo técnico preliminar** que caracterize o interesse público envolvido;

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

III - a definição das **condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento**;

IV - o **orçamento estimado**, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

V - a elaboração do **edital** de licitação;

VI - a elaboração de **minuta de contrato**, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o **regime de fornecimento de bens**, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

VIII - a **modalidade** de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX - a **motivação circunstanciada das condições do edital**, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

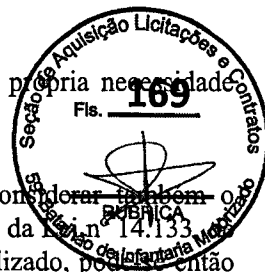
X - a **análise dos riscos** que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI - a motivação sobre o **momento da divulgação do orçamento da licitação**, observado o art. 24 desta Lei."

(grifou-se)

89. Referido dispositivo é complementado por seu parágrafo primeiro, que dispõe sobre os elementos do Estudo

Técnico Preliminar. De uma forma bem abrangente, o planejamento da contratação pressupõe que a própria necessidade administrativa seja investigada, a fim de se compreender o que fundamenta a requisição administrativa.



90. Neste sentido, ressalte-se que a identificação da necessidade administrativa deve considerar também o desenvolvimento nacional sustentável, que é princípio e objetivo das licitações (artigo 5º e artigo 11, IV, da Lei nº 14.133/2021), conforme detalhamentos abaixo. Uma vez identificada a necessidade que antecede o pedido realizado, por exemplo, então buscar soluções disponíveis no mercado para atender referida necessidade, que inclusive podem se diferenciar do pedido inicial. Encontrada a melhor solução, caso disponível mais de uma, aí sim inicia-se a etapa de estudá-la, para o fim de definir o objeto licitatório e todos os seus contornos. Em linhas gerais, a instrução do processo licitatório deve revelar esse encadeamento lógico.

91. Alguns dos elementos serão abaixo examinados.

3.5.1. Documento de Formalização da Demanda

92. O Documento de Formalização da Demanda é procedimento obrigatório para o início dos trabalhos pertinentes ao início da fase interna da licitação.

93. Dessa forma, tem-se que os documentos que instruem o processo devem atender aos requisitos próprios para a oficialização da demanda.

3.5.2. Estudos Técnicos Preliminares - ETP

94. De acordo com o inciso XX, do art. 6º, da Lei nº 14.133/2021, estudo técnico preliminar é o "*documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação*".

95. O Estudo Técnico Preliminar – ETP da contratação deve conter, de forma fundamentada, a descrição da necessidade da contratação, com especial atenção à demonstração do interesse público envolvido. Também é preciso que sejam abordadas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação.

96. O artigo 18, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021, apresenta os elementos que devem ser considerados na elaboração do ETP:

"Art. 18 [...]

(...)

§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

III - requisitos da contratação;

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias

de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;''

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina."

97. É certo que o ETP deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII, acima, conforme expressamente exigido pelo §2º da referida norma. Quando não contemplar os demais elementos previstos no art. 18, §1º, deverá a Administração apresentar as devidas justificativas. No tocante ao inciso XII, o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis/AGU apresenta diversas orientações jurídicas, a serem consultadas e observadas sempre que incidentes ao caso concreto.

98. Além das exigências da Lei n. 14.133, de 2022, deve a Administração observar as regras constantes da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

99. Conclui-se que o estudo preliminar da Contratação aborda os aspectos essenciais para a licitação, razoavelmente apresentando os requisitos necessários ao atendimento da demanda, versando, ainda, sobre a natureza do contrato e sua duração, além de apresentar as possíveis práticas de sustentabilidade. O Estudo também identifica qual a solução mais apropriada para suprir a necessidade administrativa e discorre sobre as providências preliminares à contratação.

100. Convém alertar que a Administração deve evitar a inclusão de requisitos desnecessários, mantendo as exigências de contratação em nível que permita a satisfação plena do interesse público secundário, de um lado, e a maior possibilidade de competição (ampla participação), de outro.

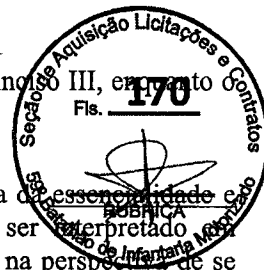
Descrição da Necessidade da contratação

101. A identificação da necessidade da contratação é o primeiro aspecto a ser abordado em um estudo técnico preliminar, justamente para permitir a reflexão sobre os motivos pelos quais determinada contratação foi solicitada, investigando assim qual a necessidade final a ser atendida, que pode inclusive ser distinta a depender da finalidade do órgão ou entidade, ainda que o objeto indicado pelo setor requisitante seja o mesmo.

102. Essa investigação inicial é expressamente demandada no art. 18, I e §1º, I da NLLC, já reproduzidos no presente parecer. Trata-se de etapa fundamental do processo, por meio da qual o problema colocado para a Administração pode vir a ser compreendido sob outra perspectiva e assim contribuir para que outras soluções se mostrem propícias a atender a demanda, quando se passar à fase de levantamento de mercado, tratada mais à frente. A clareza da necessidade administrativa é a base para possíveis inovações.

103. Também por meio dela é possível fazer uma reflexão para extrair quais os requisitos essenciais sem os quais a necessidade não seria atendida. Trata-se de requisitos da própria necessidade, portanto, e não de eventuais soluções a serem adotadas, até porque, nessa primeira etapa, ainda não se sabe quais as soluções disponíveis. Nesse sentido, o art. 18, §1º da

Lei n. 14.133, de 2022, que estabelece os elementos do ETP, prevê os requisitos da contratação no seu inciso III, em quanto o levantamento de mercado (quando se buscam as soluções disponíveis) somente no inciso V.



104. Além disso, a descrição da necessidade de contratação deve conter manifestação acerca da essencialidade e interesse público da contratação, para os fins do previsto no art. 3º do Decreto nº 8.540/2015, a ser interpretado em consonância com a Lei n. 14.133, de 2022, devendo portanto ser avaliado o interesse público também na perspectiva de se haverá impacto ambiental negativo decorrente da contratação e se há opções que atendam ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável, considerando o ciclo de vida do objeto (artigo 11, I, Lei n. 14.133, de 2021)

105. Feito esse registro, é certo que não cabe ao órgão jurídico adentrar ao mérito (oportunidade e conveniência) das razões do Administrador, principalmente nesse contexto em que prevalece a tecnicidade do assunto. O papel do órgão jurídico é recomendar que essa reflexão sobre a necessidade administrativa seja efetivamente realizada, orientando o órgão assistido a registrá-la nos autos, caso não o tenha sido, ou então a aperfeiçoá-la, na hipótese de ela se revelar insuficiente ou desarrazoada.

Levantamento de Mercado

106. Uma vez identificada a necessidade administrativa, o próximo passo é buscar soluções que tenham o potencial de atendê-la. Não se trata, portanto, de realizar estimativa de preços, e sim estudar as práticas do mercado e de outros órgãos e entidades públicas, a fim de verificar se existe alguma outra solução para atender a necessidade administrativa ou então novas metodologias de execução/contratação que gerem ganhos de produtividade ou economia para a Administração.

107. O artigo 9º, III, “a” à “d” da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022 indica algumas opções para realizar essa busca e o art. 12 estabelece que “os órgãos e entidades deverão pesquisar, no Sistema ETP Digital, os ETP de outras unidades, como forma de identificar soluções semelhantes que possam se adequar à demanda da Administração.”

108. Já o art. 44 da Lei nº 14.133, de 2021, determina que a Administração promova a avaliação dos custos e benefícios das opções de compra e locação de bens, quando ambas as soluções foram viáveis, de modo a indicar a alternativa que se revelou mais vantajosa no caso concreto. Neste ponto, ressalte-se que a vantajosidade deve considerar o ciclo de vida do objeto, nos termos dos artigos 11, I e 18, VIII, da mesma lei.

109. Assim, essa prospecção e avaliação deverá ser realizada, ainda que leve à conclusão de que as metodologias já tradicionalmente empregadas em contratações anteriores são as mais aptas à satisfação da necessidade administrativa. Seja qual for a solução adotada, sua escolha deve ser expressamente motivada nos autos.

Definição do Objeto

110. Uma vez investigada a necessidade administrativa que origina o pedido de contratação e depois de encontrada a solução mais adequada para atendê-la, a Administração passará então a se diferenciar dos particulares em geral porque deverá então descrever referida solução, convertendo-a no objeto licitatório. A finalidade principal desta etapa é propiciar que a própria Administração incremente seus conhecimentos sobre o objeto, distinguindo suas características principais, para então, por meio da descrição, possibilitar que todos os fornecedores da solução escolhida venham a saber do interesse administrativo em uma futura contratação.

111. Bem por isso, o aumento do nível de detalhamento da especificação do objeto influi inversamente no universo de fornecedores aptos a atender à demanda, reduzindo-o. Consequentemente, a caracterização excessivamente pormenorizada poderá conduzir a um único ou nenhum fornecedor, ao passo que a especificação por demais genérica ou singela poderá ampliar as opções no mercado, porém para objeto cujas características não atendam plenamente às necessidades efetivas da Administração, frustrando a finalidade da contratação.

112. De acordo com o art. 18, caput, da Lei n. 14.133, de 2021, a fase de planejamento deve abordar todas

as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, sendo certo que a definição do objeto, modelo de execução e gestão do contrato devem levar em consideração cada um desses aspectos.

113. No que tange às considerações técnicas, a especificação do objeto deve considerar as normas técnicas eventualmente existentes, elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, quanto a requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, nos termos do art. 1º da Lei nº 4.150, de 1962.

114. Portanto, o gestor deverá tomar as cautelas necessárias para assegurar que as especificações correspondam àquelas essenciais ao bem, sem as quais não poderão ser atendidas as necessidades da Administração, evitando por outro lado, detalhes considerados supérfluos ou desnecessários, que possam limitar a competição indevidamente.

115. Por fim, deve a Administração indicar se o objeto que será contratado está contemplado no catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, conforme Portaria SEGES/ME nº 938, de 2 de fevereiro de 2022.

Demais aspectos ligados à definição do Objeto

Quantitativos Estimados

116. Uma vez definido o objeto licitatório, a Administração deve estimar, de forma clara e precisa, o quantitativo demandado para o atendimento da necessidade administrativa por meio daquela solução escolhida. Evidentemente, a própria escolha da solução pode ter sido influenciada por esse dimensionamento, mas naquele momento os cálculos podem ter sido efetuados de maneira aproximada, apenas para subsidiar a decisão entre as opções disponíveis.

117. Nessa etapa, entretanto, a definição do aspecto quantitativo demanda pormenorização, com a demonstração dos cálculos pelos quais se chegou à estimativa de quantidades. Isso é especialmente importante de ser registrado nos autos por ser um ponto objetivo, de maior verificação e consequentes questionamentos, que se tornam mais difíceis de responder à medida que o tempo transcorre, quando a memória e a documentação correspondente podem estar menos acessíveis.

118. Assim, deve-se evitar ao máximo estimativas genéricas, sem respaldo em elementos técnicos que evidenciem a exata correlação entre a quantidade estimada e a demanda. A adoção do Sistema de Registro de Preços, embora possível nas situações em que há dificuldade para a definição prévia do quantitativo previsto, não legitima a indicação de quantidades irreais e sem qualquer respaldo com a realidade do órgão. Bom frisar que o artigo 82 da Lei nº 14.133/2021 e o artigo 15 do Decreto federal nº 11.462/2023 destacam a necessidade, via de regra, de indicação da quantidade máxima (de cada item) a ser contratada.

119. Outrossim, o art. 40 da Lei nº 14.133, de 2021, dispõe que o planejamento de compras deve considerar a expectativa de consumo anual, devendo tal regra ser observada no caso concreto, admitindo-se o fornecimento contínuo, conforme inciso III do citado dispositivo.

120. Por fim, convém observar que a adoção de orçamento sigiloso não conduz ao sigilo dos quantitativos. Pelo contrário, permanece ampla a divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

121. Assim sendo, deve constar do processo a documentação que contenha os requisitos necessários à definição dos quantitativos que serão licitados, com a utilização de parâmetros de estimativa e inclusão de memórias de cálculo que deem suporte aos quantitativos. Deve-se ressaltar que não compete a esta Consultoria adentrar em questões técnicas, mas apenas verificar se há suporte documental coerente com aquele que é exigido pela legislação para a fase interna da licitação.

Parcelamento do objeto da contratação

122. Via de regra, as aquisições da Administração Pública devem atender ao princípio do parcelamento, que deverá ser adotado quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, conforme artigo 40, inciso V, da Lei nº 14.133, de 2021:



"Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo a ser observado e a realização do seguinte:

(...)

V - atendimento aos princípios:

- a) da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;
- b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;
- c) da responsabilidade fiscal, mediante a comparação da despesa estimada com a prevista no orçamento.

(...)" (grifou-se)

123. Ocorre que o parcelamento deve ser adotado levando-se em consideração alguns critérios objetivos, descritos no §2º do dispositivo citado:

"§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado."

124. Por outro lado, há situações em que a lei expressamente restringe a possibilidade de parcelamento do objeto, conforme situações descritas no mesmo art. 40, em seu parágrafo terceiro:

"§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo."

125. Como critério conceitual, o artigo 87 do Código Civil preceitua: "Bens divisíveis são os que se podem fracionar sem alteração na sua substância, diminuição considerável de valor, ou prejuízo do uso a que se destinam".

126. Em vista disso, e de uma forma geral, as licitações em que o objeto é disposto em um item apenas, ou em que os vários objetos são dispostos em vários itens, com disputa e adjudicação independentes entre si, tendem a observar o princípio do parcelamento, desde que cada um dos objetos dos itens seja considerado indivisível, o que deve ser esclarecido pelo órgão.

127. Em relação à aglutinação de itens em grupo, o TCU tem apresentação diversas orientações restritivas:

- A licitação por lote, com a adjudicação pelo menor preço global, sem comprovação de eventual óbice de ordem técnica ou econômica que inviabilize o parcelamento do objeto em itens, caracteriza restrição à competitividade do certame, em vista do disposto nos art. 15, inciso IV, e 23, § 1º, da Lei 8.666/93 (TCU. Acórdão 1913/2013-Plenário, relator Ministro José Múcio Monteiro).
- Em licitação para registro de preços, é irregular a adoção de adjudicação por menor preço global por grupo/lote, concomitantemente com disputa por itens, sem que estejam demonstradas as razões pelas quais tal critério, conjuntamente com os que presidiram a formação dos grupos, é o que

conduzirá à contratação mais vantajosa, comparativamente ao critério usualmente requerido de adjudicação por menor preço por item (TCU. Acórdão 4205/2014-Primeira Câmara, relator Ministro-Substituto Weder de Oliveira).

• A adoção de critério de adjudicação pelo menor preço global por lote em registro de preços é, em regra, incompatível com a aquisição futura por itens, tendo em vista que alguns itens podem ser ofertados pelo vencedor do lote a preços superiores aos propostos por outros competidores (TCU. Acórdão 2695/2013-Plenário, relator Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.).

128. A preocupação externada pelo TCU decorre da constatação de que a adjudicação por grupo, seguida de ulteriores adjudicações ou contratações de itens isolados, por vezes gera a situação em que o item posteriormente contratado, junto ao licitante vencedor, apresenta valores superiores aos ofertados pelos demais licitantes. Tal situação se agrava quando, justamente, os itens do grupo nos quais o licitante vencedor havia apresentado preços menores (o que gerou seu menor preço para o grupo e, conseqüente, vitória no certame) não são os efetivamente provocados para a contratação *just in time*, seja pelo órgão gerenciador, por participantes ou não participantes.

129. Em sua Jurisprudência, o TCU acabou firmando o entendimento de que, notadamente nas licitações para registro de preços, a modelagem de aquisição por preço global de grupo de itens, embora medida excepcional, pode ser utilizada quando a Administração pretende contratar a totalidade dos itens do grupo, admitindo-se a aquisição futura de itens isoladamente, “quando o preço unitário ofertado pelo vencedor do grupo for o menor lance válido na disputa relativa ao item” (TCU. Acórdão 1347/2018 Plenário, Consulta, Relator Ministro Bruno Dantas).

130. De qualquer forma, a decisão sobre a aglutinação ou não, de itens, envolve contornos técnicos específicos. É possível que o órgão contratante identifique a necessidade de reunião e tome essa decisão, de forma justificada (no termo de referência ou mesmo em outra peça processual), fundamentando-a em ponderações econômicas e gerenciais, como ganhos de economia de escala ou mesmo gerenciamento contratual.

131. Se por um lado, a divisão em itens (fracionamento) é sugerida, como forma de ampliação da competitividade, por outro lado, a aglutinação é possível e até recomendável, caso justificado que, entre outros motivos, o fracionamento (divisão em itens) não amplia efetivamente a competitividade, prejudica o objeto da contratação (gerando prejuízo técnico, econômico ou de gestão) ou impede eventual economia de escala (TORRES, ronny Charles Lopes de. Leis de licitações públicas comentadas. 14ª edição. São Paulo: Jus Podivm, 2023. p. 266).

132. A Lei nº 14.133/2021 definiu que, no âmbito do Sistema de Registro de Preços, o critério de julgamento de menor preço por grupo de itens somente poderá ser adotado quando for demonstrada a “inviabilidade” de se promover a adjudicação por item e for evidenciada a sua vantagem técnica e econômica. Tal inviabilidade não significa impossibilidade absoluta, devendo ser compreendida de acordo com as regras definidas pelo artigo 40 da Lei nº 14.133/2021.

133. De qualquer forma, na hipótese de justificada aglutinação de itens em um mesmo grupo, conforme definem os artigos 12 e 13 do Decreto federal nº 11.462/2023:

- o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será indicado no edital; e
- a contratação posterior de item específico constante de grupo de itens exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

134. Repise-se, a decisão sobre a aglutinação ou não de itens envolve contornos técnicos específicos. É possível que o órgão contratante identifique a estrita necessidade de reunião e tome essa decisão, de forma justificada (no termo de referência ou mesmo em outra peça processual), fundamentando-a em ponderações econômicas e gerenciais, como ganhos de economia de escala ou mesmo gerenciamento contratual, de acordo com os limites definidos pelo legislador.

Instrumentos de governança - PCA, PLS e outros

135. De acordo como do artigo 18 da Lei nº 14.133, de 2021, a fase preparatória da licitação deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual.



"Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

(...)

VII - a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias."

136. É preciso compreender que o PCA constitui instrumento de governança descrito na Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021, dispõe sobre a governança das contratações públicas no âmbito de toda a Administração Pública federal. Por elucidativo, segue transcrição do art. 6º, que elenca os instrumentos de governança em contratações públicas:

"Art. 6º São instrumentos de governança nas contratações públicas, dentre outros:

I - Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS;

II - Plano de Contratações Anual;

III - Política de gestão de estoques;

IV - Política de compras compartilhadas;

V - Gestão por competências;

VI - Política de interação com o mercado;

VII - Gestão de riscos e controle preventivo;

VIII - Diretrizes para a gestão dos contratos; e

IX - Definição de estrutura da área de contratações públicas.

Parágrafo único. Os instrumentos de governança de que trata este artigo devem estar alinhados entre si."

137. É certo que o administrador público deve demonstrar que a contratação pretendida está alinhada aos instrumentos e às diretrizes definidas no normativo acima citado.

138. Sem prejuízo da orientação acima, convém tecer algumas considerações sobre os instrumentos de governança abaixo indicados.

- Plano de Contratações Anual – PCA

139. O Decreto nº 10.947, de 2022, regulamentou o Plano de Contratações Anual – PCA, assim como instituiu o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações, tendo imposto aos órgãos e as entidades a obrigatoriedade de elaboração, até a primeira quinzena de maio de cada exercício, de planos de contratações anual, os quais conterão todas as contratações que pretendem realizar no exercício subsequente.

140. É certo que o PCA deve ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial e deverá ser observado na realização de licitações e na execução dos contratos, conforme artigo 12, §1º, da Lei nº 14.133, de 2022.

141. Convém lembrar que, de acordo com o artigo 17 do Decreto nº 10.947, de 2022, incumbe ao setor de contratações a verificação de que a demanda está contemplada no plano de contratações, devendo tal informação constar de forma expressa na fase de planejamento, o que deve ser feito no Estudo Técnico Preliminar, conforme expressamente prevê o art. 18, §1º, inciso II.

142. Assim sendo, faz-se necessário que o órgão registre se a demanda está devidamente contemplada no PCA do órgão.

- Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS e definição de critérios de sustentabilidade nas aquisições

143. Como visto, o Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS se caracteriza como instrumento de governança, vinculado ao planejamento estratégico do órgão ou entidade, ou instrumento equivalente, e às leis orçamentárias, que estabelece a estratégia das contratações e da logística no âmbito do órgão ou entidade, considerando objetivos e ações referentes a critérios de sustentabilidade, nas dimensões econômica, social, ambiental e cultural.

144. As dimensões a serem consideradas são: econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo. Nesse sentido, cumpre ressaltar que o órgão assessorado deve: a) avaliar se há incidência de critérios e práticas de sustentabilidade no caso concreto; b) indicar a(s) dimensão(ões) dessa incidência; e c) definir condições para sua aplicação (artigo 11, parágrafo único, Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 2022). Sobre as diversas dimensões, há subsídios orientadores no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, disponível no site da AGU.

145. Na escolha de produtos sustentáveis, segundo os termos do inciso XI do artigo 7º da Lei nº 12.305, de 2010, deve-se priorizar: produtos que podem gerar menos perdas; ser recicláveis; ser mais duráveis; que possuam menos substâncias tóxicas ou prejudiciais à saúde; e que gastem menos energia na sua produção.

146. Na especificação técnica do objeto a ser adquirido, recomendamos, como subsídio, a utilização do Catálogo de Materiais Sustentáveis do Ministério da Economia. O CATMAT permite identificar itens de materiais sustentáveis que poderão ser adquiridos em substituição a itens similares

147. Acresça-se que é obrigação do gestor público a consulta e a inserção nas minutas correspondentes das previsões legais constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

148. Em síntese, no tocante à promoção do desenvolvimento nacional sustentável previsto no artigo 5º, “caput”, da Lei nº 14.133, de 2021, deverão ser tomados os seguintes cuidados gerais pelos gestores públicos em aquisições:

- a) definir os critérios e práticas sustentáveis objetivamente, e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada ou requisito previsto em lei especial combinado com o artigo 11, parágrafo único, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 2022;
- b) verificar se os critérios e práticas sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame; e,
- c) verificar o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável (obrigatório nos casos de pregão eletrônico e boa prática nos demais casos).

149. Cabe ao órgão assessorado a verificação técnica dos critérios de sustentabilidade aplicáveis aos bens a serem adquiridos. Se a Administração entender que os bens objeto desta contratação não se sujeitam aos critérios e práticas de sustentabilidade ou que as especificações de sustentabilidade restringem indevidamente a competição em dado mercado, deverá apresentar a devida justificativa.

3.5.3. Análise de riscos

150. O art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133, de 2021, estabelece que o planejamento da contratação deverá contemplar a análise dos riscos.

151. No Portal de Compras do Governo Federal consta tópico especialmente dedicado à Identificação e Avaliação de Riscos, que oferece orientações elaboradas base nas premissas estabelecidas pela Lei nº 14.133, de 2021. É certo que tais recomendações devem ser incorporadas no planejamento desta contratação.

152. Além disso, a Administração deve se atentar para a possibilidade de inserir no contrato Matriz de Riscos, o que deve ser feito com base em avaliação concreta, com apresentação de justificativa, haja vista a possibilidade de elevação dos custos da contratação. Em caso de dúvidas, esta unidade jurídica poderá ser consultada.



3.5.4. Orçamento Estimado e Pesquisa de Preços

153. O orçamento estimado da contratação é tratado no artigo 23 da Lei nº 14.133, de 2021, sendo que, para compras, devem ser observados os parâmetros previstos em seu §1º:

"Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

(...)"

154. Além das regras legais, também devem ser observadas as normas da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, que estabelece o dever de materialização da pesquisa de preços em documento que contemple, no mínimo, as exigências do artigo 3º da referida norma:

"Art. 3º A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá, no mínimo:

I - descrição do objeto a ser contratado;

II - identificação do(s) agente(s) responsável(is) pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento;

III - caracterização das fontes consultadas;

IV - série de preços coletados;

V - método estatístico aplicado para a definição do valor estimado;

VI - justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável;

VII - memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte; e

VIII - justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do art. 5º."

155. Referida IN, em seu artigo 5º, define os parâmetros a serem utilizados na estimativa de custos, de forma bastante similar ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021. Acrescenta, no entanto, no §1º do artigo 5º que devem ser priorizados os parâmetros dos incisos I e II, painel para consulta de preços do PNCP e contratações similares, respectivamente, devendo ser apresentada justificativa nos autos em caso de impossibilidade de adoção destes.

156. Assim, o primeiro ponto a ser destacado é a necessidade jurídica dessa priorização, a ser justificada nos autos quando não observada.

157. Um segundo ponto refere-se ao limite temporal estabelecido para os parâmetros utilizados na pesquisa de preços, voltados a evitar que os valores pesquisados já estejam desatualizados, conforme descrito nos incisos do artigo 5º da Instrução Normativa nº 65, de 2021, cabendo repetir a pesquisa de preços sempre que ultrapassado o ali prazo previsto.

158. Por fim, impende ressaltar a previsão do art. 6º, § 4º, da IN nº 65, de 2021, que deve ser observada pelo consulente no sentido de que *"Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados"*.

159. Com intuito de verificar o custo da contratação e obtenção de valor de referência para o certame, o órgão deverá realizar pesquisa de preços, anexando aos autos as pesquisas que permitem a avaliação do custo médio e as variações entre diversos fornecedores.

160. Vale registrar a recomendação para que a Administração elabore mapa de cotação dos preços pesquisados, a fim de facilitar a realização de um juízo crítico sobre os preços que vão ser utilizados para estimar o valor total licitado.

Orçamento Sigiloso

161. A Administração pode optar pela realização de licitação com preservação das informações do orçamento estimado, o que se admite desde que justificadamente, conforme estabelece o art. 24, da Lei nº 14.133, de 2021:

"Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso: (...)"

162. De acordo com o art. 18, §1º, inciso VI, o ETP deve tratar da estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, caso a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação.

163. Desse modo, o planejamento da contratação deve contemplar a análise de conveniência e oportunidade sobre a adoção ou não do orçamento sigiloso.

164. Convém ressaltar que, em caso de adoção do critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável deve constar obrigatoriamente do edital da licitação, ou seja, não é possível adoção de orçamento sigiloso (cf. art. 24, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021).

165. Como norte, nos parece plausível recomendar que a escolha recaia sobre a opção que tenha maior aptidão para a obtenção da melhor proposta. Qualquer que seja a opção do Gestor, deverá ser devidamente motivada nos autos.

3.6. Termo de Referência

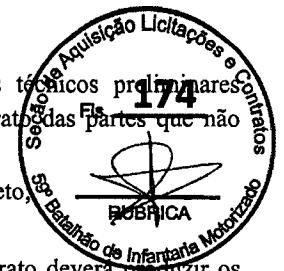
166. O Termo de Referência deve contemplar as exigências do artigo 6º, XXIII, da Lei nº 14.133, de 2022:

"Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;



- b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;
 - c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
 - d) requisitos da contratação;
 - e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;
 - f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;
 - g) critérios de medição e de pagamento;
 - h) forma e critérios de seleção do fornecedor;
 - i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;
 - j) adequação orçamentária;
- (...)"

167. Especificamente em relação a compras, também devem ser observadas as exigências do art. 40, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021:

"Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

(...)

§ 1º O termo de referência deverá conter os elementos previstos no inciso XXIII do caput do art. 6º desta Lei, além das seguintes informações:

I - especificação do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança;

II - indicação dos locais de entrega dos produtos e das regras para recebimentos provisório e definitivo, quando for o caso;

III - especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso.

(...)"

168. A Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 25 de novembro de 2022, dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência – TR, para a aquisição de bens e a contratação de serviços, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema TR digital.

169. A Administração deve cuidar para que suas exigências sejam atendidas no caso concreto.

Utilização ou não de minuta padronizada de TR.

170. A padronização de modelos de documentos da fase interna da licitação constitui medida de eficiência e celeridade administrativa que encontra previsão no art. 19, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021:

"Art. 19. Os órgãos da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos deverão:

I - instituir instrumentos que permitam, preferencialmente, a centralização dos procedimentos de aquisição e contratação de bens e serviços;

II - criar catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, admitida a adoção do catálogo do Poder Executivo federal por todos os entes federativos;

III - instituir sistema informatizado de acompanhamento de obras, inclusive com recursos de imagem e

vídeo;

IV - instituir, com auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, modelos de minutas de editais, de termos de referência, de contratos padronizados e de outros documentos, admitida a adoção das minutas do Poder Executivo federal por todos os entes federativos;

V - promover a adoção gradativa de tecnologias e processos integrados que permitam a criação, a utilização e a atualização de modelos digitais de obras e serviços de engenharia."

(grifou-se)

171. Tal postulado foi registrado na quarta edição do Manual de Boas Práticas Consultivas da AGU, conforme Enunciado BPC nº 06:

"A atuação consultiva na análise de processos de contratação pública deve fomentar a utilização das listas de verificação documental (check lists), do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis e das minutas de editais, contratos, convênios e congêneres, disponibilizadas nos sítios eletrônicos da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

No intuito de padronização nacional, incumbe aos Órgãos Consultivos recomendar a utilização das minutas disponibilizadas pelos Órgãos de Direção Superior da AGU, cujas atualizações devem ser informadas aos assessorados.

Convém ainda que os Órgãos Consultivos se articulem com os assessorados, de modo a que edições de texto por estes produzidas em concreto a partir das minutas-padrão sejam destacadas, visando a agilizar o exame jurídico posterior pela instância consultiva da AGU" (grifou-se).

172. Para que os objetivos de celeridade, eficiência e segurança sejam alcançados, é preciso que a Administração aponte claramente:

- o Se houve utilização de modelos padronizados;
- o Qual modelo foi adotado; e
- o Quais foram as modificações ou adaptações eventualmente efetuadas no modelo.

173. Assim, cumpre destacar que se recomenda aos órgãos a adoção dos modelos elaborados nacionalmente pela AGU.

Da natureza comum do objeto da licitação

174. Compete à administração declarar que o objeto licitatório é de natureza comum, haja vista que a licitação por pregão somente é obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto, conforme consta do art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133, de 2021.

175. A definição de bens e serviços comuns pode ser extraída diretamente da Lei nº 14.133, de 2021, que apresenta tal conceito nos seguintes termos:

"Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

(...)"

176. Sobre a necessidade de a Administração declarar a natureza do objeto da contratação, a Orientação Normativa nº 54, de 2014, da Advocacia-Geral da União, dispõe:

"Compete ao agente ou setor técnico da administração declarar que o objeto licitatório é de natureza comum para efeito de utilização da modalidade pregão e definir se o objeto corresponde a obra ou

serviço de engenharia, sendo atribuição do órgão jurídico analisar o devido enquadramento da modalidade licitatória aplicável.”



177. Embora referida Orientação Normativa tenha sido editada à luz da Lei nº 8.666, de 1993, entendimento jurídico nela consubstanciado é compatível com a Lei nº 14.133, de 2021, motivo pelo qual merece ser observado.

178. Assim, deverá a Administração declarar expressamente a natureza comum do objeto da licitação, para fins de adoção da modalidade pregão.

Informação sobre o Regime de Fornecimento

179. Os documentos de planejamento da contratação devem tratar do regime de fornecimento de bens, observados os potenciais de economia de escala, cujos impactos podem afetar a decisão sobre o parcelamento ou não do objeto, que será abordado mais adiante.

Aquisição de bem de consumo que se enquadra como bem de luxo

180. De acordo com o art. 20 da Lei nº 14.133, de 2021, não é admitida a aquisição de artigos de luxo, tendo os §§ 1º e 2º tratado da necessidade de regulamentação do tema:

"Art. 20. Os itens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da Administração Pública deverão ser de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo.

§ 1º Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário definirão em regulamento os limites para o enquadramento dos bens de consumo nas categorias comum e luxo.

§ 2º A partir de 180 (cento e oitenta) dias contados da promulgação desta Lei, novas compras de bens de consumo só poderão ser efetivadas com a edição, pela autoridade competente, do regulamento a que se refere o § 1º deste artigo.

§ 3º (VETADO)."

181. No âmbito da administração pública federal, o tema foi regulamentado pelo Decreto nº 10.818, de 2021, tendo seu art. 5º reforçado a vedação de aquisição de bens de consumo enquadrados como bens de luxo, sendo admitidas as exceções contidas em seu art. 4º:

"Art. 4º Não será enquadrado como bem de luxo aquele que, mesmo considerado na definição do inciso I do caput do art. 2º:

I - for adquirido a preço equivalente ou inferior ao preço do bem de qualidade comum de mesma natureza; ou

II - tenha as características superiores justificadas em face da estrita atividade do órgão ou da entidade."

182. No caso concreto, a Administração deve indicar se pretende promover a aquisição de bem de consumo de luxo, devendo apresentar para tal suficiente justificativa que demonstre a incidência do permissivo do art. 4º do Decreto nº 10.818, de 2021.

Indicação de marca ou modelo

183. Quanto à eventual indicação de marca ou modelo, cabe salientar que a lei admite tal possibilidade de forma excepcional, por representar restrição à ampla competitividade do certame.

184. O artigo 41 da Lei nº 14.133, de 2021, apresenta as hipóteses em que será possível a indicação de marca ou modelo:

"Art. 41. No caso de licitação que ^{seja} ^{3º} envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:

I - indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses:

- a) em decorrência da necessidade de padronização do objeto;
- b) em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração;
- c) quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor forem os únicos capazes de atender às necessidades do contratante;
- d) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência;"

185. Ocorre que a indicação de marca/modelo não basta para a exclusão das demais opções do mercado, sendo certa a possibilidade de realização, pelo interessado, de prova de qualidade de produto similar, conforme disciplinado no artigo 42 da Lei nº 14.133, de 2021:

"Art. 42. A prova de qualidade de produto apresentado pelos proponentes como similar ao das marcas eventualmente indicadas no edital será admitida por qualquer um dos seguintes meios:

I - comprovação de que o produto está de acordo com as normas técnicas determinadas pelos órgãos oficiais competentes, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou por outra entidade credenciada pelo Inmetro;

II - declaração de atendimento satisfatório emitida por outro órgão ou entidade de nível federativo equivalente ou superior que tenha adquirido o produto;

III - certificação, certificado, laudo laboratorial ou documento similar que possibilite a aferição da qualidade e da conformidade do produto ou do processo de fabricação, inclusive sob o aspecto ambiental, emitido por instituição oficial competente ou por entidade credenciada.

§ 1º O edital poderá exigir, como condição de aceitabilidade da proposta, certificação de qualidade do produto por instituição credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro).

§ 2º A Administração poderá, nos termos do edital de licitação, oferecer protótipo do objeto pretendido e exigir, na fase de julgamento das propostas, amostras do licitante provisoriamente vencedor, para atender a diligência ou, após o julgamento, como condição para firmar contrato.

§ 3º No interesse da Administração, as amostras a que se refere o § 2º deste artigo poderão ser examinadas por instituição com reputação ético-profissional na especialidade do objeto, previamente indicada no edital."

186. Ainda sobre indicação de marca, também deve ser considerada a vedação do artigo 40, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021, que, ao tratar do parcelamento, destaca sua inadequação quando o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

187. Por outro lado, nada impede que a Administração efetive a indicação de marca/modelo, quando for necessária como parâmetro ou referência para as especificações qualitativas do objeto, para facilitação de sua identificação, sendo conveniente, neste caso, vir acompanhada das expressões "*equivalente, similar ou de melhor qualidade*".

188. De tudo o que foi apresentado, fica a constatação de que a marca não poderá ser indicada como o objeto da contratação em si. Ou seja, o administrador não poderá externar sua preferência por contratação de certa marca, a seu talante, sem a correspondente motivação técnica objetiva e fundamentada. Portanto, a referência à marca deve ser consequência das características específicas do objeto, e não seu pressuposto, sob pena de indevida restrição da licitação e quebra da isonomia dos licitantes.



Vedação de marca ou produto

189. O art. 41, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021, contempla a possibilidade de a Administração evitar a contratação de marca ou produto, quando, mediante processo administrativo, restar comprovado que produtos adquiridos anteriormente pela Administração não atendem a requisitos indispensáveis ao pleno adimplemento da obrigação contratual.

190. Dessa forma, o órgão que inserir no Termo de Referência a vedação à contratação de marca ou produto, deverá justificar suficientemente tal restrição no processo.

Condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado

191. De acordo com o art. 40, inciso I, da Lei nº 40.133, de 2021, na fase de planejamento da contratação a Administração deve cuidar para que o planejamento de compras considere condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado, devendo tal cautela ser demonstrada ou certificada nos documentos de planejamento.

Condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento

192. O art. 18, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021, exige que a fase de planejamento da contratação contemple as condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento, sendo certo que sua definição envolve algum juízo de conveniência e oportunidade a ser realizado pelo administrador.

Modalidade, critério de julgamento e modo de disputa

193. Com base na exigência do art. 18, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 2021, é possível concluir que a fase de planejamento deve abordar as razões que conduzem a definição de elementos aptos a conduzir a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto.

194. Desse modo, com base na premissa de busca pela proposta mais vantajosa, deve o planejamento da contratação conter informações sobre:

- o modalidade de licitação;
- o critério de julgamento;
- o modo de disputa; e
- o adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros.

Objetividade das exigências de qualificação técnica

195. Enquanto a habilitação profissional procura investigar se o licitante tem experiência anterior na execução de parcela relevante do objeto, a habilitação operacional visa verificar se o licitante reúne condições de executar o objeto na dimensão que ele (o objeto) possui.

196. A exigência de qualificação técnica-profissional é mais comum em obras e serviços de engenharia, mas não é vedada nos demais objetos. Caso se entenda indispensável à garantia do adimplemento das obrigações (conforme art. 37, XXI, da Constituição Federal), então será necessário especificar de forma clara e expressa de qual parcela do objeto será exigida comprovação de experiência anterior, e por meio de qual profissional(is), para permitir o julgamento objetivo quanto ao atendimento da exigência na fase de habilitação do certame. O requisito legal a ser observado é que esta parcela claramente especificada represente ao menos 4% do valor estimado da contratação, conforme art. 67, §1º da Lei nº 14.133, de 2021.

197. Já a comprovação da qualificação técnica-operacional costuma ser exigida na generalidade dos casos, e afere a capacidade de gestão do licitante de executar o objeto licitatório. Por isso é indispensável indicar quantitativos mínimos a

serem comprovados, até o limite de 50% do quantitativo previsto, conforme art. 67, §2º da Lei nº 14.133, de 2021.

Exigências de Qualificação nas hipóteses legais de dispensa, sem justificativa

198. O artigo art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, preceitua que “o processo de licitação pública... somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”.

199. O art. 70, III, da Lei nº 14.133/2021, por sua vez, dispõe que as exigências de habilitação poderão ser dispensadas, “total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).” (Referidos valores são atualizados anualmente por Decreto, conforme art. 182 da mesma Lei).

200. A combinação da disposição constitucional com a disposição legal resulta que as exigências de qualificação técnica e econômica nas situações retratadas no art. 70, III, deve ser excepcional e justificada.

Da avaliação sobre a necessidade de qualificar o TR como documento classificado (Lei de Acesso à Informação)

201. De acordo com o art. 10 da Instrução Normativa SEGES/Me nº 81, de 25 de novembro de 2022, ao final da elaboração do TR, deve-se avaliar a necessidade de classificá-lo nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o que deve ser observado no caso concreto.

Adequação orçamentária

202. Conforme se extrai do caput do artigo 18 da Lei nº 14.133, de 2021, a fase preparatória da licitação deve compatibilizar-se também com as leis orçamentárias.

203. Contudo, tratando-se de licitação para Registro de Preços, é aplicável a Orientação Normativa AGU n. 20/2009, nos seguintes termos: “*Na licitação para registro de Preços, a indicação da dotação orçamentária é exigível apenas antes da assinatura do contrato*”. Portanto, o órgão deverá zelar pelo seu cumprimento e promover a indicação em momento anterior à celebração do contrato ou retirada do respectivo termo substitutivo.

204. No mesmo sentido, o Decreto federal nº 11.462/2023, definiu, em seu artigo 17, que “a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil”.

3.7. Do uso do Sistema de Registro de Preços

205. Em relação à adoção do Sistema de Registro de Preços, necessário sempre pontuar que ele é um procedimento auxiliar permitido pela Lei, que facilita a atuação da Administração em relação a futuras prestações de serviços e aquisição gradual de bens. Utilizando esse procedimento, pode-se abrir um certame licitatório em que o vencedor terá seus preços registrados no instrumento auxiliar denominado Ata de Registro de Preços, para que posteriores necessidades de contratação sejam dirigidas diretamente a ele, de acordo com os preços e condições definidas.

206. Sidney Bittencourt lembra que o SRP se baseia no conceito do sistema *just in time*, segundo o qual a compra ou contratação deve ser efetivada apenas quando ocorrer a necessidade, gerando, para a Administração, uma redução nos gastos de armazenagem e estoque (BITTENCOURT, Sidney. Contratando sem licitação. São Paulo: Almedina, 2016. P. 198).

207. De acordo com o Decreto federal nº 11.462/2023, o Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado em diversas hipóteses, tendo o normativo indicando elenco exemplificativo:



- "Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:
- I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;
 - II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, custos de trabalho ou em regime de tarefa;
 - III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;
 - IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou
 - V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.
- Parágrafo único. O SRP poderá ser utilizado para a contratação de execução de obras e serviços de engenharia, desde que atendidos os seguintes requisitos:
- I - existência de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo padronizados, sem complexidade técnica e operacional; e
 - II - necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado."

208. O Sistema de registro de Preços possui algumas características específicas, consolidadas ao longo dos anos e mantidas pela nova Legislação:

- a) Desnecessidade de prévia dotação orçamentária. Na licitação para registro de preços é dispensada prévia dotação orçamentária. Isso é admitido porque o SRP não objetiva diretamente uma contratação. Seu objetivo é o registro formal de preços, o qual pode produzir (ou não) futuras contratações. Na licitação para registro de preços, a indicação da dotação orçamentária apenas será necessária para a formalização do contrato ou instrumento equivalente.
- b) Facultatividade da contratação. Uma vez registrados os preços, o respectivo fornecedor não detém direito à contratação (adjudicação compulsória), pois a concretização do contrato é facultativa. Em outras palavras, a existência de preços registrados não obriga a administração pública a firmar os contratos que deles poderão advir. Nesta feita, o órgão gerenciador ou os órgãos participantes podem, mesmo durante a validade da ata, realizar licitação específica, objetivando a contratação de bens ou serviços semelhantes aos que foram registrados.
- c) Adoção facultativa. A adoção do SRP não deve ser tida como regra obrigatória, embora possa ser providencial nas situações em que há necessidade de contratações frequentes, efetivações segmentadas (fracionamento) da contratação, conveniência administrativa na reunião de pretensões contratuais de diversos órgãos licitantes ou certa imprecisão na estimativa do quantitativo a ser demandado.
- d) Utilização para atendimento de diversas pretensões contratuais. O SRP permite que uma única licitação reúna pretensões contratuais de diversos órgãos/entes públicos. Na sistemática admitida pelo SRP, tais órgãos/entes reúnem suas pretensões contratuais para a realização de um único certame, que será conduzido pelo "órgão gerenciador". Essa reunião produz a obtenção de melhores propostas, uma vez que a ampliação do objeto da licitação, pela reunião de várias pretensões contratuais, permite ganhos em economia de escala; ademais, a reunião de várias pretensões contratuais em um único certame diminui os custos burocráticos na realização da licitação. Conforme será visto adiante, o SRP admite ainda que um órgão que não tenha sido incluído na origem do procedimento (órgão não participante), possa aderir à ata de registro de preços. É o chamado órgão aderente ("carona"), que será analisado mais à frente.
- e) Ata de registro de preços. O certame para registro de preços produz um documento vinculativo, de natureza obrigacional, denominado Ata de registro de preços, que estabelece compromisso relacionado à futura contratação. Nesse documento são registrados os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.

209. Diante dessas características, é importante delimitar que o Sistema de Registro de Preços é um procedimento

auxiliar que atua conjugado ao procedimento licitatório para gerar um instrumento auxiliar (ata de registro de preços), que gera obrigações, sobretudo de fornecimento, as quais podem lastrear futuras contratações, tendo ela prazo de vigência de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, com possibilidade de prorrogação por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

210. Na licitação para registro de preços será adotado o critério de julgamento de *menor preço* ou de *maior desconto* sobre o preço estimado ou a tabela de preços praticada no mercado.

Das competências do gerenciador e participantes

211. De acordo com o art. 7º do Decreto nº 11.462/2023, compete ao órgão ou à entidade gerenciadora praticar todos os atos de controle e de administração do SRP, em especial:

- I – realizar procedimento público de intenção de registro de preços – IRP e, quando for o caso, estabelecer o número máximo de participantes, em conformidade com sua capacidade de gerenciamento;
- II – aceitar ou recusar, justificadamente, no que diz respeito à IRP:
 - a) os quantitativos considerados ínfimos;
 - b) a inclusão de novos itens; e
 - c) os itens de mesma natureza com modificações em suas especificações;
- III – consolidar informações relativas à estimativa individual e ao total de consumo, promover a adequação dos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização, e determinar a estimativa total de quantidades da contratação;
- IV – realizar pesquisa de mercado para identificar o valor estimado da licitação ou contratação direta e, quando for o caso, consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e pelas entidades participantes, inclusive na hipótese de compra centralizada;
- V – promover, na hipótese de compra nacional, a divulgação do programa ou projeto federal, a pesquisa de mercado e a consolidação da demanda dos órgãos e das entidades da Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios beneficiados;
- VI – confirmar, junto aos órgãos ou às entidades participantes, a sua concordância com o objeto, inclusive quanto aos quantitativos e ao termo de referência ou projeto básico, caso o órgão ou a entidade gerenciadora entenda pertinente;
- VII – promover os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório ou da contratação direta e todos os atos deles decorrentes, como a assinatura da ata e a sua disponibilização aos órgãos ou às entidades participantes;
- VIII – remanejar os quantitativos da ata, observado o disposto no art. 30;
- IX – gerenciar a ata de registro de preços;
- X – conduzir as negociações para alteração ou atualização dos preços registrados;
- XI – deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não tenham manifestado interesse durante o período de divulgação da IRP;
- XII – verificar, pelas informações a que se refere a alínea “a” do inciso I do caput do art. 8º, se as manifestações de interesse em participar do registro de preços atendem ao disposto no art. 3º e indeferir os pedidos que não o atendam;
- XIII – aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório ou na contratação direta e registrá-las no SICAF;
- XIV – aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e registrá-las no SICAF; e
- XV – aceitar, excepcionalmente, a prorrogação do prazo previsto no § 2º do art. 31, nos termos do disposto no § 3º do art. 31.

212. Ressalta-se que os procedimentos de que tratam os incisos I a VI indicados acima serão efetuados anteriormente à elaboração do edital, do aviso ou do instrumento de contratação direta.

213. Ademais, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá solicitar auxílio técnico aos órgãos ou às entidades participantes para a execução das atividades de que tratam os incisos IV e VII do caput.

214. Noutra linha, de acordo com o art. 8º do Decreto nº 11.462/2023, compete ao órgão ou à entidade participante, que será responsável por manifestar seu interesse em participar do registro de preços:

- I – registrar no SRP digital sua intenção de participar do registro de preços, acompanhada:
 - a) das especificações do item ou do termo de referência ou projeto básico adequado ao registro de preços do qual pretende participar;
 - b) da estimativa de consumo; e
 - c) do local de entrega;
- II – garantir que os atos relativos à inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente;
- III – solicitar, se necessário, a inclusão de novos itens, no prazo previsto pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, acompanhada das informações a que se refere o inciso I e da pesquisa de mercado que contemple a variação de custos locais e regionais;
- IV – manifestar, junto ao órgão ou à entidade gerenciadora, por meio da IRP, sua concordância com o objeto, anteriormente à realização do procedimento licitatório ou da contratação direta;
- V – auxiliar tecnicamente, por solicitação do órgão ou da entidade gerenciadora, as atividades previstas nos incisos IV e VII do caput do art. 7º;
- VI – tomar conhecimento da ata de registro de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;
- VII – assegurar-se, quando do uso da ata de registro de preços, de que a contratação a ser realizada atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados;
- VIII – zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou de obrigações contratuais;
- IX – aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informar as ocorrências ao órgão ou à entidade gerenciadora e registrá-las no SICAF; e
- X – prestar as informações solicitadas pelo órgão ou pela entidade gerenciadora quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou à sua entidade.

215. Na construção do processo para uma licitação que adote o Sistema de Registro de Preços, essas competências devem ser devidamente preservadas, para uma instrução escoreita da licitação.

Intenção de Registro de Preços

216. Segundo o artigo 86 da Lei nº 14.133/2021, o órgão ou entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório, para fins de registro de preços, realizar procedimento público de intenção de registro de preços para, nos termos de regulamento, possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total de quantidades da contratação.

217. O procedimento de Intenção de Registro de Preços – IRP facilita a divulgação dos procedimentos licitatórios iniciados com a utilização do SRP, ainda na fase interna, para que os órgãos e entidades interessados possam ter conhecimento da futura licitação, unindo sua pretensão contratual ao certame gestado e tornando-se um órgão participante.



218. Nos termos do Decreto federal nº 11.462/2023, para fins de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório ou da contratação direta, realizar procedimento público de IRP para possibilitar, pelo prazo mínimo de oito dias úteis, a participação de outros órgãos ou outras entidades da Administração Pública na ata de registro de preços e determinar a estimativa total de quantidades da contratação.

219. O procedimento de Intenção de Registro de Preços poderá ser dispensado quando o órgão ou a entidade gerenciadora for o único contratante.

220. Ademais, a Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, antes de iniciar processo licitatório ou contratação direta, consultarão as IRPs em andamento e deliberarão a respeito da conveniência de sua participação.

Da utilização da ata de registro de preços por órgãos ou entidades não participantes

221. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;
- demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei nº 14.133/2021; e
- consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

222. A autorização do órgão ou da entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor. Assim, após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou a entidade não participante efetivará a aquisição ou a contratação solicitada em até *noventa dias*, observado o prazo de vigência da ata.

223. O prazo previsto acima poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

224. Ademais disso, as adesões deverão respeitar os limites explícitos e implícitos definidos no Decreto federal nº 11.462/2023, o que deve ser acompanhado pelo órgão gerenciador.

3.8. Minuta de Edital

225. O artigo 25 da Lei nº 14.133, de 2021, trata dos requisitos a serem observados por ocasião da elaboração da minuta de edital, tendo seu §1º expressamente autorizado a utilização de minutas padronizadas, nas situações em que o objeto assim permitir.

226. É preciso lembrar que o art. 18, inciso IX, da Lei nº 14.133, de 2021, exige que a fase preparatória seja instruída com motivação circunstanciada das condições do edital, tais como:

- justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto
- justificativa de exigências de qualificação econômico-financeira;
- justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço; e
- justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio.

Da utilização ou não de minuta padronizada de Edital

§ 4º Desde que haja justificativa técnica aprovada pela autoridade competente, poderá estabelecer limite máximo para o número de empresas consorciadas.

§ 5º A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no máximo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato."



234. No que se refere a cooperativas, a Lei nº 14.133, de 2021, expressamente apresenta os requisitos necessários para sua participação em licitações:

"Art. 16. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

I - a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

II - a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III - qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

IV - o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação."

235. Diante do exposto, qualquer vedação a participação de interessados na licitação, inclusive cooperativas e consórcios, deverá ser justificada no processo.

Da participação de ME, EPP e Cooperativas

236. Nos termos do inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014, foi previsto tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno nas contratações públicas de bens, serviços e obras, sendo certo que o entendimento aqui apresentado é aplicável também a cooperativas equiparadas.

Licitação Exclusiva

237. O art. 6º do referido Decreto estabelece que, nos itens ou lotes de licitação cujo valor esteja abaixo de R\$ 80.000,00, a participação no processo licitatório deve ser exclusivamente destinada às microempresas e empresas de pequeno porte.

238. No mesmo sentido a Orientação Normativa AGU nº 47/2014:

"Em licitação dividida em itens ou lotes/grupos, deverá ser adotada a participação exclusiva de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa (art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007) em relação aos itens ou lotes/grupos cujo valor seja igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), desde que não haja a subsunção a quaisquer das situações previstas pelo art. 9º do Decreto nº 6.204, de 2007."

239. A Orientação Normativa AGU nº 10/2009, por sua vez, esclarece a forma de aferição do valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) como sendo a referente ao período de um ano da contratação.

227. Conforme já tratado neste parecer, a padronização de modelos de documentos da fase interna da licitação constitui medida de eficiência e celeridade administrativa que encontra previsão no art. 19, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

228. Tal postulado foi registrado também na quarta edição do Manual de Boas Práticas Consultivas da AGU, conforme Enunciado BPC nº 06.

229. Para que os objetivos de celeridade, eficiência e segurança sejam alcançados, é preciso que a Administração aponte claramente:

- o Se houve utilização de modelos padronizados;
- o Qual modelo foi adotado; e
- o Quais foram as modificações ou adaptações eventualmente efetuadas no modelo.

Da restrição a participação de interessados no certame

230. O art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021, veda expressamente que o agente público admita, preveja, inclua ou tolere qualquer tipo de restrição que comprometa ou frustre o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas e consórcios.

231. Também é vedado o estabelecimento de preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes ou, ainda, a inclusão de regras que sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato.

232. O agente público também não poderá estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional, conforme previsão do inciso II do art. 9º.

233. Especificamente em relação a consórcios, a Lei nº 14.133, de 2021, expressamente apresenta os requisitos necessários para sua participação em licitações:

"Art. 15. Salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas:

I - comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

II - indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

III - admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

IV - impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

V - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

§ 1º O edital deverá estabelecer para o consórcio acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificção.

§ 2º O acréscimo previsto no § 1º deste artigo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

§ 3º O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I do caput deste artigo.

Cota reservada



240. Conforme previsão do art. 48, inciso III, da Lei Complementar 123, de 2006, e do art. 8º do Decreto nº 8.538, de 2015, na aquisição de bem de natureza divisível, quando os itens ou lotes de licitação possuírem valor estimado superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), deverá ser reservada cota de até vinte e cinco por cento do objeto para contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

241. Em relação às cotas exclusivas, identificam-se alguns requisitos que condicionam seu uso:

- I - Em primeiro, a adoção da cota de 25% apenas será aplicável em certames para aquisição de bens, não sendo admitida tal restrição competitiva em licitações para contratação de serviços ou obras; e
- II - Em segundo, esses bens devem possuir natureza divisível. Esta divisibilidade está relacionada ao item, e não à pretensão contratual como um todo. Assim, a cota exclusiva apenas pode ser utilizada caso fosse possível a cisão do item, sem prejuízo à licitação.

242. De acordo com o Decreto federal nº 8.538/2015, § 2º de seu artigo 8º, o edital deverá prever que, não havendo vencedor para a cota reservada (até 25), esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado. O § 3º prevê, ainda, que se a mesma empresa vencer a cota reservada (25%) e a cota principal, a contratação da cota reservada deverá ocorrer pelo menor preço. Obviamente, o cumprimento dessas regras regulamentares apenas é possível quando a cota principal e a cota reservada se relacionam ao mesmo objeto (ou item).

243. Convém mencionar que a Advocacia-Geral da União, recentemente, uniformizou a aplicação de cota destinada a microempresas e empresas de pequeno porte em licitações, fixando o entendimento de que, na aplicação das cotas reservadas de até 25%, o montante destinado à contratação dessas empresas pode ultrapassar R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), já que o dispositivo legal não determina um valor máximo (inciso III do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/06), assim como o faz nas licitações destinadas exclusivamente a microempresas e empresas de pequeno porte (inciso I). Tal entendimento consta do DESPACHO n. 00098/2021/DECOR/CGU/AGU, de 17 de março de 2021, aprovado pelo DESPACHO n. 00115/2021/GAB/CGU/AGU, de 17 de março de 2021, e aprovado pelo Advogado-Geral da União pelo DESPACHO DO ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO Nº 071, de 17 de março de 2021 (seq. 24 a 27 do NUP 25000.193248/2018-73).

244. Deve-se ter em mente também o teor da seguinte "Orientação aos gestores para aplicação do Decreto nº 8.538/2015", publicada em 10/08/2020, no sítio eletrônico do Portal de Compras do Governo Federal (disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/orientacoes-e-procedimentos/7-orientacao-aos-gestores-para-aplicacao-do-decreto-no-8-538-2015>). Acesso em: 30/06/2023), cuja consulta desde logo se recomenda.

Do afastamento da licitação exclusiva e cota reservada

245. A adoção de certame exclusivo para ME/EPP (e equiparados) ou mesmo as cotas de 25% podem ser afastadas. A própria LC 123/2006 estipulou situações que justificam a não adoção, nesses certames, de competitividade restrita.

"Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

- I - (Revogado); (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014) (Produção de efeito)
- II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
- III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;
- IV - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 24 da mesma Lei, nas

quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 48. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)"

246. No mesmo sentido, o art. 10 do Decreto nº 8.538, de 2015, estabelece que os tratamentos diferenciados devem ser afastados quando incidente alguma das situações previstas em seu art. 10, o que requer a devida justificativa. Dispõe referido artigo:

"Art. 10. Não se aplica o disposto nos art. 6º ao art. 8º quando:

I - não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública OU representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;

III - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 1993, excetuadas as dispensas tratadas pelos incisos I e II do caput do referido art. 24, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente por microempresas e empresas de pequeno porte, observados, no que couber, os incisos I, II e IV do caput deste artigo; ou

IV - o tratamento diferenciado e simplificado não for capaz de alcançar, justificadamente, pelo menos um dos objetivos previstos no art. 1º.

Parágrafo único. Para o disposto no inciso II do caput, considera-se não vantajosa a contratação quando:

I - resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência; ou

II - a natureza do bem, serviço ou obra for incompatível com a aplicação dos benefícios."

(grifou-se)

247. Dessa forma, o órgão pode optar por NÃO adotar as regras de licitações diferenciadas, o que está acobertado pelas supracitadas alterações da LC 123/2006, sendo legítima a opção adotada.

248. Nada obstante, é fundamental que a opção pela não adoção das regras de licitações diferenciadas seja devidamente justificada nos autos.

Tratamento diferenciado a ME e EPP de natureza facultativa

249. Há, ainda, previsão facultativa de estabelecimento, nos instrumentos convocatórios:

I - de exigência de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte nos termos do art. 7º do Decreto nº 8.538, de 2015;

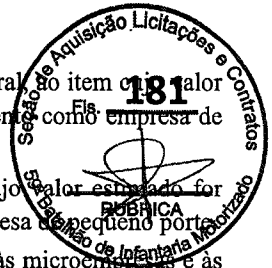
II - de prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de dez por cento do melhor preço válido nos termos do art. 9º, II, do Decreto nº 8.538, de 2015.

Previsões da Lei n. 14.133, de 2021 sobre tratamento diferenciado a ME e EPP

250. Inicialmente, convém registrar que a Lei nº 14.133, de 2021, inovou ao tratar do tratamento diferenciado a ser conferido a ME, EPP e Cooperativas equiparadas. Por elucidativo, segue transcrição do art. 4º da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos:

"Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas:



I - no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

II - no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

§ 2º A obtenção de benefícios a que se refere o caput deste artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.

§ 3º Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo."

251. Desse modo, para além da observância às regras dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e do Decreto nº 8.538, de 2015, é preciso estar claro que o tratamento diferenciado de que tratam tais normas não serão aplicados em relação a licitações que envolvam:

I - item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte; e

II - no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, quando o valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

252. Adicionalmente, devem ser observados os critérios estabelecidos nos §§ 2º e 3º, acima transcritos, que tratam dos critérios para aferição dos limites de valor estabelecidos no § 1º.

Margens de preferência

253. De acordo com a Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá estabelecer margens de preferência, conforme premissas indicadas em seu art. 26:

"Art. 26. No processo de licitação, poderá ser estabelecida margem de preferência para:

I - bens manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras;

II - bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis, conforme regulamento.

§ 1º A margem de preferência de que trata o caput deste artigo:

I - será definida em decisão fundamentada do Poder Executivo federal, no caso do inciso I do caput deste artigo;

II - poderá ser de até 10% (dez por cento) sobre o preço dos bens e serviços que não se enquadrem no disposto nos incisos I ou II do caput deste artigo;

III - poderá ser estendida a bens manufaturados e serviços originários de Estados Partes do Mercado Comum do Sul (Mercosul), desde que haja reciprocidade com o País prevista em acordo internacional aprovado pelo Congresso Nacional e ratificado pelo Presidente da República.

§ 2º Para os bens manufaturados nacionais e serviços nacionais resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica no País, definidos conforme regulamento do Poder Executivo federal, a margem de preferência a que se refere o caput deste artigo poderá ser de até 20% (vinte por cento)."

254. Convém observar que o art. 27 estabelece a obrigatoriedade de divulgação, em sítio eletrônico oficial, a cada exercício financeiro, da relação de empresas favorecidas em decorrência da aplicação de margens de preferência, com indicação do volume de recursos destinados a cada uma delas.

Cláusula com índice de reajustamento de preços, com data-base vinculada à data do orçamento estimado

255. O art. 25, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021, estabelece que, independentemente do prazo de duração do contrato,

será obrigatória a previsão no edital de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

3.9. Minuta de Termo de Contrato

256. O artigo 92 da Lei nº 14.133, de 2021, trata dos requisitos a serem observados por ocasião da elaboração da minuta de termo de contrato, sendo que o artigo 25, seu §1º, expressamente autoriza a utilização de minuta padronizada de termo de contrato, nas situações em que o objeto assim permitir.

3.10. Designação de Agentes Públicos

257. Os arts. 7º e 8º da Lei nº 14.133, de 2021, tratam da designação dos agentes públicos para desempenho das funções essenciais à execução da lei, conforme se extrai das normas abaixo transcritas:

"Art. 7º Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução desta Lei que preencham os seguintes requisitos:

I - sejam, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública;

II - tenham atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuam formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público; e

III - não sejam cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.

§ 1º A autoridade referida no caput deste artigo deverá observar o princípio da segregação de funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.

§ 2º O disposto no caput e no § 1º deste artigo, inclusive os requisitos estabelecidos, também se aplica aos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.

Art. 8º A licitação será conduzida por agente de contratação, pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

§ 1º O agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.

§ 2º Em licitação que envolva bens ou serviços especiais, desde que observados os requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, o agente de contratação poderá ser substituído por comissão de contratação formada por, no mínimo, 3 (três) membros, que responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.

§ 3º As regras relativas à atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, ao funcionamento da comissão de contratação e à atuação de fiscais e gestores de contratos de que trata esta Lei serão estabelecidas em regulamento, e deverá ser prevista a possibilidade de eles contarem com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto nesta Lei. (Regulamento) Vigência

§ 4º Em licitação que envolva bens ou serviços especiais cujo objeto não seja rotineiramente contratado pela Administração, poderá ser contratado, por prazo determinado, serviço de empresa ou de profissional especializado para assessorar os agentes públicos responsáveis pela condução da licitação.

§ 5º Em licitação na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será designado pregoeiro."



258. As regras do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021, também apresentam algumas limitações a serem observadas no caso concreto:

"§ 1º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

§ 2º As vedações de que trata este artigo estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica."

259. O Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022, por sua vez, trata das regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, bem como sobre o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos.

260. Não há dúvidas que o planejamento da contratação deve contemplar todas as regras previstas no referido Decreto. Por conta de sua relevância, convém registrar que o artigo 12 do Decreto nº 11.246, de 2022, tratou de forma mais aprofundada sobre o princípio da segregação de funções, que já estava previsto no artigo 5º e 7º, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021, sendo certo que o administrador deve cuidar para que tais normas sejam observadas ao longo da fase interna e externa da licitação.

Lei nº 14.133, de 2021

"Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

(...)

Art. 7º Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução desta Lei que preencham os seguintes requisitos:

(...)

§ 1º A autoridade referida no caput deste artigo deverá observar o princípio da segregação de funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.

(grifou-se)

Decreto nº 11.246, de 2022

Princípio da segregação das funções

Art. 12. O princípio da segregação das funções veda a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na contratação.

Parágrafo único. A aplicação do princípio da segregação de funções de que trata o caput:

I - será avaliada na situação fática processual; e

II - poderá ser ajustada, no caso concreto, em razão:

a) da consolidação das linhas de defesa; e

b) de características do caso concreto tais como o valor e a complexidade do objeto da contratação."

(grifou-se)

261. Por fim, convém observar que o artigo 29 do referido Decreto faz alusão à possibilidade de edição de normas internas a serem observadas pelos agentes públicos que atuam em licitações e contratos:

"Art. 29. Os órgãos e as entidades, no âmbito de suas competências, poderão editar normas internas relativas a procedimentos operacionais a serem observados, na área de licitações e contratos, pelo agente de contratação, pela equipe de apoio, pela comissão de contratação, pelos gestores e pelos fiscais de contratos, observado o disposto neste Decreto."

262. Desse modo, para além da observância aos dispositivos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto nº 11.246, de 2022, deve a Administração cuidar para que as normas internas sejam observadas na tramitação processual.

3.11. Publicidade do edital e do termo do contrato

263. É obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e do termo de contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, conforme determinam os art. 54, caput e §1º, e art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

264. Destacamos também que, após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4. CONCLUSÃO

265. Ante o exposto, ressalvando-se os aspectos de conveniência e oportunidade, não sujeitos ao crivo desta Consultoria Jurídica, uma vez observadas todas as recomendações deste parecer referencial, inexistindo qualquer dúvida jurídica que justifique o envio de consulta específica e desde que o Órgão assessorado ateste, de forma expressa e em cada processo, que o assunto nele debatido é o tratado na presente manifestação jurídica referencial, é juridicamente possível dar prosseguimento ao processo, sem submeter os autos à e-CJU/Aquisições, consoante Orientação Normativa nº 55, do Advogado-Geral da União.

266. Reiteramos que a utilização deste parecer referencial será possível sempre que a contratação se enquadrar em suas orientações. Novas hipóteses concretas, que apresentem questões não abrangidas por este parecer, deverão ser objeto de consulta específica.

267. Outrossim, reforçamos a inaplicabilidade desta manifestação nas aquisições de: **medicamentos, de bens que compõem a solução de tecnologia da informação e comunicação, de aeronaves e de armamentos, as quais deverão ser previamente submetidas à apreciação da e-CJU/Aquisições.**

268. Em atenção ao art. 9º, inciso III, alínea "a", da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, confere-se o prazo de 12 (doze) meses a presente Manifestação Jurídica Referencial - MJ, a contar de sua aprovação.

269. Uma vez aprovada a presente manifestação, recomenda-se, nos termos do art. 9º, inciso III, alíneas "b" e "c", da aludida Portaria Normativa, o seu encaminhamento à Consultoria-Geral da União, bem como ao Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União.

270. À consideração superior do Ilmo Coordenador da e-CJU/Aquisições, Dr. Fernando Ferreira Baltar Neto, para análise, sugestão de aprimoramento ou eventual aprovação desta manifestação.

João Pessoa, 30 de junho de 2023.

(Assinado eletronicamente)
CATARINA SAMPAIO LOPES
ADVOGADA DA UNIÃO



Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00688000917202084 e da chave de acesso d24417a5

Documento assinado eletronicamente por [REDACTED], com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código [REDACTED] no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>, Informações adicionais: Signatário (a): [REDACTED], com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 30-06-2023 15:06. Número de Série: [REDACTED]. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.




MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
C M N E - 10ª BDA INF MTZ
59º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO
(BATALHÃO HERMES ERNESTO DA FONSECA)



JUSTIFICATIVA DE UTILIZAÇÃO DE PARECER REFERENCIAL

1. Justifico a dispensa da remessa do referido processo para análise jurídica, devido tratar-se de processo de baixa complexidade, para a aquisição de bens, de valor inferior ao limite de alçada estabelecidos por instrumentos objeto de padronização aprovada, envolvendo matéria comprovadamente idêntica em questões jurídicas, não excedendo o valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), conforme estabelece o PARECER REFERENCIAL n.00007/2023/NUCCJUR/E-CJU/CGU/AGU de 30 de junho de 2023.
2. Declaro que foram observadas todas as recomendações deste parecer referencial para a composição do processo referente ao Pregão Eletrônico 90114/2024, de aquisição de materiais laboratoriais.
3. Assim sendo, desta forma foi dispensada a análise jurídica.

Maceió-AL, 11 de setembro de 2024.


[Redação] - Maj
Ordenador de Despesas do 59º BIMtz



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
C M N E - 10ª BDA INF MTZ
59º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO
(BATALHÃO HERMES ERNESTO DA FONSECA)



JUSTIFICATIVA DE EMPRESA PRÓXIMA

1. Justifico a exigência de empresa que atenda o Grupo 01 em proximidade ao contratante, devido tratar-se de processo de alta especificidade técnica. Portanto destaca-se a necessidade do atendimento para o chamado de manutenção técnica e científica para resolução do problema em prazo de 12h e para tanto há a necessidade da empresa fornecedora dos reagentes bioquímicos esteja com sua unidade matriz a um raio máximo de 400 km (quatrocentos quilômetros) de distância do município de Maceió. Bem como solicita-se que haja comprovação de técnico habilitado (atestado de capacidade técnica da empresa) para manutenção do equipamento da marca Mindray – modelo BS-240, e inscrição no CREA-AL.
2. Ademais, informo que tal necessidade justifica-se pela estabilidade das amostras não serem comprometidas com o passar do prazo excedente ao anteriormente citado, e conseqüentemente evitar solução de continuidade na prestação de serviço laboratorial, bem como promover a segurança, eficácia e qualidade na liberação dos laudos.
3. Portanto, após histórico de empresa vencedora de pregão desta UASG para fornecimento dos referidos itens ter sido de outra região do país e sua alegação de incapacidade de atender a essa demanda de manutenção técnica e científica, constatou-se a necessidade de restrição de área para atendimento da demanda.

Maceió-AL; 11 de setembro de 2024.


Maj
Ordenador de Despesas do 59º BIMtz



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
C M N E - 10ª BDA INF MTZ
59º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO
(BATALHÃO HERMES ERNESTO DA FONSECA)



**JUSTIFICATIVA PARA NÃO ADOÇÃO DA COTA DE 25% PARA
CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP**

PREGÃO SRP Nº 90114/2024 – 59º BI Mtz
NUP Nº 64106.005162/2024-14

1) Acerca da previsão legal constante do Art. 8º, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, no que diz respeito à destinação dos itens da licitação para a participação exclusiva de ME/EPP, mediante a promoção de cota reservada, informo que tal providência foi analisada por este Ordenador de Despesas e, no uso do princípio da discricionariedade, antecipadamente, julgada inadequada, tendo em vista que os valores estimados licitados para cada item são superiores ao limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), como fator determinante para a adoção da cota reservada de até 25% e não o valor unitário de cada item.

2) Por outro lado, cabe registrar que a aplicação da cota reservada de até 25% para ME/EPP tem o potencial de causar prejuízo para a administração, na medida em que exigirá a alteração da constituição do Termo de Referência, com a duplicação dos itens, sem que esteja ao alcance deste órgão determinar para qual participante será destinada a cota de 25% para cada item, sob os seguintes aspectos:

a) Mostra-se prejudicial ao andamento do processo, na medida em que vai exigir retrabalho para aplicar o cálculo da cota reservada de até 25%, tanto na elaboração de novas versões do edital e seus anexos, quanto para a efetivação de alterações não previstas na IRP já encerrada;

b) Mostra-se antieconômico; na medida em que traria inviabilidade de menores preços pela economia de escala;

c) Grande probabilidade de que um mesmo ME/EPP seja o vencedor de todos os itens, tanto na cota reservada de 25% quanto na ampla participação, no gozo do benefício do empate ficto;

d) Possibilidade de apresentação de marcas e modelos diferentes para atender a demanda dos órgãos, com óbices na manutenção posterior; e

3) No tocante à seleção do item a ser destinado a formar a cota de 25% para ME/EPP, a vicejar o entendimento emanado por essa Consultoria, é oportuno considerar que **não existe** qualquer ferramenta ou instrumento do SIASG Net que tenha a capacidade de gerar a cota reservada.

4) Caso reste alguma dúvida sobre a disponibilidade registrada por este Ordenador de Despesas e seja necessário conferir no portal de compras governamentais, recomendo consultar o seguinte link: <http://www.comprasnet.gov.br/popup/tratamentodiferenciado.pdf>, no qual constam as seguintes informações:

PROCEDIMENTOS PARA OS USUÁRIOS DO GOVERNO - SIASG E COMPRASNET:

SIASG: Procedimentos para aplicabilidade do tratamento diferenciado – Contratações exclusivas para ME/EPP e Cooperativas, valor estimado em até R\$ 80.000,00 – Decreto nº 6.204 de 05/09/2007.

As adequações dos Sistemas iniciam-se no SÍDEC expandindo-se para os demais módulos (SISPP, SISRP, COMPRASNET, etc.). As informações serão registradas quando do procedimento de inclusão de aviso (IALAVISO), sendo um dos requisitos o tratamento do benefício pelo edital. O usuário deverá informar se o edital contém benefício (tratamento diferenciado) e qual o tipo de benefício. Nesse sentido, classificamos os benefícios em três tipos:

- Benefício Tipo I – Contratações destinadas exclusivamente para ME/EPP e Cooperativas (valor estimado em até R\$80.000,00);

- Benefício Tipo II – Subcontratação de ME/EPP (art. 7º do Decreto); e

- Benefício Tipo III – Reserva de cota exclusiva para ME/EPP e Cooperativas (art. 8º do Decreto).

OS BENEFÍCIOS DOS TIPOS II E III ACIMA ENCONTRAM-SE EM DESENVOLVIMENTO E SERÃO OBJETOS DE NOVA IMPLANTAÇÃO, COM PRÉVIA DIVULGAÇÃO.(o grifo não é do original)

5) Mesmo com o advento do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, o benefício de reservar a cota de até 25% foi mantido. No entanto, ainda se observa que está mantida a indisponibilidade da ferramenta no SIASG Net.

6) Outrossim, os itens agrupados serão utilizados em análises BIOQUÍMICAS, sendo alguns desses exames inter-relacionados. Então dá-se a importância da padronização da metodologia utilizada e de um equipamento que realize todos os testes exames simultaneamente utilizados nos grupos. A realização de cota para ME/EPP poderia gerar vários vencedores de várias marcas e equipamentos diferentes, o que por si só seria impraticável, tanto do lado de qualidade, segurança do exame, como operacional.

Maceió - AL, 11 de setembro de 2024.

 – Maj
Ordenador de Despesas do 59º BI Mtz



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CAMARA NACIONAL DE MODELOS DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ADMINISTRATIVOS - CNMLC/DECOR/CGU



LISTA DE VERIFICAÇÃO
(Licitação para Compras e Serviços, exceto engenharia e TIC)

VERIFICAÇÃO COMUM A TODAS AS CONTRATAÇÕES	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI).
Houve abertura de processo administrativo? ¹	Sim	114
Foi adotada a forma eletrônica para o processo administrativo ou, caso adotada forma em papel, houve a devida justificativa? ²	Sim	116
A autoridade competente designou os agentes públicos responsáveis pelo desempenho das funções essenciais à contratação? ³	Sim	15
Foi certificado o atendimento do princípio da segregação de funções? ⁴	Sim	125
Consta documento de formalização de demanda? ⁵	Sim	3
Foi certificado que objeto da contratação está contemplado no Plano de Contratações Anual? ⁶	Sim	2
Foi certificado que objeto da contratação está compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias? ⁷	Sim	117
Há Estudo Técnico Preliminar? ⁸	Sim	16
O Estudo Técnico Preliminar contempla ao menos a descrição da necessidade, a estimativa do quantitativo, a estimativa do valor, a manifestação sobre o parcelamento e a manifestação sobre a viabilidade da contratação? ⁹	Sim	16
Há Análise de Riscos? ¹⁰	Sim	19
Consta justificativa para a ausência dos itens não obrigatórios dos Estudos Técnicos Preliminares? ¹¹	Não se aplica	-
Houve manifestação justificando as exigências de práticas e/ou critérios de sustentabilidade ou sua	Não se aplica	-

dispensa no caso concreto? ¹²		
Há termo de referência? ¹³	Sim	100
Foi certificada a utilização do Sistema TR Digital ou o atendimento das regras e procedimentos da IN ME 81/2022? ¹⁴	Sim	126
Foi certificada a utilização de modelos de minutas padronizados de Termos de Referência da Advocacia-Geral União, ou as contidas no catálogo eletrônico de padronização, ou houve justificativa para sua não utilização? ¹⁵	Sim	161
Sendo adotado modelo padronizado de termo de referência, foram justificadas e destacadas visualmente, no processo, eventuais alterações?	Sim	161
Foi certificado que o TR está alinhado com o Plano de Contratações Anual e com o Plano Diretor de Logística Sustentável, além de outros instrumentos de planejamento da Administração? ¹⁶	Sim	127
O TR contempla definição do objeto, fundamentação da contratação, descrição da solução, requisitos da contratação, modelo de execução, modelo de gestão, critérios de medição e de pagamento, forma de seleção do fornecedor, estimativas do valor da contratação e, não se tratando de registro de preços, adequação orçamentária? ¹⁷	Sim	100
Caso o TR contemple exigências de qualificação técnica ou econômica, elas foram justificadas no processo? ¹⁸	Não se aplica	-
Caso o TR contemple exigências de qualificação técnica, elas são específicas e objetivas?	Não se aplica	-
Caso o TR contemple exigências de qualificação técnica ou econômica e o objeto licitatório refira-se a contratações para: a) entrega imediata; b) contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral, ou; c) contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$324.122,46 (valor atualizado anualmente), houve justificativa para não dispensá-las? ¹⁹	Não se aplica	-
Ao final da elaboração do TR, houve avaliação quanto à necessidade de classificá-lo nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011? ²⁰	Não se aplica	-
Foram utilizados os modelos padronizados de instrumentos contratuais da Advocacia-Geral da União, com eventuais alterações destacadas e justificadas, ou as contidas no catálogo eletrônico de padronização? ²¹	Sim	161
Os autos estão instruídos com o edital da licitação? ²²	Sim	137

Caso seja adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável consta do edital da licitação? ²³	Não se aplica	-
Foi utilizado modelo padronizado de edital ou justificada sua não utilização? ²⁴	Sim	161
Caso o objeto contemple itens com valores inferiores a R\$80.000,00, eles foram destinados às ME/EPPs e entidades equiparadas ou foi justificada a não exclusividade?	Sim	186
Foi mantida no edital cláusula com índice de reajustamento de preços, com data-base vinculada à data do orçamento estimado? ²⁵	Sim	137
Caso tenha sido vedada a participação de cooperativas, consta justificativa nos autos? ²⁶	Não se aplica	-
Caso tenha sido vedada a participação de consórcios, consta justificativa nos autos? ²⁷	Não se aplica	-

VERIFICAÇÃO RELATIVA À PESQUISA DE PREÇOS E AS QUESTÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA COMPRAS E SERVIÇOS EM GERAL	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI.)
Consta orçamento estimado com as composições detalhadas dos preços utilizados para sua formação? ²⁸	Sim	21
Foi certificado que o valor previamente estimado da contratação está compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto? ²⁹	Sim	122
Foi certificado que o estimado preço foi obtido com base em pelo menos três preços ou houve justificativa pelo gestor responsável e aprovada pela autoridade competente para a hipótese excepcional em que não for respeitado referido número mínimo? ³⁰	Sim	122
Caso o preço tenha sido obtido unicamente com base nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, foi certificado que o valor estimado não é superior à mediana do item nos sistemas consultados? ³¹	Sim	21
A pesquisa de preços contém, no mínimo, I - descrição do objeto a ser contratado; II - identificação do(s) agente(s) responsável(is) pela pesquisa ou, se for o	Sim	21

<p>caso, da equipe de planejamento; III - caracterização das fontes consultadas; IV - série de preços coletados; V - método estatístico aplicado para a definição do valor estimado; VI - justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável; VII - memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte; e VIII - justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do art. 5º da IN Seges 65/2021?³²</p>		
<p>Foi certificado que foram priorizados na pesquisa de preços os sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, e contratações similares feitas pela Administração Pública, ou justificada a impossibilidade de utilização dessas fontes?³³</p>	Sim	122
<p>Caso a pesquisa tenha se baseado em contratações similares feitas pela Administração Pública e já concluídas, a conclusão ocorreu em prazo inferior a 1 (um) ano à data da pesquisa de preços ou houve a devida justificativa para a utilização excepcional de preços de contratação concluída há mais de um ano?³⁴</p>	Sim	21
<p>Nos casos de utilização de pesquisa direta com fornecedores, na hipótese em que ela for cabível, foi observado o número mínimo de consulta a três fornecedores ou foram instruídos os autos com as devidas justificativas?³⁵</p>	Não se aplica	-
<p>Nos casos de utilização de pesquisa direta com fornecedores, foi certificada a observância de os orçamentos obtidos serem datados no máximo com 6 meses de antecedência da data prevista para divulgação do edital ou certificado que haverá a devida atualização caso ultrapassado esse prazo?³⁶</p>	Não se aplica	-
<p>Caso realizada pesquisa direta com fornecedores, foi certificado que o prazo de resposta concedido foi compatível com a complexidade do objeto da licitação?³⁷</p>	Não se aplica	-
<p>Caso realizada pesquisa direta com fornecedores, foi certificado que os orçamentos contêm: a) descrição do objeto, valor unitário e total; b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente; c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato; d) data de emissão; e e) nome</p>	Não se aplica	-



completo e identificação do responsável? ³⁸		
Caso realizada pesquisa direta com fornecedores, foi certificado que a consulta conteve informação das características da contratação contidas no art. 4º da IN Seges 65/2021, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado? ³⁹	Não se aplica	-
Caso realizada pesquisa direta com fornecedores, consta dos autos a relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação feita? ⁴⁰	Não se aplica	-
Consta dos autos a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação? ⁴¹	Não	-
Tratando-se de atividade de custeio, foi certificada a observância do art. 3º do Decreto 10.193/19? ⁴²	Sim	119
Tratando-se de contratação que envolva a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, constam dos autos estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração sobre adequação orçamentária e financeira? ⁴³	Não se aplica	-

VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA PARA AQUISIÇÕES	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI etc.)
Se o objeto a ser contratado for bem de consumo, foi certificado que não se enquadra como bem de luxo? ⁴⁴	Sim	128
Foi certificado que a aquisição e pagamento observarão condições semelhantes às do setor privado ou houve justificativa para não observância dessas condições? ⁴⁵	Sim	129
Há justificativa para não utilização de sistema de registro de preços? ⁴⁶	Não se aplica	-
Foi certificado que a determinação do quantitativo a ser adquirido considerou a estimativa de consumo e utilização prováveis, com base em técnica adequada? ⁴⁷	Sim	129
Há manifestação sobre o atendimento do princípio da padronização? ⁴⁸	Sim	129
Há manifestação sobre o atendimento do princípio do parcelamento? ⁴⁹	Sim	129

Caso o objeto contemple item de aquisição de bens de natureza divisível, com valor superior a R\$80.000,00, foi prevista a cota reservada ou justificada sua não-previsão?	Não	186
No caso da cota reservada, a divisão do quantitativo destinado à cota procurou observar o limite percentual de até 25% do total, independentemente do valor da cota?	Não	-
Há manifestação sobre a compatibilidade da despesa estimada com a prevista nas leis orçamentárias? ⁵⁰	Sim	129
Consta informação do uso ou justificativa para não utilização de catálogo eletrônico de padronização? ⁵¹	Sim	131
Caso haja indicação de marca ou modelo, consta justificativa para a indicação? ⁵²	Não se aplica	-
Havendo vedação de determinada marca ou produto, foi indicada a existência de processo administrativo em que esteja comprovado que não atendem às necessidades da Administração? ⁵³	Não se aplica	-
Há certificação no ETP ou nos autos de que a opção pela aquisição é mais vantajosa do que eventuais alternativas, como a locação de bens? ⁵⁴	Sim	132

Edital 26/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
26/2024	160004-59 BATALHAO DE INFANTARIA MOTORIZADO/AL		11/09/2024 15:38 (v 6.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	114/2024	64106005162/2024-14



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
59º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO
BATALHÃO HERMES ERNESTO DA FONSECA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90144/2024

(Processo Administrativo nº 64106.005162/2024-14)

Torna-se público que o(a) 59º Batalhão de Infantaria Motorizado, por meio da Seção de Aquisição, Licitações e Contratos (SALC), sediado na Av. Fernandes Lima, 1970 – Farol – Maceió-AL, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do decreto 11.462, de 31 de março de 2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. Do registro de preços

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de material laboratorial para suprimento do Laboratório de Análises Clínicas do PMGu de Maceió - **59º Batalhão de Infantaria Motorizado** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. Do objeto

2.1. Eventual aquisição de reagentes/materiais para suprimento de laboratório de análises clínicas.

2.2. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. Da apresentação da proposta e dos documentos de habilitação

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.5.1 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a



voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários,

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.12. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. Do preenchimento da proposta

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário do item em moeda corrente nacional (R\$), com 02 (duas) casas decimais após a vírgula;

4.1.2. Marca;

4.1.3. Fabricante;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido



processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição, condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.10. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

4.11. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

5. Da abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item **em moeda corrente nacional (R\$), com 02 (duas) casas decimais após a vírgula**

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de:

5.8.1. R\$0,01 (um centavo) para itens com valor unitário até R\$10,00 (dez reais).

5.8.2. R\$0,10 (dez centavos) para itens com valor unitário de R\$10,01 (dez reais e um centavo) até R\$100,00 (cem reais).

5.8.3. R\$1,00 (hum real) para itens com valor unitário igual ou superior a R\$100,01 (cem reais e um centavo).

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado "aberto"

5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.



5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.19.2.2. empresas brasileiras;

5.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 3 (três) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. Da participação na licitação

6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, lances e de julgamento.

6.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.13.1 deste Edital.

6.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho no turno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

- 6.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 6.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 6.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 6.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 6.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 6.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 6.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 6.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 6.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 6.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 6.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 6.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 6.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 6.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. Da fase de julgamento

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não aceitação:

7.2.1 O documento comprobatório da notificação/registo do produto na ANVISA, conforme legislação vigente, notadamente a Lei nº 6.360, de 1976 e o Decreto nº 8.077, de 2013.

7.2.2 Comprovação de que o equipamento sob Regime de Vigilância Sanitária contém o Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO afixado nele.

7.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste edital.

7.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.8.1. contiver vícios insanáveis;

- 7.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.12.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.12.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.12.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8. Da fase da habilitação

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de **10%** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original **ou** por cópia.



8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3 /2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º; *caput*).

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **03 (três) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. Da ata de registro de preços

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **2 (dois)** dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.



9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNC disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. Da formação do cadastro de reserva

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original;

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que compõem o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. Das infrações administrativas e sanções

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.5. fraudar a licitação

11.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. Dos recursos

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

12.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.



12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no eletrônico www.59bimtz.eb.mil.br.

13. Da impugnação do edital e do pedido de esclarecimento

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, **pelo e-mail licitacao59bimtz@gmail.com, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Av. Fernandes Lima, 1970 – Farol – Maceió-AL, Seção de Aquisição, Licitações e Contratos (SALC).**

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. Das disposições gerais

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

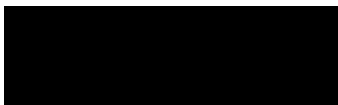
14.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

14.11.2. ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços

Maceió-AL, 28 de junho de 2024.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



ORDENADOR DE DESPESAS



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMNE - 10º BDA INF MTZ
59º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO
(BATALHÃO HÉRMES ERNESTO DA FONSECA)**

TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90114/2024 – 59º BIMtz
NUB 64106.005162/2024-14**

Nesta data, encerro o 1º volume dos autos do Processo Administrativo nº 64106.005162/2024-14, que tem como assunto o Pregão Eletrônico SRP nº 90114/2024, cujo objeto é a aquisição de MATERIAL LABORATORIAL, visando atender as necessidades do Laboratório de Análises Clínicas do PMGu - 59º Batalhão de Infantaria Motorizado, iniciando no número 01 e findando no número 200, a presente folha, não podendo mais nada lhe ser acrescentado.

Maceió-AL, 12 de setembro de 2024.



– Cap R1
Chefe da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos